



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1323

Quinta-feira - 12 de Setembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	3
Antônio Carlos	3
Bela Vista do Toldo	4
Biguaçu	5
Braço do Trombudo	12
Caçador	12
Camboriú	20
Campo Alegre	24
Campos Novos	30
Canoinhas	33
Capinzal	34
Catanduvas	37
Chapadão do Lageado	40
Cocal do Sul	96
Concórdia	97
Cordilheira Alta	98
Coronel Freitas	107
Coronel Martins	107
Curitibanos	108
Ervai Velho	109
Faxinal dos Guedes	109
Forquilha	110
Fraiburgo	111
Garopaba	114
Garuva	130
Gaspar	132
Governador Celso Ramos	133
Herval d'Oeste	136
Imbituba	136
Iomerê	137
Irineópolis	137
Itaiópolis	138
Itapiranga	138
Itapoá	164
Joaçaba	165
Lages	169
Lebon Régis	173
Lindóia do Sul	173
Luzerna	174
Macieira	175
Mafrá	175
Massaranduba	176
Meleiro	177
Monte Carlo	177
Morro da Fumaça	177
Navegantes	178
Nova Trento	216
Orleans	218
Palhoça	247

Palmitos	257
Passo de Torres	257
Passos Maia	257
Paulo Lopes	258
Peritiba	268
Pinheiro Preto	268
Pomerode	268
Porto União	269
Presidente Castello Branco	271
Rio do Sul	272
Salto Veloso	275
Santa Rosa do Sul	277
São Bento do Sul	277
São Domingos	279
São João do Sul	280
São José	281
São Lourenço do Oeste	282
São Pedro de Alcântara	283
Schroeder	292
Siderópolis	303
Sombrio	326
Timbó	327
Tunápolis	335
Vargem Bonita	337
Videira	338
Vitor Meireles	341
Xavantina	342

Consórcios

ARIS	343
CIGA	343
CIS/AMURES	344

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



12 DE SETEMBRO

Parabéns, Canoinhas, por seus 102 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.222/2013

LEI Nº 2.222/2013 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com as seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E	
FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS	
3.3.90.00.0.60052.0/15 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
TOTAL	..R\$ 30.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2012 verificado na rubrica: 0.60052 - Recursos Cras.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 setembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.223/2013

LEI Nº 2.223/2013 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de equipamentos comunitários e empreendimentos comunitários (garagem/oficina e passeios públicos).

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com

recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 2.220 de 21 de agosto de 2013.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de setembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 221/2013

PORTARIA Nº 221/2013 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2013

"CEDE PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Fiat Doblô - placa MGR 3463, usado na Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo ficará a disposição do Departamento de Trânsito à partir de 10 de setembro de 2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento do Departamento de Trânsito.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 397/2013

PORTARIA Nº 397/2013

Concede Ferias a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio

Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo, ODETE KOCH LEITE, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 25 de setembro de 2013, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2011 a 01/04/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2013.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 12 de setembro de 2013.

Aviso de Licitação N° 086/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 086/2013; Modalidade: Pregão Presencial nº. 064/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preços; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade. Entrega dos envelopes: 08:00 (nove) horas do dia 25/09/2013; Etapa de lances e abertura: 08:00 (nove) horas do dia 27/09/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de setembro de 2013.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação N° 092/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 092/2013; Modalidade: Pregão Presencial nº. 068/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preços; Objeto: aquisição parcelada de camisetas para distribuição em diversos eventos comemorativos do município de Antônio Carlos - SC. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 30/09/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de setembro de 2013.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Processo Seletivo N° 004/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Edital de Processo Seletivo N° 004/2013

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

ADELINO BONIFACIO KRETZER, Prefeito em Exercício de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo N° 004/2013.

NOME	RG	CARGO
CRISTIANY DECKER	5.107.195-9	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Antônio Carlos, 11 de julho de 2013.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA**Extratos de Aditivos**

Extratos de Aditivos

Aditivo N°...: 001/2013

Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. BELA VISTA DO TOLDO

Contratada : JULIAN ADACHOWOSKI & FILHOS LTDA -

Vigência : Início: 27/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 1/2013

Objeto : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao programa de erradicação do trabalho infantil

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013

Aditivo N°...: 002/2013

Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. BELA VISTA DO TOLDO

Contratada : JOSE RAUL TYSZKA

Vigência : Início: 27/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 1/2013

Objeto : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao programa de erradicação do trabalho infantil

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013

Extratos de Contrato

Extratos de Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°...: 017/2013

Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO

Contratada : AUTO POSTO BARRAÇÃO LTDA

Valor : 41.850,00 (quarenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 19/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 4/2013

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM PARA ATENDER A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°...: 011/2013

Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. BELA VISTA DO TOLDO

Contratada : Julian Odachowski e Filhos LTDA
Valor : 6.552,00 (seis mil quinhentos e cinquenta e dois reais)
Vigência : Início: 19/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 2/2013

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS.

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013

PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 050/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : CIASC --CENTRO DE INFO.DE AUTOM. DE SANTA CATARINA
Vigência : Início: 05/08/2013 Término: 04/08/2017

Objeto : O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE:
1.1.1. -os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de
Uso do Sistema Integrado de Multas do Estado de Santa Catarina.
Desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC.
Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento;

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Contrato N°. 51/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : KERLA CZERNIAK
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 14/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação :: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA PELO CONTRATO Nº 051/2013 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO ARQUITETÔNICO DO PORTAL TURÍSTICO MUNICIPAL

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Contrato N°. 52/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : SIMONE LINK
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 05/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação :: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA PELO CONTRATO Nº 052/2013 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICOS COMPLEMENTARES - ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDROSSANITÁRIO DO PORTAL TURÍSTICO MUNICIPAL

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Contrato N°. 53/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : LIGA ESPORTIVA CANOINHENSE
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 14/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação :: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL CONFORME CONTRATO Nº53/2013.

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Contrato N°. 54/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : AUTO POSTO BARRACAO LTDA
Valor : 203.180,00 (duzentos e três mil cento e oitenta reais)
Vigência : Início: 19/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2013

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA MUNICIPAL

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Contrato N°. 55/2013
Contratante...: PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada : AUTO POSTO PWIEDADE
Valor : 62.250,00 (sessenta e dois mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 19/08/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2013

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA MUNICIPAL

Bela Vista do Toldo, 05 de Setembro de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Nº 3396/2013

LEI Nº 3396/2013 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 2101/2005, DE 05 DE MAIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:
Art, 1º. Fica alterado o art. 1º da Lei Ordinária nº 2101/2005, de 05/05/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominada de "Rua Marciano Francisco Kons" a Rua "A" do Loteamento Vila Bela, bairro Fundos, município de Biguaçu".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3396/2013, de 04/09/2013
Sancionada em 04/09/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Decreto N° 143/2013

DECRETO N° 143/2013 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANETA GOEDERT MARCON OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente. DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, da propriedade de Aneta Goedert Marcon ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 15.173, livro n. 2-CF, fls 71, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Memorial Descritivo da Área Desapropriada: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto A1, de coordenadas N 6955462.873 m e E 731702.399 m; deste, segue confrontando com Rua Quintino Bocaiuva; com os seguintes azimutes e distâncias: 235°39'04" e 40.03 m até o vértice ponto A2, de coordenadas N 6955440.287 m e E 731669.348 m; deste, segue confrontando com Univali; com os seguintes azimutes e distâncias: 326°03'34" e 3.35 m até o vértice ponto A3, de coordenadas N 6955443.069 m e E 731667.476 m; deste, segue confrontando com Aneta Goedert Marcon; com os seguintes azimutes e distâncias: 55°58'50" e 40.03 m até o vértice ponto A4, de coordenadas N 6955465.467 m e E 731700.659 m; deste, segue confrontando com Prefeitura Municipal de Biguaçu; com os seguintes azimutes e distâncias: 146°08'25" e 3.12 m até o vértice ponto A1, de coordenadas N 6955462.873 m e E 731702.399 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro.

II - Memorial Descritivo da Área Remanescente Total: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto A1, de coordenadas N 6955462.873 m e E 731702.399 m; deste, segue confrontando com Rua Quintino Bocaiuva; com os seguintes azimutes e distâncias: 235°39'04" e 40.03 m até o vértice ponto A2, de coordenadas N 6955440.287 m e E 731669.348 m; deste, segue confrontando com Univali; com os seguintes azimutes e distâncias: 326°03'34" e 3.35 m até o vértice ponto A3, de coordenadas N 6955443.069 m e E 731667.476 m; deste, segue confrontando com Aneta Goedert Marcon; com os seguintes azimutes e distâncias: 55°58'50" e 40.03 m até o vértice ponto A4, de coordenadas N 6955465.467 m e E 731700.659 m; deste, segue confrontando com Prefeitura Municipal de Biguaçu; com os seguintes azimutes e distâncias: 146°08'25" e 3.12 m até o vértice ponto A1, de coordenadas N 6955462.873 m e E 731702.399 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior, sendo que a desapropriação da área citada se faz necessária para fins de Mobilidade Urbana, manutenção e ampliação da Avenida Quintino Bocaiuva no Bairro Fundos.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na

posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria N° 2732/2013

PORTARIA nº 2732/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, TATIANA FERREIRA CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 28/08/2013 a 23/02/2014.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2733/2013

PORTARIA Nº 2733/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FATIMA HELENA DE JESUS GORGES, ocupante do Cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8776/2013 em anexo no período de 22/08/2013 a 05/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2734/2013

PORTARIA Nº 2734/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIANE DA CONCEIÇÃO PARADEDA, ocupante do Cargo efetivo de COPEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8625/2013 em anexo no período de 15/08/2013 a 24/08/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2735/2013
PORTARIA N° 2735/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAVID JOVELINO CORREIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8860/2013 em anexo no período de 03/09/2013 a 12/10/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2736/2013
PORTARIA N° 2736/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8819/2013 em anexo no período de 30/08/2013 a 15/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2737/2013
PORTARIA N° 2737/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCOS HENRIQUE RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8811/2013 em anexo no período de 29/08/2013 a 26/11/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2738/2013
PORTARIA N° 2738/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8577/2013 em anexo no período de 24/08/2013 a 22/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2739/2013
PORTARIA N° 2739/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8806/2013 em anexo no período de 26/08/2013 a 24/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2740/2013
PORTARIA N° 2740/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PATRICIA MOREIRA HOFFMANN MARTINS, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE AMBULATORIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8800/2013 em anexo no período de 27/08/2013 a 10/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2741/2013
PORTARIA N° 2741/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANE MARIA DA SILVA PERES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8910/2013 em anexo no período de 02/09/2013 a 11/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2742/2013

PORTARIA N° 2742/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAULA MICHELE MORAES SCUSSEL, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8810/2013 em anexo no período de 29/08/2013 a 12/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2744/2013

PORTARIA N° 2744/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGINA PAULA SAUTNER MAZINE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8904/2013 em anexo no período de 31/08/2013 a 06/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2745/2013

PORTARIA N° 2745/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA LOPES PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8675/2013 em anexo no período de 28/08/2013 a 01/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2746/2013

PORTARIA N° 2746/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas

atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA JOSÉ KUSTER CORREIA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8757/2013 em anexo no período de 30/08/2013 a 05/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2747/2013

PORTARIA N° 2747/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SINEIA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8797/2013 em anexo no período de 03/09/2013 a 01/11/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2748/2013

PORTARIA N° 2748/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE ROBERTA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8711/2013 em anexo no período de 28/08/2013 a 26/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2749/2013

PORTARIA N° 2749/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ANDREA CRISTINA RIBEIRO PINTO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no período de 28/08/2013 a 23/02/2014.

Biguaçu, 02 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2750/2013

PORTARIA N° 2750/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8682/2013 em anexo no período de 22/08/2013 a 05/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2751/2013

PORTARIA N° 2751/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8861/2013 em anexo no período de 02/09/2013 a 01/10/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2752/2013

PORTARIA N° 2752/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZA RUTH VICENTE CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8772/2013 em anexo no período de 29/08/2013 a 12/09/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2753/2013

PORTARIA N° 2753/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

SCONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIA KAHL CHAVES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8567/2013 em anexo no período de 23/08/2013 a 21/10/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2755/2013

PORTARIA N° 2755/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERONICA MOHR, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8907/2013 em anexo no período de 04/09/2013 a 03/10/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2756 de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2756 de 09 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MIRIAM MARLENE RICARDO GASPARD, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MIRIAM MARLENE RICARDO GASPARD, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/09/2013.

Biguaçu, 09 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 2758 de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2758 de 09 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANE NEIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TATIANE NEIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 09 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 2758 de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2758 de 09 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANE NEIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TATIANE NEIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 09 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 2759 de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2759 de 09 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE DALVA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GISELE DALVA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 09 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 2760 de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2760 de 09 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS PORTO JUNIOR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JIOSE CARLOS PORTO JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 09 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 2761/2013

PORTARIA nº 2761/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VANESSA CARRELO GALLIANI, ocupante do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 05/09/2013 a 02/01/2014.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2762/2013

PORTARIA nº 2762/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, DARSONI INACIO GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 31/08/2013 a 28/12/2013.

Biguaçu, 06 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2763 de 10 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 2763 de 10 de setembro de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar Comissão para efetivação do Processo Seletivo para Admissão de Professor em Caráter Temporário da Rede Municipal de Ensino, para atuação nas modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Centro de Ensino Profissionalizante para o ano de 2014, ficando constituída pelas servidoras Kátia Bernadeth da Silva, Kátia Milene Wiese Pires, Maria Adriana Silva e Sandra Rodrigues Jacinto.

ART. 2º - Os trabalhos serão realizados com aquiescência da Secretária Municipal de Educação, sob a presidência da Servidora Kátia Bernadeth da Silva.

ART. 3º - A comissão reunir-se-á periodicamente de acordo com as necessidades dos serviços.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeitura Municipal

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 127/2013 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 127/2013 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESMONTAGEM E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS PARA O PRÓ-CIDADÃO", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 13:45 horas, do dia 25/09/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 25/09/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Sem mais para o momento.

Biguaçu, 10 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Número 10.163/2013 - Processo: PP 86/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO

CONTRATO NÚMERO 10.163/2013

PROCESSO: PP 86/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PROGRAMA DST/HIV/ AIDS.

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 7.831,60 (SETE MIL OITOCENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Número 10.163/2013 - Processo: PP 86/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO

CONTRATO NÚMERO 10.163/2013

PROCESSO: PP 86/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PROGRAMA DST/HIV/ AIDS.

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 7.831,60 (SETE MIL OITOCENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 187/2013

PORTARIA Nº 187/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o servidor Evandir de Lara Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 133/2013, a partir de 10.09.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008 .

Braço do Trombudo, em 10 de setembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 188/2013

PORTARIA Nº 188/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nelson Evidio da Silva, ocupante do cargo de operador de trator agrícola, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 26.08.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 26.08.2013.

Braço do Trombudo, em 10 de setembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 57/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 61/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 57/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 10h00 horas do dia 24.09.2013, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo, para o Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 10 de setembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Caçador

PREFEITURA

Lei Nº 3.034

LEI Nº 3.034, de 05 de setembro de 2013.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Caçadoreense de Handebol - ACHB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou, eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Caçadoreense de Handebol - ACHB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.156.449/0001-92, estabelecida na Rua Senador Salgado Filho, nº 972, apartamento nº 02, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 51.053,80 (cinquenta e um mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos), a serem pagos em quatro parcelas mensais e iguais de R\$ 12.763,45 (doze mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), após a aprovação desta LEI.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei, destinam-se a custear as despesas com a realização do Projeto "Resgate do Handebol Adulto de Caçador e manutenção das categorias de base e escolinhas de Integração Social".

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas Organizadas do Município

Elemento 3.3.50.00.00 R\$ 51.053,80

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal.

Lei Nº 3.035

LEI Nº 3.035, de 05 de setembro de 2013.

Dá nova redação ao art. 12 e seus incisos I e II, da Lei nº 2.436 de 2007, que dispõe sobre os Princípios e Diretrizes para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O art. 12 e seus incisos I e II, da Lei nº 2.436, de 20 de abril de 2007, que dispõe sobre os Princípios e Diretrizes para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do Conselho Tutelar e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representando e indicados pelos órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- b) 02 (dois) representantes da Secretaria de Assistência Social;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;
- d) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes.

II - 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais, sediadas no Município.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de setembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.704

DECRETO nº 5.704, de 05 de setembro de 2013.

Nomeia Comissão Especial para pré-qualificação técnica e emissão de Certificado de Aprovação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para pré-qualificação técnica e emissão do Certificado de Aprovação, do Processo de Licitação nº 83/2013, referente ao PR 61/2013 - Registro de preços para aquisição de material esportivo:

- Mariza Terezinha Cavichioli Frigieri
- Mauro Rogério dos Reis
- Wagner Severgnini
- Juliano Graciano Vaz
- Agnaldo Pelegrini de Souza
- Cristiane Aline de Santi
- Schayana Zmijevski Simas

A Comissão reunir-se-á a partir das 17 horas do dia 20 de setembro de 2013, com conclusão até às 15 horas do dia 26 de setembro, para emissão do certificado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de setembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.706

DECRETO nº 5.706, de 06 de setembro de 2013.

Revoga Processo Licitatório.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 28/2013 - Processo de Compra nº 4/2013, cujo objeto era seleção de uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Civil de Interesse Público - Oscip, que se interessasse em realizar projeto de apoio a Execução de Atividades Educativas e de Assistência em Saúde Sexual e Reprodutiva/Planejamento Familiar; devido a ausência de interessados, resultou em licitação deserta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de setembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.707

DECRETO Nº 5.707, de 06 de setembro de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.228,00m² (mil, duzentos e vinte e oito metros quadrados), objeto da Matrícula nº 28.435, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Dilma Deboni Petri, nesta cidade, de propriedade de Odemir Picoletto e Ivani Terezinha Picoletto, ficando após o desmembramento constituído de duas áreas e uma servidão de acesso, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área “A”, com 585,00m² (quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Rua Dilma Deboni Petri, medindo 15,00m; ao Sul, com a Área “B” do desmembramento, medindo 15,00; ao Leste, com área “C” servidão de acesso, medindo 39,00m; e, ao Oeste, com nº de ordem 16.537 (Sociedade Espírita Jesus de Nazaré), medindo 39,00m.

II - Área “B”, Medindo 448,00m² (quatrocentos e quarenta e oito metros quadrados); confronta ao Norte com área “A” do desmembramento e área “C” - servidão de acesso - medindo 20,00 m; ao Sul, com o nº de ordem 16.537 (Sociedade Espírita Jesus de Nazaré), medindo 20,00 m; ao Leste, com o lote nº 3 sob matrícula nº 24.226 (Nilson Almeida dos Santos), medindo 22,40 metros e ao Oeste, com nº de ordem 16.537 (Sociedade Espírita Jesus de Nazaré), medindo 22,40m.

III - Área “C” Servidão de Acesso, medindo 195,00m² (cento e noventa e cinco metros quadrados), confronta ao Norte com Rua Dilma Deboni Petri, medindo 5,00m; ao Sul com área “B” do desmembramento, medindo 5,00m; ao Leste com o lote nº 3 sob matrícula 24.226 (Nilson Almeida dos Santos) e uma servidão sob

matrícula 24.227, medindo 39,00m e a Oeste com área "A" do desmembramento, medindo 39,00 m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 22.971

PORTARIA N° 22.971, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar n° 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	A contar de:
4264-Vera Lucia de Moura	Professora	EMEB Nossa Sra da Salete	30	19/08/2013
8308-Maria Luciana Moraes dos Santos	Professora	CMEI Sonho Encantado	60	15/08/2013
7777-Rosana Kormann Martins de Oliveira	Secretária Escolar	EMEB Ulysses Guimarães	30	20/08/2013
9871-Luciane de Almeida	Professora	CMEI Pierina Adami	15	27/08/2013
3429-Josefa Ferreira de Agostinho	Servente da Educação	EMEB Henrique J Berger	60	19/08/2013
12249-Silmara Zotto	Professora	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	60	19/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação.

Portaria N° 22.972

PORTARIA N° 22.972, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar n° 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período da alteração:

NOME	CARGO	DE	PARA	LOCAL	A CONTAR DE:
Reginaldo Klabunde	Secretário Escolar	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Rosana Kormann, Lic Trat. Saúde,	21/08/2013 a 18/09/2013
Andressa Angelita Nunes Ribeiro	Professora	20	40	EMEB Nossa Sra da Salete, VV Vera Lucia de Moura, Lic Trat. Saúde	21/08/2013 a 16/09/2013
Carollyna Cunha	Professora	24	39	EMEB Hilda G. de Souza, V Excedente, FMC, face a desistência de outra servidora	22/08/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação.

Portaria N° 22.973

PORTARIA N° 22.973, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Ref.	Local de Atuação /Motivo	Período
12701	Adriana Kabel Mezomo	Profª	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, VV Maria Luciana Moraes Barbosa, Lic Trat. Saúde	16/08/2013 a 13/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.974

PORTARIA N° 22.974, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar n° 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR a CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, da Secretaria de Educação, especificando nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data inicial:

NOME	CARGO	DE	PARA	LOCAL	A CONTAR DE:
12254-Ana Paula Spul-daro Peretto	Professora	22	18	EMEB Wal-sin Nunes Garcia	27/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.975

PORTARIA N° 22.975, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal da Secretaria de Educação, abaixo relacionado, especificando: código, nome, cargo, local e data da rescisão, conforme segue:

NOME	CARGO	LOCAL	A CONTAR DE:
12491 - Jorge Luiz Gonçalves	Professor	EMEB Pierina Santin Perret	26/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.976

PORTARIA N° 22.976, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do

Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal da Secretaria de Educação, abaixo relacionada, especificando: código, nome, cargo, local e data da rescisão, conforme segue:

NOME	CARGO	LOCAL	A CONTAR DE:
12471 - Tyla Cardoso Mattos	Merendeira Escolar	EMEB Profª Maria Luisa Barbosa	26/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.977

PORTARIA N° 22.977, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal ROZANGELA PRETTO VIVAN, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª série, lotada na Colônia Polidóro, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Henrique Julio Berger e desta para aquela Maria José Tessaro, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª série, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 21 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.978

PORTARIA N° 22.978, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.388 de 19 de fevereiro de 2013, que contrata Diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora Maria Eliane Gomes Farias, no que se refere ao tipo de vaga ocupada pela servidora, que passa a ser 24 horas, Vaga Excedente e 14 horas, vaga Transitória.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de agosto de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.979

PORTARIA N° 22.979, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º. Alterar a Portaria nº 22.439 de 28 de fevereiro de 2013, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora Alexandra Balbinot, no que diz respeito ao tipo de vaga ocupada pela servidora, que passa a ser 3 horas vaga Excedente e 9 horas Vaga vinculada, Roberto Ferraz (em Licença sem ônus).

Art 2º. Alterar a Portaria nº 22.439 de 28 de fevereiro de 2013, com relação ao servidor Anderson Lissenko, no que diz respeito a data fim, que passa a ser 31/07/2013.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de agosto de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.980

PORTARIA N° 22.980, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 22.376 de 19 de fevereiro de 2013, no que se refere a data fim do contrato das Servidoras Clenir Aparecida Nurilles e Deisy Roberta Polli, que passa a ser 20/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de agosto de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria N° 22.981

PORTARIA N° 22.981, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do

Município,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 22.717 de 07 de junho de 2013, que suspende o Estágio Probatório de Diversos Servidores Públicos Municipais, no que diz respeito às Servidoras Cristina de Castilho e Alzira Salette Padilha, por terem reassumido suas funções, a contar do 2º Semestre de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de agosto de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Aldonir Anciuti - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria N° 22.984

PORTARIA N° 22.984, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Sulamita Reis dos Santos	Professora de Arte	1.3/A	28	EMEB Alto Bonito (14h) EMEB Vereda dos Trevos (10h) EMEB Walsin N. Garcia (04)	Vagas Excedentes	21/08/2013 a 20/12/2013
Jocimar Pereira Rosa	Meren-deira	1.5/S	44	CMEI Sonho Encantado	Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
Carla Renata Goes	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Alcides Tombini	VV Lourdes de Fatima Mattos, Lic Prêmio	16/08/2013 a 12/09/2013
Maria Terezinha Antunes	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	CMEI Santa Clara	VV Jucelaine Pereira, Licença tratamento de saúde	20/08/2013 a 02/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.985

PORTARIA N° 22.985, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, concedida a Servidora Pública Municipal JOZEANE ZANELLA CASSOL, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, lotada na CMEI Pierina Adami, com efeitos a contar de 20 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação

Portaria N° 22.992

PORTARIA N° 22.992, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal GIRCELA ANTUNES, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de sua filha, no dia 25/07/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 22.993

PORTARIA N° 22.993, de 30 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de WALLACE XAVIER PONTES contratado para o cargo de Médico, referência 39,

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 1º de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 23.012

PORTARIA N° 23.012, de 06 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal CAROLINE SEMKE MORAES, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretária de Administração.

Portaria N° 23.013

PORTARIA N° 23.013, de 06 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Assistente Administrativo, da Secretaria de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal CAROLINE SEMKE MORAES, em virtude de seu pedido de exoneração, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretária de Administração.

Contrato Administrativo N° 76/2013 - Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 76/2013, 4º aditamento ao Contrato nº 120/09, Prorroga prazo de locação e concede reajuste. Objeto - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/09 - DISPENSA Nº 10/09 CONTRATADA/LOCADORA: ANGELINA BORGHETTI, brasileira, viúva, do lar, portadora do CPF nº

719.476.209-91, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador/SC; Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 120/09 e contrato de aditamento nº 129/10, 108/2011 e 93/2013 que alterou a destinação da locação, datados respectivamente de 17 de setembro de 2009 e 17 de setembro de 2010, 16 de setembro de 2011 e 06 de setembro de 2012, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 24.180,24 (vinte e quatro mil, cento e oitenta reais e vinte e quatro centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 17 de setembro de 2013 e findando dia 17 de setembro de 2014,

IPASC

Portaria N.º 622, de 27 de Agosto de 2013.

PORTARIA n.º 622, de 27 de agosto de 2013.

Encerra benefício do Servidor inativo PLACIDINO MACHADO.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício do Servidor inativo PLACIDINO MACHADO, Matrícula 3129, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 26 de agosto de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 621, de 27 de Agosto de 2013.

PORTARIA n.º 621, de 27 de agosto de 2013.

Efetua pagamento de horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 178 e artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Efetuar o pagamento de cinquenta e cinco (55) horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, efetuadas no período de 01 a 27 de agosto de 2013, convocada pela Portaria nº 617, de 31/07/2013, em razão do Censo Previdenciário, regulamentado pela Portaria nº 600, de 14 de junho de 2013.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 621, de 27 de Agosto de 2013.

PORTARIA n.º 621, de 27 de agosto de 2013.

Efetua pagamento de horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 178 e artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Efetuar o pagamento de cinquenta e cinco (55) horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, efetuadas no período de 01 a 27 de agosto de 2013, convocada pela Portaria nº 617, de 31/07/2013, em razão do Censo Previdenciário, regulamentado pela Portaria nº 600, de 14 de junho de 2013.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 625, de 06 de Setembro de 2013.

PORTARIA n.º 625, de 06 de setembro de 2013.

Aposenta Servidor a MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 48, da lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO, portadora da CI nº 1.680.209, inscrita no CPF sob nº 401.076.129-68, a partir de 01 de setembro de 2013, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, Matrícula 181 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Referência 14, lotada na Secretaria de Saúde, passando à Matrícula nº 3303, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por centos) de sua remuneração de contribuição do mês de agosto de 2013, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.882,87, adicional de triênio de R\$ 395,40, totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 2.278,27 (dois mil, duzentos e setenta e oito

reais e vinte e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de setembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 626, de 09 de Setembro de 2013

PORTARIA n.º 626, de 09 de setembro de 2013.

Concede Pensão a MARIA DA CONCEIÇÃO RIBAS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03, e, ainda, o previsto no inciso I, do art. 38, da Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte MARIA DA CONCEIÇÃO RIBAS, Matrícula 5945, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo FRANCISCO RIBAS, Matrícula 2862, falecido em 17/08/2013, na espécie sem paridade, com benefício integral no valor de R\$ 1.711,08 (hum mil, setecentos e onze reais e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 18 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 18 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 620, de 27 de Agosto de 2013

PORTARIA n.º 620, de 27 de agosto de 2013.

Encerra benefício do Servidor inativo FRANCISCO RIBAS.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício do Servidor inativo FRANCISCO RIBAS, Matrícula 2862, oriundo do Tesouro Municipal, integrado ao IPASC pela Lei Complementar n.º 124, de 04/04/2008, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 17 de agosto de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais

de Caçador, 27 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 623, de 28 de Agosto de 2013.

PORTARIA n.º 623, de 28 de agosto de 2013.

Autoriza pagar diferença de férias a KAREN FERNANDA RIBEIRO, sobre subsídio de cargo comissionado

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 95, da Lei Complementar n.º 56, de 20/12/2004,

RESOLVEM:

Art. 1.º. Autorizar o pagamento de diferença financeira de férias e terço constitucional, à Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contador do IPASC, referente ao período de aquisição de 01/06/2011 a 31/05/2012, sobre subsídio de cargo comissionado, designado pelas Portarias n.º 21.199, de 22/11/2011 e n.º 21.530, de 02/04/2012, do Poder Executivo Municipal, cujo valor corresponde a R\$ 1.138,30 (mil, cento e trinta e oito reais e trinta centavos).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 28 de agosto de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 627, de 09 de Setembro de 2013.

PORTARIA n.º 627, de 09 de setembro de 2013.

Encerra benefício da Servidora inativa VERA LUCIA DE OLIVEIRA PINTO.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício da Servidora inativa VERA LUCIA DE OLIVEIRA PINTO, Matrícula n.º 3210, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 06 de setembro de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Camboriú**PREFEITURA****Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 977/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 977/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ECO0309	54455607E	5045/0	07/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
ECO0309	54455608E	6912/0	07/03/2013	R\$ 53,20	232
ECO0309	54455609E	6637/2	07/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDW1036	55653777D	5169/1	13/12/2012	R\$ 957,69	165
MEK6855	55957858B	7340/0	01/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MHL4744	55652292D	5010/0	12/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHL4744	55652294D	5118/0	12/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 981/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 981/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIW6017	55540936B	6599/2	13/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LWY4784	55955109B	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LWY4784	55955110B	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
LYH8071	55957935B	5010/0	29/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYN4601	55956703B	5010/0	05/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYN4601	55956704B	5061/0	05/01/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYN4601	55956706B	6912/0	05/01/2009	R\$ 53,20	232
LZA9677	55957982B	6920/0	13/04/2009	R\$ 127,69	233
LZC9400	55654807D	5010/0	06/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAP2139	55541448B	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
MAP2139	55541449B	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAP2139	55541450B	5010/0	20/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBA5284	55541433B	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBA5284	55541434B	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
MBE4834	55956096B	5010/0	08/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCB5448	55957873B	5053/1	03/03/2009	R\$ 191,53	162 * VI
MCD4408	55957984B	6920/0	13/04/2009	R\$ 127,69	233
MCV5511	55956234B	6599/2	13/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCV5511	55956236B	6912/0	13/04/2009	R\$ 53,20	232
MDF2532	54455545E	7340/0	02/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDF2532	54455546E	6912/0	02/03/2013	R\$ 53,20	232
MDH8667	55955439B	6556/5	04/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
MDJ7975	55956016B	5010/0	21/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDK6265	55542141B	5010/0	21/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDK6265	55542142B	5061/0	21/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDK7598	55542619B	6599/2	11/12/2008	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL0219	55542525B	6912/0	21/12/2008	R\$ 53,20	232
MDL0219	55542526B	5010/0	21/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDL0219	55542527B	5061/0	21/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDL3624	55957175B	6599/2	14/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDM3027	55955117B	6653/1	20/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MDN6016	55956854B	6599/2	10/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDQ4624	55542329B	6602/0	05/11/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MEB5616	55542337B	6912/0	16/12/2008	R\$ 53,20	232
MES2502	55653627D	6408/0	06/02/2013	R\$ 85,12	221
MET1565	55955676B	5010/0	17/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MET1565	55955677B	5061/0	17/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MET1565	55955678B	6912/0	17/12/2008	R\$ 53,20	232
MET3559	55541432B	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
MFF7130	55955681B	6599/2	19/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFQ8570	55955491B	7340/0	03/11/2008	R\$ 85,12	252 * IV
MFT3729	55955114B	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFT3729	55955115B	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
MFT3729	55955116B	5045/0	20/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
MFY1478	55955618B	6599/2	19/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFY3792	55956071B	5010/0	31/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFY3792	55956072B	6912/0	31/12/2008	R\$ 53,20	232
MGC4980	55956060B	6599/2	29/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MGI6140	55955770B	6599/2	17/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MGI6140	55955771B	5045/0	17/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
MHH4060	55542125B	6599/1	19/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MHH4060	55542126B	6912/0	19/12/2008	R\$ 53,20	232
MHI9912	55541422B	5010/0	18/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MHI9912	55541422B	6599/2	18/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MHV6740	55955773B	6599/2	18/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MIH5898	55655476D	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 4.011 de 11 de Setembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.011 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 313.330,00 (trezentos e treze mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319004.00.119 - Contratação Por Tempo Determinado R\$ 98.479,67

319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 73.784,83

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 22.347,78

319013.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 61.891,34

319016.00.119 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 48.235,17

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339046.00.119 - Auxílio Alimentação R\$ 5.591,21

91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0055.2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 313.330,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

300000.00.509 - Despesas Correntes

330000.00.509 - Outras Despesas Correntes

339000.00.509 - Aplicações Diretas

339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.

300000.00.510 - Despesas Correntes

330000.00.510 - Outras Despesas Correntes

339000.00.510 - Aplicações Diretas

339030.00.510 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 16.000,00

91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família

10.301.0053.2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família

300000.00.120 - Despesas Correntes

330000.00.120 - Outras Despesas Correntes

339000.00.120 - Aplicações Diretas

339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

339047.00.120 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

300000.00.129 - Despesas Correntes

330000.00.129 - Outras Despesas Correntes

339000.00.129 - Aplicações Diretas

339039.00.129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.800,00

400000.00.119 - Despesas de Capital

440000.00.119 - Investimentos

449000.00.119 - Aplicações Diretas

449052.00.119 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00

400000.00.508 - Despesas de Capital

440000.00.508 - Investimentos

449000.00.508 - Aplicações Diretas

449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 76.330,00

91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.

10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita

300000.00.130 - Despesas Correntes

330000.00.130 - Outras Despesas Correntes

339000.00.130 - Aplicações Diretas

339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 42.000,00

300000.00.120 - Despesas Correntes



330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339032.00.120 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00
 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância em Saúde
 300000.00.106 - Despesas Correntes
 330000.00.106 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.106 - Aplicações Diretas
 339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00
 300000.00.126 - Despesas Correntes
 330000.00.126 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.126 - Aplicações Diretas
 339030.00.126 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00
 300000.00.131 - Despesas Correntes
 330000.00.131 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.131 - Aplicações Diretas
 339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.400,00
 400000.00.126 - Despesas de Capital
 440000.00.126 - Investimentos
 449000.00.126 - Aplicações Diretas
 449052.00.126 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00
 91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
 10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.800,00
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 300000.00.132 - Despesas Correntes
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.132 - Aplicações Diretas
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00
 339047.00.132 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00
 400000.00.132 - Despesas de Capital
 440000.00.132 - Investimentos
 449000.00.132 - Aplicações Diretas
 449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 313.330,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/09/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.937 de 10 de Setembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.937 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido Sr. SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Registro no Sistema sob nº 955257 do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",
 10 de setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.938 de 11 de Setembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.938 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.011 de 11 de setembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 313.330,00 (trezentos e treze mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319004.00.119 - Contratação Por Tempo Determinado R\$ 98.479,67

319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 73.784,83

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 22.347,78

319013.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 61.891,34

319016.00.119 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 48.235,17

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339046.00.119 - Auxílio Alimentação R\$ 5.591,21
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 10.302.0055.2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00
 TOTAL R\$ 313.330,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
 10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 300000.00.509 - Despesas Correntes
 330000.00.509 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.509 - Aplicações Diretas
 339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 25.000,00
 10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.
 300000.00.510 - Despesas Correntes
 330000.00.510 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.510 - Aplicações Diretas
 339030.00.510 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 16.000,00
 91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família
 10.301.0053.2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família
 300000.00.120 - Despesas Correntes
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00
 339047.00.120 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 300000.00.129 - Despesas Correntes
 330000.00.129 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.129 - Aplicações Diretas
 339039.00.129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.800,00
 400000.00.119 - Despesas de Capital
 440000.00.119 - Investimentos
 449000.00.119 - Aplicações Diretas
 449052.00.119 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00
 400000.00.508 - Despesas de Capital
 440000.00.508 - Investimentos
 449000.00.508 - Aplicações Diretas
 449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 76.330,00
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.
 10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita
 300000.00.130 - Despesas Correntes
 330000.00.130 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.130 - Aplicações Diretas
 339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 42.000,00
 300000.00.120 - Despesas Correntes
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339032.00.120 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00
 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância em Saúde
 300000.00.106 - Despesas Correntes
 330000.00.106 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.106 - Aplicações Diretas
 339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00
 300000.00.126 - Despesas Correntes
 330000.00.126 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.126 - Aplicações Diretas
 339030.00.126 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00
 300000.00.131 - Despesas Correntes
 330000.00.131 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.131 - Aplicações Diretas
 339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.400,00
 400000.00.126 - Despesas de Capital
 440000.00.126 - Investimentos
 449000.00.126 - Aplicações Diretas
 449052.00.126 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00
 91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
 10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.800,00
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 300000.00.132 - Despesas Correntes
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.132 - Aplicações Diretas
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00
 339047.00.132 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00
 400000.00.132 - Despesas de Capital
 440000.00.132 - Investimentos
 449000.00.132 - Aplicações Diretas
 449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 313.330,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/09/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.288 de 09 de Setembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.288 DE 09 DE SETEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Enfermagem, JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, Matrícula Funcional nº 000689, Registro no Sistema sob nº 955128, referente aos períodos aquisitivos: 01 DE agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 13 (treze) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 07 (zero sete) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 09 de setembro de 2013 a 28 de setembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
 09 de setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 09/09/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração Pregão 88/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
 Nº 88/2013, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, considerando o acolhimento do recurso apresentado pela empresa AGRO LÍDER LTDA, incluindo-se na descrição do objeto licitado as especificações de 1,2% de concentração, sendo assim, ALTERAM-SE do edital epigrafado, o Anexo I, o Anexo IV, a data para abertura, a data para a entrega dos envelopes, e, consequentemente, a data limite para a autenticação de documentos, conforme segue:

Passando a vigorar conforme segue:

ANEXO I

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2013, MODALIDADE PREGÃO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	40	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração mínima de 1,2% suspensão aquosa concentrada. Galão com 10 litros. Validade 24 meses			

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO IV

(Processo Licitatório nº 88/2013, modalidade Pregão) - REGISTRO DE PREÇOS

VALOR ESTIMADO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	40	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração mínima de 1,2% suspensão aquosa concentrada. Galão com 10 litros. Validade 24 meses	650,00	26.000,00

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 24/09/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO
DIA: 24/09/2013
HORA: 14 HORAS
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 13 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.
Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.
Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 11 de setembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

1ª Alteração ao Processo Licitatório Pregão 85/2013
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 85/2013, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERA-SE o item 7.1 - Alínea d);

Onde se lê:

- d) Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo (100% da tabela FIPE);

Leia-se:

- d) Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo;

ALTERA-SE também o item "12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

Onde se lê:

12.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto, contra (desde que conferido e aceito).

12.1.1 - Não será aceito nota fiscal com rasuras.

12.2. Nenhum pagamento será feito à empresa vencedora se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

12.3 - Deverá estar destacado na nota fiscal (e será retido na forma da lei) o percentual relativo ao INSS e ISS, se incidentes, que será conferido pelo Serviço de Contabilidade deste Município.

Leia-se:

12.1 - O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias após o recebimento do boleto.

12.1.1 - Nenhum pagamento será feito à empresa vencedora se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 24/09/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO
DIA: 24/09/2013
HORA: 10 HORAS
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório

em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor. Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 10 de setembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

1ª Alteração ao Processo Licitatório Pregão 88/2013 **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC**

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 85/2013, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERA-SE o item 7.1 - Alínea d);

Onde se lê:

- d) Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo (100% da tabela FIPE);

Leia-se:

- d) Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo;

ALTERA-SE também o item "12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

Onde se lê:

12.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto, contra (desde que conferido e aceito).

12.1.1 - Não será aceito nota fiscal com rasuras.

12.2. Nenhum pagamento será feito à empresa vencedora se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

12.3 - Deverá estar destacado na nota fiscal (e será retido na forma da lei) o percentual relativo ao INSS e ISS, se incidentes, que será conferido pelo Serviço de Contabilidade deste Município.

Leia-se:

12.1 - O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias após o recebimento do boleto.

12.1.1 - Nenhum pagamento será feito à empresa vencedora se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e conseqüentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 24/09/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 24/09/2013

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 09 horas e 30 minutos do dia 24/09/2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 10 de setembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Ata Circunstanciada - Convite 23/2013 (Saúde)

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 23/2013)

Aos dez dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas em sessão pública, Gustavo Machado do Amaral, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 23/2013, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Empresas convidadas: Auto Car Rinaldinho Ltda, Vandiesel Ltda EPP, Veronezi & Cia Ltda, Reparação de Veículos Gefitel, Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda, REIS CAR - ADRIANE MARIA GROSSL SCHOLZE ME. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes Auto Car Rinaldinho Ltda, Veronezi & Cia Ltda e Vandiesel Ltda EPP. Passando ao credenciamento dos licitantes: Sr. Rinaldo de Souza, representante da empresa Auto Car Rinaldinho Ltda, Sr. Edwin Jean Veronezi, representante da empresa Veronezi & Cia Ltda e Sra Rosemari Oliveira Hilgenstieler, representante da empresa Vandiesel Ltda EPP. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes. A Comissão julgou todas as empresas participantes devidamente HABILITADAS. Todas as licitantes apresentaram declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Houve empate no valor unitário para os itens 01 e 02 sendo que a Veronezi & Cia Ltda e a empresa Auto Car Rinaldinho Ltda, apresentaram proposta no valor de R\$ 30,00 para os referidos itens, como as duas empresas apresentaram Certidão Simplificada,

comprovando o enquadramento da empresa como microempresa ou empresa de pequeno porte, realizou-se sorteio público conforme Edital para o item 01 foi sorteada vencedora Auto Car Rinaldinho Ltda com valor de R\$ 30,00 e para o item 02 foi sorteada a empresa Veronezi & Cia Ltda também com valor de R\$ 30,00. Para o item 03 a empresa Vandiesel Ltda EPP apresentou proposta no valor de R\$ 50,00 e a empresa Auto Car Rinaldinho Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 40,00 sendo declarada vencedora para este Item. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Extrato de Contrato N° 68/2013
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO N° 68/2013

Objeto: prestará a CONTRATANTE, locação mensal de software comercial de gestão de saneamento para execução do serviço de leitura e impressão simultânea de faturas de água, para gerenciamento do sistema de abastecimento de água no Município de Campo Alegre, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 86/2013. Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Projeto: 2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica) - Recurso: 00.00.0766. Vigência: 09/09/2013 a 31/12/2013. Do valor total: R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais). Contratado: SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 86/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato N° 69/2013
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO N° 69/2013

Objeto: contratação de profissional para a prestação de serviços de assessoria técnica ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, deste Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 89/2013. Dotação orçamentária: 13.01.3.3.90.36.00.00.00.00.0766 (296) - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Serviço de Saneamento Ambiental - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Vigência: 11/09/2013 a 31/12/2013. Do valor total: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais). Contratado: ABEL MORO Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 89/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade N° 01/2013 Fundação Cultural

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2013.
INEXIGIBILIDADE 01/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO 1º FLICAM, CONFORME PROGRAMAÇÃO EM ANEXO.
VALOR: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 11 de setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade N° 01/2013 Fundação Cultural

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2013.
INEXIGIBILIDADE 01/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO 1º FLICAM, CONFORME PROGRAMAÇÃO EM ANEXO.
VALOR: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 11 de setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade N° 01/2013 Fundação Cultural

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2013.
INEXIGIBILIDADE 01/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO 1º FLICAM, CONFORME PROGRAMAÇÃO EM ANEXO.
VALOR: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 11 de setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato Contrato N° 148 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 148/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: GESTAO SAUDE LTDA

OBJETO: : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO BASICO PARA AGENTES COMUNITARIAS DE SAUDE, DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
Valor: \$ 6.000,00 (seis mil reais)
DATA: 30/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Proc: 38/2013
CONTRATO N° 148/2013

Extrato Contrato N° 125 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 125/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA

OBJETO: : Aditivo do Contrato de R\$ 1.400,00 referente ao item nº 111 (7.000 comp de Levomepromazina 25 mg) que a empresa La Dalla Porta solicitou desistência.

Contrato original: N° 114/2013

DATA: 01/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 28/2013

CONTRATO N° 125/2013

Extrato Contrato N° 126 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 126/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ANGEOMED COM DE PROD MED HOSP LTDA

OBJETO: : Aditivo de valor do contrato original de R\$ 3.840,00 referente ao item nº 113 (8.000 comp de Levomepromazina 100 mg) que a empresa La Dalla Porta solicitou desistência.

Contrato original: N° 109/2013

DATA: 01/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 28/2013

CONTRATO N° 126/2013

Extrato Contrato N° 127 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 127/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MAURICIO DE TOFFOL BOCH ME

OBJETO: : prestação de serviços de internet banda larga para a Unidade Básica de Saúde e estratégias Saúde da família, durante o exercício financeiro de 2.013.

DATA: 08/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 31/2013

CONTRATO N° 127/2013

Extrato Contrato N° 128 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 128/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: GUSTAVO ZANATTA & CIA LTDA

OBJETO: : prestação de serviços de internet banda larga para a Unidade Básica de Saúde e estratégias Saúde da família, durante o exercício financeiro de 2.013.

DATA: 08/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 31/2013

CONTRATO N° 128/2013

Extrato Contrato N° 129 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 129/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: 1.000 MEDIC DIST IMP E EXP DE MEDIC. LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: 460,00 (quatrocentos e sessenta reais)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 129/2013

Extrato Contrato N° 130 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 130/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: A.G.KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: 9.142,00 (nove mil cento e quarenta e dois reais)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 130/2013

Extrato Contrato N° 131 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 131/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ALTERMED MAT MED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: 8.590,00 (oito mil quinhentos e noventa reais)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 131/2013

Extrato Contrato N° 132 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 132/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ANGEOMED COM DE PROD MEDICOS HOSP LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: 8.876,20 (oito mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 132/2013

Extrato Contrato N° 133 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 133/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: CENTERMEDI COM DE PROD HOSP LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 133/2013

Extrato Contrato Nº 134 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 134/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: 7.011,00 (sete mil e onze reais).

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 134/2013

Extrato Contrato Nº 135 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 135/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: 5.121,00 (cinco mil cento e vinte e um reais).

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 135/2013

Extrato Contrato Nº 136 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 136/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: DIMERIOS MAT CIRURGICOS LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: 7.711,50 (sete mil setecentos e onze reais e cinquenta cen-
tavos).

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 136/2013

Extrato Contrato Nº 137 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 137/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: DIST DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: 6.268,00 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais).

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 137/2013

Extrato Contrato Nº 138 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 138/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: 1.257,00 (hum mil duzentos e cinquenta e sete reais)

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 138/2013

Extrato Contrato Nº 139 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 139/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: \$ 5.370,00 (cinco mil trezentos e setenta reais).

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 139/2013

Extrato Contrato Nº 140 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 140/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: PRODIET FARMACEUTICA S A

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: \$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais)

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 140/2013

Extrato Contrato Nº 141 Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 141/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA
FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: \$ 15.057,85 (quinze mil cinquenta e sete reais e oitenta e
cinco centavos)

DATA: 12/08/2013
VIGÊNCIA: 31/12/2013
Processo: 32/2013
CONTRATO Nº 141/2013

Extrato Contrato N° 141 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 141/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: \$ 15.057,85 (quinze mil cinqüenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 141/2013

Extrato Contrato N° 142 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 142/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Valor: \$ 2.096,20 (dois mil noventa e seis reais e vinte centavos)

DATA: 12/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 32/2013

CONTRATO N° 142/2013

Extrato Contrato N° 143 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 143/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ECT - Empresa Pública

OBJETO: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

Valor: \$ 8.000,00 (oito mil reais)

DATA: 19/08/2013

VIGÊNCIA: 17/09/2014

CONTRATO N° 143/2013

Extrato Contrato N° 144 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 144/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MARILENE LOPES FARIAS DOS SANTOS

OBJETO: : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. locação ao locatário o imóvel descrito junto a matrícula n° 9.499 do Cartório de Registro de Imóveis desta, situada na Rua São João Batista , centro, nesta cidade, que será destinado ao funcionamento da Farmácia Básica Central.

Valor: \$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais) mensais

DATA: 30/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

CONTRATO N° 144/2013

Extrato Contrato N° 145 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 145/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ALTERMED MAT MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

Valor: \$ 5.974,00 (cinco mil novecentos e setenta e quatro reais).

DATA: 30/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Proc: 33/2013

CONTRATO N° 145/2013

Extrato Contrato N° 146 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 146/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: SO LUZ COM DE MAT ELET E HID LTDA

OBJETO: : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REPAROS ELETRICOS NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Valor: \$ 7.995,02 (sete mil novecentos e noventa e cinco reais e dois centavos)

DATA: 30/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Proc: 36/2013

CONTRATO N° 146/2013

Extrato Contrato N° 147 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 147/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ITAMAR COMUNELLO

OBJETO: : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE MEDICINA AMBULATORIAL E GUIA DE REMEDIOS PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Valor: \$ \$ 5.248,00 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais)

DATA: 30/08/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Proc: 37/2013

CONTRATO N° 147/2013

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação de Inexigibilidade de Licitação N.º PMC 09/2013**

Processo Licitatório n.º 125/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º 09/2013

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PRESILHA DO CONTESTADO (CNPJ: 03.925.616/0001-61). Contratação do

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Centro de Tradições Gaúchas Presilha do Contestado para organização e realização de Rodeio Crioulo na cancha de rodeio do Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro de 2013, durante a realização da 19ª FESMATE, conforme previsto no edital de chamada pública n. 09/2013.

Valor: R\$ 8.350,00 (Oito mil trezentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º 3-07/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-07/2013

ALTERAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 143/2012

TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 37/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-07/2013 referente ao contrato n.º PMC 07/2013. Data do Aditivo: 10/09/2013. Objeto Contratado: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS HENRIQUE ZUGMANN E FREDERICO KOHLER. Contratada: JP COMERCIO E SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 15.143.172/0001-91. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato, que era até 13/09/2013, passará a ser até 13/11/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do 2º Termo de Retificação do Termo Aditivo do Contrato N.º 2-07/2013

3º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO N.º PMC 3-07/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 143/2012

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 37/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público a retificação do termo aditivo n.º PMC 3-07/2013 referente ao contrato n.º PMC 07/2013. Data da Retificação do Termo Aditivo: 09/09/2013. Onde se lê:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N.º 07/2013, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS HENRIQUE ZUGMANN E FREDERICO KOHLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E A EMPRESA JP COMERCIO E SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. Leia-se: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N.º 07/2013, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS HENRIQUE ZUGMANN E FREDERICO KOHLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E A EMPRESA JP COMERCIO E SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMS - Processo Licitatório N° 33/2013 - Pregão Presencial N° 18/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 33/2013

Pregão Presencial N° 18/2013

OBJETO: Contratação de serviços de lavagem em veículos do Fundo Municipal de Saúde, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 26/09/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 12 de Setembro de 2013.

ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

PMC - Processo Licitatório N° 121/2013 - Pregão Presencial N° 50/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 121/2013

Pregão Presencial N° 50/2013

OBJETO: Contratação de serviços de lavagem de veículos, para veículos leves e utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos da municipalidade, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 25/09/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 12 de Setembro de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

PMC-Aviso de Republicação de Licitação - Processo Licitatório 112/2013

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 112/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia N° 04/2013

OBJETO: Contratação de empresa para execução das obras e serviços para implantação da Estação de Tratamento (ETE) do Lot. Santa Maria e Lot. Nova Capinzal, recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse n° 0352.423-44/2011, programa de urbanização, regularização e integração de Assentamentos precários, até 31/12/2013.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 14/10/2013.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

CAPINZAL, 12 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Edital 026/2013

EDITAL Nº 026, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2013, nos termos dos Anexos I, II, III e IV.

Capinzal - SC, 5 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE MAIO DE 2013

ÓRGÃO PROVEDOR	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/05/2013	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar –Alimentação Especial Escolar - AEE	440,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar – Pré Escola	5.410,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	17.346,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar - Creche	9.260,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar - EJA	228,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	Merenda Escolar – Ensino Médio	4.302,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	PNATE	2.057,63

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	PNATE	925,24
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/05/2013	PNATE	4.916,22
Fundo Nacional de Saúde	03/05/2013	Saúde Bucal	2.230,00
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	06/05/2013	3ª Parcela do TC PAC 0455/08 – Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário – SES.	675.000,00
Fundo Nacional de Saúde	10/05/2013	PAB – Piso Atenção Básica	34.865,00
Fundo Nacional de Saúde	20/05/2013	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	21/05/2013	Programa Agente Comunitário Saúde	28.500,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	21/05/2013	Salário Educação	68.409,04
Fundo Nacional de Saúde	23/05/2013	Saúde Bucal	2.230,00
Fundo Nacional de Saúde	24/05/2013	Programa Saúde da Família - PSF	21.390,00

ANEXO II

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE JUNHO DE 2013

ÓRGÃO PROVEDOR	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	PNATE	2.057,63
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	PNATE	925,24
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	PNATE	4.916,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar –Alimentação Especial Escolar - AEE	440,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar – Pré Escola	5.410,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	17.346,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar - Creche	9.260,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar - EJA	228,00

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/06/2013	Merenda Escolar – Ensino Médio	4.302,00
Fundo Nacional de Saúde	10/06/2013	PAB – Piso Atenção Básica	34.865,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20/06/2013	Salário Educação	69.671,93
Fundo Nacional de Saúde	20/06/2013	Agente Comunitário de Saúde	28.500,00
Fundo Nacional de Saúde	20/06/2013	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	25/06/2013	Saúde Bucal	2.230,00
Fundo Nacional de Saúde	25/06/2013	Programa Saúde da Família – PSF	21.390,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	28/06/2013	PNATE	2.057,63

ANEXO III

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE JULHO DE 2013

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar –Alimentação Especial Escolar - AEE	440,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar – Pré Escola	5.410,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar – Ensino Funda- mental	17.346,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar - Creche	9.260,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar - EJA	504,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda Escolar – Ensino Médio	4.302,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	PNATE	925,24
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	PNATE	4.916,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda + Edu- cação	1.704,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda + Edu- cação	1.704,00

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda + Edu- cação	1.704,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda + Edu- cação	1.704,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2013	Merenda + Edu- cação	1.704,00
Fundo Nacional de Saúde	03/07/2013	Vigilância Sani- tária	14.802,27
Fundo Nacional de Saúde	08/07/2013	PAB – Piso Aten- ção Básica	34.865,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	18/07/2013	Salário Educação	72.022,16
Fundo Nacional de Saúde	23/07/2013	Agentes Comuni- tários de Saúde	28.500,00
Fundo Nacional de Saúde	25/07/2013	Saúde Bucal	2.230,00
Fundo Nacional de Saúde	25/07/2013	Programa Saúde da Família – PSF	21.390,00
Fundo Nacional de Saúde	29/07/2013	Farmácia Básica	8.073,30

ANEXO IV

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE AGOSTO DE 2013

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar - EJA	504,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar – Ensino Médio	4.302,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar – Pré- Escola	5.410,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar – Creche	9.260,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar –Alimentação Especial Escolar – AEE	440,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Merenda Escolar – Ensino Funda- mental	17.346,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Programa Nacio- nal de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	925,24
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Programa Nacio- nal de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	4.916,22

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2013	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	2.057,63
Fundo Nacional de Saúde	08/08/2013	Vigilância Sanitária	2.548,74
Fundo Nacional de Saúde	08/08/2013	Vigilância Sanitária	1.439,37
Fundo Nacional de Saúde	08/08/2013	Vigilância Sanitária	2.548,74
Fundo Nacional de Saúde	08/08/2013	Vigilância Sanitária	1.439,37
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	09/08/2013	Merenda + Educação	1.704,00
Fundo Nacional de Saúde	15/08/2013	PAB – Piso Atenção Básica	40.372,67
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20/08/2013	Salário Educação	72.454,96
Fundo Nacional de Saúde	21/08/2013	Agente Comunitário de Saúde	28.500,00
Fundo Nacional de Saúde	26/08/2013	Programa Saúde da Família – PSF	21.390,00
Fundo Nacional de Saúde	25/08/2013	Saúde Bucal	2.230,00

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.926 de 09 de Setembro de 2013.

DECRETO nº 1.926, de 9 de setembro de 2013.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2013, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I - ALICE PAGANINI - Presidente - CPF nº 058.455.799-02

II - MARLENE MINGORI - Membro Titular - CPF nº 022.683.089-60

III - SANDRA MARIA DILDA BUCCO - Membro Titular - CPF 655.869.309-97

IV - FERNANDA SU ELEN TIGRE SPADER - Membro Titular - CPF nº 032.950.599-85

V - MARTA ANGELA BORELLA MENEGAT - Membro Suplente - CPF nº 710.974.579-15

VI - LEANDRA CAMILA ZENARO - Membro Suplente - CPF nº 008.615.059-64

VII - JULIANE PEROTON - Membro Suplente - CPF nº 067.661.519-86

§ 1º A Comissão ora instituída terá mandato de um (1) ano, permitida a recondução por períodos subsequentes observadas as disposições do art. 51, § 4º da Lei 8.666/93.

§ 2º Excepcionalmente e tendo em vista peculiaridades especiais ou técnicas do objeto licitado, poderão ser convidados terceiros para integrar a Comissão.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do Município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III - Processar a julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI - Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo único. Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela servidora

ALICE PAGANINI.

Art. 4º Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora são conferidas.

Art. 5º Fica, ainda, designado para desempenhar as funções de Pregoeira Oficial, a servidora ALICE

PAGANINI, com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, e normas Municipais

pertinentes, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Parágrafo único. Para os casos de impedimento da Pregoeira Oficial, fica designado como Pregoeira

Substituta, a servidora Leandra Camila Zenaro.

Art. 6º Os membros da presente Comissão, bem como a Pregoeira Oficial e Pregoeira Substituta, não

farão jus a remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço

prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 9 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Aviso de Licitação Revogada - Processo Licitatório Nº 0070/2013

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

Nº Ata 0064/04/09/13

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 70/2013, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE, CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº



8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883./94;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 70,

Considerando as normativas do TCE e TCU e a Lei 8.666/93 que prevê a participação mínima de 03 proponentes habilitados no caso da modalidade convite. Considerando que no presente certame 02 (duas) empresas apresentaram envelope de proposta e habilitação em data e horário estipulados em edital, se tratando das empresas convidadas, e uma empresa auto convocada compareceu, totalizando assim 03 empresas. Contudo somente duas permaneceram habilitadas para a fase seguinte sendo :

Pedreira Joaçaba Ltda Me inabilitado pois apresentou somente o comprovante de Pagamento do CREA Jurídico, e não apresentou CREA Físico, a mesma documentação foi repassada para o jurídico, onde constatado o descumprimento do edital.

Concatan Concretos Catanduvas Ltda EPP restou habilitada.

SBM - Sul Brasileira de Mineração Ltda restou habilitada.

Considerando que o mesmo foi publicado nos devidos meios de comunicação conforme prevê a lei. Considerando que três empresas foram convidadas conforme recibo de edital anexo ao processo, e uma auto convocada. Considerando que compareceram três, porém uma inabilitadas, restando assim somente duas habilitadas conforme especificação acima. Considerando o cumprimento da Lei. O Município decide a Revogação do mesmo.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo procedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANDUVAS, 04/09/13

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Revogada - Processo Licitatório Nº 0071/2013

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

Nº Ata 0065/04/09/13

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 71/2013, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE, CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883./94;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 71, Considerando as normativas do TCE e TCU e a Lei 8.666/93 que prevê a participação mínima de 03 proponentes habilitados no caso da modalidade convite. Considerando que no presente certame 03 empresas apresentaram envelope de proposta e habilitação em data e horário estipulados em edital, contudo somente duas permaneceram habilitadas para a fase seguinte sendo :

Empreiteira de Mão de Obra Sagaz Ltda Me inabilitado pois não apresentou CREA FÍSICO e JURÍDICO conforme prevê em edital;

CCT Serviço de Corte de Pedras Ltda Me restou habilitada

Concatan Concretos Catanduvas Ltda EPP restou habilitada

Considerando que o mesmo foi publicado nos devidos meios de comunicação conforme prevê a lei. Considerando que três empresas foram convidadas conforme recibo de edital anexo ao processo.

Considerando que as três compareceram, porém uma inabilitada, somente duas habilitadas conforme especificação acima. Considerando o cumprimento da Lei. O Município decide a Revogação do mesmo.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo procedente, desobriga o Município a indenização de qualquer

espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANDUVAS, 04/09/13

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Revogada - Processo Licitatório Nº 0072/2013

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

Nº Ata 0066/04/09/13

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 72/2013, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE, CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883./94;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 72, Considerando as normativas do TCE e TCU e a Lei 8.666/93 que prevê a participação mínima de 03 proponentes habilitados no caso da modalidade convite. Considerando que no presente certame 04 empresas apresentaram envelope de proposta e habilitação em data e horário estipulados em edital, contudo somente uma permaneceu habilitada para a fase seguinte sendo :

Ghiggi Materiais de Construção Ltda EPP inabilitado pois não apresentou CREA FÍSICO e JURÍDICO conforme prevê em edital;

Empreiteira de Mão de Obra Sagaz Ltda Me inabilitado pois não apresentou CREA FÍSICO e JURÍDICO conforme prevê em edital;

Pedreira Joaçaba Ltda Me inabilitado pois apresentou CREA JURÍDICO que na condizia com o CREA FÍSICO, ou seja de engenheiros diferentes.

Assim somente a empresa CCT Serviço de Corte de Pedras Ltda Me restou habilitada.

Considerando que o mesmo foi publicado nos devidos meios de comunicação conforme prevê a lei. Considerando que três empresas foram convidadas conforme recibo de edital anexo ao processo, e uma auto convocada. Considerando que as quatro compareceram, porém três inabilitadas, somente uma habilitada conforme especificação acima. Considerando o cumprimento da Lei. O Município decide a Revogação do mesmo.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo procedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANDUVAS, 04/09/13

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Revogada - Processo Licitatório Nº 0073/2013

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

Nº Ata 0067/2/04/09/13

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 73/2013, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE, CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883./94;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 73, Considerando as normativas do TCE e TCU e a Lei 8.666/93 que prevê a participação mínima de 03 proponentes habilitados no caso da modalidade convite. Considerando que no presente certame somente

02 (dois) proponentes apresentaram envelope de proposta e habilitação em data e horário estipulados em edital. Considerando que o mesmo foi publicado nos devidos meios de comunicação conforme prevê a lei. Considerando que três empresas foram convidadas conforme recibo de edital anexo ao processo e mesmo assim, só compareceu uma em relação aos convites e uma auto convocada. O Município decide a Revogação do mesmo.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo precedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANDUVAS, 04/09/13

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Revogada - Processo Licitatório N° 0074/2013

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

N° Ata 0068/03/09/13

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório n° 74/2013, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE, CATANDUVAS, SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei n° 8.883./94;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório n° 74, Considerando as normativas do TCE e TCU e a Lei 8.666/93 que prevê a participação mínima de 03 proponentes habilitados no caso da modalidade convite. Considerando que no presente certame somente 01 (um) proponente apresentou envelope de proposta e habilitação em data e horário estipulados em edital. Considerando que o mesmo foi publicado nos devidos meios de comunicação conforme prevê a lei. Considerando que três empresas foram convidadas conforme recibo de edital anexo ao processo e mesmo assim, só compareceu uma. O Município decide a Revogação do Mesmo.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo precedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANDUVAS, 03/09/13

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato FMAS N.º 0028/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0028/2013

Processo Licitatório n° 0077/2013

Pregão n° 0044/2013

Objeto: termo de contrato para a contratação de profissionais habilitados em música visando o desenvolvimento da secretaria de assistência social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CCOONNTTTRRAATTAADDAA:: IVAN CARLOS RIBEIRO

Valor do Contrato: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Prazo de vigência: de 11 de setembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de setembro de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS N.º 0029/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0029/2013

Processo Licitatório n° 0077/2013

Pregão n° 0044/2013

Objeto: termo de contrato para a contratação de profissionais habilitados em música visando o desenvolvimento da secretaria de assistência social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CCOONNTTTRRAATTAADDAA:: VALDIR DEMETRIO DA SILVA

Valor do Contrato: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Prazo de vigência: de 11 de setembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de setembro de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Processo Licitatório N° 0080/2013 - Pregão N° 0047/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0080/2013

PREGÃO N° 0047/2013

Objeto: contratação de mão de obra e aquisição de materiais para viabilizar a recomposição de pavimentação removida em decorrência de obras de manutenção de redes de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários realizados pela CASAN nas vias públicas do município de Catanduvas/SC, conforme Convênio n° 620/2013, celebrado entre a companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o Município de Catanduvas.

Abertura das Propostas: 14h00min do dia 25 de setembro de 2013. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de setembro de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do convite, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 11 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Complementar N° 068 de 10.09.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR N° 068 DE 10.09.2013

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 0035, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CHAPADÃO DO LAGEADO.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo 08 - Mapa das Áreas de Especial Interesse Urbano da Lei Complementar nº 0035, de 08 de dezembro de 2008, que Institui o Plano Diretor Participativo de Chapadão do Lageado e dá outras providências, de acordo com o mapa anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado-SC, 10 de setembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

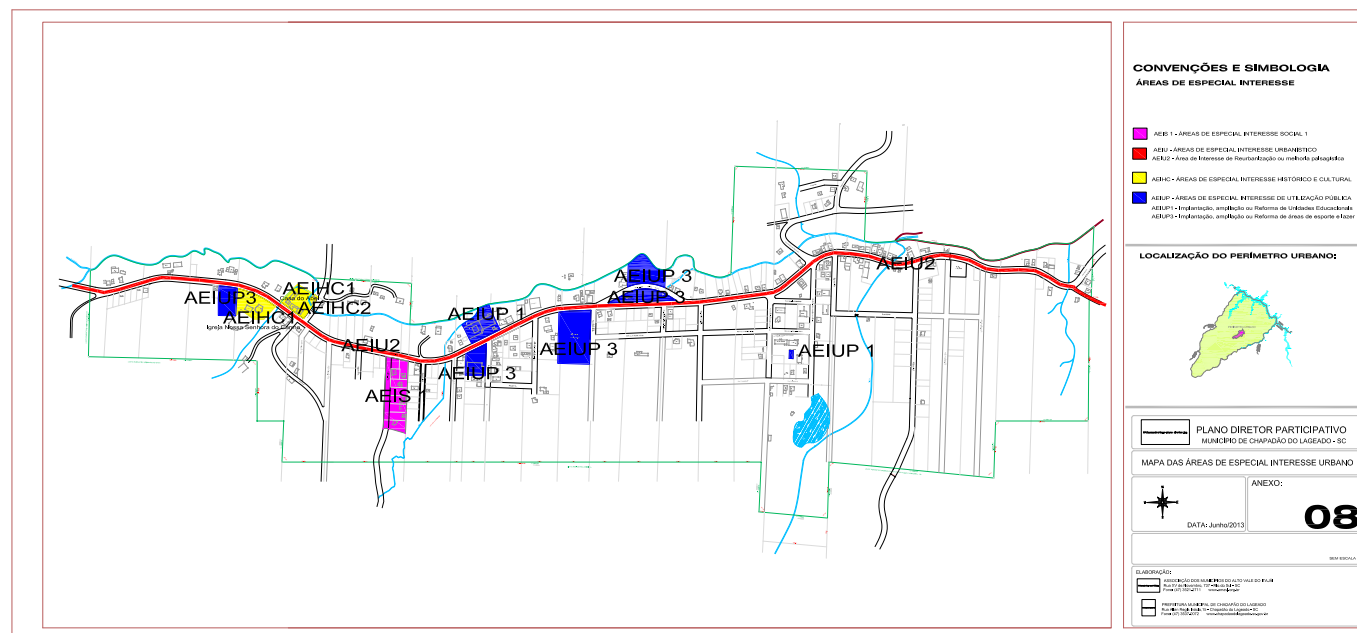


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo da Lei Complementar 068 de 10.09.2013



Decreto N° 054/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 054/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, V, da Lei N° 0563 de 18.12.2012, DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 21.596,75 (vinte e um mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
107 - Transferência de - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1023 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 2.500,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
107 - Transferência de - Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1023 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 11.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
108 - Alienação de Bens Destinados a outros Programas
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1023 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 30,00
06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
106 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção Da Secretaria Municipal De Saúde R\$ 7.034,25

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
107 - Transferência de - Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1024 - Aquisição de Veículo R\$ 1.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
108 - Alienação de Bens Destinados a outros Programas
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1024 - Aquisição de Veículo R\$ 32,50

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 21.596,75 (vinte e um mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal e Saúde.

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1023 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 13.530,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 3.534,25

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
105 - Assistência Farmacêutica Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 3.500,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1024 - Aquisição de Veículo R\$ 1.032,50

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
10 de setembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 053/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 053/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, V, da Lei N° 0563 de 18.12.2012, DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 199.808,36 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e oito reais e trinta e seis centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

4 - Secretaria da Fazenda
4 - Secretaria da Fazenda

4 - Administração
 7 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1007 - Ampliação e Melhoria dos Serviços Informatizados R\$ 223,36

4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Administração
 9 - Administração Financeira
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2005 - Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle Da Sec. R\$ 4.004,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 119 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2014 - Manutenção Do Programa Da Merenda Escolar R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 120 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2015 - Manutenção do Programa Do Transporte Escolar R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educ.
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2016 - Manutenção/ Pessoal Do Ensino Fundamental R\$ 15.000,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 11 - Trabalho
 39 - Geração de Emprego e Renda
 334 - Fomento ao Trabalho
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2067 - Incentivo A Instalação De Novos Empreendimentos e aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 3.731,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 11 - Trabalho
 39 - Geração de Emprego e Renda
 334 - Fomento ao Trabalho
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2067 - Incentivo A Instalação De Novos Empreendimentos e aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 1.000,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura
 49 - PAMEC
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2075 - Contratação De Serviços De Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte R\$ 250,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - PAMEC
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2075 - Contratação De Serviços De Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - PAMEC
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2075 - Contratação De Serviços De Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte R\$ 250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 452 - Serviços Urbanos
 112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2044 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Ilum. Publica R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 452 - Serviços Urbanos
 112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação
 3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos
 2044 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Ilum. Publica R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-Estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2065 - Implantação de Sist. de San. Básico No Centro Da Cidade R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R
 15 - Urbanismo
 29 - Estradas Vicinais
 452 - Serviços Urbanos
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R

26 - Transporte
 29 - Estradas Vicinais
 782 - Transporte Rodoviário
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2042 - Manutenção Das Estradas Vicinais - Transportes R\$
 100.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R
 15 - Urbanismo
 29 - Estradas Vicinais
 452 - Serviços Urbanos
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2092 - Manutenção/Pessoal - Estradas Vicinais R\$ 40.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
 01- Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 117 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2053 - Implantação De Projetos Sociais R\$ 2.100,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
 01- Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 117 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2082 - Capacitação De Pessoal - Desenvolvimento Social R\$
 500,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 08 - Assistência Social
 21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do Eca R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 08 - Assistência Social
 21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do Eca R\$ 4.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do artigo 1º, no valor de R\$ 199.808,36 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e oito reais e trinta e seis centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Administração
 7 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1007 - Ampliação e Melhoria dos Serviços Informatizados R\$

223,36

4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Secretaria da Fazenda
 4 - Administração
 9 - Administração Financeira
 123 - Administração Financeira
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2005 - Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle Da Sec. R\$
 4.004,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01- Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2014 - Manutenção Do Programa Da Merenda Escolar R\$
 10.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01- Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 115 - Transferências de Convênios - Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar R\$
 10.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
 01- Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 118 - Salário Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2016 - Manutenção/ Pessoal Do Ensino Fundamental R\$ 15.000,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 11 - Trabalho
 39 - Geração de Emprego e Renda
 334 - Fomento ao Trabalho
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e aos já Existentes - Emprego E Renda R\$ 4.731,00

7 - Secretaria de Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - PAMEC
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2075 - Contratação De Serviços De Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 452 - Serviços Urbanos
 112 - Contribuição para os Serviços de Iluminação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2044 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Ilum. Publica R\$ 3.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2065 - Implantação de Sist. de San. Básico No Centro Da Cidade
R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R
15 - Urbanismo
29 - Estradas Vicinais
452 - Serviços Urbanos
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2042 - Manutenção Das Estradas Vicinais - Transportes R\$ 100.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R
15 - Urbanismo
29 - Estradas Vicinais
452 - Serviços Urbanos
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2092 - Manutenção/Pessoal - Estradas Vicinais R\$ 40.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2082 - Capacitação de Pessoal - Desenvolvimento Social R\$ 2.100,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2082 - Capacitação De Pessoal - Desenvolvimento Social R\$ 500,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social
03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
08 - Assistência Social
21 - Atenção a Criança
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
117 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o

Funcionamento do Eca R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
10 de setembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



Relação das Compras Maio PM e FMS (Art. 16, Lei 8.666/93)**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**

Página: 1/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	1720	8,000	4,6000	36,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	1721	6,000	4,6000	27,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	1961	2,000	4,6000	9,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	2046	10,000	4,6000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	2263	4,000	4,6000	18,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBA. DE 400 GR	2352	2,000	4,6000	9,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1380	1,000	9,9500	9,95
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1633	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1634	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1716	5,000	9,7000	48,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1720	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1721	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1873	2,000	9,7000	19,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1874	2,000	9,7000	19,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	1959	3,000	9,7000	29,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2046	2,000	9,7000	19,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2194	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2261	2,000	9,7000	19,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2279	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2531	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2533	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	2535	1,000	9,7000	9,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	AÇUCAR MASCAVO	1872	1,000	7,4500	7,45
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	AMENDOIM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	1872	4,000	4,4500	17,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	AMENDOIM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	1873	10,000	4,4500	44,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	AMENDOIM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	1874	6,000	4,4500	26,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Amido de milho embalagem de 1 KG	2042	2,000	5,9500	11,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Amido de milho embalagem de 1 KG	2044	1,000	5,9500	5,95
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Amido de milho embalagem de 1 KG	2046	1,000	5,9500	5,95
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ BRANCO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG EMBALAGEM INTEGRA	2196	1,000	10,5000	10,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ BRANCO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG EMBALAGEM INTEGRA	2671	1,000	10,5000	10,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1633	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1634	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1641	6,000	8,6200	51,72
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1716	5,000	8,6200	43,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1720	3,000	8,6200	25,86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1721	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1873	1,000	8,6200	8,62
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1874	1,000	8,6200	8,62
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1957	1,000	8,6200	8,62
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	1959	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2046	1,000	8,6200	8,62
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2194	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2205	1,000	8,6200	8,62
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2261	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2531	3,000	8,6200	25,86
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2533	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2535	3,000	8,6200	25,86
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2608	8,000	8,6200	68,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2761	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRA	2763	2,000	8,6200	17,24
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Aveia Flocos Fino em embalagens 500 GRAMAS, integras	1862	5,000	4,1000	20,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BALAS	1371	1,000	10,4000	10,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BALAS	1372	2,000	10,4000	20,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1633	10,000	5,4000	54,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1634	10,000	5,4000	54,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1720	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1721	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1873	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1874	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1959	8,000	5,4000	43,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	1961	4,000	5,4000	21,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2044	6,000	5,4000	32,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2046	6,000	5,4000	32,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2192	2,000	5,4000	10,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2194	5,000	5,4000	27,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2196	3,000	5,4000	16,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2531	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2533	4,000	5,4000	21,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2535	5,000	5,4000	27,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Biscoito de Maisena embalagem 800 GRAMAS	2774	4,000	5,4000	21,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1633	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1634	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1720	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1721	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1862	4,000	4,3000	17,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1873	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1874	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1957	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	1959	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2042	4,000	4,3000	17,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2044	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2046	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2192	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2194	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2196	6,000	4,3000	25,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2261	12,000	4,3000	51,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2531	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2533	3,000	4,3000	12,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2535	8,000	4,3000	34,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2669	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2671	5,000	4,3000	21,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2673	3,000	4,3000	12,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2761	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2763	10,000	4,3000	43,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO INTEGRAL SALGADO EMBALAGEM DE 400 GR	2765	3,000	4,3000	12,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM DE 370 GR	1961	3,000	4,0000	12,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM DE 370 GR	2261	5,000	4,0000	20,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM DE 370 GR	2774	4,000	4,0000	16,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO AGUA E SAL EMBA. 400 GR	1371	2,000	3,6900	7,38
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO AGUA E SAL EMBA. 400 GR	1372	2,000	3,6900	7,38
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO AGUA E SAL EMBA. 400 GR	1373	2,000	3,6900	7,38
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO MARIA EMBA. DE 400 GR	1370	10,000	3,5000	35,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO MARIA EMBA. DE 400 GR	1371	2,000	3,5000	7,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO MARIA EMBA. DE 400 GR	1372	2,000	3,5000	7,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BOLACHA TIPO MARIA EMBA. DE 400 GR	1373	2,000	3,5000	7,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ EM PÓ EMB. DE 500 GR	1371	2,000	8,9500	17,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ EM PÓ EMB. DE 500 GR	1372	2,000	8,9500	17,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ EM PÓ EMB. DE 500 GR	1380	5,000	8,9500	44,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1370	5,000	8,9000	44,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1373	1,000	8,9000	8,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1633	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1634	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1641	6,000	8,3000	49,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1716	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1720	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1721	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1959	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	1961	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2042	1,000	8,3000	8,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2044	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2046	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2192	3,000	8,3000	24,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2194	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2196	3,000	8,3000	24,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2203	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2271	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2531	3,000	8,3000	24,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2533	3,000	8,3000	24,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2535	4,000	8,3000	33,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2669	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2671	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2673	1,000	8,3000	8,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2761	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2763	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	2765	2,000	8,3000	16,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAIXA DE CHÁ CONTENDO 10 SACHES	1370	16,000	1,9000	30,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CAIXA DE CHÁ CONTENDO 10 SACHES	1373	5,000	1,9000	9,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1633	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1634	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1641	10,000	2,3000	23,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1720	2,000	2,3000	4,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1721	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1862	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	1961	1,000	2,3000	2,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2042	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2044	1,000	2,3000	2,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2046	1,000	2,3000	2,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2192	1,000	2,3000	2,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2196	2,000	2,3000	4,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2279	10,000	2,3000	23,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2352	1,000	2,3000	2,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2545	10,000	2,3000	23,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	2608	4,000	2,3000	9,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1633	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1634	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1720	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1721	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1862	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	2044	1,000	2,5000	2,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	2046	1,000	2,5000	2,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	2192	1,000	2,5000	2,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	2196	2,000	2,5000	5,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CALDO CONCETRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	2352	1,000	2,5000	2,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA - COSTELA DE PRIMEIRA	1476	46,115	6,9500	320,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	1636	32,000	14,0000	448,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	1716	5,000	14,0000	70,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	1720	8,000	14,0000	112,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	1721	6,000	14,0000	84,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	1957	4,000	14,0000	56,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2196	5,000	14,0000	70,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2263	5,000	14,0000	70,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2279	1,000	14,0000	14,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2352	4,000	14,0000	56,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2533	6,000	14,0000	84,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2671	5,000	14,0000	70,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Carne Bovina, coxão mole, (Bife de 80 a 100 GRAMAS)	2765	5,000	14,0000	70,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	1959	8,000	9,1000	72,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2261	10,000	9,1000	91,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2271	8,000	9,1000	72,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2531	15,000	9,1000	136,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2535	15,000	9,1000	136,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2698	30,000	9,1000	273,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2761	8,000	9,1000	72,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE BOVINA, MUSCULO PEDAÇOS	2763	8,000	9,1000	72,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	1633	10,000	8,1000	81,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	1634	10,000	8,1000	81,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	1873	6,000	8,1000	48,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	1874	6,000	8,1000	48,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	1959	8,000	8,1000	64,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	2531	10,000	8,1000	81,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	2533	2,000	8,1000	16,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	2535	10,000	8,1000	81,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	2669	5,000	8,1000	40,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	2673	6,000	8,1000	48,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	1716	3,000	5,2000	15,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2046	12,000	5,2000	62,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2196	2,000	5,2000	10,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2203	50,000	5,2000	260,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2263	2,000	5,2000	10,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2279	20,000	5,2000	104,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2352	4,000	5,2000	20,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2533	5,000	5,2000	26,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2671	3,000	5,2000	15,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	2698	12,000	5,2000	62,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	1720	10,000	8,7000	87,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	1721	6,000	8,7000	52,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	1959	10,000	8,7000	87,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2044	6,000	8,7000	52,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2194	10,000	8,7000	87,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2531	6,000	8,7000	52,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2535	8,000	8,7000	69,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2669	10,000	8,7000	87,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CARNE DE FRANGO - TIPO COXINHA DA ASINHA	2774	6,000	8,7000	52,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	1633	2,000	1,3000	2,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	1634	2,000	1,3000	2,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2352	1,000	1,3000	1,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2669	3,000	1,3000	3,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2673	3,000	1,3000	3,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2761	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2763	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2765	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	2767	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	1633	3,000	3,8600	11,58
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	1634	3,000	3,8600	11,58
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	1720	3,000	3,8600	11,58
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	1721	3,000	3,8600	11,58
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	1862	3,000	3,8600	11,58
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2192	5,000	3,8600	19,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2194	5,000	3,8600	19,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2196	4,000	3,8600	15,44
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2271	4,000	3,8600	15,44
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2761	5,000	3,8600	19,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2763	5,000	3,8600	19,30
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação	2765	4,000	3,8600	15,44
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	DOCE DE BANANA EMBALAGEM DE 450 GR	1720	10,000	2,5000	25,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	DOCE DE BANANA EMBALAGEM DE 450 GR	1721	8,000	2,5000	20,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	DOCE DE BANANA EMBALAGEM DE 450 GR	1959	5,000	2,5000	12,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Doce de Leite embalagem de 400 GRAMAS	1720	5,000	3,2000	16,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 8/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Doce de Leite embalagem de 400 GRAMAS	1721	5,000	3,2000	16,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Doce de Leite embalagem de 400 GRAMAS	1957	4,000	3,2000	12,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Doce de Leite embalagem de 400 GRAMAS	1959	5,000	3,2000	16,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	DOCE DE MORANGO EMBALAGEM DE 450 GR	2352	4,000	2,6000	10,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	ESQUEIRO	1370	1,000	2,5000	2,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1633	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1634	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1862	1,000	3,0000	3,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1872	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1873	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1874	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	1961	6,000	3,0000	18,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2192	5,000	3,0000	15,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2194	5,000	3,0000	15,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2271	6,000	3,0000	18,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2279	15,000	3,0000	45,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2545	10,000	3,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2608	20,000	3,0000	60,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2669	6,000	3,0000	18,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Extrato de tomate embalagem de 340 GRAMAS	2673	3,000	3,0000	9,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MANDIOCA	1959	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MANDIOCA	2046	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MANDIOCA	2263	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO FINO EMBALAGEM DE 1 KG	2194	2,000	1,9000	3,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO GROSSA EMBALAGEM DE 1 KG	2046	6,000	1,9500	11,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO GROSSA EMBALAGEM DE 1 KG	2192	3,000	1,9500	5,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO GROSSA EMBALAGEM DE 1 KG	2194	5,000	1,9500	9,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO GROSSA EMBALAGEM DE 1 KG	2279	5,000	1,9500	9,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE MILHO GROSSA EMBALAGEM DE 1 KG	2533	2,000	1,9500	3,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1633	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1634	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1641	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1720	3,000	9,8500	29,55
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1721	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1862	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1873	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	1874	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2196	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2263	2,000	9,8500	19,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 9/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2531	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2533	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2535	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2698	2,000	9,8500	19,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG	2773	1,000	9,8500	9,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1633	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1634	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1641	6,000	2,1000	12,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1716	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1720	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1721	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1873	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1874	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	1961	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2044	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2046	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2531	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2533	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2535	2,000	2,1000	4,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FERMENTO QUIMICO, EMBALAGEM DE 125 GRAMAS	2773	1,000	2,1000	2,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FILTRO DE CAFÉ	1370	5,000	3,6900	18,45
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	FILTRO PARA BOMBA DE ERVA MATE PCT COM DUAS UNIDADES	1370	6,000	0,9800	5,88
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	GARFOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTES PARA BOLO TAMANHO MÉDIO	1371	30,000	0,0600	1,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL CAIXA UHT	1371	12,000	1,9900	23,88
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL CAIXA UHT	1372	24,000	1,9900	47,76
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	1959	2,000	3,8000	7,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2044	3,000	3,8000	11,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2046	3,000	3,8000	11,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2669	2,000	3,8000	7,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2673	2,000	3,8000	7,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2761	2,000	3,8000	7,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL DE BAIXA LACTOSE (90 % MENOS LACTOSE) EMBALAGEM DE 1 LITRO	2763	2,000	3,8000	7,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1633	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1634	2,000	23,0000	46,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1641	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1716	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1720	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1721	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1862	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1873	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1874	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1957	3,000	23,0000	69,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	1959	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2046	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2192	1,000	23,0000	23,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2194	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2196	3,000	23,0000	69,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2203	3,000	23,0000	69,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2261	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2263	3,000	23,0000	69,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2531	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2533	5,000	23,0000	115,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2535	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2671	3,000	23,0000	69,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2765	4,000	23,0000	92,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	2774	2,000	23,0000	46,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	1957	4,000	2,0000	8,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2192	2,000	2,0000	4,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2352	2,000	2,0000	4,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2531	4,000	2,0000	8,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2533	3,000	2,0000	6,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2535	4,000	2,0000	8,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Macarrão Aletria embalagem até 500 GRAMAS	2774	2,000	2,0000	4,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1633	8,000	2,9500	23,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1634	8,000	2,9500	23,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1716	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1862	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1873	6,000	2,9500	17,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1874	6,000	2,9500	17,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1957	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	1961	6,000	2,9500	17,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2042	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATNEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2044	6,000	2,9500	17,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 11/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2046	10,000	2,9500	29,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2192	6,000	2,9500	17,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2196	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2263	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2352	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2531	8,000	2,9500	23,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2533	2,000	2,9500	5,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2535	8,000	2,9500	23,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2761	4,000	2,9500	11,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MACARRÃO INSTATANEÓ TIPO PARAFUSO PACOTE DE 1 KG	2763	4,000	2,9500	11,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1633	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1634	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1716	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1720	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1721	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1862	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1873	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1874	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1957	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	1961	6,000	3,2900	19,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2196	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2263	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2271	5,000	3,2900	16,45
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2352	5,000	3,2900	16,45
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2669	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2671	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2673	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2761	5,000	3,2900	16,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 12/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2763	5,000	3,2900	16,45
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Mamão FORMOSA, unidade média, sem ruptura na casca, cor de amarelo claro, transporte em carro fechado	2765	4,000	3,2900	13,16
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1633	3,000	2,8700	8,61
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1634	3,000	2,8700	8,61
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1716	6,000	2,8700	17,22
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1720	3,000	2,8700	8,61
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1721	2,000	2,8700	5,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1862	6,000	2,8700	17,22
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1873	2,000	2,8700	5,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1874	2,000	2,8700	5,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	1957	6,000	2,8700	17,22
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2042	6,000	2,8700	17,22
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2263	4,000	2,8700	11,48
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2352	6,000	2,8700	17,22
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2533	2,000	2,8700	5,74
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2671	3,000	2,8700	8,61
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2761	5,000	2,8700	14,35
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2763	5,000	2,8700	14,35
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MANGA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	2765	3,000	2,8700	8,61
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1633	2,000	3,9800	7,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1634	2,000	3,9800	7,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1641	6,000	3,9800	23,88
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1720	3,000	3,9800	11,94
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1721	2,000	3,9800	7,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1862	2,000	3,9800	7,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1957	4,000	3,9800	15,92
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	1961	2,000	3,9800	7,96
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Margarina, mínimo de 60% de teor de lipídios embalagem de 500 GRAMAS	2545	2,000	3,9800	7,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 13/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	1716	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	1862	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	1957	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	1961	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2042	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2044	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2196	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2261	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2263	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2271	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2352	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2533	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2669	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2671	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2673	2,000	9,4000	18,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2765	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MELANCIA	2774	1,000	9,4000	9,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1633	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1634	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1872	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1873	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1874	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	1961	6,000	1,3000	7,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	2261	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	2669	10,000	1,3000	13,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	2673	3,000	1,3000	3,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO DE PIPOCA EMBALAGEM DE 500 GR	1823	15,000	2,0000	30,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO DE PIPOCA EMBALAGEM DE 500 GR	1872	2,000	2,0000	4,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO DE PIPOCA EMBALAGEM DE 500 GR	1873	4,000	2,0000	8,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO DE PIPOCA EMBALAGEM DE 500 GR	1874	4,000	2,0000	8,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	MILHO DE PIPOCA EMBALAGEM DE 500 GR	2251	5,000	2,0000	10,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1633	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1634	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1641	10,000	3,4000	34,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1716	3,000	3,4000	10,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1720	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1721	3,000	3,4000	10,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1862	4,000	3,4000	13,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1872	5,000	3,4000	17,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 14/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1873	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1874	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	1961	3,000	3,4000	10,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2194	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2263	3,000	3,4000	10,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2279	4,000	3,4000	13,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2761	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2763	5,000	3,4000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	OLEO DE SOJA LATA DE 900 ML	2765	4,000	3,4000	13,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	1633	2,000	1,7000	3,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	1634	2,000	1,7000	3,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	1862	2,000	1,7000	3,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	2608	10,000	1,7000	17,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	2761	1,000	1,7000	1,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	2763	1,000	1,7000	1,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	2765	2,000	1,7000	3,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	PINHÃO	1872	5,000	4,7000	23,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	PINHÃO	1873	25,000	4,7000	117,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	PINHÃO	1874	25,000	4,7000	117,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	1716	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	1862	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	1957	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	2042	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	2314	8,000	2,8900	23,12
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	2533	8,000	2,8900	23,12
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	2671	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Presunto Magro Fatiado, interfolhados embalagens 150 GRAMAS	2765	10,000	2,8900	28,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	PURÊ DE BATATA EM PÓ SOLÚVEL EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	1716	10,000	4,1500	41,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	PURÊ DE BATATA EM PÓ SOLÚVEL EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	1961	6,000	4,1500	24,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	1633	4,000	8,6000	34,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	1634	4,000	8,6000	34,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	1716	8,000	8,6000	68,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	1862	8,000	8,6000	68,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	1957	8,000	8,6000	68,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2042	8,000	8,6000	68,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2046	2,000	8,6000	17,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2192	1,000	8,6000	8,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2194	2,000	8,6000	17,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2314	3,000	8,6000	25,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 15/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2533	4,000	8,6000	34,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2671	3,000	8,6000	25,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Queijo Mussarela Fatiado - embalagem de 500 GRAMAS, interfolhado	2765	10,000	8,6000	86,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1633	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1634	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1641	6,000	0,8000	4,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1720	1,000	0,8000	0,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1721	1,000	0,8000	0,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1862	1,000	0,8000	0,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1872	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1873	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1874	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	1959	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2203	4,000	0,8000	3,20
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2531	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2533	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2535	3,000	0,8000	2,40
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2761	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2763	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	2773	2,000	0,8000	1,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Salsicha hot dog embalagem de 1 kg	1872	6,000	5,8500	35,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Salsicha hot dog embalagem de 1 kg	1873	8,000	5,8500	46,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Salsicha hot dog embalagem de 1 kg	1874	6,000	5,8500	35,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	1716	3,000	9,9500	29,85
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	1862	2,000	9,9500	19,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2044	6,000	9,9500	59,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2046	6,000	9,9500	59,70
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2196	2,000	9,9500	19,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2352	5,000	9,9500	49,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2669	5,000	9,9500	49,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2671	4,000	9,9500	39,80
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Sassami de frango	2673	5,000	9,9500	49,75
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1633	5,000	3,7000	18,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1634	5,000	3,7000	18,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1716	10,000	3,7000	37,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1720	5,000	3,7000	18,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1721	5,000	3,7000	18,50
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO DE SOJA EMBALAGEM DE 1 LITRO	1862	10,000	3,7000	37,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO EM PÓ (LARANJA) EMBALAGEM 175 GRAMAS	1720	5,000	1,3800	6,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 16/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO EM PÓ (LARANJA) EMBALAGEM 175 GRAMAS	1721	5,000	1,3800	6,90
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	SUCO EM PÓ (LARANJA) EMBALAGEM 175 GRAMAS	2044	3,000	1,3800	4,14
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	1633	1,000	1,0000	1,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	1634	1,000	1,0000	1,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	1641	6,000	1,0000	6,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	1720	1,000	1,0000	1,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	1721	1,000	1,0000	1,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	2203	4,000	1,0000	4,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	2765	2,000	1,0000	2,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	2774	3,000	1,0000	3,00
ADEMIR POPENG	CÓPIA DE CHAVE	1540	5,000	5,0000	25,00
ALVARO SACENTI	Sistema de Tratamento de Água para o Centro Educacional Valdemiro Manoel Chiquio, localizado na comunidade de Rio Saltinho, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado/SC.	2388	1,000	14.500,0000	14.500,00
ARIOLDO AUTOMOVEIS	CAMBAGEM	1442	1,000	30,0000	30,00
ARIOLDO AUTOMOVEIS	GEOMETRIA	1442	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA DALEX LTDA	MAO DE OBRA DE REVISÃO DO TACOGRAFO	1438	1,000	35,0000	35,00
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA, BRANCO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 50 ML EM POLIESTIRENO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, LACRADOS, COM 100 UNIDADES CADA.	1388	20,000	0,7900	15,80
CLERISON BESCHINOCK ME	CARIMBO 4912	1549	3,000	35,0000	105,00
CLERISON BESCHINOCK ME	CARIMBO 4926	1549	1,000	55,0000	55,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	ALINHAMENTO	1390	1,000	70,0000	70,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	GEOMETRIA	1390	4,000	14,0000	56,00
DANVIL IMPORTADORA LTDA	COERO	1397	10,000	4,9900	49,90
DANVIL IMPORTADORA LTDA	FRONHA.	1397	5,000	4,9900	24,95
DANVIL IMPORTADORA LTDA	LENÇOL	1397	10,000	4,9900	49,90
DANVIL IMPORTADORA LTDA	PAGÃO	1397	10,000	4,9900	49,90
DANVIL IMPORTADORA LTDA	TOALHAS DE BANHO	1397	10,000	4,9900	49,90
DIGITAL' COMUNICAÇÃO VISUAL	FAIXA 5mt X 0,7 mt	1456	1,000	175,0000	175,00
EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS DESTAQUE LTDA	AQUISIÇÃO DE JORNAL PARA DISTRIBUIÇÃO QUINZENAL NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Circulação quinzenal	1614	286,000	1,7500	500,50
EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS DESTAQUE LTDA	AQUISIÇÃO DE JORNAL PARA DISTRIBUIÇÃO QUINZENAL NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Circulação quinzenal	2063	286,000	1,7500	500,50
EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS DESTAQUE LTDA	AQUISIÇÃO DE JORNAL PARA DISTRIBUIÇÃO QUINZENAL NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Circulação quinzenal		286,000	1,7500	500,50
EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS DESTAQUE LTDA	AQUISIÇÃO DE JORNAL PARA DISTRIBUIÇÃO QUINZENAL NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Circulação quinzenal	2942	286,000	1,7500	500,50
EJC CAMINHÕES E ACESSORIOS	FILTRO DE OLEO	1403	1,000	19,3200	19,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 17/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EJC CAMINHÕES E ACESSORIOS	OLEO DE MOTOR	1403	3,000	36,1700	108,51
EJC CAMINHÕES E ACESSORIOS	PALHETA PARA BRISA	1403	1,000	37,7800	37,78
EJC VEICULOS LTDA.	BRAÇO OSCILANTE	1389	2,000	521,0000	1.042,00
EJC VEICULOS LTDA.	CHAPA BARRA DO ESTABILIZADOR	1389	2,000	11,8000	23,60
EJC VEICULOS LTDA.	MÃO DE OBRA	1389	1,000	198,0000	198,00
EJC VEICULOS LTDA.	SERVIÇO DE TORNO E SOLDA	1389	1,000	30,0000	30,00
ELETRONICA DO ABREU	FONTE DE ALIMENTACAO	1295	1,000	32,0000	32,00
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE EXTENSÃO RURAL, CONFORME AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO PAT	2005	1,000	2.271,4300	2.271,43
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE EXTENSÃO RURAL, CONFORME AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO PAT	2389	1,000	2.271,4300	2.271,43
GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA	PNEU 175X70 R14 RADIAL 10 LONAS	1643	4,000	175,0000	700,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	ABRAÇADEIRA DO DISTRIBUIDOR DE AR	1624	1,000	7,8000	7,80
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	ANEL DE BORRACHA	1624	1,000	2,8000	2,80
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	BORRACHA DI PISTÃO	1624	1,000	11,5000	11,50
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	CONJUNTO DE DISTRIBUIDOR DE AR	1624	1,000	22,0000	22,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	CUPILHAS	1624	4,000	0,2500	1,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	ESFERAS	1624	2,000	0,5000	1,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	GAXETA DE COBRE	1624	2,000	3,1000	6,20
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	GAXETA DO CONDUTOR DE AR	1624	2,000	5,1000	10,20
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	MÃO DE OBRA	1625	2,000	115,0000	230,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	MOLA	1624	2,000	4,5000	9,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	NIPLE COM PORCA	1624	1,000	15,0000	15,00
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	RETENTOR DA BORRACHA	1624	1,000	6,4000	6,40
HIDROSUL MECANICA LTDA - ME	RETENTOR DE PRESSÃO	1624	5,000	5,2000	26,00
IMEXSUL IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA	BRINDES	1402	40,000	4,9900	199,60
IMPREGRAF IND. COM.DE MAT.GRAFICOS LTDA	CARIMBOS	1326	1,000	35,0000	35,00
INSPEVALE INSPEÇÃO DE SEG. VEICULAR LTDA.	INSPEÇÃO VEICULAR	1441	1,000	250,0000	250,00
ITU TRATORES LDTA	PESCOÇO PARA CILADEIRA	1483	1,000	450,0000	450,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ABRAÇADEIRA	1531	2,000	2,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ADAPTADOR	1266	5,000	4,2000	21,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ADAPTADOR	1486	4,000	3,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ADUBO P/ CANTEIRO	1366	5,000	5,5000	27,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ALICATE	1443	1,000	12,5000	12,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	AREIA GROSSA	1604	3,000	78,0000	234,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ARGAMASSA C1	1604	8,000	8,0000	64,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BOCAL	1316	4,000	2,7500	11,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BRITA	1604	2,000	68,0000	136,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 18/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE AÇO	1297	2,000	9,5000	19,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE VIDEA	1297	1,000	6,2000	6,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA VIDEA 5 MM	1297	1,000	5,6000	5,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA	1297	16,000	0,1000	1,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CABO P/ ENXADA	1443	3,000	5,0000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CABO PP 2x2,5 mm²	1297	30,000	1,6500	49,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CADEADO	1443	1,000	9,5000	9,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAIXA DE DESCARGA	1486	1,000	15,0000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CANAleta	1486	4,000	5,0000	20,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CANAleta.	1297	6,000	5,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAP. 100mm	1443	1,000	13,5000	13,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE DE REGULAGEM	1443	1,000	7,5000	7,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE DE TESTE	1297	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE PHILIPIS PEQUENA	1297	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	1297	4,000	21,0000	84,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	1604	8,000	21,0000	168,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	COLA ADESIVA	1297	1,000	1,7500	1,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	DOBRADIÇA	1443	1,000	2,5000	2,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	EMENDA 3/4	1443	1,000	1,0000	1,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ESGUINCHO PLASTICO	1531	1,000	3,9000	3,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ESPUMA EXPANSIVA	1548	1,000	12,5000	12,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	EXTENÇÃO REGUA	1366	1,000	24,2000	24,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FECHO DE 3 POLEGADAS	1443	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO	1297	50,000	0,8500	42,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO SOLIDO	1316	25,700	1,3000	33,41
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE	1297	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FOICE	1443	1,000	18,0000	18,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FORRO DE PINOS	1604	36,000	8,9000	320,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FUGA	1604	15,000	2,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	INTERRUPTOR + TOMADA	1484	2,000	6,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	INTERRUPTOR DUPLO + TOMADA	1484	1,000	10,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	INTERRUPTOR TRIPLO	1604	1,000	11,0000	11,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JOELHO SOLDAVEL 50 MM	1297	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	KIT PARAFUSO E PORCA	1294	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA 60 W	1316	4,000	1,6000	6,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FLORESCENTE	1294	3,000	4,9000	14,70
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FLORESCENTE	1297	1,000	4,9000	4,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FLORESCENTE 20W	1531	3,000	10,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FLORESCENTE COMPLETA	1310	2,000	48,9000	97,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 19/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LONA PRETA	1366	32,000	0,8000	25,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUMINÁRIA 2 X 40 W	1484	1,000	49,9000	49,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUMINÁRIA 2 X 40 W	1604	3,000	49,0000	147,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUVA SOLDAVEL	1297	1,000	1,0000	1,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUVAS	1443	2,000	3,7500	7,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUZ ECONOMICA	1547	3,000	10,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MACHADINHA	1443	1,000	15,7500	15,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MANGUEIRA 3/4.	1443	4,000	1,9000	7,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MARRETA	1443	1,000	13,4000	13,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MARTELO	1443	1,000	13,5000	13,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MEIA CANA	1604	27,000	1,0000	27,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO	1297	16,000	0,1000	1,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO	1443	15,000	0,1500	2,25
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO.	1443	10,000	0,1000	1,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PAU DE 3 MT (5 X10)	1604	6,000	9,0000	54,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PAU DE 3 MT (6 X 12)	1604	4,000	10,5000	42,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PAU DE 3 MT (MADEIRA DE LEI)	1604	4,000	29,7000	118,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PAU DE 4 MT (6 X 12)	1604	14,000	15,0000	210,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PEDRA DE FUNDAMENTO	1604	70,000	1,5000	105,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO ADAPTADOR	1297	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO ADAPTADOR	1443	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA	1297	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA	1443	1,000	3,2000	3,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA	1486	1,000	3,2000	3,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO	1297	2,000	3,2000	6,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO	1486	1,000	3,9000	3,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PISO	1604	36,000	12,0000	432,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PONTEIRA DE PRESSÃO PARA MANGUEIRA	1274	2,000	4,9000	9,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PORTA INTEIRA DE PINOS	1604	1,000	130,0000	130,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 12x12	1604	2,000	7,5000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 14 X 18	1604	1,000	7,2500	7,25
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27	1297	1,000	6,5000	6,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27	1366	1,000	6,5000	6,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Prego 17 x 27	1604	2,000	6,5000	13,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 17x27	1443	1,000	6,6000	6,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 20 X 48	1604	1,000	6,5000	6,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 26X84	1443	46,000	7,5000	345,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO TELHEIRO	1604	2,000	9,0000	18,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	REDUÇÃO 3/4	1297	1,000	1,5000	1,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 20/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	REGISTRO DE GAVETA 25	1297	1,000	6,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	RIPA	1604	2,000	24,0000	48,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	RIPÃO (10 CM)	1604	15,000	4,0000	60,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SARRAFO 8/3	1366	8,000	2,5000	20,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE	1443	1,000	13,9000	13,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TABUAS PLAINADAS	1443	2,000	11,6000	23,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TÁBUAS PLEINADAS (3 MTS)	1604	17,000	41,9000	712,30
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TAPAJUNTAS	1297	7,000	19,6000	137,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TAPAJUNTAS DE 3 MT	1604	12,000	19,6000	235,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TELHA 2,44 X 4 MM	1604	40,000	9,2500	370,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TESTEIRA (10 CM)	1604	18,000	2,5000	45,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TOMADA COM 3 PINOS (ALVENARIA)	1266	3,000	4,5000	13,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TOMADA COM 3 PINOS (MADEIRA)	1486	2,000	4,0000	8,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TOMADA DE EMBUTIR	1484	1,000	4,5000	4,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO SOLDAVEL 25 MM	1297	0,500	10,0000	5,00
JORNAL VALE SUL LTDA ME	contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II - Termo de Referência.	1841	90,000	11,0000	990,00
JORNAL VALE SUL LTDA ME	contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II - Termo de Referência.	2296	86,000	11,0000	946,00
JORNAL VALE SUL LTDA ME	contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II - Termo de Referência.	2529	27,273	11,0000	300,00
JORNAL VALE SUL LTDA ME	contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II - Termo de Referência.	2696	88,000	11,0000	968,00
JULIANE DIVISÓRIAS E FORROS DE PVC	DIVISÓRIA DE EUCATEX COM PORTA	1391	1,000	1.820,0000	1.820,00
JULIO SESAR DA SILVA ME	CHAPA/TELHA DE FIBROCIMENTO	1437	4,000	72,0000	288,00
JULIO SESAR DA SILVA ME	CONCERTO E REVISÃO DE RUFOS E CALHAS	1437	24,000	9,0000	216,00
JULIO SESAR DA SILVA ME	MIQUITÓRIO DE AÇO COM ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO	1437	1,000	195,3200	195,32
JULIO SESAR DA SILVA ME	PIA SANITÁRIA COM ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO	1437	1,000	150,0000	150,00
JULIO SESAR DA SILVA ME	REVISÃO DA ESTRUTURA DE MADEIRA E TELHAMENTO	1437	28,800	20,0000	576,00
JUNIOR MEES ME - S/A PROPAGANDAS	COPIA DE PROJETO	1600	30,000	2,9500	88,50
JUNIOR MEES ME - S/A PROPAGANDAS	COPIA DE PROJETO A3	1600	15,000	1,5000	22,50
JUNIOR MEES ME - S/A PROPAGANDAS	COPIA PROJETO EM A2	1600	15,000	2,1500	32,25
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - incluso despesas com alimentação e deslocamento	2463	6,000	96,0000	576,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 21/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	2577	5,000	96,0000	480,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	2697	5,000	96,0000	480,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	2771	5,000	96,0000	480,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	2839	6,000	96,0000	576,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	2925	5,000	96,0000	480,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	3069	6,000	96,0000	576,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Um árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUIÇO ADULTO- inclusos despesas com alimentação e deslocamento	1475	2,000	97,0000	194,00
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO V	Um árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUIÇO ADULTO- inclusos despesas com alimentação e deslocamento	1514	2,000	97,0000	194,00
LUCIO DEMÉTRIO	MINI PIZZAS	1603	250,000	0,5000	125,00
LUCIO DEMÉTRIO	PASTEL	1603	250,000	0,5000	125,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	ADUBO	1265	5,000	62,0000	310,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	BOTINA ELASTICO RASPA POLVORA	1539	14,000	41,0000	574,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	BOTINA ELASTICO RASPA POLVORA BICO DE AÇO	1539	8,000	48,0000	384,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	BOTINAS ZIPER BICO QUADRADO LATEX C/ VIRA	1539	10,000	58,0000	580,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	BOTINHAS DE COURO	1539	13,000	53,0000	689,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	ESTERCO	1265	10,000	19,0000	190,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	GUARDAPO AZUL M/C G/GG TEC	1539	6,000	56,0000	336,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P (CAIXA CONTENDO 100 LUVAS CADA)	1539	3,000	30,0000	90,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	LUVA DE RASPA PUNHO	1539	6,000	10,0000	60,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	LUVA LATEX FORRADA	1539	100,000	3,3000	330,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	LUVA TRICOTADA 4 F. ELANCA	1539	60,000	2,5000	150,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	MACACÃO INDUSTRIAL TEC M E G	1539	6,000	83,0000	498,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	MASCARA SEMI DESCARTAVEL BRANCA	1539	2,000	6,8000	13,60
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	OCULOS SUPER SAFETY SS2 INCOL ANTI RISCO	1539	20,000	7,0000	140,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	PROTETOR AUDITIVO CONCHA NOVEL 12 DB	1539	7,000	15,0000	105,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	PROTETOR AUDITIVO SILICONE 3M POMP PLUS	1539	10,000	3,1000	31,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	RESPIRADOR 2 FILTROS VAP. ORGANICOS	1539	15,000	39,0000	585,00
MARCIA HINTEMANN KUSTER - COML KUSTER	SUBSTRATO	1265	5,000	12,0000	60,00
MARCOS LUCIANO MORAES & CIA LTDA - ME	PEÇA TEATRAL	1623	1,000	600,0000	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 22/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ITU LTDA	DISCO DE FREIO	1646	2,000	150,0000	300,00
MECANICA ITU LTDA	ROLAMENTO DO CUBO	1646	4,000	57,5000	230,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		1863	10,000	2,5000	25,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		1958	20,000	2,5000	50,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2043	10,000	2,5000	25,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2262	20,000	2,5000	50,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2272	40,000	2,5000	100,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2532	50,000	2,5000	125,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2534	10,000	2,5000	25,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME		2536	30,000	2,5000	75,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1635	2,000	3,5500	7,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1715	4,000	3,5500	14,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1722	2,000	3,5500	7,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1723	2,000	3,5500	7,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1863	8,000	3,5500	28,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	1958	4,000	3,5500	14,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2193	5,000	3,5500	17,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2195	5,000	3,5500	17,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2197	3,000	3,5500	10,65
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2353	6,000	3,5500	21,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2672	5,000	3,5500	17,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ABACAXI DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTACTA, FIRME BEM DESENVOLVIDO, COM FOLHAS FIRMES, SEM RUPTURAS NA CASA	2766	5,000	3,5500	17,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	AGUA MINERAL (20 LTS)	1369	3,000	6,0000	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	AGUA MINERAL (20 LTS)	1381	7,000	6,0000	42,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Alface pés com folhas íntegras, não amareladas ou murchas, em perfeita condição de apresentação	2762	3,000	0,9900	2,97
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Alface pés com folhas íntegras, não amareladas ou murchas, em perfeita condição de apresentação	2764	3,000	0,9900	2,97
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ALHO	1485	1,000	3,9900	3,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ARROZ BRANCO PARBOILIZADO CLASSE LONGO FINO TIPO 1	1485	5,000	1,7000	8,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	EMBALAGEM DE 5 KG				
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BACON	1485	2,000	15,3000	30,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 23/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1635	35,000	1,1400	39,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1715	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1722	35,000	1,1400	39,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1723	45,000	1,1400	51,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1863	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1867	35,000	1,1400	39,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1868	35,000	1,1400	39,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1958	30,000	1,1400	34,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1960	20,000	1,1400	22,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	1962	20,000	1,1400	22,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2043	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2045	30,000	1,1400	34,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2047	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2193	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2195	30,000	1,1400	34,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2197	25,000	1,1400	28,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 24/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2262	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2264	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2272	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2353	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2532	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2534	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2536	45,000	1,1400	51,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2670	50,000	1,1400	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2672	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2674	50,000	1,1400	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2762	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2764	40,000	1,1400	45,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MEDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA	2766	25,000	1,1400	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos (cultivo agroecológico)	1293	10,000	2,6500	26,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	1635	20,000	1,2900	25,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	1715	10,000	1,2900	12,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 25/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	1863	5,000	1,2900	6,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	1958	5,000	1,2900	6,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	1960	40,000	1,2900	51,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	2353	5,000	1,2900	6,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	2532	30,000	1,2900	38,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	2534	10,000	1,2900	12,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	2762	40,000	1,2900	51,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Batata inglesa - de 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, casca lisa, sem manchas e brotos, sem rupturas ou defeitos, limpa de terra e sem objetos estranhos.	2764	40,000	1,2900	51,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	1635	8,000	2,2500	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	1715	8,000	2,2500	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	1863	8,000	2,2500	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	1958	8,000	2,2500	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2043	8,000	2,2500	18,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2045	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2047	10,000	2,2500	22,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2197	10,000	2,2500	22,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2264	10,000	2,2500	22,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2353	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2547	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2672	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Bebida Láctea sabor morango- embalagem de 900 MI	2766	10,000	2,2500	22,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Berinjela - de 1ª qualidade, tamanho médio, intacta, firme, sem partes miles, são sem rupturas na casca, cor característica	1715	2,000	2,9900	5,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Berinjela - de 1ª qualidade, tamanho médio, intacta, firme, sem partes miles, são sem rupturas na casca, cor característica	1863	2,000	2,9900	5,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Berinjela - de 1ª qualidade, tamanho médio, intacta, firme, sem partes miles, são sem rupturas na casca, cor característica	1958	2,000	2,9900	5,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Berinjela - de 1ª qualidade, tamanho médio, intacta, firme, sem partes miles, são sem rupturas na casca, cor característica	2264	4,000	2,9900	11,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	1715	3,000	1,7900	5,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 26/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	1863	2,000	1,7900	3,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	1867	1,000	1,7900	1,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	1868	1,000	1,7900	1,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	2193	2,000	1,7900	3,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	2197	2,000	1,7900	3,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	2762	1,000	1,7900	1,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Beterraba- de 1ª qualidade, seca e limpa, nova, firme, sem folhas, sem sintoma de murcha, cor vermelha intenso, tamanho médio, sem rupturas.	2764	1,000	1,7900	1,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BISCOITO DE COCO	1406	4,000	9,9000	39,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BOLO DE LIMÃO	1394	10,000	4,5000	45,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BOLO SECO	1394	10,000	3,5000	35,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	BOLO SECO	1485	4,000	3,5000	14,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	1635	3,000	2,2500	6,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	1715	6,000	2,2500	13,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	1722	3,000	2,2500	6,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	1723	3,000	2,2500	6,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	1863	6,000	2,2500	13,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2197	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2672	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2674	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2762	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2764	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Brocolis chinês - unidade de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condições de apresentação	2766	5,000	2,2500	11,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CAIXA DE CHÁ CONTENDO 10 SACHES COM 10 GRAMAS CADA	2193	4,000	2,0000	8,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CAIXA DE CHÁ CONTENDO 10 SACHES COM 10 GRAMAS CADA	2775	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CALDO CONCENTRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	1485	1,000	1,3000	1,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA	1400	2,000	12,3000	24,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1635	6,000	9,5000	57,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 27/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1715	3,000	9,5000	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1863	6,000	9,5000	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1865	8,000	9,5000	76,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1866	6,000	9,5000	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1958	3,000	9,5000	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1960	3,000	9,5000	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	1962	3,000	9,5000	28,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2045	6,000	9,5000	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2047	10,000	9,5000	95,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2193	6,000	9,5000	57,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2195	8,000	9,5000	76,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2197	5,000	9,5000	47,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2204	10,000	9,5000	95,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2264	4,000	9,5000	38,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	2699	10,000	9,5000	95,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	1293	15,000	4,9900	74,85
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE SUÍNA	1400	3,000	6,8900	20,67
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARNE SUÍNA	1485	3,000	6,4900	19,47
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CARVÃO	1400	1,000	9,5000	9,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CEBOLA	1485	2,000	2,6500	5,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1715	2,000	1,6500	3,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1757	8,000	1,6500	13,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1863	2,000	1,6500	3,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1869	5,000	1,6500	8,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 28/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1870	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1871	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	1958	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2045	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2047	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2193	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2262	3,000	1,6500	4,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2532	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2534	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2536	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2546	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2670	2,000	1,6500	3,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2674	1,000	1,6500	1,65
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2762	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2764	5,000	1,6500	8,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2184	5,000	2,0000	10,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 29/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2193	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2197	3,000	2,0000	6,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2532	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2534	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2536	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2670	3,000	2,0000	6,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2674	1,000	2,0000	2,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2762	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2764	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Cenoura- fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	2766	3,000	2,0000	6,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CHARQUE	1485	1,000	17,9900	17,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	COSTELINHA SUINA	1485	1,000	13,9900	13,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CUCA	1485	4,000	4,2500	17,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CUCA SABORES	1690	11,000	4,2500	46,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	DOCE DE AMIDO DE MILHO	1485	2,000	4,9900	9,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ERVA MATE	1404	2,000	5,4000	10,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA	1485	2,000	2,4900	4,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Feijão Preto de 1ª qualidade, limpo, sem objetos estranhos, seco	1485	5,000	3,7500	18,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Feijão Preto de 1ª qualidade, limpo, sem objetos estranhos, seco	2272	4,000	2,8900	11,56
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Feijão Preto de 1ª qualidade, limpo, sem objetos estranhos, seco	2534	2,000	2,8900	5,78
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FERMENTO BIOLOGICO DE PÃO 100 GR	2546	10,000	2,2900	22,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FRALDA INFANTIL TAM G	1393	1,000	27,9500	27,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FRALDA INFANTIL TAM GG	1393	2,000	27,9500	55,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FRALDA INFANTIL TAM M	1393	1,000	27,9500	27,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	FRALDA INFANTIL TAM P	1393	1,000	27,9500	27,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 30/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	1635	25,000	2,7500	68,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	1715	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	1863	8,000	2,7500	22,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	1958	8,000	2,7500	22,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2043	8,000	2,7500	22,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2045	25,000	2,7500	68,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2047	30,000	2,7500	82,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2197	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2264	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2353	5,000	2,7500	13,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2547	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2672	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	logurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 MI	2766	10,000	2,7500	27,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	KIT FEIJOADA-PE-ORELHA-JOELHO	1485	3,000	3,5000	10,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1635	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1722	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1723	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1863	5,000	1,4900	7,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1867	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1868	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1958	15,000	1,4900	22,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 31/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1960	25,000	1,4900	37,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	1962	25,000	1,4900	37,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2043	5,000	1,4900	7,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2045	25,000	1,4900	37,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2047	25,000	1,4900	37,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2193	15,000	1,4900	22,35
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2195	10,000	1,4900	14,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2197	5,000	1,4900	7,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2262	15,000	1,4900	22,35
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2264	5,000	1,4900	7,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2353	10,000	1,4900	14,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2532	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2534	30,000	1,4900	44,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2536	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2670	10,000	1,4900	14,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2672	6,000	1,4900	8,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 32/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2674	10,000	1,4900	14,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2762	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2764	20,000	1,4900	29,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LARANJA PERA DE 1º QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	2766	15,000	1,4900	22,35
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	LINGUIÇA	1400	2,000	7,1500	14,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	1635	5,000	5,9900	29,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	1715	4,000	5,9900	23,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	1863	2,000	5,9900	11,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	1958	6,000	5,9900	35,94
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	1960	5,000	5,9900	29,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	2047	4,000	5,9900	23,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	2195	4,000	5,9900	23,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	2197	4,000	5,9900	23,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Lingüiça calabresa embalagem de 400 GRAMAS	2353	4,000	5,9900	23,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1635	35,000	2,1500	75,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1715	10,000	2,1500	21,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1722	35,000	2,1500	75,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1723	35,000	2,1500	75,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1863	15,000	2,1500	32,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1867	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1868	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1958	15,000	2,1500	32,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1960	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	1962	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2043	5,000	2,1500	10,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2045	20,000	2,1500	43,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 33/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2047	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2193	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2195	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2262	20,000	2,1500	43,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2272	20,000	2,1500	43,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2353	15,000	2,1500	32,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2532	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2534	25,000	2,1500	53,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2536	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2670	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2674	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2762	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2764	30,000	2,1500	64,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Maça Fugi e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murchos, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação	2766	15,000	2,1500	32,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	MELADO 250 GR	1394	10,000	4,2500	42,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	NATA 400 GR	1485	1,000	2,9900	2,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Orégano, embalagem 10 GRAMAS	1485	1,000	2,2000	2,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Ovo - frescos, temperatura ambiente de máximo 24 °C, limpos, sem ruptura na casca, intacta, transporte adequado com proteção, dúzia (12unidade)	1293	2,000	4,0000	8,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1635	2,000	3,2500	6,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1715	5,000	3,2500	16,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1722	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1723	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1863	5,000	3,2500	16,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1869	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1870	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1958	5,000	3,2500	16,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1960	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	1962	9,000	3,2500	29,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2047	8,000	3,2500	26,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2193	6,000	3,2500	19,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 34/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2195	15,000	3,2500	48,75
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2197	4,000	3,2500	13,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2262	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2264	2,000	3,2500	6,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2353	4,000	3,2500	13,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2532	5,000	3,2500	16,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2534	5,000	3,2500	16,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2536	6,000	3,2500	19,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2650	1,000	3,2500	3,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2670	2,000	3,2500	6,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2674	10,000	3,2500	32,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2762	4,000	3,2500	13,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	OVOS DE GALINHA	2764	4,000	3,2500	13,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	1715	3,000	5,1000	15,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	1863	3,000	5,1000	15,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	1875	3,000	5,1000	15,30
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	1958	4,000	5,1000	20,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2197	2,000	5,1000	10,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2264	1,000	5,1000	5,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2353	2,000	5,1000	10,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2534	1,000	5,1000	5,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2672	4,000	5,1000	20,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO BRANCO TIPO - BISNAGUINHA DE LEITE	2766	2,000	5,1000	10,20
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE AIPIM	1394	10,000	4,0000	40,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO	1394	4,000	4,0000	16,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1715	2,000	7,5000	15,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1724	4,000	7,5000	30,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1725	4,000	7,5000	30,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1863	2,000	7,5000	15,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1958	1,000	7,5000	7,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	1960	5,000	7,5000	37,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	2197	1,000	7,5000	7,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	2353	1,000	7,5000	7,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE CENTEIO FATIADO	2534	1,000	7,5000	7,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE MILHO	1394	10,000	5,0000	50,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE MILHO	1400	1,000	5,0000	5,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE MILHO	1485	3,000	5,0000	15,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO DE MISTURA	1394	4,000	4,0000	16,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1715	2,000	5,7900	11,58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 35/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1724	7,000	5,7900	40,53
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1725	5,000	5,7900	28,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1863	2,000	5,7900	11,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1958	2,000	5,7900	11,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	1960	5,000	5,7900	28,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2016	5,000	5,7900	28,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2197	1,000	5,7900	5,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2315	5,000	5,7900	28,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2353	2,000	5,7900	11,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2534	2,000	5,7900	11,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2672	3,000	5,7900	17,37
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PÃO DE SANDUICHE	2766	2,000	5,7900	11,58
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO FRANCES	1293	30,000	0,3500	10,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO FRANCES	1400	10,000	0,3000	3,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO FRANCES DE 50 GRAMAS	1876	12,000	6,4000	76,80
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PAO FRANCES DE 50 GRAMAS	1877	10,000	6,4000	64,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PEPINO EM CONSERVA VIDRO GRANDE	1293	1,000	17,9000	17,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	PEPINO EM CONSERVA VIDRO GRANDE	1485	1,000	16,9900	16,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	1635	8,000	2,9900	23,92
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	1715	2,000	2,9900	5,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2195	8,000	2,9900	23,92
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2353	2,000	2,9900	5,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2532	6,000	2,9900	17,94
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2534	4,000	2,9900	11,96
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2536	6,000	2,9900	17,94
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Polvilho Azedo, embalagem até 1KG	2650	1,000	2,9900	2,99
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	1400	3,000	3,0000	9,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	1485	10,000	2,3500	23,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	1550	2,000	3,9900	7,98
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	REPOLHO	1485	2,000	2,0000	4,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1635	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1715	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1722	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1723	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1863	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1867	1,000	1,7000	1,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 36/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1868	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	1958	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2045	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2047	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2193	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2197	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2262	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2272	2,000	1,7000	3,40
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2532	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2534	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2536	1,000	1,7000	1,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2762	3,000	1,7000	5,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Repolho verde - unidade frescos, limpos, sem partes amolecidos, não amarelados ou murcho, em perfeita condição de apresentação	2764	3,000	1,7000	5,10
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ROSCA	1485	3,000	4,0000	12,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ROSQUINHA DE POLVILHO DOCE EMBALAGEM DE 82 GR	1715	6,000	2,4500	14,70
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ROSQUINHA DE POLVILHO DOCE EMBALAGEM DE 82 GR	2536	25,000	2,4500	61,25
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ROSQUINHA DE POLVILHO DOCE EMBALAGEM DE 82 GR	2672	8,000	2,4500	19,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	ROSQUINHA DE POLVILHO DOCE EMBALAGEM DE 82 GR	2766	8,000	2,4500	19,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	SALAME	1485	5,000	7,9900	39,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	SANDUICHE	1446	50,000	1,2500	62,50
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TEMPERO COMPLETO EM SACHE PACOTE COM 12 SACHES DE 5 GR CADA	1485	1,000	3,4900	3,49
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1485	5,000	4,9900	24,95
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1635	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1715	2,000	2,6900	5,38
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1722	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1723	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1863	2,000	2,6900	5,38
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1869	8,000	2,6900	21,52
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1870	8,000	2,6900	21,52
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1871	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1958	3,000	2,6900	8,07



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 37/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1960	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	1962	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2043	2,000	2,6900	5,38
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2045	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2047	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2184	4,000	2,6900	10,76
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2193	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2195	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2197	2,000	2,6900	5,38
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2262	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2272	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2532	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2534	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2536	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2670	10,000	2,6900	26,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2672	2,000	2,6900	5,38
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2674	10,000	2,6900	26,90
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2762	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2764	5,000	2,6900	13,45
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	TOMATE	2766	3,000	2,6900	8,07
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Tomate frescos, sem manchas pretas, ou final de apodrecimento, firme, em perfeitas condições de apresentação	1293	4,000	4,6500	18,60
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Vagem - de 1ª qualidade, firme, secos e limpos, novo, sem sintomas de manchas e murchos, cor verde escuro a verde claro, tamanho médio, em perfeita condições de apresentação	1715	1,000	3,7900	3,79
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	Vagem - de 1ª qualidade, firme, secos e limpos, novo, sem sintomas de manchas e murchos, cor verde escuro a verde claro, tamanho médio, em perfeita condições de apresentação	1863	1,000	3,7900	3,79
NILSON VIEIRA & CIA LTDA	CONCERTO DE PNEUS		3,000	7,0000	21,00
NILSON VIEIRA & CIA LTDA	CONCERTO DE PNEUS	1590	3,000	7,0000	21,00
OLHO VIVO VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA ME	VISTORIA VEICULAR	1599	1,000	40,0000	40,00
PAPELARIA ARCO IRIS	BALÃO DE LATEX CANUDO, PACOTE COM 50 UNIDADES	1347	5,000	8,9000	44,50
PAPELARIA ARCO IRIS	BALÃO LATEX, PACOTE COM 50 UNIDADES	1347	32,000	6,9000	220,80
PAPELARIA ARCO IRIS	SUPORTE PARA FLOR DE BALÃO PACOTE COM 8 UNIDADES	1347	5,000	3,5000	17,50
POSTO DE MOLAS GUNTHER	ALGEMAS DA MOLA	1267	2,000	97,0000	194,00
POSTO DE MOLAS GUNTHER	BUCHA	1267	2,000	42,0000	84,00
POSTO DE MOLAS GUNTHER	BUCHA DE MOLA	1267	10,000	38,0000	380,00
POSTO DE MOLAS GUNTHER	ESPIGÃO 3/8	1267	4,000	8,8000	35,20
POSTO DE MOLAS GUNTHER	GRAMPO DE MOLA	1267	2,000	21,0000	42,00
POSTO DE MOLAS GUNTHER	MÃO DE OBRA	1267	1,000	380,0000	380,00
POSTO DE MOLAS GUNTHER	PORCAS	1267	4,000	3,5000	14,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 38/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PR/CASA CIVIL/IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPrensa NACIONAL)	1472	1,000	151,8500	151,85
RETIFICA TREVO LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE	1645	1,000	61,7600	61,76
RETIFICA TREVO LTDA	ÓLEO LUBRIFICANTE DE MOTOR- 15 W 40	1645	7,000	9,6300	67,41
RFS CHAVES E ELETRODOMESTICO - RAFAEL F. ST	RESERVATÓRIO D'AGUA	1477	1,000	120,0000	120,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	BATERIA 150 A	1542	2,000	415,0000	830,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	BICO INJETOR	1542	6,000	54,0000	324,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA DE PNEU - PÁ CARREGADEIRA	1542	1,000	150,0000	150,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA DE PNEU MICRO ONIBUS	1544	7,000	55,0000	385,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA DE PNEUS ONIBUS	1544	1,000	85,0000	85,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA PNEU CAÇAMBA	1542	3,000	85,0000	255,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA PNEU CARRO	1544	3,000	28,0000	84,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO DE PNEUS	1545	20,000	20,0000	400,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU CAÇAMBA	1543	13,000	25,0000	325,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU CARRO	1545	4,000	10,0000	40,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU ONIBUS	1545	11,000	25,0000	275,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU PÁ CARREGADEIRA	1543	2,000	30,0000	60,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU RETRO ESCAVADEIRA	1543	3,000	30,0000	90,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	PROTETOR DE PNEU	1544	8,000	35,0000	280,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TIP TOP	1542	9,000	12,0000	108,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TIP TOP CARRO	1544	3,000	8,0000	24,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TIP TOP MICRO ONIBUS	1544	11,000	12,0000	132,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TROCA DE PNEUS	1543	12,000	22,0000	264,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TROCA DE PNEUS	1545	32,000	17,0000	544,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TROCA PNEU PATROLA	1543	2,000	27,5000	55,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	VENTIL	1542	1,000	15,0000	15,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	VENTIL	1544	4,000	11,5000	46,00
ROMIL DECORAÇÕES LTDA	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO	1322	1,000	900,0000	900,00
RONALDO HEINZEN	Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situada na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Chapadão do Lageado - SC.	1591	1,000	481,0400	481,04
RONALDO HEINZEN	Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situada na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Chapadão do Lageado - SC.	1993	1,000	481,0400	481,04
RONALDO HEINZEN	Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situada na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Chapadão do Lageado - SC.	2393	1,000	481,0400	481,04
RONALDO HEINZEN	Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situada na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Chapadão do Lageado - SC.	2868	1,000	481,0400	481,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 39/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	contratação de Empresa para a Construção do Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC, com área total de 1.317,76 m², compreendendo a 2ª e a 3ª Etapa, de acordo com projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.		1,000	16.116,6400	16.116,64
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	AR CONDICIONADO, 12.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	2136	1,000	1.499,0000	1.499,00
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	AR CONDICIONADO, 12.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	2138	3,000	1.499,0000	4.497,00
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	AR CONDICIONADO, 12.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	2265	4,000	1.499,0000	5.996,00
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	AR CONDICIONADO, 18.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	2138	1,000	2.170,0000	2.170,00
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	AR CONDICIONADO, 24.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	2138	1,000	2.820,0000	2.820,00
SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - SÃ	ABRAÇADEIRA DE AÇO	1613	2,000	110,0000	220,00
SILVANA KRAUS ALTHOFF	CAMISETA	1517	1,000	369,9000	369,90
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tamanho N° 16 - metragem do tamanho: (Comprimento: 62, Busto 100 cm, Manga 60 cm), tonalidade vermelha com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	30,000	46,6766	1.400,30
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, Tamanho N° G - metragem do tamanho: (Comprimento: 76 cm, Busto 122 cm, Manga 70 cm), tonalidade vermelha com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	1,000	56,4826	56,48
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, Tamanho N° G - metragem do tamanho: (Comprimento: 76 cm, Busto 122 cm, Manga 70 cm), tonalidade vermelha com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2900	1,000	56,4826	56,48
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, Tamanho N° M - metragem do tamanho: (Comprimento: 72 cm, Busto 118 cm, Manga 66 cm), tonalidade vermelha com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	15,000	55,1784	827,68
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, Tamanho N° P - metragem do tamanho: (Comprimento: 68 cm, Busto 110 cm, Manga 64 cm), tonalidade vermelha com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	20,000	53,7663	1.075,33
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho N° 10 - metragem do tamanho: (Comprimento 53cm, Busto 84cm, Manga 46cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2011	4,000	40,8616	163,45
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho N° 10 - metragem do tamanho: (Comprimento 53cm, Busto 84cm, Manga 46cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	63,000	40,8616	2.574,28
STAROSKY CONFECÇÕES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho N° 12 - metragem do tamanho: (Comprimento 55cm, Busto 90cm, Manga 50cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	65,000	43,6073	2.834,47

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 40/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 12 - metragem do tamanho: (Comprimento 55cm, Busto 90cm, Manga 50cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2900	3,000	43,6073	130,82
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 14 - metragem do tamanho: (Comprimento 58, Busto 94cm, Manga 54cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	50,000	46,5491	2.327,46
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 2 - metragem do tamanho: (Comprimento 40cm, Busto 68cm, Manga 35cm), com recortes em preto, e bordados da rede municipal de ensino frente e costas. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2011	13,000	36,2822	471,67
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 4 - metragem do tamanho: (comprimento 44cm, Busto 72cm, Manga 40cm), com recortes em preto, e bordados da rede municipal de ensino, frente e costas . Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2011	25,000	36,2822	907,06
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 4 - metragem do tamanho: (comprimento 44cm, Busto 72cm, Manga 40cm), com recortes em preto, e bordados da rede municipal de ensino, frente e costas . Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2899	8,000	36,2822	290,26
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 6 - metragem do tamanho: (Comprimento 48cm, Busto 76cm, Manga 42cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2011	28,000	36,7725	1.029,63
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 6 - metragem do tamanho: (Comprimento 48cm, Busto 76cm, Manga 42cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2899	5,000	36,7725	183,86
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 8 - metragem do tamanho: (Comprimento 50cm, Busto 80cm, Manga 44cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2011	58,000	39,1260	2.269,31
STAROSKY CONFECOES LTDA	Jaqueta de reco escolar, tonalidade vermelha, Tamanho Nº 8 - metragem do tamanho: (Comprimento 50cm, Busto 80cm, Manga 44cm), com recortes em preto, e bordado da rede municipal de ensino. Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; gramatura 275g/m².	2013	8,000	39,1260	313,01
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho Nº P metragem (comprimento 100cm, quadril 98cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	22,000	40,3419	887,52
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho Nº4 metragem do tamanho (comprimento 62cm, quadril: 74cm) tonalidade vermelha com detalhes em filete na lateral da calça em branco, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2011	37,000	24,5150	907,06
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho NºG - metragem do tamanho (comprimento 110cm, quadril 114cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	1,000	43,0778	43,08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 41/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°M - metragem do tamanho (comprimento 106cm, quadril 108cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	3,000	42,7542	128,26
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tonalidade Preta, tamanho N°10 metragem (comprimento 78cm, quadril 86cm), com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	75,000	29,3200	2.199,00
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tonalidade preta, tamanho N°4 metragem do tamanho (comprimento 62cm, quadril: 74cm), com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2900	5,000	24,5150	122,58
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N° 6 - metragem do tamanho (comprimento 68cm, quadril 78cm) tonalidade vermelho com detalhes em filete na lateral da calça em branco, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2011	49,000	25,4956	1.249,28
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°10 metragem (comprimento 78cm, quadril 86cm) tonalidade Vermelha com detalhes em filete na lateral da calça em Branco, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2011	5,000	29,3200	146,60
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°12- metragem do tamanho (comprimento 82cm, quadril 88cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	52,000	30,9870	1.611,32
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°14 - metragem do tamanho (comprimento: 86cm, quadril 90cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	50,000	34,3210	1.716,05
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°16 -metragem do tamanho (comprimento 92cm, quadril 94cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	26,000	36,7725	956,09
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°16 -metragem do tamanho (comprimento 92cm, quadril 94cm) tonalidade Preta com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2900	3,000	36,7725	110,32
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°2 - metragem do tamanho (comprimento 56cm, quadril: 72cm) tonalidade vermelha com detalhes em filete na lateral da calça em branco, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2011	18,000	23,8250	428,85
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tamanho N°8 -metragem do tamanho (comprimento 74cm, quadril 82cm) tonalidade Vermelha com detalhes em filete na lateral da calça em branco, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2011	18,000	26,9665	485,40
STAROSKY CONFECOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tonalidade Preta, tamanho N° 6 - metragem do tamanho (comprimento 68cm, quadril 78cm), com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	5,000	25,4956	127,48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 42/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tonalidade Preta, tamanho N° 6 - metragem do tamanho (comprimento 68cm, quadril 78cm), com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2900	9,000	25,4956	229,46
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Calça Escolar com bolso, tonalidade Preta, tamanho N°8 -metragem do tamanho (comprimento 74cm, quadril 82cm), com detalhes em filete na lateral da calça em vermelho, Composição da malha: Poliéster 65%; Algodão 35%; Gramatura 275g/m².	2013	48,000	26,9665	1.294,39
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 10 - metragem do tamanho: (comprimento 52cm, Busto 82cm, Manga 45cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2011	4,000	21,0190	84,08
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 10 - metragem do tamanho: (comprimento 52cm, Busto 82cm, Manga 45cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	76,000	21,0190	1.597,44
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° 14 - metragem do tamanho: (comprimento: 60cm, Busto 94cm, Manga 53cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	30,000	24,2297	726,89
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° 16 - metragem do tamanho: (comprimento: 64cm, Busto 100cm, Manga 57cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	25,000	24,2297	605,74
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 2 - metragem do tamanho: (Comprimento 38cm, Busto 62cm, Manga 32cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2011	14,000	15,6200	218,68
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 4 - metragem do tamanho: (Comprimento 42cm, Busto 68cm, Manga 35cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2011	44,000	17,3069	761,50
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 6- metragem do tamanho: (Comprimento 46cm, Busto 74cm, Manga 40cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2011	73,000	17,8083	1.300,01
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 8 - metragem do tamanho: (Comprimento 48cm, Busto 80cm, Manga 43cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2011	60,000	20,0548	1.203,29
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga Longa, Tamanho N° 8 - metragem do tamanho: (Comprimento 48cm, Busto 80cm, Manga 43cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	6,000	20,0548	120,33
STAROSKY CONFECCOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° G - metragem do tamanho: (comprimento 74cm, Busto 116cm, Manga 68cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	1,000	23,6223	23,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 43/43

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STAROSKY CONFECÇOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° G - metragem do tamanho: (comprimento 74cm, Busto 116cm, Manga 68cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2900	1,000	23,6223	23,62
STAROSKY CONFECÇOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° M - metragem do tamanho: (comprimento 73cm, Busto 110cm, Manga 64cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	11,000	23,6223	259,85
STAROSKY CONFECÇOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° M - metragem do tamanho: (comprimento 73cm, Busto 110cm, Manga 64cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2900	9,000	23,6223	212,60
STAROSKY CONFECÇOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N° P - metragem do tamanho: (comprimento 71cm, Busto 106cm, Manga 60cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	23,000	21,1154	485,65
STAROSKY CONFECÇOES LTDA	Camiseta manga longa, Tamanho N°12 - metragem do tamanho: (comprimento 55cm, Busto 92cm, Manga 48cm) tonalidade de cor Vermelha, PV 65% poliéster, 35% viscose, gramatura 165 g/m², com bordado da Rede Municipal de Ensino.	2013	62,000	22,9474	1.422,74
TECHMICRO INFORMÁTICA	BATERIA FINA 3V	1546	4,000	5,0000	20,00
TECHMICRO INFORMÁTICA	COOLER PARA PENTIUM II	1546	1,000	35,0000	35,00
TOTALIMP de Claudio Zoz & Cia.Ltda	GEL P/ PAINEL	1601	1,000	130,0000	130,00
TOTALIMP de Claudio Zoz & Cia.Ltda	SCHAMPOO PARA CARRO	1601	50,000	1,7000	85,00
VT REPRESENTAÇÃO GENÉTICA LTDA - ME....	BAINHA BOVIGAIME PARA INSEMINAÇÃO	1515	2,000	25,0000	50,00
VT REPRESENTAÇÃO GENÉTICA LTDA - ME....	JERSEY	1515	50,000	14,0000	700,00
VT REPRESENTAÇÃO GENÉTICA LTDA - ME....	LUVA CAIXA COM 100 UN	1515	2,000	40,0000	80,00
VT REPRESENTAÇÃO GENÉTICA LTDA - ME....	NITROGENIO LIQUIDO	1515	12,400	4,0000	49,60
Total Geral do Mês ---->					153.813,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	418	300,000	0,7800	234,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	685	50,000	0,7800	39,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO MEDIO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	418	20,000	19,8500	397,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 20 ML	418	500,000	0,3400	170,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 20 ML	685	1.000,000	0,3400	340,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO AMPOLA COM 05 ML	344	200,000	0,2600	52,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 15 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER N° DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO N° 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	542	100,000	1,6000	160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 20 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER N° DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO N° 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	542	100,000	2,1000	210,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Curativo Tipo Bandaid Normal 19 X 75 C/35	344	10,000	5,5000	55,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ESCOVA PARA LAVAR MATERIAIS CONTAMINADOS	344	5,000	1,4500	7,25
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ESCOVA PARA LAVAR MATERIAIS CONTAMINADOS	542	5,000	1,4500	7,25
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO RESISTENTE À QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LEITURA FÁCIL E PRECISA. PÊRA GRANDE PARA RÁPIDA INSUFLAÇÃO DO MANGUITO. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO MOLDADO EM ABS OU LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO DE IMPACTOS E CHOQUES. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO DE 2 ANOS E 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE CALIBRAÇÃO, DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZÍPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	344	1,000	245,0000	245,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO RESISTENTE À QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LEITURA FÁCIL E PRECISA. PÊRA GRANDE PARA RÁPIDA INSUFLAÇÃO DO MANGUITO. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO MOLDADO EM ABS OU LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO DE IMPACTOS E CHOQUES. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO DE 2 ANOS E 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE CALIBRAÇÃO, DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZÍPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	687	1,000	245,0000	245,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	LANCETAS DESC. P/ LANCETADOR	687	300,000	0,6700	201,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	LIXEIRA METAL C/ PEDAL + RECIPIENTE 20 LT INOX,	344	2,000	300,0000	600,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Pinça Anatomica Dente De Rato 14 Cm	542	1,000	12,0000	12,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Pinça Histologica Ponta Fina 16 Cm	542	1,000	20,0000	20,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO LUGOL FORTE 5,00% 1000 ML	344	1,000	110,0000	110,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO 0500 ML 0,9%	344	200,000	2,9500	590,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TERMOMETRO DE MERCURIO	344	5,000	7,8000	39,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Tintura De Iodo 2% 1000 ML	344	2,000	31,0000	62,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	BALANCEAMENTO	388	4,000	14,0000	56,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	GEOMETRIA	388	1,000	70,0000	70,00
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS T.A. LTDA	PALHETA PARA BRISA	325	1,000	24,2000	24,20
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM. M	348	12,000	9,4500	113,40
GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS	KIT ANIMADO DO ZÉ GOTINHA	350	1,000	1.390,0000	1.390,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FLEXIVEL	387	1,000	3,5000	3,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA	387	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO MACHO	387	1,000	3,2000	3,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SILICONE	387	1,000	9,5000	9,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TAMPO SANITÁRIO	387	1,000	11,5000	11,50
LUIS ALBERTO HASKEL & CIA LTDA-ME	ANTENA PARABOLICA COM RECEPTOR	324	1,000	379,0000	379,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	AGULHA DESCARTAVEL 30X7, CAIXA COM 100 UNIDADES	346	1,000	4,1800	4,18
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	ALCOOL HOSPITALAR 96,0% 92,8 INPM 1000 ML	346	40,000	6,5500	262,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	APARELHO DE GLICEMIA	346	3,000	60,9000	182,70
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	419	50,000	1,0500	52,50

ESTADO DE SANTA CATARINA **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO**

Página: 4/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER N° DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO N° 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	541	200,000	1,0500	210,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	BLOQUEADOR SOLAR FPS 30, PELE NORMAL, COM 120 GR	346	20,000	20,0000	400,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	COLAR CERVICAL PERFIT ACE 4 EM 1 ADULTO	346	1,000	43,0000	43,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS PEQUENO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	346	20,000	1,7000	34,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	FITA ADESIVA 16 MM X50M	541	10,000	3,2500	32,50
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	FITA MICROPORE 5,0 CM x 10,0 MTS	419	20,000	4,1000	82,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	FITA MICROPORE 5,0 CM x 10,0 MTS	541	20,000	4,1000	82,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML SPRAY	346	2,000	7,4500	14,90
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	LOCAO OLEOSA A BASE DE GIRASSOL VITAMINA A E ACIDO LINOLEICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO LECITINA DE SOJA E ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS/TCM QUE REVITALIZA A PELE AUXILIANDO NA PREVENCAO DE ESCARAS. FRASCO DE 500 ML.	346	20,000	9,9500	199,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	LOCAO OLEOSA A BASE DE GIRASSOL VITAMINA A E ACIDO LINOLEICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO LECITINA DE SOJA E ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS/TCM QUE REVITALIZA A PELE AUXILIANDO NA PREVENCAO DE ESCARAS. FRASCO DE 500 ML.	541	20,000	9,9500	199,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	346	1,000	19,9000	19,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	790	10,000	19,9000	199,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	MÉTODO DE NEBULIZAÇÃO: CAVITAÇÃO POR ULTRASSOM; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 90~240 VOLTS - AC 50/ 60HZ; TAMANHO DAS PARTÍCULAS: 80% MENORES DO QUE 4 MICRA; CAPACIDADE DE NEBULIZAÇÃO: 10 ML; TEMPO DE NEBULIZAÇÃO: APROXIMADAMENTE 12 MINUTOS; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS; TAXA DE NEBULIZAÇÃO: ENTRE 0,75ML/ MIN. A 1,25ML/ MIN. (CONSTANTE); FREQUÊNCIA DE OSCILAÇÃO: 2,0 MHZ; ACIONAMENTO: TECLA DE MEMBRANA DIGITAL; LED INDICADOR: APARELHO LIGADO; DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXC): 160 X 100 X 210 MM; DIMENSÕES DO PRODUTO EMBALADO (AXLXC): 207 X 118 X 238 MM; PESO DO PRODUTO: 690 G; PESO DO PRODUTO EMBALADO: 900 G; POTÊNCIA: 20 WATTS (MÁXIMO) - BAIXÍSSIMO CONSUMO; VALIDADE: INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECÍVEL); CONTÉM NA EMBALAGEM: (1) CORPO DO INALADOR, (1) MÁSCARA ADULTO, (1) MÁSCARA INFANTIL, (1) TRAQUEIA, (1) BOQUILHA, (1) JOGO COM 15 COPOS DE MEDICAMENTO, (1) TAMPA DO RESERVATÓRIO, (1) MANUAL DE INSTRUÇÕES/ CERTIFICADO DE GARANTIA E GARANTIA: 12 MESES; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SILENCIOSO, ALTO DESEMPENHO E PORTÁTIL.	346	2,000	174,0000	348,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	PROTETOR OCULAR ADULTO	346	4,000	16,2000	64,80
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 10 ML	346	400,000	0,2100	84,00
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	TIRAS REAGENTES PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS, COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 20-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA OU AMPEROMÉTRICA, COM REGISTRO NA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 UNIDADES.	346	10,000	48,0000	480,00
MINIMERCADO E TRANSPORTES HERDT LTDA ME	CASCO DE BOTIJÃO DE GÁS	322	1,000	100,0000	100,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	Agua Deionizada 5000 MI (Destilada)	853	20,000	10,9900	219,80
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ALMOTOLIA ESCURA 500ML BICO RETO	345	2,000	2,2200	4,44
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ALMOTOLIA ESCURA 500ML BICO RETO	421	2,000	2,2200	4,44
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML BICO RETO	345	2,000	2,2200	4,44
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	Clorexidina 2,0 % degermante 1000 ML	345	1,000	9,5000	9,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	Clorexidina 2,0 % degermante 1000 ML	421	1,000	9,5000	9,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	COLETOR MATERIAL PERFUROCORTANTE COM 13 LITROS EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRATICO E SEGURO AO MANUSEIO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 3853.	345	10,000	4,0000	40,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ESCOVA P/ ASSEPSIA C/ CLOREXIDINA 2%	345	5,000	2,2000	11,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ESFIGMOMANOMETRO DIGITAL DE PULSO	345	2,000	115,0000	230,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ESFIGMOMANOMETRO DIGITAL DE PULSO	853	2,000	115,0000	230,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	ESPARADRAPO 10 X 4,5	853	10,000	6,8500	68,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	FITA MICROPORE 1,2 CM x 04,5 MTS	345	10,000	1,5000	15,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	FITA MICROPORE 1,2 CM x 04,5 MTS	482	1,000	1,5000	1,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	GERMI-RIO 5000 ML	789	5,000	26,0000	130,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	HASTES FLEXIVEIS TIPO COTONETE C/ 75	345	5,000	1,1200	5,60
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5	345	10,000	1,4500	14,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0	345	10,000	1,4500	14,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	482	12,000	19,9000	238,80
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	853	5,000	19,9000	99,50
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	MASCARA BRANCA COM ELASTICO, COM 50 UN	345	10,000	7,1000	71,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	MULETA AXILAR MEDIA	789	1,000	103,0000	103,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	PINÇA KOCHER RETA 16 CM	345	4,000	35,5000	142,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	PORTA AGULHA MATHIEU TAMANHO 20	345	1,000	170,0000	170,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	PORTA LAMINA PLASTICA TUBO P/03 UNIDADES TRANSPARENTE	853	50,000	9,7000	485,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	PVPI - TOPICO 1000 ML	345	1,000	18,0000	18,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	345	1,000	18,0000	18,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	REANIMADOR MANUAL ADULTO COM RESERVATÓRIO	345	1,000	165,0000	165,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	RESERVATORIO AMBU ADULTO	345	1,000	27,0000	27,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	SUPORTE PARA SACO HAMPER ESMALTADO C/ RODA	345	1,000	410,0000	410,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	SUPORTE PARA SACO HAMPER ESMALTADO C/ RODA	421	1,000	410,0000	410,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	TERMOMETRO DIGITAL	345	1,000	13,4000	13,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	TERMOMETRO DIGITAL MAX/MIN P/VACINA	345	2,000	60,0000	120,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	TESOURA CIRURGICA 10 CM RETA,	345	2,000	17,0000	34,00
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOL	VASELINA LIQUIDA 1 LITRO	345	1,000	21,0000	21,00
RETIFICA TREVO LTDA	ELEMENTO AR	374	1,000	73,1500	73,15
RETIFICA TREVO LTDA	ELEMENTO LUBRIFICANTE	374	1,000	59,3000	59,30
RETIFICA TREVO LTDA	OLEO LUBRIFICANTE	374	6,000	8,3500	50,10
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CAMARA PNEU CARRO	395	1,000	28,0000	28,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	CONCERTO PNEU	396	4,000	10,0000	40,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TIP TOP	395	2,000	8,0000	16,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	TROCA DE PNEUS	396	6,000	7,0000	42,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTDA	VENTIL	395	1,000	10,0000	10,00
S. VASSELAI & CIA LTDA - ME	POTES COM TAMPA PARA FRIEEZER	347	2,000	9,9900	19,98
S. VASSELAI & CIA LTDA - ME	RELOGIO DE MESA DIGITAL	347	1,000	9,9900	9,99
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGIC	ESCOVAS DENTAIS ADULTO	375	300,000	0,6000	180,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGIC	ESCOVAS DENTAIS INFANTIS	375	100,000	0,5000	50,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGIC	FLUOR EM PÓ SACHE 2 Gr	375	300,000	0,6100	183,00
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGIC	RESINA Z-350 REPOSIÇÃO A-2B(BODY)	375	1,000	103,5500	103,55
STAROSKY CONFECCOES LTDA	CALÇA	320	5,000	42,5000	212,50
STAROSKY CONFECCOES LTDA	CAMISETA	320	5,000	22,0000	110,00
STAROSKY CONFECCOES LTDA	CASACO DE MOLETOM	320	5,000	48,9000	244,50
STAROSKY CONFECCOES LTDA	JALECO	320	4,000	35,0000	140,00
Total Geral do Mês ---->					14.082,77

Cocal do Sul

PREFEITURA

Decreto SAF/N°. 469/13

DECRETO SAF/N°. 469/13, de 09 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

HENRIQUE KELLER FRUTUOSO, portador do CPF nº. 044.123.959-52, Médico Clínico Geral, nomeado pelo Decreto SAF/N°. 399/13, de 05 de julho de 2013, a partir de 02 de setembro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto SAF/N°. 470/13

DECRETO SAF/N°. 470/13, de 09 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

ELIZABET HEINZEN DO NASCIMENTO, portadora do CPF nº. 557.426.889-20, Professora ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N°. 446/13, de 12 de agosto de 2013, a partir de 05 de setembro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto SAF/N°. 471/13

DECRETO SAF/N°. 471/13, de 09 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR A PEDIDO

IVONETE PRUDÊNCIO DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 377.235.619-20, Merendeira ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N°. 217/11, de 13 de maio de 2011, a partir de 05 de setembro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural

Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N°. 262/13

DECRETO LEGISLATIVO N° 262/13, de 11/09/2013.

CONCEDE DIPLOMA DE MÉRITO COMUNITÁRIO DO LEGISLATIVO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, PROMULGA O SEGUINTE:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. É concedido o Diploma de Mérito Comunitário do Legislativo de Cocal do Sul aos cidadãos em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade e que contribuíram no crescimento e desenvolvimento do município a saber:

ANGELINO BONETTI ANTÔNIO JOSÉ ZACCARON

FRANCISCO DE ASSIS DOMINGOS HYLÁRIO ERNESTO DE FÁVERI

JABINO CARRER JOÃO CARLOS DE PELLEGRIN DE SOUZA

NELSON DA SILVA NEREU LUIZ FURLAN

PEDRO JOÃO SNOEYER QUINTINO GHELLERE

Art. 2º. A entrega do Diploma concedido por este Decreto Legislativo se dará em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, correrão por conta de orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 11 de setembro de 2013.

VOLNEI DA SILVA JOÃO GERALDO ECHELI

Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos onze dias do mês de setembro de 2013.

Decreto Legislativo N°. 263/13

DECRETO LEGISLATIVO N° 263/13, de 11/09/2013.

CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO SUL COCALENSE À PESSOAS QUE NOMINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. É concedido o Título Honorífico de Cidadão Sul Cocalense à:

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDUARDO PINHO MOREIRA
VICE- GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NAZARENO MARCINEIRO
COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 2º. A entrega do Título concedido por este Decreto Legislativo se dará em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, correrão por conta de orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 11 de setembro de 2013.

VOLNEI DA SILVA JOÃO GERALDO ECHELI
Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos onze dias do mês de setembro de 2013.

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial N° 96/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 96/2013 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa para prestação dos serviços artísticos visando à chegada do Papai Noel, a ser feita em helicóptero, para abertura do Projeto Sonho de Natal 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes de habilitação e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços N° 18/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 18/2013 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou

construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para recuperação asfáltica na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, neste Município, com recursos oriundos próprios e contrapartida do Governo Estadual, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 30/09/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/09/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 30/09/2013, às 16h00min.

ABERTURA: dia 1º/10/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 10 de setembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Termo de Entrega Fmdd N° 4/2013

TERMO DE ENTREGA FMDD N° 4/2013

Considerando:

- a Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012; os Decretos nºs. 5.699, de 26 de abril de 2012 e 328/2012, de 12 de março de 2012 e alterações;

- que o bem é de extrema importância para o bom andamento das atividades desempenhadas pela Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA e otimizarão o atendimento à população em geral,

o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Concórdia, SC, pelo Conselho Gestor do FMDD, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO, efetua a entrega imediata à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, situada na Rua Marechal Deodoro, 232, Concórdia, SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor EDSON LUIS GONÇALVES, o seguinte bem:

- 1 (uma) motocicleta Yamaha Factor YBR 125 E, ano/moodelo 2013/2014, cor preta, gasolina, chassi 9C6KE1930E0003946, acompanhado de 1 (um) capacete do tipo fechado, código patrimonial 54377.

A partir da presente data, o bem passa a ser de uso exclusivo da FUMDEMA.

O Município viabilizará a autorização legislativa para a doação do bem, durante o exercício de 2013.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2013.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD

EDSON LUIS GONÇALVES
Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1059/2013 - Autoriza a Permuta de Débito Tributário por Bem Imóvel Nos Termos da Lc 94/2013

LEI Nº 1059/2013

"AUTORIZA A PERMUTA DE DÉBITO TRIBUTÁRIO POR BEM IMÓVEL NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 94/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em permuta de créditos Tributários, dos contribuintes Senhor Silvestre Antonio Cella e sua esposa Anita Catarina Tosatti Cella, e do Senhor Edson Getúlio Cella e sua esposa Mary Lucia Tecchio Cella, o imóvel de propriedade dos dois últimos devedores, de matrícula 1.460, Registro 7-1460, do Cartório de Registro de Imóveis local, com 1.000,00 m2, lote urbano nº64, da quadra 11, situado no Distrito de Fernando Machado neste município, com as confrontações constantes da matrícula.

§ 1º O imóvel avaliado por Imobiliárias, a pedido do proprietário e do município, teve uma média de avaliação de R\$ 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos reais) valor acordado para a transação.

§ 2º A dívida dos proprietários para o município até 31 de dezembro de 2012, importa em R\$ 104.297,16 (cento e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) e com a adoção das vantagens do PREFICA importa em R\$ 52.498,68 (cincoenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º - A diferença entre o valor do imóvel e o valor do débito tributário, deduzidas as dívidas tributárias dos contribuintes referentes ao exercício 2013, será pago aos proprietários quando da comprovação da regularização do desmembramento do imóvel perante o registro de imóvel local, concedendo-se para a regularização, prazo até 31 de dezembro de 2013, findo o qual, sem a ação dos proprietários a transação perde efeito.

Art. 3º - A pedido dos contribuintes, fica revogada a Lei nº 991/2012 e sua regulamentação.

Art. 4º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de setembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Contrato Adm. Nº 22/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato 016/2013 visando prorrogar o prazo de execução pelo período de 90 dias a contar desta data

VIGÊNCIA: 23/10/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Liani Stoffel Wilbert.

Cordilheira Alta, SC, em 26/07/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 852013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 85/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação n. 15/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

VALOR: R\$ 24.485,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2013

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017;

Elemento n. 339099;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Sandra Bergamin

Cordilheira Alta, SC, em 08 de fevereiro de 2013

Extrato Contrato Adm. Nº 86/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 86/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: CDO PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP.

LICITAÇÃO: Convite n. 26/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO MUNICIPAL DE TRATAMENTO DE AGUA.

VALOR: R\$ 11.865,00.

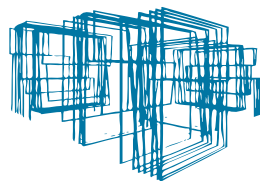
VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.032;

Elemento n. 339099;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e José Roberto Melo.

Cordilheira Alta, SC, em 21 de agosto de 2013.



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Recebimento de Recursos Federais Agosto/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 01/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.001,23
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.001,23
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.001,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.001,23

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 02/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.285,33
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.957,95
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.957,95
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.456,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.501,95
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.327,38
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.327,38
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.327,38

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 05/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.997,86
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	687,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.310,36
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.310,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.310,36



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 06/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		722,85
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	722,85
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	722,85
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	722,85

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 07/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		779,03
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	779,03
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	779,03
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	779,03

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 08/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.204,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	5.328,76
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.328,76
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	5.328,76
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	876,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	876,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	876,00

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 09/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		228.289,18
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	268.417,01
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	267.725,29
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	267.725,29
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	267.725,29
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.158,79
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	66.931,32
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	160.635,18
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	691,72
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	691,72
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	13.417,22
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.417,22
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.417,22
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-53.545,05
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-53.545,05
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-53.545,05
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-53.545,05

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 12/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.410,03
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.410,03
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.410,03
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.410,03

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 13/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.739,33
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.739,33
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.739,33
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.739,33



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 14/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.924,23
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.924,23
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.924,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.924,23

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 15/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		29.328,28
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.382,83
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	8.382,83
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.945,45
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.945,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.945,45

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 16/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		916,14
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	916,14
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	916,14
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	916,14



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013
 Data do Recebimento: 19/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	1.284,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	500,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	784,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	784,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	784,93

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013
 Data do Recebimento: 20/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	43.319,65
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	46.661,96
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	29.348,85
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	29.342,05
4.1.7.2.1.01.02.10.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	29.342,05
4.1.7.2.1.01.02.10.01 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.401,31
4.1.7.2.1.01.02.10.02 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.335,51
4.1.7.2.1.01.02.10.03 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	17.605,23
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6,80
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,70
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4,08
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,02
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.489,96
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.489,96
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.823,15
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação	10.823,15
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.527,45
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	2.527,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	2.527,45
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-5.869,76
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-5.869,76
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-5.868,40
9.1.7.2.1.01.02.10.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-5.868,40
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,36

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 21/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	10.000,42
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	6.650,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.650,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.650,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.350,42
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	3.350,42
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	3.350,42

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 22/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	7.137,60
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.137,60
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	7.137,60
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	7.137,60

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2013

Data do Recebimento: 23/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	6.277,16
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.277,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	6.277,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	6.277,16

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2013
Data do Recebimento: 27/08/2013**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.614,04
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	9.360,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	9.360,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.254,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.254,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.254,04

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2013
Data do Recebimento: 29/08/2013**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.935,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.935,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.935,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.935,69

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 30/08/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		112.338,02
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	131.647,94
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	129.099,03
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	129.062,43
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	129.062,43
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	19.359,36
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	32.265,61
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	77.437,46
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	36,60
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9,15
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	21,96
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5,49
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.548,91
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	637,23
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.529,34
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	382,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.019,66
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.019,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.019,66
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-26.329,58
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-25.819,80
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-25.812,48
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-25.812,48
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-7,32
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-509,78

Coronel Freitas

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 01/2013

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E PINTURA NO POSTO DE SAÚDE - PSF II NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Tipo: Menor Valor/GLOBAL

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 27/09/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 27/09/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 10 de Setembro de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 152, de 09 Setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 152, DE 09 SETEMBRO DE 2013.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando o Convênio nº. 009 de 17/08/2010, firmado entre o Correio e o Município de Coronel Martins, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, Senhora Salete Biazin Gonçalves ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas funções junto a Correio, a partir do dia 09 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de setembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria Nº. 153, de 09 de Setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 153, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Lídia de Barba, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por um período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 06 de setembro a 05 de outubro de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, e em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de setembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Edital Nº. 013, de 09 de Setembro de 2013.

EDITAL Nº. 013, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Edital de Teste Seletivo nº. 001, de 09 de janeiro de 2013.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca a candidata aprovada para assumir a vaga, conforme teste seletivo referente ao Edital nº. 001, de 09 de janeiro de 2013 e Decreto nº. 033, de 28 de janeiro de 2013, nos seguintes termos:

2 - Fica convocada a seguinte candidata, no seu respectivo cargo abaixo identificado, para comparecer no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, até dia 11 de setembro de 2013, as 08:00 horas, para assumir, a vaga com início das atividades a partir do dia 11 de setembro de 2013:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO GERAL

DANIELA CIVIDINI

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Edital nº. 001 de 09 de janeiro de 2013.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 09 de setembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Edital N° 014, de 10 de Setembro de 2013.
EDITAL N° 014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Edital de Teste Seletivo n°. 001, de 09 de janeiro de 2013.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca as candidatas aprovadas para assumirem a vaga, conforme teste seletivo referente ao Edital n°. 001, de 09 de janeiro de 2013 e Decreto n°. 033, de 28 de janeiro de 2013, nos seguintes termos:

2 - Ficam convocadas as seguintes candidatas, nos seus respectivos cargos abaixo identificados, para comparecerem no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, até dia 12 de setembro de 2013, as 08:00 horas, para assumir, a vaga com início das atividades a partir do dia 12 de setembro de 2013:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO GERAL
GRAZIELE SILVEIRA
DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Edital n°. 001 de 09 de janeiro de 2013.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
10 de setembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 230/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 230/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para publicações de atos oficiais do município de Curitibanos na imprensa escrita com veiculação no estado de Santa Catarina, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/09/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 30/09/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de

Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09 de Setembro de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 232/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 232/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de gêneros alimentícios para alunos de estabelecimento de ensino de nosso Município que irão participar de palestras sobre Trânsito, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/10/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 01/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Setembro de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 233/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 233/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Pneu 12x16,5 para Retroescavadeira RK-406-b da frota da Secretaria de Transporte e Obras, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 01/10/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 01/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Setembro de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 014/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 017/2013

Edital de Pregão nº 014/2013

Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos e éticos para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 25/09/2013. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

SILVANO RODRIGO PRATTO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Lei Nº 2.203/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI Nº 2.203/2013. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Faxinal dos Guedes crédito adicional ESPECIAL no valor de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a inclusão da seguinte dotação orçamentária: 05.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; 05.03 - Departamento de Esportes; Projeto/Atividade n. 27.812.2701.1.056 - Ampliação da Rede Física Esportiva; Modalidade de Aplicação: 4490.00.00; Fonte de Recurso: 01.83 - Operações de Crédito Interna; Valor: R\$ 1.500.000,00. Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.282, de 15 de maio de 2013 e Lei 2.298 de 20 de agosto de 2013. § 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo. § 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei 2.292 de 13 de agosto de 2013. Faxinal dos Guedes, 10 de setembro de 2013. JEAN KELLY DALL'

AGNOL, Prefeito Municipal em Exercício.

Edital de Convocação 025

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE: Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2012. Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário: Das 8h às 12h e das 13h às 17h e 30min. Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse: Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso; Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet); Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino); Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida; Registro no órgão competente depende do cargo); Cédula de Identidade; CPF; Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado. 01 foto 3x4 recente; Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP; Comprovante de conta corrente em Banco; Comprovante de residência -atualizado; Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir Carteira de motorista; (depende do cargo). Carteira de vacinação; Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II. Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas: Contra Hepatite B; Contra Tétano; Contra Febre Amarela; VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas: Contra tétano; VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação. Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. Faxinal dos Guedes, SC, 09 de setembro de 2013. JEAN KELLY DALL' AGNOL, Prefeito Municipal em Exercício. REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA. ANEXO I. CARGO: NUTRICIONISTA. CANDIDATO: CAMILA MARAN. CLASSIFICAÇÃO: 2º. ANEXO II. DECLARAÇÃO. NOME: ESTADO CIVIL: ENDEREÇO RUA: BAIRRO: CIDADE: TELEFONE: CPF: CÉDULA DE IDENTIDADE: EMPREGO: HORAS SEMANAIS: LOCAL DE TRABALHO: DATA DESTA DECLARAÇÃO: DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressaltado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal. Assinatura do Declarante.

Forquilha

PREFEITURA

Lei N° 1.898, de 10 de Setembro de 2013.

LEI N° 1.898, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N° 1.597, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º da Lei nº 1.597, de 04 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a filiar o Município de Forquilha e contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; com a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; bem como, com a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, entidade regional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina."

Art. 2º Fica alterado o caput do art. 4º da Lei nº 1.597, de 04 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ficam ratificados os atos de filiação, delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2013.
ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei N° 1.899, de 10 de Setembro de 2013.

LEI N° 1.899, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de até R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1.011 - CONSTR. AMPL. REF. REEQ. CENTROS EDUCAÇÃO

INFANTIL

64 - 4490.0695 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

1.013 - CONSTR. AMPL. REF. REEQ. DE UNIDADES ESCOLARES

35 - 4490.0695 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão 09 - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico
2.039 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

134 - 3190.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1.050 - AQUISIÇÃO DE ÁREA, CONSTR., AMPLIAÇÃO, ADAP. E REEQ. UNID. SAUDE/CAPS

004 - 4490.0696 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

2.055 - PROGRAMA FARMACIA BÁSICA

001 - 3390.0696 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 780.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2.033 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

86 - 3390.0080 - Aplicações Diretas R\$ 780.000,00

TOTAL R\$ 780.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2013.
ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei N° 1.900, de 10 de Setembro de 2013.

LEI N° 1.900, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CTG DO TIO CHICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao CTG do Tio Chico, entidade sem fins lucrativos, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal N° 385, de 02 de dezembro de 1996, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 80.167.679/0001-47, no montante de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que serão utilizados para custear despesas com premiação e infraestrutura do XXVI Rodeio Crioulo Nacional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 41/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 41/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 66/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. FAM. DE FORQUILHINHA.

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual para mais 30(trinta) dias passando de 31/07/2013 para 30/08/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Complementar N° 0165/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 165, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 072, DE 31 DE JULHO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 3º, da Lei Complementar n. 072, de 31 de junho de 2006, que passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 3º. A escolha dos Conselheiros Tutelares e de seus suplentes, será feita mediante procedimento estabelecido na Lei Municipal que dispor sobre a política municipal de atendimento aos Direitos da Criança e Adolescente, obedecidas as disposições previstas neste artigo.

§ 1º. O mandato dos Conselheiros Tutelares será de 4(quatro) anos, permitida 1(uma) recondução, mediante novo processo de escolha pela população local.

§ 2º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4(quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, nos termos da Lei Federal n. 12.696/12.

§ 3º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 4º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar,

é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 2º. Fica alterado o artigo 8º, da Lei Complementar n. 072, de 31 de junho de 2006, que passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 8º. O Conselheiro Tutelar, no efetivo exercício da sua função, perceberá como remuneração a título de subsídio o valor correspondente a R\$ 1.420,22 (um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e dois centavos).

§ 1º. O valor do subsídio será reajustado anualmente, na mesma data, no mesmo percentual e pelo mesmo índice da revisão geral anual concedida as agentes públicos municipais de Fraiburgo, a teor do que dispõe o artigo 77, X, da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º. O Conselheiro Tutelar ocupante de cargo ou emprego público da administração direta ou indireta do Município poderá optar pelo recebimento dos vencimentos do respectivo cargo ou emprego.

§ 3º. O Conselheiro Tutelar fará jus a gratificação natalina, nos exatos termos previstos nos artigos 64 a 67, da Lei Complementar Municipal n. 109/10.

§ 4º. O Conselheiro Tutelar perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos.

§ 5º. Os Conselheiros Tutelares ficam vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, de que trata a Lei federal n. 8.212, de 24 de julho de 1991 e alterações e contribuirão na forma e percentuais estabelecidos pela legislação federal que regula o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Art. 3º. Fica alterado o parágrafo segundo do artigo 10, da Lei Complementar n. 072, de 31 de junho de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 []

§ 2º. O gozo de férias anuais remuneradas deverá ser acrescido de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014, revogadas todas as disposições em contrário, em especial o artigo 11 e parte final do caput do artigo 21, ambos da Lei Municipal 1.219/97.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 11 DE SETEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Complementar N° 0166/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 0166, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR N° 053/2003

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o artigo 40 com a seguinte redação:

Art. 40. O valor do imposto será calculado aplicando-se as seguintes ALCs - Alíquotas Correspondentes:

I - 0,40 % (quarenta centésimos por cento) nas transmissões efetuadas por Companhias Públicas de Habitação;

II - 1% (um por cento) sobre a parte financiada, nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação;
III - 2% (dois por cento) nas demais transmissões "inter vivos" a título oneroso.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 11 DE SETEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2112/2013

PORTARIA N° 2.112, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARIZA LUCIA-NO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n° 990.606.559-15, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de setembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2113/2013

PORTARIA N° 2.113, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1169/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, URIA IRIA BECKEMBACH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 522.516.249-53, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2114/2013

PORTARIA N.º 2.114, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1194/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653-17, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2115/2013

PORTARIA N.º 2.115, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1196/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 933.503.689-72, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2116/2013

PORTARIA N° 2.116, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o ofício n.º 0049/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELIZANGELA DE FÁTIMA ANDRADE XAVIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.060.899-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, pelo período de 21 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2117/2013

PORTARIA N° 2.117, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o ofício n.º 0049/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora TÂNIA DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 439.322.409-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, pelo período de 21 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2118/2013

PORTARIA N° 2.118, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme a comunicação interna n.º 1197/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 20 horas semanais a professora VÂNIA APARECIDA FAGHERAZZI KAEFER, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora ALESSANDRA DE SOUZA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 021.184.719-47, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, pelo período de 12 de setembro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2119/2013

PORTARIA N° 2.119 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, inscrita no CPF sob o n. 552.260.789-00, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto ao posto de atendimento de Fraiburgo da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, localizado na Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Fraiburgo - ACIAF, desempenhando a função de fiscalizadora dos livros contábeis, a partir de 09 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2120/2013

PORTARIA N° 2.120, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 064.035.949-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de setembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2121/2013

PORTARIA N° 2.121, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições

legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora LILIÂNI RUTE DA LUZ WEIRICH, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 290.414.258-45, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de setembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial N° 0021/2013 Rp 0010-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0030/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 0021/2013 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS N° 0010/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos para uso nas Unidades de Saúde. Vigência/Validade da Ata: setembro de 2013 a janeiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 26.09.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 10 de setembro de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 122/2013

DECRETO N.º 122, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referente à competência do 2º quadrimestre de 2013, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Art. 2º. Será realizada a Audiência Pública no dia 30 de setembro de 2013, às 09:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. A Audiência será coordenada pelo Senhor: Ronye Paes,

Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, equipe técnica de contadores, juntamente com representantes da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/09/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 30/09/2013, às 09:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Professor Antonio José Botelho, n.º 113, Centro, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 2º quadrimestre de 2013, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 10 de Setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Decreto N.º 123/2013

DECRETO N.º 123, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA A LEI Nº 1.682, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 6º da Lei Municipal n.º 1.682,

DECRETA:

Art. 1º O proprietário que desejar utilizar-se do instituto da Transferência do Direito de Construir, nos termos da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, deverá apresentar, no ato do requerimento, os seguintes documentos:

I - Matrícula atualizada do imóvel originário do direito de construir;

II - Ato legal que determinou a impossibilidade do uso do direito de construir no imóvel originário:

a) Nos casos previstos nos Incisos de I a V do Art. 1º da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, o ato legal pertinente será o decreto que tornou de utilidade pública o imóvel originário do direito de construir ou parte deste;

b) Nos casos previstos no parágrafo 1º do Art. 1º da mencionada Lei, que refere-se à doação prevista na Lei nº 1.410, de 01 de julho de 2010, o ato legal pertinente será a certidão atualizada da matrícula do imóvel doado;

c) Nos casos previstos no parágrafo 2º do Art. 1º da mencionada Lei, o ato legal pertinente será a certidão de matrícula atualizada que comprove o registro do loteamento realizado anteriormente a



09 de dezembro de 1987, data de início da vigência da Lei nº 255. III- Levantamento topográfico do imóvel originário, composto por planta, memorial(is) descritivo(s) e A.R.T. do CREA/SC ou R.R.T. do CAU, onde seja destacada a área atingida pelo ato legal que determinou a impossibilidade do uso do direito de construir no imóvel originário e a área remanescente neste, se houver, com a devida anuência da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

IV- Certidão de Valor Venal do imóvel originário do direito de construir;

Parágrafo único. No caso da área remanescente no imóvel originário ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área mínima do lote definida nas fichas particularizadas das Zonas delimitadas na Lei nº 1.465, de 29 de outubro de 2010, "Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Garopaba", e não sendo possível o remembramento desta área remanescente a um imóvel lindeiro do mesmo proprietário, a Transferência do Direito de Construir incidirá sobre a totalidade do imóvel originário.

Art. 2º Após o exame da documentação apresentada, estando à mesma em conformidade com o disposto na Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012 e neste decreto, e após o pagamento da taxa de expediente correspondente, será emitido o Certificado de Potencial Construtivo Transferido-CPCT conforme modelo constante no Anexo I da referida Lei, assinado pelo prefeito municipal, lavrando-se então, excetuando-se os casos onde já houver sido lavrada escritura de doação nos termos da Lei nº 1.410, de 01 de julho de 2010, a correspondente Escritura Pública de Permuta (Parcial ou Total) de Imóvel por Índice Construtivo.

Art. 3º No pedido de utilização do Certificado de Potencial Construtivo Transferido-CPCT, deverá ser apresentada Certidão de Valor Venal do imóvel em que será usado o CPCT; Em caso de uso em imóvel de Classe Fiscal de valor do metro quadrado diferente da Classe Fiscal do imóvel originário, será usado o Potencial Construtivo Transferido Corrigido-PCTC, calculado da seguinte forma: $PCTC \text{ (em m}^2\text{)} = PCT \text{ (em m}^2\text{)} / \text{Valor do m}^2 \text{ de utilização} \times \text{Valor do m}^2 \text{ originário}$

§ 1º Para os imóveis localizados em mais de uma Classe Fiscal, será calculado o valor médio de terreno, de acordo com a Planta Genérica de Valores instituída pela Lei nº 1.689, de 28 de Dezembro de 2012.

§ 2º No projeto construtivo em que for utilizado Certificado de Potencial Construtivo Transferido-CPCT em imóvel de Classe Fiscal diferente da Classe Fiscal do imóvel que o originou, após a identificação deste certificado no Quadro de Áreas da Edificação, deverá ser mencionado o Potencial Construtivo Corrigido na forma do caput do presente artigo.

Art. 4º As áreas dos imóveis permutadas por índice construtivo com a municipalidade, nos termos do Parágrafo 2º da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, serão acrescidas na matrícula das áreas públicas do loteamento correspondente, mediante averbação, em consonância com o Artigo nº 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.

§ 1º Na matrícula do imóvel originário, havendo área remanescente igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) da área mínima do lote definida nas fichas particularizadas das Zonas delimitadas na Lei nº 1.465, de 29 de outubro de 2010, "Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Garopaba", após a averbação da Transferência do Direito de Construir, serão atualizadas a área superficial e as medidas afetadas pela permuta parcial, equiparando-se esta permuta ao ajuste de divisas previsto no parágrafo 9º do Artigo 213 da Lei Federal nº 6.015/73, "Lei de Registros Públicos", alterada pela Lei Federal nº 10.931/2004.

§ 2º No caso previsto no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, após a averbação prevista no caput do presente artigo e após a averbação da Transferência do Direito de Construir na matrícula do imóvel originário, esta será encerrada.

Art. 5º Os valores definidos para as taxas de expediente nos Artigos 2º e 3º da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, serão

válidos para o ano de 2013, sendo atualizados, a partir deste ano, junto com as demais taxas e preços públicos municipais, pelos mesmos critérios e índices aplicados pelo Município de Garopaba. Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/09/2013, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº29/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 179/2013; IL nº. 029/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: CHEILLA SILVA BORGES; CNPJ nº: 18.302.453/001-38; Objeto: Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras através de jornal de circulação regional com abrangência no Município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/09/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Credenciamento Nº21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 21/2013; Processo nº. 179/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Cheilla Silva Borges - ME; CNPJ: 18.302.452/0001-38; Objeto: Credenciamento para serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, através de jornal de circulação regional com abrangência no município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/09/2013

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Controle da Origem e dos Gastos com Ensino - Agosto/2013
CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - AGOSTO/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MES DE AGOSTO DE 2013

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.326.904,02
1.2 - ITBI	1.286.764,78
1.3 - ISS	1.170.014,64
1.4 - FPM	7.145.778,66
1.5 - IRRF	353.866,76
1.6 - ICMS	3.279.117,14
1.7 - IPI	49.482,62
1.8 - IPVA	1.135.751,24
1.9 - ITR	2.543,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	15.894,41
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	756.100,97
1.12 - Multas e Juros de Mora	93.957,20
TOTAL	18.616.175,80

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	4.654.043,95
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	3.866.790,54
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	9.522,50
2.3 - Convênios	1.346.774,86
TOTAL	9.877.131,85

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	2.325.713,49	2.325.711,85	-1,64
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	2.325.787,82	3.577.504,60	1.251.716,78
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	1.550.525,22	67.123,27	-1.483.401,95
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.328.330,46	2.397.265,42	68.934,96
3.5 - Convênios e Transferências	1.346.774,86	623.086,64	-723.688,22
TOTAL	9.877.131,85	8.990.691,78	-886.440,07

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 09 de setembro de 2013.

% APLICADO : 25,37%

Aplicado a maior : 68.933,32

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

Controle da Origem e dos Gastos com Saúde - Agosto 2013
CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - AGOSTO 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
MÊS DE AGOSTO DE 2013

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
<i>Receitas Oriundas de Impostos</i>	<i>Arrecadação Até o Mês</i>
1.1 - IPTU	3.326.904,02
1.2 - ITBI	1.286.764,78
1.3 - ISS	1.170.014,64
1.4 - FPM	7.145.778,66
1.5 - IRRF	353.866,76
1.6 - ICMS	3.279.117,14
1.7 - IPI	49.482,62
1.8 - IPVA	1.135.751,24
1.9 - ITR	2.543,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	15.894,41
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	756.100,97
1.12 - Multas e Juros de Mora	93.957,20
TOTAL	18.616.175,80

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
<i>Especificação</i>	<i>Acumulado até o Mês</i>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.792.426,37
2.2 - Rendimento de Aplicação	21.316,65
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	3.383.297,43
TOTAL	6.197.040,45

3 - APLICAÇÃO			
<i>Especificação</i>	<i>Exigência Legal (1)</i>	<i>Realizada (2)</i>	<i>Diferença (3)</i>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	2.792.426,37	4.239.652,43	1.447.226,06
3.2 - Convênios e Transferências	3.404.614,08	2.387.024,48	-1.017.589,60
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	6.197.040,45	6.626.676,91	429.636,46

% aplicado = 22,77%

Aplicado a maior = 1.447.226,06

Garopaba, 09 de setembro de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Setembro/Agosto - 2013
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - SETEMBRO /AGOSTO - 2013

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.003.400,65	2.864,68
Pessoal Ativo	19.726.678,39	2.864,68
Pessoal Inativo e Pensionista	276.722,26	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	962.259,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	693.588,04	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	268.671,54	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	19.041.141,07	2.864,68
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	19.044.005,75	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	38.286.715,44
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,74
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	20.674.826,34
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	19.641.085,02
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	18.607.343,70

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 09/09/2013

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO- 4º Bimestre**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE**

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.069.042,00	37.069.042,00	7.082.131,64	19,11	28.838.182,72	77,80	8.230.859,28
RECEITAS CORRENTES	36.501.742,00	36.501.742,00	5.828.159,39	15,97	26.446.557,46	72,45	10.055.184,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.886.705,00	7.886.705,00	980.825,11	12,44	7.810.199,33	99,03	76.505,67
IMPOSTOS	6.405.705,00	6.405.705,00	845.918,95	13,21	6.137.550,20	95,81	268.154,80
TAXAS	1.480.000,00	1.480.000,00	134.906,16	9,12	1.672.649,13	113,02	-192.649,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.350.000,00	1.350.000,00	218.333,77	16,17	914.202,68	67,72	435.797,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	500.000,00	500.000,00	89.654,41	17,93	340.210,29	68,04	159.789,71
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	850.000,00	850.000,00	128.679,36	15,14	573.992,39	67,53	276.007,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.153.600,00	1.153.600,00	-8.721,98	0,00	-429.983,84	0,00	1.583.583,84
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.143.600,00	1.143.600,00	-8.721,98	0,00	-429.983,84	0,00	1.573.583,84
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	34,51	3,45	34,51	3,45	965,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.676.100,00	24.676.100,00	4.329.225,20	17,54	17.003.085,35	68,91	7.673.014,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.377.100,00	24.377.100,00	3.913.482,13	16,05	16.486.309,08	67,63	7.890.790,92
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	5.307,00	53,07	5.307,00	53,07	4.693,00
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Conv.	269.000,00	269.000,00	410.436,07	152,58	511.469,27	190,14	-242.469,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.434.337,00	1.434.337,00	308.462,78	21,51	1.149.019,43	80,11	285.317,57
Multas e Juros de Mora	212.637,00	212.637,00	95.344,46	44,84	296.151,84	139,28	-83.514,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200,00	200,00	12.015,41	007,71	21.527,70	763,85	-21.327,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.026.500,00	1.026.500,00	198.682,30	19,36	818.081,67	79,70	208.418,33
Rec. Dec. De Aporte Periódico p/ Amortização de Dé	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
RECEITAS DIVERSAS	25.000,00	25.000,00	2.420,61	9,68	13.258,22	53,03	11.741,78
RECEITAS DE CAPITAL	567.300,00	567.300,00	1.253.972,25	221,04	2.391.625,26	421,58	-1.824.325,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31.000,00	31.000,00	153.101,00	493,87	468.750,20	512,10	-437.750,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	153.101,00	493,87	468.750,20	512,10	-437.750,20
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	506.300,00	506.300,00	1.100.871,25	217,43	1.922.875,06	379,79	-1.416.575,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	506.300,00	506.300,00	1.100.871,25	217,43	1.922.875,06	379,79	-1.416.575,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	211.484,03	21,15	829.910,63	82,99	170.089,37
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.000.000,00	211.484,03	21,15	829.910,63	82,99	170.089,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.000.000,00	179.283,73	17,93	702.564,22	70,26	297.435,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	179.283,73	17,93	702.564,22	70,26	297.435,78

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	211.484,03	21,15	829.910,63	82,99	170.089,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	32.200,30	0,00	127.346,41	0,00	-127.346,41
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	0,00	0,00	32.200,30	0,00	127.346,41	0,00	-127.346,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.069.042,00	38.069.042,00	7.293.615,67	19,16	29.668.093,35	77,93	8.400.948,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.069.042,00	38.069.042,00	7.293.615,67	19,16	29.668.093,35	77,93	8.400.948,65
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.069.042,00	38.069.042,00	7.293.615,67	19,16	29.668.093,35	77,93	8.400.948,65
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.278.450,23	—	—	799.626,44	—	—
Superávit Financeiro	—	1.278.450,23	—	—	799.626,44	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.815.242,00	4.436.843,85	41.252.085,85	5.948.162,38	28.407.563,19	6.581.730,93	24.883.018,42	60,32	16.369.067,43
DESPESAS CORRENTES	31.385.613,00	1.222.595,25	32.608.208,25	5.406.601,87	24.692.416,50	5.561.342,55	22.757.750,37	69,79	9.850.457,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.576.849,00	-238.917,55	19.337.931,45	3.377.274,53	13.790.137,55	3.377.516,53	13.786.172,65	71,29	5.551.758,80
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	280.100,00	-80.000,00	200.100,00	-10.500,00	169.500,00	32.066,77	137.156,15	68,54	62.943,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.528.664,00	1.541.512,80	13.070.176,80	2.039.827,34	10.732.778,95	2.151.759,25	8.834.421,57	67,59	4.235.755,23
DESPESAS DE CAPITAL	3.311.629,00	3.214.248,60	6.525.877,60	541.560,51	3.715.146,69	1.020.388,38	2.125.268,05	32,57	4.400.609,55
INVESTIMENTOS	2.747.520,00	3.014.248,60	5.761.768,60	518.560,51	3.055.347,66	884.114,23	1.588.200,07	27,56	4.173.568,53

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.815.242,00	4.436.843,85	41.252.085,85	5.948.162,38	28.407.563,19	6.581.730,93	24.883.018,42	60,32	16.369.067,43
AMORTIZACAO DA DIVIDA	564.109,00	200.000,00	764.109,00	23.000,00	659.799,03	136.274,15	537.067,98	70,29	227.041,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	2.088.000,00	0,00	2.088.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.253.800,00	-1.000,00	1.252.800,00	212.046,51	835.959,27	212.046,51	835.959,27	66,73	416.840,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.082.900,00	-1.000,00	1.081.900,00	179.846,21	708.612,86	179.846,21	708.612,86	65,50	373.287,14
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.700,00	0,00	170.700,00	32.200,30	127.346,41	32.200,30	127.346,41	74,60	43.353,59
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.069.042,00	4.435.843,85	42.504.885,85	6.160.208,89	29.243.522,46	6.793.777,44	25.718.977,69	60,51	16.785.908,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.069.042,00	4.435.843,85	42.504.885,85	6.160.208,89	29.243.522,46	6.793.777,44	25.718.977,69	60,51	16.785.908,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.949.115,66	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.069.042,00	4.435.843,85	42.504.885,85	6.160.208,89	29.243.522,46	6.793.777,44	29.668.093,35	60,51	16.785.908,16

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 249.957,55

FONTE:

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

GAROPABA, 09/09/2013

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.815.242,00	41.252.085,85	5.948.162,38	28.407.563,19	6.581.730,93	24.883.018,42	96,75	60,32	16.369.067,43
Legislativa	1.676.000,00	1.676.000,00	258.519,52	1.129.614,24	258.365,16	1.058.367,02	4,12	63,15	617.632,98
Ação Legislativa	1.676.000,00	1.676.000,00	258.519,52	1.129.614,24	258.365,16	1.058.367,02	4,12	63,15	617.632,98
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração	2.959.162,00	3.380.759,33	460.659,57	2.369.644,24	550.126,64	2.141.673,06	8,33	63,35	1.239.086,27
Ação Judiciária	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
Administração Geral	2.048.062,00	2.487.659,33	405.485,54	1.831.096,43	444.171,94	1.658.497,17	6,45	66,67	829.162,16
Administração Financeira	911.100,00	673.100,00	55.174,03	538.547,81	105.954,70	483.175,89	1,88	71,78	189.924,11
Segurança Pública	71.000,00	101.000,00	7.837,69	51.255,49	6.695,21	42.368,65	0,16	41,95	58.631,35
Defesa Civil	71.000,00	101.000,00	7.837,69	51.255,49	6.695,21	42.368,65	0,16	41,95	58.631,35
Assistência Social	915.800,00	957.375,02	110.551,77	563.516,82	129.381,30	519.665,50	2,02	54,28	437.709,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.100,00	135.100,00	18.382,54	66.009,51	20.797,71	61.199,98	0,24	45,30	73.900,02
Assistência Comunitária	780.700,00	822.275,02	92.169,23	497.507,31	108.583,59	458.465,52	1,78	55,76	363.809,50
Saúde	8.685.181,00	10.339.720,83	1.717.684,04	7.681.645,35	1.640.065,78	6.488.451,09	25,23	62,75	3.851.269,74
Atenção Básica	8.685.181,00	10.339.720,83	1.717.684,04	7.681.645,35	1.640.065,78	6.488.451,09	25,23	62,75	3.851.269,74
Educação	9.291.390,00	9.913.094,06	1.915.414,89	7.458.225,63	1.870.825,79	6.539.011,03	25,42	65,96	3.374.083,03
Alimentação e Nutrição	192.300,00	192.300,00	81.759,90	164.155,77	60.308,98	134.560,82	0,52	69,97	57.739,18
Ensino Fundamental	8.297.440,00	8.430.583,96	1.512.385,51	6.403.242,36	1.498.456,07	5.592.467,27	21,74	66,34	2.838.116,69
Ensino Superior	247.000,00	247.000,00	49.393,22	140.824,08	33.699,93	95.884,45	0,37	38,82	151.115,55
Educação Infantil	495.250,00	968.810,10	258.719,79	715.514,48	265.204,34	681.609,55	2,65	70,36	287.200,55
Educação Especial	59.400,00	74.400,00	13.156,47	34.488,94	13.156,47	34.488,94	0,13	46,36	39.911,06
Cultura	102.000,00	108.000,00	15.828,99	35.464,84	14.715,79	34.351,64	0,13	31,81	73.648,36
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	7.000,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,03	92,86	500,00
Difusão Cultural	101.000,00	101.000,00	9.328,99	28.964,84	8.215,79	27.851,64	0,11	27,58	73.148,36
Urbanismo	5.641.300,00	5.788.300,00	801.293,87	4.804.103,45	922.818,18	4.236.453,24	16,47	73,19	1.551.846,76
Infra-Estrutura Urbana	2.880.100,00	3.178.700,00	480.214,15	2.554.341,30	478.839,03	2.339.358,38	9,10	73,59	839.341,62
Serviços Urbanos	2.761.200,00	2.609.600,00	321.079,72	2.249.762,15	443.979,15	1.897.094,86	7,38	72,70	712.505,14
Habitação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Habitação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.815.242,00	41.252.085,85	5.948.162,38	28.407.563,19	6.581.730,93	24.883.018,42	96,75	60,32	16.369.067,43
Saneamento	292.900,00	292.900,00	70.000,00	188.100,00	65.213,16	161.309,49	0,63	55,07	131.590,51
Saneamento Básico Urbano	292.900,00	292.900,00	70.000,00	188.100,00	65.213,16	161.309,49	0,63	55,07	131.590,51
Agricultura	1.090.700,00	1.307.450,00	120.724,90	946.888,21	452.102,75	832.759,15	3,24	63,69	474.690,85
Extensão Rural	1.090.700,00	1.307.450,00	120.724,90	946.888,21	452.102,75	832.759,15	3,24	63,69	474.690,85
Comércio e Serviços	1.248.000,00	1.380.961,59	83.148,25	1.092.713,37	123.508,22	1.007.530,63	3,92	72,96	373.430,96
Turismo	1.248.000,00	1.380.961,59	83.148,25	1.092.713,37	123.508,22	1.007.530,63	3,92	72,96	373.430,96
Transporte	448.300,00	1.529.591,02	164.827,28	356.971,82	189.767,06	302.706,14	1,18	19,79	1.226.884,88
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	26.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.100,00
Transporte Rodoviário	422.200,00	1.503.491,02	164.827,28	356.971,82	189.767,06	302.706,14	1,18	20,13	1.200.784,88
Desporto e Lazer	257.200,00	220.625,00	13.369,66	113.647,96	13.445,97	104.879,33	0,41	47,54	115.745,67
Desporto Comunitário	257.200,00	220.625,00	13.369,66	113.647,96	13.445,97	104.879,33	0,41	47,54	115.745,67
Encargos Especiais	1.981.009,00	2.101.009,00	208.301,95	1.615.771,77	344.699,92	1.413.492,45	5,50	67,28	687.516,55
Previdência do Regime Estatutário	582.000,00	582.000,00	77.223,64	347.180,73	84.987,94	327.368,86	1,27	56,25	254.631,14
Serviço da Dívida Interna	844.009,00	964.009,00	12.500,00	829.299,03	168.340,92	674.224,13	2,62	69,94	289.784,87
Outras Transferências	555.000,00	555.000,00	118.578,31	439.292,01	91.371,06	411.899,46	1,60	74,22	143.100,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DO RPPS	2.088.000,00	2.088.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.252.800,00	212.046,51	835.959,27	212.046,51	835.959,27	3,25	66,73	416.840,73
Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.577,12	14.862,90	2.577,12	14.862,90	0,06	61,93	9.137,10
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.577,12	14.862,90	2.577,12	14.862,90	0,06	61,93	9.137,10
Administração	150.600,00	150.600,00	26.241,74	103.254,55	26.241,74	103.254,55	0,40	68,56	47.345,45
Administração Geral	96.600,00	113.600,00	20.675,27	77.109,51	20.675,27	77.109,51	0,30	67,88	36.490,49
Administração Financeira	54.000,00	37.000,00	5.566,47	26.145,04	5.566,47	26.145,04	0,10	70,66	10.854,96
Assistência Social	24.100,00	28.100,00	3.350,76	13.182,03	3.350,76	13.182,03	0,05	46,91	14.917,97
Assistência Comunitária	24.100,00	28.100,00	3.350,76	13.182,03	3.350,76	13.182,03	0,05	46,91	14.917,97
Saúde	200.100,00	200.100,00	38.002,27	138.225,82	38.002,27	138.225,82	0,54	69,08	61.874,18
Atenção Básica	200.100,00	200.100,00	38.002,27	138.225,82	38.002,27	138.225,82	0,54	69,08	61.874,18
Educação	549.500,00	558.500,00	91.878,90	372.601,95	91.878,90	372.601,95	1,45	66,71	185.898,05
Ensino Fundamental	484.400,00	484.400,00	72.002,84	313.249,89	72.002,84	313.249,89	1,22	64,67	171.150,11

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.252.800,00	212.046,51	835.959,27	212.046,51	835.959,27	3,25	66,73	416.840,73
Educação	549.500,00	558.500,00	91.878,90	372.601,95	91.878,90	372.601,95	1,45	66,71	185.898,05
Ensino Superior	6.000,00	6.000,00	982,10	3.959,98	982,10	3.959,98	0,02	66,00	2.040,02
Educação Infantil	55.100,00	64.100,00	17.798,84	52.765,47	17.798,84	52.765,47	0,21	82,32	11.334,53
Educação Especial	4.000,00	4.000,00	1.095,12	2.626,61	1.095,12	2.626,61	0,01	65,67	1.373,39
Cultura	4.500,00	4.500,00	0,00	900,20	0,00	900,20	0,00	20,00	3.599,80
Difusão Cultural	4.500,00	4.500,00	0,00	900,20	0,00	900,20	0,00	20,00	3.599,80
Urbanismo	100.100,00	86.100,00	13.667,69	50.354,50	13.667,69	50.354,50	0,20	58,48	35.745,50
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	10.972,81	39.245,23	10.972,81	39.245,23	0,15	55,98	30.854,77
Serviços Urbanos	30.000,00	16.000,00	2.694,88	11.109,27	2.694,88	11.109,27	0,04	69,43	4.890,73
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	3.435,68	12.405,87	3.435,68	12.405,87	0,05	51,48	11.694,13
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	3.435,68	12.405,87	3.435,68	12.405,87	0,05	51,48	11.694,13
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	327,64	1.343,64	327,64	1.343,64	0,01	37,32	2.256,36
Turismo	3.600,00	3.600,00	327,64	1.343,64	327,64	1.343,64	0,01	37,32	2.256,36
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	364,41	1.481,40	364,41	1.481,40	0,01	47,79	1.618,60
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	364,41	1.481,40	364,41	1.481,40	0,01	47,79	1.618,60
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	32.200,30	127.346,41	32.200,30	127.346,41	0,50	74,91	42.653,59
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	32.200,30	127.346,41	32.200,30	127.346,41	0,50	74,91	42.653,59

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.252.800,00	212.046,51	835.959,27	212.046,51	835.959,27	3,25	66,73	416.840,73
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	32.200,30	127.346,41	32.200,30	127.346,41	0,50	74,91	42.653,59
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	32.200,30	127.346,41	32.200,30	127.346,41	0,50	74,91	42.653,59
TOTAL (III) = (I + II)	38.069.042,00	42.504.885,85	6.160.208,89	29.243.522,46	6.793.777,44	25.718.977,69	100,00	60,51	16.785.908,16

FONTE:

GAROPABA, 09/09/2013

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes

Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira

Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.489.157,00	7.489.157,00	1.058.081,12	6.987.608,37	93,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.282.225,00	4.282.225,00	354.413,45	4.138.013,59	96,63
1.1.1- IPTU	3.400.000,00	3.400.000,00	150.031,71	3.326.904,02	97,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.337,41	4.117,88	27,45
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	185.539,00	728.659,28	80,96
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	17.505,33	78.332,41	43,52
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(212.775,00)	(212.775,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	301.641,48	1.287.242,83	91,95
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	301.511,31	1.292.113,27	92,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	130,17	478,05	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(5.348,49)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.401.932,00	1.401.932,00	310.355,06	1.208.485,19	86,20
1.3.1- ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	302.704,80	1.171.019,61	90,08
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.000,00	15.000,00	2.084,16	8.444,68	56,30
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	5.058,80	27.441,69	34,30
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.300,00	35.300,00	507,30	2.584,18	7,32
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(28.368,00)	(28.368,00)	0,00	(1.004,97)	3,54
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	405.000,00	405.000,00	91.671,13	353.866,76	87,37
1.4.1- IRRF	405.000,00	405.000,00	91.671,13	353.866,76	87,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.340.000,00	18.340.000,00	2.675.078,64	11.628.567,43	63,41
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.504.091,20	7.145.778,66	64,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.504.091,20	7.145.778,66	64,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	826.728,26	3.279.117,14	56,54
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	3.973,60	15.894,41	45,41
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	13.412,11	49.482,62	61,85
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	1.121,02	2.543,36	10,17
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	325.752,45	1.135.751,24	81,13
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.829.157,00	25.829.157,00	3.733.159,76	18.616.175,80	72,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	870.000,00	870.000,00	158.273,73	596.759,10	68,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	99.815,11	416.514,49	83,30
5.2- Outras Transferências do FNDE	370.000,00	370.000,00	58.458,62	180.244,61	48,71
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	86.600,00	86.600,00	8.294,50	100.250,04	115,76
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	0,00	91.955,54	114,94
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	6.600,00	6.600,00	8.294,50	8.294,50	125,67
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	470.000,00	470.000,00	175.641,61	363.785,46	77,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.436.600,00	1.436.600,00	342.209,84	1.060.794,60	73,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.668.000,00	3.668.000,00	532.767,78	2.325.711,85	63,41
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	300.818,19	1.429.155,54	64,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.160.000,00	1.160.000,00	165.345,49	655.822,75	56,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	794,72	3.178,88	45,41
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.682,42	9.896,50	61,85
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	224,20	508,65	10,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	62.902,76	227.149,53	81,12
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.015.000,00	5.015.000,00	957.106,96	3.876.313,04	77,29
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.000.000,00	5.000.000,00	955.297,17	3.866.790,54	77,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.000,00	15.000,00	1.809,79	9.522,50	63,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.332.000,00	1.332.000,00	422.529,39	1.541.078,69	115,70
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.898.950,00	5.028.950,00	927.337,23	3.577.504,60	71,14
13.1- Com Educação Infantil	403.050,00	563.050,00	216.259,05	519.612,61	92,29
13.2- Com Ensino Fundamental	4.495.900,00	4.465.900,00	711.078,18	3.057.891,99	68,47
14- OUTRAS DESPESAS	116.050,00	196.050,00	12.739,43	67.123,27	34,24
14.1- Com Educação Infantil	3.000,00	33.000,00	2.027,78	3.019,85	9,15
14.2- Com Ensino Fundamental	113.050,00	163.050,00	10.711,65	64.103,42	39,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.015.000,00	5.225.000,00	940.076,66	3.644.627,87	69,75
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					92,29
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				35.353,11	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				35.353,11	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	6.457.289,25	6.457.289,25	933.289,94	4.654.043,95	72,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	490.150,00	874.150,00	281.276,48	727.842,92	83,26
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	406.050,00	596.050,00	218.286,83	522.632,46	87,68
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	84.100,00	278.100,00	62.989,65	205.210,46	73,79
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.314.040,00	7.314.040,00	1.225.148,25	5.314.050,37	72,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.608.950,00	4.628.950,00	721.789,83	3.121.995,41	67,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.705.090,00	2.685.090,00	503.358,42	2.192.054,96	81,64
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.804.190,00	8.188.190,00	1.506.424,73	6.041.893,29	73,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.541.078,69
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.522,50
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.550.601,19
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.491.292,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,13

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	506.000,00	677.000,00	106.726,23	131.178,75	19,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	931.600,00	1.012.304,06	250.408,67	491.907,89	48,59
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.437.600,00	1.689.304,06	357.134,90	623.086,64	36,88
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	9.241.790,00	9.877.494,06	1.863.559,63	6.664.979,93	67,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	239.858,29	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.866.790,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.722.854,55	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.522,50	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	393.316,78	0,00

GAROPABA, 09/09/2013

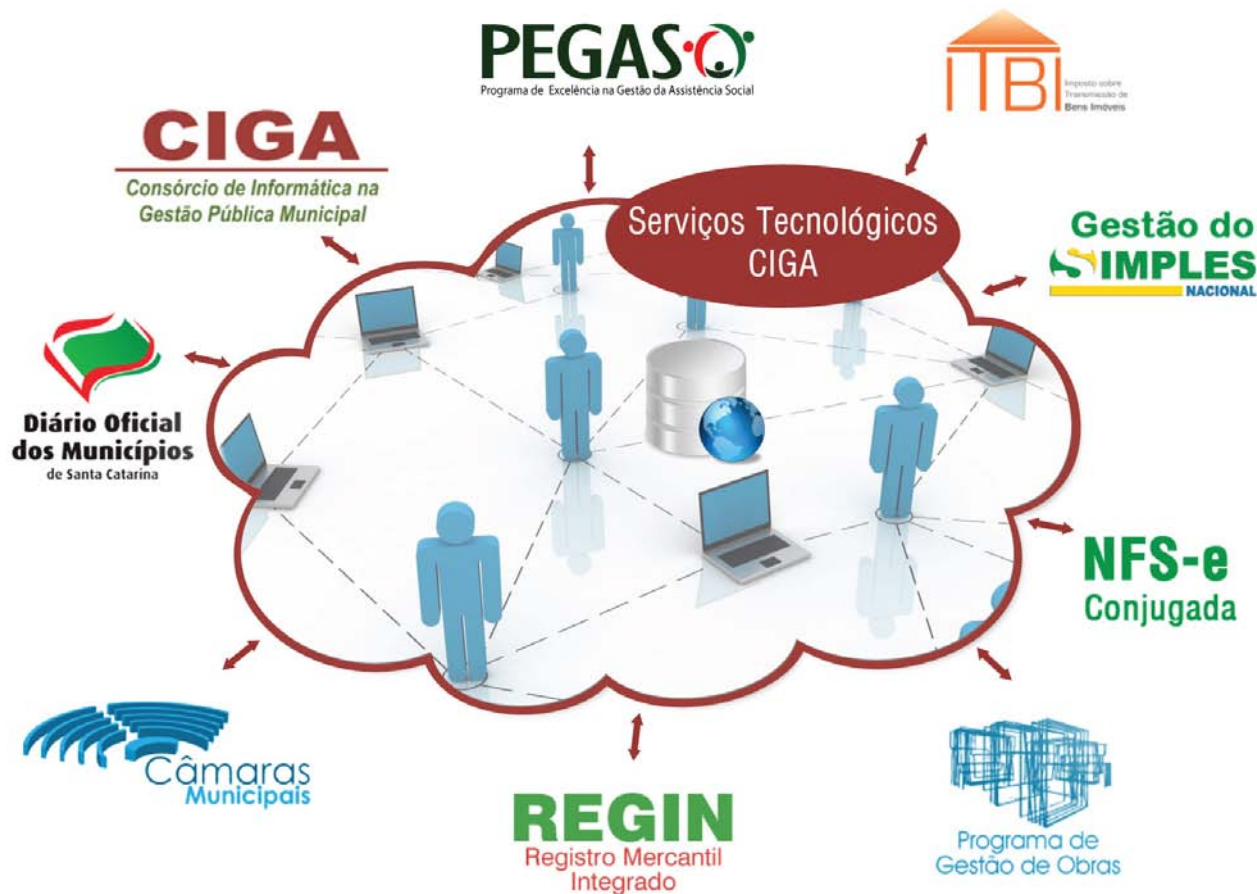
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1715/2013

LEI Nº 1715, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

“Dispõe sobre a criação do Programa Cesta Materiais de Construção para as famílias carentes e dá outras providências.”

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprovou e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Cesta Materiais de Construção para Famílias Carentes, que terá por finalidade a reforma de residências que não reúnam condições seguras de habitabilidade.

§ 1º - Considera-se família carente, aquela que comprovar renda máxima igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 2º - As condições e habitabilidade serão avaliadas através de 01 (um) técnico (a) em edificação, engenheiro (a) civil ou arquiteto (a) com registro no CREA, nomeado por Decreto, onde deverá descrever minuciosamente as obras necessárias à reforma da residência e o levantamento quantitativo dos insumos necessários, para fins de garantir a segurança e habitabilidade da família assistida.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Habitação em conjunto com o Conselho de Assistência Social, avaliará a documentação das famílias que postularem o benefício previsto nesta Lei, lavrando relatório circunstanciado a fim de serem agraciadas, conforme parecer da Assistência Social.

Art. 3º - Toda a mão-de-obra é de responsabilidade exclusiva da família a ser assistida.

Art. 4º - O valor máximo que o Município alcançará a cada família assistida é da ordem de 1.500 UFM.

Art. 5º - O programa previsto nesta Lei será automaticamente suspenso quando não persistir dotação orçamentária a fazer frente às despesas dele decorrentes, podendo ser restabelecido assim que essa circunstância deixar de existir.

Art. 6º - O Poder Executivo, através de Decreto, regulamentará a presente Lei em no máximo 30 (trinta) dias, a partir de sua promulgação.

Art. 7º - As despesas decorrentes a presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo de Habitação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Republicação Lei Nº 1709/2013

LEI Nº 1709 DE 22 DE JULHO DE 2013

“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017”.

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art.1. Esta lei institui o Plano Plurianual – PPA do Município para o período 2014-2017.

Art. 2. O PPA é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 3. O PPA tem como diretrizes:

I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;

II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV – a excelência na gestão.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4. O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5. Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§1o. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III – Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§2o. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3o. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, com as respectivas categorias econômicas.

Art. 6. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7. Integram o PPA os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da receita e despesas para o período 2014/2017; e

II – Demonstrativo dos programas de governo para o período 2014/2017.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8. Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único. As ações orçamentárias de todos os programas

serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – alterar o Valor Global do Programa;

II – incluir, excluir ou alterar Iniciativas não orçamentárias; e

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado, após aprovação pela Câmara Municipal, a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I – Indicador;

II – Valor de Referência;

III – Metas;

IV - Órgão Responsável; e

V - Iniciativas sem financiamento orçamentário.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, I, "e".

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

Demonstrativo da Previsão de Receita e Despesa

Ref.: Dados com base na projeção do Orçamento do exercício de 2013 acrescido de 8% a.a.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1100.00.00	Receita Tributária	4.799.844,00	5.183.831,52	5.598.538,04	6.046.421,08
1200.00.00	Receita de Contribuições	706.860,00	763.408,80	824.481,50	890.440,02
1300.00.00	Receita Patrimonial	438.480,00	473.558,00	511.443,07	552.358,01
1600.00.00	Receita de Serviços	995.760,00	1.075.420,80	1.161.454,46	1.254.370,82
1700.00.00	Transferências Correntes	38.799.500,00	41.863.460,00	45.172.536,80	48.746.337,76
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	696.168,00	751.861,44	812.010,36	876.971,18
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2400.00.00	Transferências de Capital	5.008.000,00	5.408.640,00	5.841.331,20	6.308.637,70
9000.00.00	(-) Dedução para FUNDEB	-4.231.812,00	-4.573.156,96	-4.940.969,52	-5.333.447,08
	TOTAL	47.212.800,00	50.947.023,60	54.980.825,91	59.342.089,49
			TOTAL PPA 2014/2017		212.482.739,00

ÓRGÃO	VALOR	%
CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA	7.880.000,00	3,71
GABINETE	9.225.000,00	4,34
SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	19.779.000,00	9,31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	57.276.950,00	26,96
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	15.970.000,00	7,52
SECRETARIA DA CULTURA. ESPORTE E TURISMO	7.860.695,00	3,69
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	3.760.000,00	1,77

SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	21.828.000,00	10,27
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.425.000,00	5,38
SECRETARIA DE ESTRATEGIAS RURAIS	15.750.000,00	7,41
SECRETARIA DE SAUDE	41.728.094,00	19,64
TOTAL GERAL	212.482.739,00	100,00

ANEXO II

Demonstrativo dos programas de governo para o período 2014/2017

Extrato de Contrato PMG N° 032/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 049/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº32/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: E&E CONFECÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de 5000 (cinco mil) camisetas com estampa, com entrega de forma única, de diversos tamanhos, para os alunos e funcionários da Rede Municipal de Ensino para o desfile cívico no Dia da Independência, após o mencionado desfile, as camisetas servirão de uniforme escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme memorial descritivo.

VIGÊNCIA: 22/08/2013 a 06/10/2013

PRAZO: 45 (quarenta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 26.599,50 (vinte e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/08/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução N° 57/2013**

RESOLUÇÃO N° 57/2013

Autoriza a realização de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2013.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº 196/2013, subscrito pelos Vereadores Membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, solicitando a realização de Audiência Pública no dia 23 de setembro de 2013, às 16h, no recinto do Plenário da Edilidade, a respeito da demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2013 (art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Audiência Pública no dia 23 de setembro de 2013, às 16h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a finalidade de se efetivar a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre

de 2013 pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a expedição de convites e publicações em jornal local, para a efetivação da Audiência Pública a que se refere o artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de setembro de 2013.

Mesa Diretora

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Vereador - Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK

Vereador - Vice Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Vereador - Primeiro Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG

Vereadora - Segunda Secretária

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - CM 009/2013.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: CH TUR Agência de Viagens e Turismo Ltda. ME, CNPJ nº 12.642.975/0001-00.

Objeto: Contratação de empresa especializada no agenciamento de passagens aéreas para prestação de serviços de cotação de preços, reserva, emissão, marcação, cancelamento, reemissão, remarcação e fornecimento de passagens aéreas.

Preço: Desconto de 3,5% (três vírgula cinco por cento), para emissão/marcação e a reemissão/remarcação de passagens aéreas, a ser aplicado sobre a tarifa de passagem aérea cobrada pela companhia aérea acrescida da taxa D.U. (taxa de serviço/taxa de repasse) no percentual de 10% (dez por cento) e excluída do cálculo a taxa de embarque.

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prazo: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato ou até a prestação total do objeto licitado, podendo ser prorrogado a critério da Câmara Municipal de Gaspar, nos termos da legislação vigente.

Data de Assinatura: 06 de setembro de 2013.

Gaspar-SC, 10 de setembro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - CM 005/2013.



Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.
Contratado: Gilson da Silva, CPF N° 765.944.329-15

Objeto: cessão de uso do sistema de votação para as eleições do Vereador Mirim 2013

Valor do Contrato: R\$ 1.650,00 (hum mil seiscentos e cinquenta reais).

Prazo: 100 (cem) dias a contar da assinatura do contrato.

Data de Assinatura: 01 de setembro de 2013.

Gaspar-SC, 10 de setembro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

CONVITE

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONVITE

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2013 pelo Município de Gaspar.

DATA: 23/9/2013.

HORÁRIO: 16h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Decreto N° 088/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO N° 088/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26.782.0013.2.038	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	
	REDUÇÃO	
4.4.90.00	Investimentos	150.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	150.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
26.782.0013.2.038	Funcionamento e Manutenção do DMER	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	150.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, de 26 de Agosto de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 90/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO N° 90/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere os artigos 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

SECRETARIA DA FAZENDA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
04.123.0007.2.2.021	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças	
	REDUÇÃO	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	18.565,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	18.565,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	18.565,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
04.123.0007.2.2.021	Funcionamento e Manut da Secretaria da Fazenda	24.565,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	24.565,00
3.3.20.00	Transferência da União	24.565,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	24.565,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de setembro de 2013.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 92/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamento.

DECRETO N° 92/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamento.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na fonte de recurso

Ordinário 0.0.01.0000, as dotações abaixo indicadas:

0801. SECRETARIA DA FAZENDA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA DA FAZENDA	100.000,00
	Redução	
0801.04.122.007.2050	Funcionamento e Manutenção da Secretaria	100.000,00
4.4.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
(9)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0801.04.122.007.2050	SECRETARIA DA FAZENDA	100.000,00
	Suplementa	
3.3.90	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	100.000,00
0.1.00.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 09 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 089/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

DECRETO N° 089/2013

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a lei nº 855/2013:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais) na Unidade Gestora Prefeitura, utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria da Fazenda	610.000,00
	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças	
0801.14.123.0007.2021		610.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital	610.000,00
4.4.00.00	Investimentos	610.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	610.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	610.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	Secretaria da Administração	310.000,00
	Remuneração de Pessoal	
0501.04.122.0006.2020		310.000,00
3.0.00.00	Despesas de Correntes	310.000,00

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	310.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	310.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	310.000,00
1301	Secretaria da Infra-Estrutura e Serviços Públicos	200.000,00
1301.15.451.0013.1036	Pavimentação de Estradas Vicinais	100.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Próprios	100.000,00
1301.15.511.0013.2037	Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Canais	100.000,00
3.0.00.00	Despesas de Correntes	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00

1601	Secretaria de Desenv. Econ. Turismo, Esporte e Lazer	
1601.04.122.0011.1032	Construção de Quadra de Esporte e Área de Lazer	50.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00

1001	Secretaria do Desenvolvimento Social	50.000,00
1001.08.243.0008.2023	Desenvolvimento de Programas Sociais	50.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 29 de Agosto de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 091/2013 - Cria Grupo Especial de Trabalho Para Pmat

DECRETO N° 091/2013

Cria Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal, dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a melhoria da prestação dos serviços essenciais à população;

CONSIDERANDO a necessidade de promover no âmbito municipal maior justiça fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir atendimento de melhor qualidade ao contribuinte;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os instrumentos de ação da Administração Tributária Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal.

Parágrafo Único - O Grupo Especial de Trabalho ficará diretamente vinculado ao Secretário Municipal de Fazenda e terá a coordenação a cargo dos servidores: JOSIANE PEREIRA mat.971 - Coordenador e ALINE CECHETTO BECK mat.3325 - Sub-coordenador, sendo constituído pelos seguintes membros:

- 1º - PATRÍCIA RENILDA SILVA SAGÁS, mat.812 (Diretora de Tributos)
- 2º - ROSELI ZILDA GOMES, mat.3713 (Diretora de Contabilidade e Adm. Financeira)
- 3º - WALMOR ANTONIO KAIR FILHO, mat.3285 (Diretor de Fiscalização e Obras)
- 4º - ALINE CECHETTO BECK, mat.3325 (Diretora de Arrecadação)
- 5º - JOSIANE PEREIRA, mat.971 (Contadora)

Art. 2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras na Área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - Identificar e selecionar os principais problemas (e suas causas) existentes na Administração Tributária do Município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e suas interseções:

1. Administração Orçamentária, Financeira, Contábil, Patrimonial e Controle da Gestão Fiscal;
2. Administração Tributária e do Contencioso Fiscal;
3. Gerenciamento de Projetos Estratégicos;
4. Gestão da Educação;
5. Gestão da Saúde;
6. Gestão Fiscal Integrada;
7. Modernização Administrativa.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária junto ao BNDES, bem como, a outros órgãos oficiais;

Parágrafo Único - O Grupo Especial de Trabalho, observadas as disposições legais e ouvido o Secretário Municipal de Fazenda, poderá recorrer à contratação de serviços de consultoria técnica para realizar tarefas específicas de estudos, levantamentos e pesquisas para apoiar o desenvolvimento das atividades de elaboração e implantação do projeto de modernização da administração tributária.

Art. 3º - Os órgãos da Administração Municipal, especialmente a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Administração e a Procuradoria Geral, prestarão todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades do Grupo Especial de Trabalho.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JULIANO DUARTE CAMPO

Prefeito Municipal

Decreto N°93/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 93/2013

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 00.01.00.0060- Recursos da Merenda Escolar, apurado até o mês de Agosto 2013, as dotação abaixo indicada:

13. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	30.000,00
1301.10.306.0014.2.043	Merenda Escolar	30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
00.01.0060	Recursos Vinculados	30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 09 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Ldo 2014 - Governador Celso Ramos
CONVOCAÇÃO

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 14 horas do dia 17 de setembro de 2013, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Avenida Bela Vista, s/n - Calheiros - Governador Celso Ramos - SC, para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 e extraídas dos objetivos e metas da Administração aprovadas em audiência pública e constante da Lei do PLANO PLURIANUAL 2014/2017 que tramita na Câmara Municipal.

A sua participação é muito importante.

Governador Celso Ramos, 10 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei N° 3004/2013.

LEI N° 3004/2013

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio para a cessão de servidor público municipal, lavrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/SC e a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, em caráter GRATUITO".

RICARDO JOSÉ NODARI, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Herval D'Oeste, autorizado a celebrar Termo de Convênio e seus respectivos Aditamentos com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar - CBMSC, tendo por objeto a cessão de servidor público municipal efetivo, para compor a guarnição da brigada de incêndio do Posto Avançado junto ao Aeroporto Santa Terezinha de Joaçaba.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio, referido no artigo anterior.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 03 de setembro de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em exercício

Lei N° 3005/2013.

LEI N° 3005/2013

"AUTORIZA A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RICARDO JOSÉ NODARI, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE - CDL, no valor de R\$ 53.316,00 (cinquenta e três mil, trezentos e dezesseis reais), pagável em três parcelas, sendo a primeira em 30 de setembro de 2013 e as demais a cada 30 dias, sucessivamente, destinados ao pagamento de despesas com atividades sócio-culturais, de caráter social, decorrentes da realização de Festividades de Final de Ano e Natal/2013, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de (90) noventa dias, contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 0701-266950020-2024-33500000 Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 03 de setembro de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em exercício

Portaria N° 653/2013

PORTARIA N° 653/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível - 8, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de fevereiro de 2012 e 04 de fevereiro de 2013, para serem gozadas a contar de 04 de setembro de 2013 a 03 de outubro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar N°. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 67/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO N° 100/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 24 de setembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para aquisição de bica corrida. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de setembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Tomada de Preço N° 02/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO N° 46/2013
TOMADA DE PREÇO N° 02/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 30 de setembro de 2013, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo melhor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para reforma e ampliação da unidade municipal de saúde, situada no bairro campo da aviação - Imbituba/sc. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de setembro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI - Leg N° 008/2013

PORTARIA CMI - LEG N° 008/2013

Altera a composição da Comissão da Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba criada pela Resolução n° 004, de 04 de junho de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve alterar a composição da Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba, que passa a vigorar com os seguintes membros:

- a) Presidente: Roberto Luiz Rodrigues (PSD);
- b) Vice-Presidente: Luiz Cláudio Carvalho de Souza (PMDB); e
- c) Relator: Zeli Pires (DEM).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n° 005, 24 de junho de 2013.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 05/09/2013 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

RAFAELA DA ROSA OLIVEIRA
Secretária Administrativa

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1451/2013

DECRETO N°. 1451 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei n°. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o

exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei n° 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 06 de setembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N.º 305/2013

PORTARIA N.º 305/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/ e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n°. 064/2013, de 26/02/2013 e LC n° 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LENIR DRANKA DE LIMA, nascida em 26/11/1966, portadora do CPF n° 638.613.569-53, RG. n° 1.797.762, SESP/SC, para no período de 02/09/2013 a 17/12/2013,

exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n.º 010/2013, Contrato de Trabalho n° 050/2013, para atuar com alunos da inclusão no ensino fundamental do NE Guilherme Bossow, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 02/09/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Setembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 306/2013

PORTARIA N.º 306/2013

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/ e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, alínea b da Lei Complementar n.º 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, IVO WEINFURTER, nascido em 30/04/1958, portador do CPF n.º 383.536.369-72, RG. n.º 4.581.564-0, SESP/SC, para no período de 02/09/2013 a 01/09/2014, exercer as atividades de Condutor de Balsa (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Prefeitura Municipal, Edital n.º 002/2013, Contrato de Trabalho n.º 015/2013, para atuar em substituição ao servidor efetivo Valdecir dos Passos, durante o seu afastamento em licença para tratamento de saúde e gozo de férias regulamentares.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 02/09/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Setembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 130/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N° 130/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Fabio Roberto Kampmann

Objeto: Prestação de serviços de assessoria, orientação, consultoria, análise jurídica de documentos, em todos os departamentos desta Prefeitura.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/09/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Art 24, Inciso II, Lei 8.666/93

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Contrato

PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2013. OBJETO: aquisição de motor para Carregadeira Volvo L50s e eixo traseiro MB 1524. CONTRATO n° 85/2013. CONTRATADA: BR Caminhões Ltda. EPP. VALOR TOTAL: R\$ 17.800,00. Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias consecutivos. Período da Garantia: 03 (três) meses.

Itaiópolis, 30 de agosto de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

Extratos de Contratos

Extratos de Contratos - PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2013. OBJETO: aquisição de equipamentos para fabricação de tubos de concreto e lajotas. N° CONTRATO - CONTRATADA: VALOR TOTAL: 86/2013 Sergio Pedro Grah ME. R\$ 18.000,00. 87/2013 H. Zen Automação Industrial Ltda. ME. R\$ 7.450,00. Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias consecutivos. Período da Garantia: 06 (seis) meses.

Itaiópolis, 04 de setembro de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato do Distrato N° 122/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO N° 122/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JULIANA PANDOLFO.

OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário n° 037/2013/RH de 04/02/2013, como Professor de História, dando-se recíproca e geral quitação, a partir de 02/09/2013.

Itapiranga - SC.09 de setembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal



RREO Balanço Orçamentário 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.115.032,77	41.115.032,77	6.813.267,95	16,57	26.595.689,85	64,69	14.519.342,92
RECEITAS CORRENTES	40.605.240,90	40.605.240,90	5.837.039,62	14,38	24.934.702,50	61,41	15.670.538,40
RECEITA TRIBUTARIA	4.493.369,44	4.493.369,44	604.153,83	13,45	2.984.551,27	66,42	1.508.818,17
IMPOSTOS	3.349.441,76	3.349.441,76	434.227,88	12,96	2.209.311,16	65,96	1.140.130,60
TAXAS	722.164,60	722.164,60	82.900,45	11,48	461.194,55	63,86	260.970,05
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	421.763,08	421.763,08	87.025,50	20,63	314.045,56	74,46	107.717,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	911.810,36	911.810,36	78.452,04	8,60	429.382,06	47,09	482.428,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	153.871,51	153.871,51	9.923,45	6,45	113.515,24	73,77	40.356,27
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	757.938,85	757.938,85	68.528,59	9,04	315.866,82	41,67	442.072,03
RECEITA PATRIMONIAL	126.006,95	126.006,95	32.399,76	25,71	192.231,79	152,56	-66.224,84
RECEITAS IMOBILIARIAS	51.342,79	51.342,79	6.379,00	12,42	27.553,85	53,67	23.788,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	74.664,16	74.664,16	26.020,76	34,85	164.677,94	220,56	-90.013,78
RECEITA AGROPECUARIA	20.707,54	20.707,54	6.173,49	29,81	8.553,85	41,31	12.153,69
Rec. da Produção Vegetal	20.707,54	20.707,54	6.173,49	29,81	8.553,85	41,31	12.153,69
RECEITA DE SERVIÇOS	2.829.030,76	2.829.030,76	297.782,98	10,53	1.178.962,88	41,67	1.650.067,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.870.024,36	31.870.024,36	4.767.253,30	14,96	19.942.688,22	62,58	11.927.336,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.098.712,80	29.098.712,80	4.366.176,55	15,00	18.199.399,69	62,54	10.899.313,11
Transf. de Conv.	2.771.311,56	2.771.311,56	401.076,75	14,47	1.743.288,53	62,90	1.028.023,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	354.291,49	354.291,49	50.824,22	14,35	198.332,43	55,98	155.959,06
Multas e Juros de Mora	150.301,15	150.301,15	28.373,44	18,88	92.011,52	61,22	58.289,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	51.615,75	51.615,75	5.250,66	10,17	29.334,02	56,83	22.281,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	106.099,04	106.099,04	12.877,62	12,14	68.445,29	64,51	37.653,75
RECEITAS DIVERSAS	46.275,55	46.275,55	4.322,50	9,34	8.541,60	18,46	37.733,95
RECEITAS DE CAPITAL	509.791,87	509.791,87	976.228,33	191,50	1.660.987,35	325,82	-1.151.195,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.842,24	15.842,24	0,00	0,00	0,00	0,00	15.842,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	15.842,24	15.842,24	0,00	0,00	0,00	0,00	15.842,24
ALIENAÇÃO DE BENS	24.604,96	24.604,96	436.500,00	774,03	452.101,19	837,44	-427.496,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	23.192,65	23.192,65	435.400,00	877,32	435.400,00	877,32	-412.207,35
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.412,31	1.412,31	1.100,00	77,89	16.701,19	182,54	-15.288,88
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	60.719,87	60.719,87	7.189,16	11,84	19.629,37	32,33	41.090,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	408.624,80	408.624,80	532.539,17	130,32	1.189.256,79	291,04	-780.631,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	408.624,80	408.624,80	532.539,17	130,32	1.189.256,79	291,04	-780.631,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.115.032,77	41.115.032,77	6.813.267,95	16,57	26.595.689,85	64,69	14.519.342,92

Continua 1/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	41.115.032,77	41.115.032,77	6.813.267,95	16,57	26.595.689,85	64,69	14.519.342,92
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	41.115.032,77	41.115.032,77	6.813.267,95	16,57	26.595.689,85	64,69	14.519.342,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.208.653,52	—	—	886.430,51	—	—
Superávit Financeiro	—	1.208.653,52	—	—	886.430,51	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.115.032,77	2.773.362,47	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	57,29	18.745.462,78
DESPESAS CORRENTES	37.231.201,84	1.376.821,40	38.608.023,24	5.672.335,56	26.143.538,79	5.995.911,04	23.615.983,94	61,17	14.992.039,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.261.129,24	285.069,99	19.546.199,23	3.146.232,38	13.240.198,97	3.147.534,86	12.956.534,29	66,29	6.589.664,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	132.640,00	110.000,00	242.640,00	38.729,21	196.074,37	38.729,21	196.074,37	80,81	46.565,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.837.432,60	981.751,41	18.819.184,01	2.487.373,97	12.707.265,45	2.809.646,97	10.463.375,28	55,60	8.355.808,73
DESPESAS DE CAPITAL	3.736.512,61	1.396.541,07	5.133.053,68	1.282.577,56	2.466.039,23	521.102,14	1.526.948,52	29,75	3.606.105,16
INVESTIMENTOS	3.096.512,61	1.396.541,07	4.493.053,68	1.157.565,89	1.992.208,38	396.090,47	1.053.117,67	23,44	3.439.936,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	640.000,00	0,00	640.000,00	125.011,67	473.830,85	125.011,67	473.830,85	74,04	166.169,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	147.318,32	0,00	147.318,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.318,32
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	41.115.032,77	2.773.362,47	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	57,29	18.745.462,78

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	41.115.032,77	2.773.362,47	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	57,29	18.745.462,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.452.757,39	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	41.115.032,77	2.773.362,47	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	26.595.689,85	57,29	18.745.462,78

FONTE:

RREO Demons. Desp. por Função Subf. 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.115.032,77	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	100,00	57,29	18.745.462,78
Legislativa	1.200.108,65	1.200.108,65	183.878,26	685.150,76	177.987,10	679.259,60	2,70	56,60	520.849,05
Ação Legislativa	1.200.108,65	1.200.108,65	183.878,26	685.150,76	177.987,10	679.259,60	2,70	56,60	520.849,05
Administração	7.326.148,18	7.389.993,60	1.089.322,18	4.924.439,15	1.083.433,79	4.461.248,73	17,74	60,37	2.928.744,87
Planejamento e Orçamento	112.240,45	112.240,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.240,45
Administração Geral	4.359.061,48	4.403.906,90	678.045,92	2.800.202,85	691.893,99	2.615.447,32	10,40	59,39	1.788.459,58
Administração Financeira	2.780.846,25	2.780.846,25	391.648,52	2.069.580,25	385.395,06	1.806.190,36	7,18	64,95	974.655,89
Policimento	74.000,00	93.000,00	19.627,74	54.656,05	6.144,74	39.611,05	0,16	42,59	53.388,95
Segurança Pública	151.931,67	211.931,67	129.752,59	169.871,13	128.428,74	168.094,78	0,67	79,32	43.836,89
Defesa Civil	151.931,67	211.931,67	129.752,59	169.871,13	128.428,74	168.094,78	0,67	79,32	43.836,89
Assistência Social	1.054.341,34	1.105.269,82	183.330,60	789.637,64	190.843,18	748.656,00	2,98	67,74	356.613,82
Assistência à Criança e ao Adolescente	113.142,00	209.874,37	28.342,29	127.982,61	31.107,05	123.122,49	0,49	58,66	86.751,88
Assistência Comunitária	941.199,34	895.395,45	154.988,31	661.655,03	159.736,13	625.533,51	2,49	69,86	269.861,94
Saúde	7.775.427,73	8.504.832,82	1.231.981,31	5.346.171,76	1.296.051,04	4.945.598,54	19,67	58,15	3.559.234,28
Atenção Básica	7.775.427,73	8.504.832,82	1.231.981,31	5.346.171,76	1.296.051,04	4.945.598,54	19,67	58,15	3.559.234,28
Educação	9.801.650,19	9.946.144,29	1.626.409,37	6.663.280,57	1.662.145,52	6.307.922,17	25,09	63,42	3.638.222,12
Alimentação e Nutrição	646.290,33	701.604,36	110.112,34	306.067,34	101.549,64	263.395,72	1,05	37,54	438.208,64
Ensino Fundamental	5.884.264,83	6.157.444,90	1.051.733,97	4.410.009,10	1.069.653,56	4.149.445,04	16,50	67,39	2.007.999,86
Ensino Médio	266.371,64	266.371,64	51.044,54	141.935,74	74.679,09	128.295,49	0,51	48,16	138.076,15
Ensino Superior	14.000,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,06	100,00	0,00
Educação Infantil	2.990.723,39	2.806.723,39	413.518,52	1.791.268,39	416.263,23	1.752.785,92	6,97	62,45	1.053.937,47
Cultura	61.750,00	61.750,00	2.486,04	9.891,69	2.303,08	9.108,55	0,04	14,75	52.641,45
Difusão Cultural	61.750,00	61.750,00	2.486,04	9.891,69	2.303,08	9.108,55	0,04	14,75	52.641,45
Urbanismo	1.949.026,24	2.181.876,24	226.275,39	1.289.258,01	383.159,72	1.130.276,83	4,50	51,80	1.051.599,41
Infra-Estrutura Urbana	215.149,00	517.999,00	25.211,67	258.514,04	166.719,49	233.302,37	0,93	45,04	284.696,63
Serviços Urbanos	1.733.877,24	1.663.877,24	201.063,72	1.030.743,97	216.440,23	896.974,46	3,57	53,91	766.902,78
Habitação	125.016,05	177.330,70	171,93	67.434,65	171,93	67.434,65	0,27	38,03	109.896,05
Habitação Urbana	125.016,05	177.330,70	171,93	67.434,65	171,93	67.434,65	0,27	38,03	109.896,05
Saneamento	4.160.413,86	4.310.413,86	319.883,87	2.429.905,39	466.140,23	1.929.837,23	7,68	44,77	2.380.576,63
Saneamento Básico Rural	361.075,42	361.075,42	0,00	64.897,20	0,00	64.897,20	0,26	17,97	296.178,22
Saneamento Básico Urbano	3.799.338,44	3.949.338,44	319.883,87	2.365.008,19	466.140,23	1.864.940,03	7,42	47,22	2.084.398,41

Continua 1/2

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.115.032,77	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	100,00	57,29	18.745.462,78
Agricultura	2.695.733,39	2.995.483,39	787.716,61	2.114.081,39	457.438,83	1.548.110,81	6,16	51,68	1.447.372,58
Promoção da Produção Animal	337.000,00	350.350,00	0,00	332.435,00	55.456,94	236.720,20	0,94	67,57	113.629,80
Extensão Rural	2.358.733,39	2.645.133,39	787.716,61	1.781.646,39	401.981,89	1.311.390,61	5,22	49,58	1.333.742,78
Indústria	28.180,72	53.180,72	0,00	51.585,20	0,00	43.083,89	0,17	81,01	10.096,83
Promoção Industrial	28.180,72	53.180,72	0,00	51.585,20	0,00	43.083,89	0,17	81,01	10.096,83
Energia	557.938,85	837.938,85	160.523,33	405.529,59	143.885,08	369.770,06	1,47	44,13	468.168,79
Energia Elétrica	557.938,85	837.938,85	160.523,33	405.529,59	143.885,08	369.770,06	1,47	44,13	468.168,79
Transporte	3.106.014,98	3.680.789,71	809.811,88	2.825.450,81	319.047,36	1.926.682,10	7,66	52,34	1.754.107,61
Transporte Rodoviário	3.106.014,98	3.680.789,71	809.811,88	2.825.450,81	319.047,36	1.926.682,10	7,66	52,34	1.754.107,61
Desporto e Lazer	571.350,92	571.350,92	63.166,85	264.223,91	65.774,67	234.182,15	0,93	40,99	337.168,77
Desporto Comunitário	571.350,92	571.350,92	63.166,85	264.223,91	65.774,67	234.182,15	0,93	40,99	337.168,77
Encargos Especiais	550.000,00	660.000,00	140.202,91	573.666,37	140.202,91	573.666,37	2,28	86,92	86.333,63
Serviço da Dívida Interna	550.000,00	660.000,00	140.202,91	573.666,37	140.202,91	573.666,37	2,28	86,92	86.333,63
TOTAL (III) = (I + II)	41.115.032,77	43.888.395,24	6.954.913,12	28.609.578,02	6.517.013,18	25.142.932,46	100,00	57,29	18.745.462,78

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO Demons. Parcerias Público-Privadas 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ITAPIRANGA, 11/09/2013

RREO Demons. Rec. Alienação de Ativos 4Bm2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	24.604,96	452.101,19	-427.496,23
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.412,31	16.701,19	-15.288,88
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	23.192,65	435.400,00	-412.207,35
TOTAL	24.604,96	452.101,19	-427.496,23

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	82.762,10	0,00	0,00	82.762,10
Investimentos	82.762,10	0,00	0,00	82.762,10
TOTAL	82.762,10	0,00	0,00	82.762,10

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	197.444,15	452.101,19	649.545,34

FONTE:

RREO Demons. Rec. Desp. Prev. Reg. Propr. 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE:

RREO Demons. Rec. Desp. Serv. Saude 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.500.040,62	3.500.040,62	2.270.272,47	64,86
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	913.864,06	913.864,06	635.503,82	69,54
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	221.598,41	221.598,41	170.792,20	77,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.356.311,64	1.356.311,64	911.829,17	67,23
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	857.667,65	857.667,65	491.185,97	57,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	35.844,26	35.844,26	1.087,18	3,03
Dívida Ativa dos Impostos	94.628,87	94.628,87	42.962,00	45,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.125,73	20.125,73	16.912,13	84,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	27.351.940,97	27.351.940,97	17.233.136,19	63,01
Cota-Parte FPM	10.434.930,72	10.434.930,72	5.954.815,57	57,07
Cota-Parte ITR	3.836,37	3.836,37	361,40	9,42
Cota-Parte IPVA	1.246.932,50	1.246.932,50	891.960,32	71,53
Cota-Parte ICMS	15.287.085,16	15.287.085,16	10.210.739,33	66,79
Cota-Parte IPI-Exportação	275.749,98	275.749,98	150.968,33	54,75
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	103.406,24	103.406,24	24.291,24	23,49
Desoneração ICMS (LC 87/96)	103.406,24	103.406,24	24.291,24	23,49
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	30.851.981,59	30.851.981,59	19.503.408,66	63,22

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.812.541,07	4.906.075,58	3.262.671,93	66,50	3.016.275,08	61,48
Pessoal e Encargos Sociais	3.210.000,00	3.239.834,51	1.857.755,96	57,34	1.798.513,13	55,51
Outras Despesas Correntes	1.602.541,07	1.666.241,07	1.404.915,97	84,32	1.217.761,95	73,08
DESPESAS DE CAPITAL	391.984,91	526.495,10	208.232,29	39,55	190.820,50	36,24
Investimentos	391.984,91	526.495,10	208.232,29	39,55	190.820,50	36,24

Continua 1/4

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	391.984,91	526.495,10	208.232,29	39,55	190.820,50	36,24
Investimentos	391.984,91	526.495,10	208.232,29	39,55	190.820,50	36,24
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.204.525,98	5.432.570,68	3.470.904,22	63,89	3.207.095,58	59,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	134.510,19	61.993,00	1,79	51.203,00	1,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	134.510,19	61.993,00	1,79	51.203,00	1,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	134.510,19	61.993,00	1,79	51.203,00	1,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.204.525,98	5.298.060,49	3.408.911,22	62,10	3.155.892,58	57,44
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,48
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						483.684,52

Continua 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	10.257,04	-10.257,04	0,00
TOTAL	0,00	0,00	10.257,04	-10.257,04	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.204.525,98	5.432.570,68	3.470.904,22	100,00	3.207.095,58	100,00
TOTAL	5.204.525,98	5.432.570,68	3.470.904,22	100,00	3.207.095,58	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

RREO Demons. Rec. Operações de Credito 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	15.842,24	0,00		15.842,24
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.133.053,68	1.526.948,52	0,00	3.606.105,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.133.053,68	1.526.948,52	0,00	3.606.105,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.117.211,44	-1.526.948,52		-3.590.262,92

FONTE:

RREO Demons. Simpl. Rel. Res. Execução Orç. 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	41.115.032,77	
Previsão Atualizada		—	41.115.032,77	
Receitas Realizadas		6.813.267,95	26.595.689,85	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	886.430,51	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	41.115.032,77	
Créditos Adicionais		—	2.773.362,47	
Dotação Atualizada		—	43.888.395,24	
Despesas Empenhadas		6.954.913,12	28.609.578,02	
Despesas Liquidadas		6.517.013,18	25.142.932,46	
Superavit Orçamentário		—	1.452.757,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.954.913,12	28.609.578,02	
Despesas Liquidadas		6.517.013,18	25.142.932,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			37.198.275,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		30.000,00	-1.548.360,57	-5.161,20
Resultado Primário		200.000,00	1.486.254,11	743,13
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	169.707,22	0,00	155.493,22	14.214,00
	169.707,22	0,00	155.493,22	14.214,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	580.066,92	2.258,43	511.530,47	66.278,02
	580.066,92	2.258,43	511.530,47	66.278,02
TOTAL:	749.774,14	2.258,43	667.023,69	80.492,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		-121.225,29	25%	-0,62
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	15.842,24	
Despesa de Capital Líquida		1.526.948,52	3.606.105,16	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de ITAPIRANGA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	452.101,19	-427.496,23
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	82.762,10

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.408.911,22	15,00	17,48

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

RREO Demonstr. Rec. Desp. Desen. Ensino MDE 4Bim2013

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.500.040,62	3.500.040,62	446.173,96	2.270.272,47	64,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.011.647,22	1.011.647,22	50.415,79	666.747,78	65,91
1.1.1- IPTU	913.864,06	913.864,06	42.771,51	635.503,82	69,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	17.922,13	17.922,13	613,62	721,36	4,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	61.938,90	61.938,90	4.120,90	20.941,41	33,81
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	17.922,13	17.922,13	2.909,76	9.581,19	53,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	221.598,41	221.598,41	49.683,49	170.792,20	77,07
1.2.1- ITBI	221.598,41	221.598,41	49.683,49	170.792,20	77,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.409.127,34	1.409.127,34	226.831,71	941.546,52	66,82
1.3.1- ISS	1.356.311,64	1.356.311,64	222.529,91	911.829,17	67,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	17.922,13	17.922,13	275,98	365,82	2,04
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	32.689,97	32.689,97	2.277,78	22.020,59	67,36
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.203,60	2.203,60	1.748,04	7.330,94	332,68
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	857.667,65	857.667,65	119.242,97	491.185,97	57,27
1.4.1- IRRF	857.667,65	857.667,65	119.242,97	491.185,97	57,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.351.940,97	27.351.940,97	4.049.077,99	17.233.136,19	63,01
2.1- Cota-Parte FPM	10.434.930,72	10.434.930,72	1.253.409,33	5.954.815,57	57,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.434.930,72	10.434.930,72	1.253.409,33	5.954.815,57	57,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.287.085,16	15.287.085,16	2.488.063,76	10.210.739,33	66,79
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	103.406,24	103.406,24	12.145,62	24.291,24	23,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	275.749,98	275.749,98	40.878,09	150.968,33	54,75
2.5- Cota-Parte ITR	3.836,37	3.836,37	179,20	361,40	9,42
2.6- Cota-Parte IPVA	1.246.932,50	1.246.932,50	254.401,99	891.960,32	71,53
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.851.981,59	30.851.981,59	4.495.251,95	19.503.408,66	63,22
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	475.710,08	475.710,08	88.324,88	371.841,72	78,17
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	475.710,08	475.710,08	88.324,88	371.841,72	78,17
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	260.694,03	260.694,03	34.421,04	96.478,90	37,01
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	736.404,11	736.404,11	122.745,92	468.320,62	63,60

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.470.388,19	5.470.388,19	809.815,17	3.446.625,69	63,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.086.986,14	2.086.986,14	250.681,82	1.190.962,92	57,07
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.057.417,03	3.057.417,03	497.612,56	2.042.147,18	66,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.681,25	20.681,25	2.429,12	4.858,24	23,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	55.150,00	55.150,00	8.175,64	30.193,73	54,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	767,27	767,27	35,83	72,24	9,42
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	249.386,50	249.386,50	50.880,20	178.391,38	71,53
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.489.641,74	5.489.641,74	873.615,20	3.567.850,98	64,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.470.388,19	5.470.388,19	872.042,92	3.531.523,15	64,56
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	19.253,55	19.253,55	1.572,28	36.327,83	188,68
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	0,00	0,00	62.227,75	84.897,46	135.355.336.700,00
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	7.712.995,40	7.712.995,40	1.123.812,99	4.875.852,17	63,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					84.897,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					36.327,83
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					121.225,29
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-121.225,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	746.518,11	801.832,14	144.137,09	309.907,92	38,65
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	746.518,11	801.832,14	144.137,09	309.907,92	38,65
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	746.518,11	801.832,14	144.137,09	309.907,92	38,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	46.914,94	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.531.523,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.582.416,01	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	36.327,83	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	32.349,91	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO Demonstrativo do Resultado Nominal 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.389.254,48	2.040.435,30	1.915.423,63
DEDUÇÕES (II)	2.475.246,40	3.261.847,44	3.549.776,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.644.953,62	3.900.839,69	4.160.643,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	10.605,94	8.356,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	169.707,22	649.598,19	619.224,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-85.991,92	-1.221.412,14	-1.634.352,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-85.991,92	-1.221.412,14	-1.634.352,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2013 (C - A)
VALOR	-412.940,35	-1.548.360,57

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	30.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO Demonstrativo do Resultado Primário 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	40.530.576,74	5.811.018,86	24.770.024,56	22.348.475,20
Receita Tributária	4.493.369,44	604.153,83	2.984.551,27	2.581.487,97
I.P.T.U.	913.864,06	42.771,51	635.503,82	547.227,14
I.S.S.	1.356.311,64	222.529,91	911.829,17	853.212,08
I.T.B.I.	221.598,41	49.683,49	170.792,20	142.421,98
I.R.R.F.	857.667,65	119.242,97	491.185,97	397.257,48
Outras Receitas Tributárias	1.143.927,68	169.925,95	775.240,11	641.369,29
Receita de Contribuição	911.810,36	78.452,04	429.382,06	430.207,84
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	911.810,36	78.452,04	429.382,06	430.207,84
Receita Patrimonial Líquida	51.342,79	6.379,00	27.553,85	31.540,93
Receita Patrimonial	126.006,95	32.399,76	192.231,79	115.334,79
(-) Aplicações Financeiras	74.664,16	26.020,76	164.677,94	83.793,86
Transferências Correntes	31.870.024,36	4.767.253,30	19.942.688,22	17.874.717,49
F.P.M.	8.347.944,58	1.002.727,51	4.763.852,65	4.462.235,91
I.C.M.S.	12.229.668,13	1.990.451,20	8.168.592,15	7.035.329,98
Convênios	2.771.311,56	401.076,75	1.743.288,53	1.406.210,66
Outras Transferências Correntes	8.521.100,09	1.372.997,84	5.266.954,89	4.970.940,94
Demais Receitas Correntes	3.204.029,79	354.780,69	1.385.849,16	1.430.520,97
Dívida Ativa	106.099,04	12.877,62	68.445,29	93.027,75
Diversas Receitas Correntes	3.097.930,75	341.903,07	1.317.403,87	1.337.493,22
RECEITAS DE CAPITAL (II)	509.791,87	976.228,33	1.660.987,35	1.924.728,93
Operações de Crédito (III)	15.842,24	0,00	0,00	827.541,48
Amortização de Empréstimos (IV)	60.719,87	7.189,16	19.629,37	8.309,50
Alienação de Ativos (V)	24.604,96	436.500,00	452.101,19	51.224,11
Transferências de Capital	408.624,80	532.539,17	1.189.256,79	1.037.653,84
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	408.624,80	532.539,17	1.189.256,79	1.037.653,84
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	408.624,80	532.539,17	1.189.256,79	1.037.653,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	40.939.201,54	6.343.558,03	25.959.281,35	23.386.129,04
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	38.608.023,24	5.995.911,04	23.615.983,94	20.338.914,95
Pessoal e Encargos Sociais	19.546.199,23	3.147.534,86	12.956.534,29	11.294.532,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	242.640,00	38.729,21	196.074,37	81.140,42
Outras Despesas Correntes	18.819.184,01	2.809.646,97	10.463.375,28	8.963.242,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	38.365.383,24	5.957.181,83	23.419.909,57	20.257.774,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.133.053,68	521.102,14	1.526.948,52	2.801.658,64
Investimentos	4.493.053,68	396.090,47	1.053.117,67	2.576.810,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	640.000,00	125.011,67	473.830,85	224.847,67
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.493.053,68	396.090,47	1.053.117,67	2.576.810,97



Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	147.318,32	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	43.005.755,24	6.353.272,30	24.473.027,24	22.834.585,50
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.066.553,70	-9.714,27	1.486.254,11	551.543,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	886.430,51	0,00
Superávit Financeiro	-	-	886.430,51	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				200.000,00

FONTE:

ITAPIRANGA, 11/09/2013

RREO Demonstrativo dos Restos a Pagar 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	169.707,22	155.493,22	-	14.214,00	27.043,92	553.023,00	515.346,47	511.530,47	2.258,43	66.278,02
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	167.921,93	153.707,93	0,00	14.214,00	27.043,92	535.873,10	499.624,50	495.820,50	1.489,50	65.607,02
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIR	0,00	109,40	109,40	0,00	0,00	0,00	5.075,02	5.075,02	5.075,02	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMB	0,00	346,68	346,68	0,00	0,00	0,00	14.148,41	12.959,01	12.959,01	0,00	1.189,40
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	374,02	374,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	916,87	916,87	0,00	0,00	27.043,92	1.529,04	28.572,96	28.572,96	0,00	0,00
SECRET. FAZENDA, PLANEJ., DESENV. ECONOM. E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.781,36	37.781,36	37.781,36	0,00	0,00
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV	0,00	152.375,91	138.161,91	0,00	14.214,00	0,00	332.949,75	281.924,23	278.120,23	0,00	54.829,52
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DI	0,00	9.464,09	9.464,09	0,00	0,00	0,00	141.545,50	130.467,90	130.467,90	1.489,50	9.588,10
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	4.334,96	4.334,96	0,00	0,00	0,00	2.844,02	2.844,02	2.844,02	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	0,00	1.785,29	1.785,29	0,00	0,00	0,00	17.149,90	15.721,97	15.709,97	768,93	671,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	1.785,29	1.785,29	0,00	0,00	0,00	17.149,90	15.721,97	15.709,97	768,93	671,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	169.707,22	155.493,22	0,00	14.214,00	27.043,92	553.023,00	515.346,47	511.530,47	2.258,43	66.278,02

FONTE:

RREO Receita Corrente Liquida 4Bim2013

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.241.837,24	3.099.672,01	3.642.620,38	3.998.769,10	3.355.166,02	3.553.759,30	3.265.826,33	4.131.942,20	3.884.928,78	3.517.591,70	3.219.024,18	3.377.526,69	42.288.663,93	46.075.629,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	257.544,07	245.530,30	296.927,72	289.835,37	272.794,04	244.237,41	189.733,57	1.035.819,33	319.331,45	298.641,67	291.168,22	286.131,03	4.027.694,18	4.493.369,44
I.P.T.U.	18.606,24	6.433,49	11.738,24	10.375,11	487,13	54,26	665,81	550.345,46	20.738,85	20.440,80	20.269,01	22.502,50	682.656,90	913.864,06
I.R.R.F	51.012,21	48.409,11	89.869,96	55.942,92	69.947,26	63.430,66	63.266,77	58.306,86	59.844,07	57.147,38	56.532,88	62.710,09	736.420,17	857.667,65
I.S.S.	124.453,28	111.891,35	118.786,53	110.207,92	126.444,56	96.466,00	48.456,20	178.028,91	115.168,55	124.735,04	111.737,20	110.792,71	1.377.168,25	1.356.311,64
I.T.B.I.	9.429,02	18.939,71	14.433,34	23.650,74	15.003,49	18.571,54	0,00	33.302,57	26.208,34	28.022,77	27.325,70	22.357,79	237.245,01	221.598,41
Outras Receitas Tributárias	54.043,32	59.856,64	62.099,65	89.658,68	60.911,60	65.714,95	77.344,79	215.835,53	97.371,64	68.295,68	75.303,43	67.767,94	994.203,85	1.143.927,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	42.085,49	43.804,49	43.062,75	46.939,26	51.968,52	79.149,19	56.967,64	63.624,11	53.130,09	46.090,47	36.640,85	41.811,19	605.274,05	911.810,36
RECEITA PATRIMONIAL	42.345,39	27.886,42	35.850,80	84.327,99	2.972,70	3.135,15	15.500,76	6.789,65	119.029,88	7.057,51	15.352,99	14.016,00	374.265,24	126.006,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.411,28	3.172,15	602,39	667,86	83,81	26,19	81,17	65,00	450,53	1.673,66	2.877,45	3.296,04	17.407,53	20.707,54
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	158.563,50	160.268,71	139.155,04	159.519,04	125.694,91	132.965,79	165.440,10	155.929,73	154.625,47	146.523,90	144.929,43	132.473,55	1.776.089,17	2.829.030,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.709.430,95	2.590.357,00	3.060.398,21	3.376.781,47	2.884.807,90	3.069.245,32	2.827.368,57	2.843.045,39	3.215.568,22	2.972.137,32	2.703.134,00	2.873.895,90	35.126.170,25	37.340.412,55
Cota-Parte do F.P.M.	511.814,33	543.313,99	734.378,11	1.193.817,15	765.342,92	1.029.687,06	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	8.938.139,15	10.434.930,72
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.272.781,08	1.152.057,70	1.283.203,21	1.275.809,27	1.289.922,72	1.159.212,37	1.357.411,52	1.317.105,67	1.338.929,73	1.260.093,56	1.230.057,18	1.258.006,58	15.194.590,59	15.287.085,16
Cota-Parte do I.P.V.A.	109.199,17	135.915,05	74.923,83	41.810,79	72.034,45	70.594,35	108.551,22	105.609,21	146.132,40	134.636,70	140.715,89	113.686,10	1.253.809,16	1.246.932,50
Cota-Parte do ITR.	278,16	3.385,04	170,61	43,21	7,56	45,91	0,00	14,41	54,23	60,09	126,59	52,61	4.238,42	3.836,37
Outras Transferências Correntes	338.065,77	298.188,23	488.755,27	407.546,38	275.644,20	348.744,16	362.696,16	314.790,15	311.362,34	355.397,28	343.823,49	312.085,50	4.157.098,93	4.518.083,39
Transferências da LC 61/1989	19.531,75	18.877,68	16.965,17	24.090,83	23.097,06	17.734,62	15.647,32	14.314,54	19.248,68	20.048,02	19.747,81	21.130,28	230.433,76	275.749,98
Transferências da LC 87/1996	0,00	11.763,60	5.881,80	5.881,80	0,00	0,00	0,00	0,00	6.072,81	6.072,81	6.072,81	6.072,81	47.818,44	103.406,24
Transferências do FUNDEB	457.760,69	426.855,71	456.120,21	427.782,04	458.758,99	443.226,85	390.039,08	454.910,81	479.490,55	433.053,95	419.397,16	452.645,76	5.300.041,80	5.470.388,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.456,56	28.652,94	66.623,47	40.698,11	16.844,14	25.000,25	10.734,52	26.668,99	22.793,14	45.467,17	24.921,24	25.902,98	361.763,51	354.291,49
DEDUÇÕES (II)	382.720,66	373.062,39	423.104,39	435.541,75	433.216,47	460.390,07	418.573,79	417.547,67	490.482,06	440.683,82	391.478,09	423.587,74	5.090.388,90	5.522.003,94
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	382.720,66	373.062,39	423.104,39	435.541,75	430.080,78	455.454,71	414.926,48	414.668,64	484.942,88	436.737,03	387.982,42	421.832,75	5.061.054,88	5.470.388,19
Outras Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00	3.135,69	4.935,36	3.647,31	2.879,03	5.539,18	3.946,79	3.495,67	1.754,99	29.334,02	51.615,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.859.116,58	2.726.609,62	3.219.515,99	3.563.227,35	2.921.949,55	3.093.369,23	2.847.252,54	3.714.394,53	3.394.446,72	3.076.907,88	2.827.546,09	2.953.938,95	37.198.275,03	40.553.625,15

FONTE:

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública Convite N° 12/2013

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	11/09/2012	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	N° 12/2013 N° 96/2013

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviço de sucção de dejetos das fossas sépticas das unidades escolares da Rede Municipal de ensino, do centro de preparo e distribuição da Merenda Escolar e do Centro de Formação de professores, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal n° 1897/2013. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 02/09/2013, jornal diário de grande circulação no Estado, a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas, as quais foram: AIRTON SERGIO PAIVA LTDA, CNPJ/MF: 04.590.630/0001-14, ESGOTEK DESENTUPIDORA AUTOFOSSA LTDA, CNPJ/MF: 00.498.826/0001-22, LOURIVAL BEVENUTTI ANTUNES DE OLIVEIRA ME, CNPJ/MF: 10.875.758/0001-27, protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
11/09/2013	268	AIRTON SERGIO PAIVA LTDA	04.590.630/0001-14
11/09/2013	269	ESGOTEK COLETA DE RESÍDUOS LTDA	00.498.826/0001-22

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa ESGOTEK COLETA DE RESÍDUOS LTDA apresentou o item n° 2.2.1 (Contrato em cópia simples sem autenticação), não apresentou o item 2.2.2 (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa junto a Seguridade Social (INSS)), também não juntou o item n° 2.2.6 (Certificado de regularidade junto a Fazenda Municipal da sede da licitante), apresentou o item n° 2.2.8 (Alvará sem autenticação), também não trouxe o item n° 2.2.9 (Certidão da Junta Comercial), não apresentou o item n° 2.3.1 (Certidão negativa de falência e concordata), portanto considerada INABILITADA, a empresa AIRTON SERGIO PAIVA LTDA ME apresentou o item n° 2.2.2 (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa junto a Seguridade Social (INSS)) sem vencimento, neste ato foi concedido, nos termos da clausula 2.2.10.1, prazo para juntada de declaração Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa junto a Seguridade Social (INSS). Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

ITEM	Descrição	Unid.	Empresa	Quant	Valor Unitario	Valor Total	CLASSIFICAÇÃO
01	Carga de caminhão de autofossa com capacidade mínima de 10.000 litros	Carga	Airton Sergio Paiva Ltda ME	4	500,00	2.000,00	VENCEDORA
02	Carga de caminhão de autofossa com capacidade mínima de 15.000 litros	Carga	Airton Sergio Paiva Ltda ME	6	700,00	4.200,00	VENCEDORA

Observando pela CPL que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 7.599,98 (Sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) e o total alcançado foi de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 11h:00min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA R. DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
MEMBRO

Representante presente:
AIRTON SERGIO PAIVA
CPF: 050.665.348-06

MARILEI MEDIN
CPF: 85810150934

IPESEI

Portaria de Aposentadoria

PORTARIA N.º 689/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição a Servidora TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESEI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.3º da EC 47/2005, amparado pelo Art.40, Inciso I da Constituição Federal, combinado com Art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 011/2005 de 05 de dezembro de 2005 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 076/2001, que dispõe sobre estatuto do

servidor público do município e Lei Municipal 153/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição à servidora Sra. Terezinha Favaro da Silveira, efetiva no cargo de Orientadora Escolar II Nível II referência "I", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais conforme processo administrativo do IPESI nº 2013.04.00058P, a partir de 02 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 10 de setembro de 2013.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo:

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.391 de 10 de Setembro de 2013.

DECRETO N° 4.391 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas pela Lei nº 4.379/2013, DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Proj. Ativ. 1.027 Construção de Calçadas e Passeios
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - 129 Investimentos - Aplic. Direta R\$ 46.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 - 201 Investimentos - Aplic. Direta R\$ 48.300,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com recursos provenientes da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Proj. Ativ. 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - 123 Out.Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 46.700,00

ÓRGÃO 02: Gabinete do Prefeito
UNIDADE 01: ASSESSORIA DO Gabinete do Prefeito
Proj. Ativ. 2.107 Programa Projovem Trabalhador
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 - 210 Out.Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 48.300,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto N° 4.393 de 10 de Setembro de 2013.

DECRETO N° 4.393 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por LEI, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.015 - BLMAC - MANUTENCAO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.065.0
Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.013 - BLVGS - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.066.0
Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N. 1.365

PORTARIA N° 1.365 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,
Art. 1º - DESIGNAR o Sr (a). DANTE FRANCISCO D'AGOSTINI para acompanhar e fiscalizar contrato nº 111/2013/PMJ proveniente do Processo Licitatório n.º 91/2013/PMJ - Dispensa de Licitação n.º 6/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo a 04 de setembro de 2013, obedecido o disposto artigo 3º no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N. 1.366

PORTARIA Nº 1.366 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr (a). PAULA GIOVANA KLEBER para acompanhar e fiscalizar contrato nº 29/2013/FMS proveniente do Processo Licitatório n.º 28/2013/FMS - Tomada de Preço n.º 2/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo a 09 de julho de 2013, obedecido o disposto artigo 3º no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N. 1.367

PORTARIA Nº 1.367 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr (a). SONIA MARLENE BROLLO para acompanhar e fiscalizar contrato nº 32/2013/FMS proveniente do Processo Licitatório n.º 32/2013/FMS - Pregão Presencial n.º 25/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo a 01 de agosto de 2013, obedecido o disposto artigo 3º no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N. 1.368

PORTARIA Nº 1.368 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TEREZINHA APARECIDA DORNELES, TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13 de setembro de 2013, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N. 1.369

PORTARIA Nº 1.369 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr. (a) TEREZINHA APARECIDA DORNELES, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Teste Seletivo de que trata o Edital n.º 001/2013, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou Teste Seletivo, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito legal a partir de 14 de setembro de 2013, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N. 1.370

PORTARIA Nº 1.370 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr. (a) JUCELI BONAMIGO, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Teste Seletivo de que trata o Edital n.º 001/2013, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou Teste Seletivo, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Extrato PL 93/2013/PMJ - PP 55/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de microcomputador, banheiras desmontáveis, pia em aço inox e cobertores, destinados à manutenção das creches da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 26/09/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 26/09/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 94/2013/PMJ - PP 56/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições, no padrão PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, destinadas aos servidores da Secretaria de Infraestrutura do Município, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 25/09/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 25/09/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de setembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ordem de Paralisação

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, a paralisação dos serviços relativos à construção de cerca com alambrado de tela e abrigo de resíduos no ESF Clara Adélia (item 2) e à construção de cerca com alambrado de tela e abrigo de resíduos no ESF Santa Helena (item 5), objeto do contrato nº 31/2013/FMS, oriundo do Processo de Licitação nº 30/2013/FMS - Edital TP nº 3/2013/FMS, homologado em 19/07/2013, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 25/07/2013. Tal paralisação deve-se ao fato de que inexistente espaço para a locação da obra e a impossibilidade de execução dos serviços, haja vista que outra

empresa (vencedora dos itens 1 e 4 do mesmo Processo) encontra-se trabalhando nos locais. A paralisação acontecerá a contar de 10/09/2013 e perdurará até o dia 01/12/2013, totalizando 81 (oitenta e um) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 10 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

André Lemos Vieira



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

SIMAE**Homologação Pr34/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2013 - PR
	Processo Administrativo: 47/2013 Processo de Licitação: 47/2013 Data do Processo: 19/08/2013

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2013
b) Licitação Nr.: 34/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/09/2013
e) Data da Adjudicação: 10/09/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADROS DE COMANDO PARA INSTALAÇÃO E ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006011 - AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP.ELET.LTDA	1	0,0000	44.850,00
	1		44.850,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 348.275,00

Joaçaba, 10 de Setembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Contrato JHL 0086/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0086/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0034/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2013
PROTOCOLO Nº 2388/2013
Data: 10/09/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADROS DE COMANDO PARA INSTALAÇÃO EM ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DO SIMAE.

Contratado: AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELÉTRICOS LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 44.850,00 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.

FUNÇÃO/PROGRAMA: 1.052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 90 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Justificativa Dispensa de Licitação 0002/2013 SIMAE

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL 0002/2013

PROCESSO 0034/2013

PROTOCOLO JHL 1714/2013

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC
CNPJ: 83.899.526/0001-82 / 82.895.327/0001-33
ENDEREÇO: Campus Universitário, Bairro Trindade,
CIDADE: Florianópolis ESTADO: Santa Catarina

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia consultiva referentes à execução de avaliação, elaboração de diagnóstico e propostas de readequação dos diversos processos unitários que constituem a estação de tratamento de água (ETA) do SIMAE de Joaçaba, Herval D' Oeste e Luzerna com vistas a adequação das unidades a vazão efetiva da ETA de 250 l/s com apresentação de melhorias técnicas e operacionais e manutenção do atendimento aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela Portaria nº2914/2011 do Ministério da Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 63.629,07 (Sessenta e tres mil, seiscentos e vinte e nove reais e sete centavos)

AMPARO LEGAL: Art. 24, Incisos XIII da Lei 8.666/93.

"É dispensável a licitação:

XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regimentalmente ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;"

JUSTIFICATIVA:

1. Considerando que o Estatuto da FEESC - Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina em seu art. 4º, II, "d", consta, entre outras finalidades, realização de estudos, pesquisa e planejamento em recuos hídricos e meio ambiente;

2. Considerando que a FEESC tem a exigida inquestionável reputação ético-profissional. As informações repassadas são de que a FEESC tem atuação inserida nas atividades da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme estabelece o item I, do art. 4º, do estatuto. Na informação ainda foi relatado o elevado grau de

especialização dos executores do serviço a ser contratado, exatamente na área do objeto de contratação;

3. Considerando que no artigo 1º do Estatuto da FEESC, estabelece que a instituição é sem fins lucrativos;

4. Considerando que das empresas contatadas apenas três apresentaram proposta financeira e destas o melhor valor proposto é da FEESC;

5. Considerando também que ficou demonstrado, à saciedade, que a proposta apresentada pela FEESC é mais vantajosa;

6. Diante do exposto, contratamos a Universidade Federal de Santa Catarina, doravante denominada Conveniente, e a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC, doravante denominada Interviente, para realizar serviços de execução, avaliação, elaboração de diagnóstico e propostas de readequação dos processos que constituem o sistema de tratamento de água do SIMAE, incluindo todas as despesas de materiais e serviços.

Joaçaba - SC 10 de setembro de 2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 153/2012 - 3º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 153/2012 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de uma Unidade Básica de Saúde, no Bairro São Miguel, com fornecimento de material, conforme autorização de fornecimento nº 283/2012, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital Correlato.

Ficam acrescidos ao objeto do contrato original, os serviços complementares necessários para a conclusão da obra, em conformidade com a proposição da empresa contratada, avalizada pela Arq. Fiscal da Obra Sar. Karen Lísia Araldi - CREA nº 106590-1, cc com parecer Favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 1158/2013, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelos serviços complementares necessários para a conclusão da obra é de R\$ 6.572,46 (seis mil e quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Lages, SC, 09 de setembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato Contrato 233/2012 - PML - 3º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 233/2012 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na EMEB Antonio Joaquim Henriques, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 - Para execução: fica prorrogada ate 30/10/2013;

2.2 - Do contrato: fica prorrogado ate 30/12/2013;

Lages, 29 de agosto de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

PP 69-2013 PML PP 04-2013 FUNREBOM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 69-2013 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 02/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 19.905,00

Modalidade: PP 04-2013 FUNREBOM

Objeto: Aquisição de Veículos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 03/10/2013 às 09:00

Valor Estimado: 66.860,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 10 de setembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação PP 67-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013 -PML

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA AVENIDA SANTA CATARINA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- Na descrição do item 06, leia-se: Poste Reto de Madeira de Lei, seca, Plainada e Desquinada, Sem Rachaduras, Tamanho 3" X 3" X 3,50 M.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de setembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato 37/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 37/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: AMBIPLAN ENGENHARIA AMBIENTAL SS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.094.555/0001-51, com sede na Av. Sete de Setembro, 3566 - Curitiba/PR - CEP: 80.250-210.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia para serviços de apoio, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, referente aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e nanejo dos resíduos sólidos do Município em conformidade com as especificações prescritas no anexo II - termo de referência, parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

30/07/2013 à 31/01/2014

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais).

Lages, 08 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato - 1º Aditivo - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 18/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.060.909/0001-35, estabelecida à Rua Gustavo Persuhn, n.º 68, em Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Coordenação Técnica das atribuições de encerramento dos contratos da implantação do "Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Lages/SC", compreendendo Relatório de Medição Final dos Trabalhos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução; fica prorrogada em mais 100 (cem) dias;

2.2 Do Contrato; fica prorrogado em mais 100 (cem) dias.

Lages, 09 de SETEMBRO 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato - 1º Aditivo - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 18/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.060.909/0001-35, estabelecida à Rua Gustavo Persuhn, nº 68, em Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Coordenação Técnica das atribuições de encerramento dos contratos da implantação do "Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Lages/SC", compreendendo Relatório de Medição Final dos Trabalhos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução; fica prorrogada em mais 100 (cem) dias;

2.2 Do Contrato; fica prorrogado em mais 100 (cem) dias.

Lages, 09 de SETEMBRO 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 181/2011 - Saude - 2º Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 181/2011 - SAUDE - 2º ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa nº 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de execução de construção de Uma Unidade de Saúde Básica com área construída de 388,90m², no Bairro Santa Catarina, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital, ano base 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para execução: Fica prorrogada até 31/12/2013;

2.2 - De entrega: em até cinco dias da data conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelo Responsável Técnico da Secretaria de Obras.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 60 (sessenta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.4 - Do contrato: Fica prorrogado até 31/12/2013.

Lages, 09 de SETEMBRO 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 38/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 38/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VERMONT SANEAMENTO E HIDRAULICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.305.097/0001-40, com sede na Av. Dos Imigrantes, 1676 - Jacarei/SP - CEP: 12.335-000.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de material filtrante para filtro da estação de tratamento de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

30/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

Lages, 08 de agosto de 2013

R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 39/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 39/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: DURAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.348.033/0001-31, com sede na Rua Caetano Vieira da Costa, 873 - sala 03, centro, nesta cidade de Lages, SC - CEP: 88.503-200.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para serviços de recomposição de pavimento asfáltico, tipo tapa buracos, provocados por intervenções da SEMASA, em ruas do Município, em conformidade com as especificações prescritas nas solicitações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

12/07/2013 à 28/09/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 200.345,22 (duzentos mil e trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Lages, 08 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 40/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 40/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.434.177/0001-04, estabelecida à Rua Frei Rogério nº 11 - Apto 1002, em Lages/SC - cep: 88.502-160.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para recomposição de Asfalto, paralelepípedos e lajotas, com fornecimento de material, em diversos locais do município, conforme solicitação da SEMASA, em conformidade com Termo de Referencia, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

06/08/2013 à 06/08/2014

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 1.265.694,00 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e noventa e quatro reais).

Lages, 08 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 41/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 41/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VIAPLAN ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.024.557/0001-00, estabelecida à Av. Juscelino K. de Oliveira nº 6.677, Curitiba/PR - cep: 81.250-160.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água, do Sistema de Esgotamento Sanitário e do Sistema Comercial", da Cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

08/08/2013 à 08/11/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 3.197.224,72 (três milhões, cento e noventa e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos).

Lages, 30 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 42/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 41/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VIAPLAN ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.024.557/0001-00, estabelecida à Av. Juscelino K. de Oliveira nº 6.677, Curitiba/PR - cep: 81.250-160.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água, do Sistema de Esgotamento Sanitário e do Sistema Comercial", da Cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

08/08/2013 à 08/11/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 3.197.224,72 (três milhões, cento e noventa e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos).

Lages, 30 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 43/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 43/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87,

com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP:88.502-005.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

30/08/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 5.562,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e dois reais).

Lages, 30 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 44/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 44/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 60.882.719/0006-30, com sede à Av. Joaquim Boer n.º 792 - Americana/SP - CEP:13.477-360.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

30/08/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 9.420,00 (nove mil e quatrocentos e vinte reais).

Lages, 30 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 45/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 45/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: FAE FERRAGENS E APARELHOS ELETRÔNICOS S/A, inscrito no CNPJ sob n.º 07.281.413/0001-30, com sede à ROD. BR 116, nº 2363 - Fortaleza/CE - CEP:60.871-200.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

30/08/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 1.950.000,00 (um milhão e novecentos e cinquenta mil reais).

Lages, 30 de agosto de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 52/2013 - 2º Aditivo - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 52/2013 - PML - 2º ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MGM CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.830.372/0001-04, com sede à Rua Irineu Borhausen n.º 58, Xanxere/SC - cep: 89.820-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Mão de Obra, de 2.935,44 (dois mil novecentos e trinta e cinco unidades e quarenta e quatro centésimos) de Unidade de Serviço de Iluminação Pública - USIP, para a Execução de Serviços em Rede de Distribuição e para Expansão e Manutenção da Iluminação Pública de Lages.

1.1 - DO ACRÉSCIMO AO OBJETO DO CONTRATO

Ficam acrescidos ao objeto do contrato primitivo mais 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado, em face à solicitação da Secretária de Meio Ambiente e Serviços Públicos, acolhida pela empresa contratada e com Parecer Favorável da Procuradoria Geral do Município sob n.º 1666/2013, em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

O valor deste acréscimo ao objeto contratual é de R\$ 43.297,74 (quarenta e três mil e duzentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), referentes a 733,86 (setecentos e trinta e três vírgula oitenta e seis) USIP (Unidade de Serviço de Iluminação Pública).

Lages, 10 de SETEMBRO 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lebon Régis**PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: aquisição de quadro imantado e magnetos, para elaboração de mapa estratégico do PMAQ-AB, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 24 de Setembro de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 24/09/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br. Maiores informações: (49) 3247-0188.

Lebon Régis 11 de Setembro de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Extrato Pregão Presencial

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação

na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item. Objeto: aquisição de Material Permanente (móveis, material odontológico e médico hospitalar) para os Postos de Saúde do Município, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 13h50min do dia 24 de Setembro de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h00min do dia 24/09/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br. Maiores informações: (49) 3247-0188.

Lebon Régis 11 de Setembro de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Extrato Processo Licitatório

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2013

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Comissão de Licitações torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL E TÉCNICA, sob a forma de execução indireta, para contratação de empresa especializada para a realização de concurso público para provimento de cargos públicos do Poder Executivo do Município de Lebon Régis. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA TÉCNICA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro até às 09h do dia 14 de Outubro de 2013. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 11 de Setembro 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Lei Ordinária N.º 1.168/2013, de 11 de Setembro de 2013**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.168/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do a.r.t. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E

ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 3.780,00**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 1.018 - Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio
3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins R\$ 13.080,00**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior
4.5.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 11 de Setembro de 2013

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Analista Administrativo

Decreto N.º 2.479/2013, de 11 de Setembro de 2013

DECRETO N.º 2.479/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme a Lei Ordinária N. 1.168 de 11 de Setembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do a.rt. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 3.780,00**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 1.018 - Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio
3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins R\$ 13.080,00**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior
4.5.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 11 de Setembro de 2013

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Analista Administrativo

Luzerna**PREFEITURA****Lei 1146**

LEI Nº 1146 de 10 de setembro de 2013

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica declarada de Utilidade Pública a entidade ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA LEÃOZINHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.273.097/0001-12.

§1º- São assegurados à entidade todos os benefícios advindos com a presente declaração.

§2º- Fica obrigada a entidade, após a sanção desta Lei, dar cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 91/1935, em seus arts. 4º e 5º e regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961, em seus arts. 5º e 6º, alterados pelo Decreto nº 60.931/1967, em seus arts. 2º, alínea "g" e 5º.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Luzerna(SC), 10 de setembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei Complementar 119

LEI COMPLEMENTAR Nº 119 de 10 de setembro de 2013.
"REFERENDA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SIMAE E Á OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Em atendimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 250 de 27 de novembro de 2000 deste Município c/c o art. 40 da Lei Complementar 193/10 de 06 de setembro de 2010 do Município de Joaçaba, fica referendada a alteração do PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, promovida pela Lei Complementar nº 250 de 06 de setembro de 2013, do Município de Joaçaba(SC).

Art.2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de setembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 192

EXTRATO DE PORTARIA
2013

Portaria nº 192/13 de 10/09/13 - "Designa servidora que especifica" (MARIA INÊS DALLOLMO, Contadora, para compor a Comissão. Na condição de representante do Poder Executivo, nas Audiências Públicas, com vistas à elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2014).

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Aquisição de Móveis e Equipamentos de Informática

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2013
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com sede administrativa à Rua Dona Maria Mendes, 153, Centro, através do Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitação nº 0008/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº

0006/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e que até 09h00min, do dia 24 de setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada na Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a aquisição de móveis e equipamentos para informática, a serem instalados e utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, adquiridos através dos recursos do PMAQ (Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade), conforme discriminação e quantitativos do Edital (Anexo I). O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 24/09/2013, no endereço acima indicado. Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 10 de setembro de 2013.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Edital de Licitação Nº 082/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza e cargas de gás de cozinha, destinados as Unidades de Saúde, ESFs e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Edital de Licitação Nº 086/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2013
O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças e mão de obra preventiva e corretiva, destinadas aos veículos pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL
Pregoeiro Municipal

Edital de Licitação N° 093/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 093/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

JÉSSICA SCHMITZ
Pregoeira Municipal

Edital de Licitação N° 094/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 094/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de toners e cartuchos destinados as Secretarias da Prefeitura Municipal de Mafrá, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 11 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL
Pregoeiro Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Licitação N° 078/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2013

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa de engenharia elétrica, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Mafrá-SC, composto nesta data de aproximadamente 9.600 pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência, ampliação de redes, melhorias do sistema, modernização e a destinação final de lâmpadas. A prestação de serviços e o fornecimento de materiais será de forma continuada pelo período estabelecido em contrato e eventuais prorrogações amparadas na Legislação, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com recursos da COSIP. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/09/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 11 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL
Pregoeiro Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lic 68.2013 PP 31.2013 Rp - Mão de Obra Pintura de Bens Imóveis

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 68/2013 - multientidade

PREGÃO PRESENCIAL - N°. 31/2013 - RP

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal n°. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, inerente a mão de obra para pintura de bens imóveis da Administração de Pública Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 24/09/2013

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 24/09/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 11 de Setembro de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

ANNA K. R. FRANZ
Gestora dos Fundos Municipais

Meleiro

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 039/2013 JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 039/2013

CREDOR: Ernani Ângelo Topanotti - CPF nº 566.029.529-00.

OBJETO: Chamamento Público para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2013 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

VALOR: R\$ 9.815,00 (nove mil oitocentos e quinze reais).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2013 no Município de Meleiro/SC, justifica-se pelo atendimento Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Meleiro, 06 de setembro de 2013.
JAQUELINE MARTINS WALNIER
Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Decreto 56/2013 - Concurso Publico

DECRETO N.º 56/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.
"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO PÚBLICO 001/2011"

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal e do Edital do Concurso Público Municipal nº 001/2011:

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público Municipal n.º 001/2011, homologado através do Decreto de Homologação nº 14/2011 de 19 de março de 2012, por mais 2 (dois) anos, em conformidade com item 12.1 do Edital de Concurso Público n.º 001/2011.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de setembro de 2013.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei N° 1554/2013

LEI Nº 1554/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC- AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de máquinas e implementos rodoviários e pavimentação na área urbana.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 19 de Julho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Licença Premio

PORTARIA Nº. 2930 DE 22 DE JULHO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. BERNADETE DE FREITAS FRANCISCO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarentas) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 11/07/2013 a 08/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de julho de 2013 a 08 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de julho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 22 de julho de 2013

PORTARIA Nº. 2976 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CARLA GISELE DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 03/08/2013 a 31/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de agosto de 2013 a 31 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2977 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CARLA GISELE DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 03/08/2013 a 31/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de agosto de 2013 a 31 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2978 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. BARBARA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA CONCEIÇÃO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 01/08/2013 a 29/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de agosto de 2013 a 29 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2988 DE 03 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLAUDIA APARECIDA GEORGE GONÇALVES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 01/08/2013 a 29/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de agosto de 2013 a 29 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2989 DE 03 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLAUDIA APARECIDA GEORGE GONÇALVES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 01/08/2013 a 29/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de agosto de 2013 a 29 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2990 DE 03 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIRLEI DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função

de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 01/08/2013 a 29/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de agosto de 2013 a 29 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3007 DE 06 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. FABIANA APARECIDA CARNEIRO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 03/08/2013 a 31/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de agosto de 2013 a 31 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3065 DE 14 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ADRIANA DA SILVA POLI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 14 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3096 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANGELA OLIVEIRA MACELAN RAMSDORF, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 58 dias restantes de licença premio, pelo período de 20/08/2013 a 16/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2001/2006.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de agosto de 2013 a 16 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 20 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3097 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANGELA OLIVEIRA MACELAN RAMSDORF, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 60 dias de licença premio, pelo período de 17/10/2013 a 15/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011. Restando 30 dias para gozo posterior.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de outubro de 2013 a 15 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 20 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3098 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SHAIANE LOUISE BALTAZAR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 28/08/2013 a 25/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de agosto de 2013 a 25 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 20 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3104 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SUSIMERY MULLER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses de licença premio, pelo período de 18/08/2013 a 15/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de agosto de 2013 a 15 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 20 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3132 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA TEREZA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 60 dias desta licença, pelo período de 03/07/2013 a 31/08/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de julho de 2013 a 31 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3150 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LUCIANA BATISTA VIEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 60 dias desta licença, pelo período de 05/08/2013 a 02/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2003/2008.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de agosto de 2013 a 02 de outubro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de agosto de 2013, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3170 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANDREA BURGONOV, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 05 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3171 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. LOURDES RENGEL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 05 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3172 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. FERNANDA MEDEIROS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2004/2009.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 05 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3173 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. MARIA SALETE CONSTANTE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços gerais, com carga horária de 40 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 05 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3174 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. KATIA CILENE HOFFMANN BALDANCA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 22/09/2013 a 20/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3175 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LUCINEIA PIERRE DOS PASSOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 22/09/2013 a 20/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3176 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. EROTIDES MARIA FERREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 22/09/2013 a 20/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3177 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANA LUCIA DA COSTA SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 20/09/2013 a 18/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3178 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. **ANDREA KRAISCH SOARES**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 20/09/2013 a 18/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3179 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. **SANDRA REGINA DOS SANTOS**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 03/09/2013 a 01/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de

setembro de 2013 a 01 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3180 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. **JULIA DE FREITAS MADUREIRA**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 04/09/2013 a 02/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de setembro de 2013 a 02 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

PORTARIA Nº. 3181 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ANA MARIA CORREIA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 dias desta licença, pelo período de 09/09/2013 a 07/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 1998/2003.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2013 a 07 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de setembro de 2013

Portaria de Licença Saúde

PORTARIA Nº.2983 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr.^a ORALINA TERZINHA RIBEIRO, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 11/06/2013 á 27/07/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de junho de 2013 á 27 de julho de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3012 DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr.^a MARCIA MENDES, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 19/06/2013 á 04/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de junho de 2013 á 04 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3047 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr.^a LILIANE APARECIDA ANACLETO PEREIRA, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 16/06/2013 á 03/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de junho de 2013 á 03 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3057 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o Sr. OSMAURO LUIZ FASSBINDER, no cargo de Professor, com carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/04/2012 á 03/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24 de abril de 2012 á 03 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3099 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. LELIANE BRINING MENDONÇA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/05/2013 á 06/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de maio de 2013 á 06 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3100 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ROSMEIRE PEREIRA FRIGO DE SOUZA, no cargo de Professora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 11/07/2013 á 14/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de julho de 2013 á 14 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3101 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr^a. ELIANE DOS SANTOS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/07/2013 á 19/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de julho de 2013 á 19 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3102 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr^a. ELENIR APARECIDA CRISTIVÃO ROSA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/12/2011 á 15/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de dezembro de 2011 á 15 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3103 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o Sr. MATHEUS DE CAMARGO MARTINS, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06/06/2013 á 29/07/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2013 á 29 de julho de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3105 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr^a. SUSIMERY MULLER, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/03/2012 á 17/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2012 á 17 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3108 DE 22 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. MARIA TE-REZA FELICANO BALAK, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/05/2013 á 02/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de maio de 2013 á 02 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3114 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ROSA BARBOSA, no cargo de Diretora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/07/2013 á 07/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24 de julho de 2013 á 07 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº.3137 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. SANDRA MARIA MEDEIROS, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 26/07/2013 á 23/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26 de julho de 2013 á 23 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 26 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3139 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. EDICLEIA MONTAGNA DUARTE, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/07/2013 á 31/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de julho de 2013 á 31 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3151 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ROSA BARBOSA, no cargo de Diretora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 21/08/2013 á 29/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 21 de agosto de 2013 á 29 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3190 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ANGELA

CATIA DA SILVA PEREIRA, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 08/07/2013 á 23/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de julho de 2013 á 23 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 23 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

Portaria de Licença Sem Vencimentos

PORTARIA Nº. 2435 DE 09 DE JULHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SILVANA ANHAIA, matrícula nº. 1688203, que exerce a função de monitora de educação infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 09 de julho de 2013 á 09 de julho de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de julho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de julho de 2013.

PORTARIA Nº. 2890 DE 18 DE JULHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, MILENE RAMOS, matrícula nº. 228503, que exerce a função de monitora de educação infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 05 de julho de 2013 à 05 de julho de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 18 de julho de 2013.

PORTARIA Nº. 2979 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SIMARA MARIA ADÃO, matrícula nº. 248202, que exerce a função de monitora de educação infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 10 de agosto de 2013 à 10 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3055 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, OSMAURO LUIZ FASSBINDER, matrícula nº. 353901, que exerce a função de Professor, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 04 de agosto de 2013 à 04 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 13 de agosto de 2013

Portaria de Prorrogação de Licença Para Tratar de Assuntos Particulares

PORTARIA Nº. 3046 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga, a Portaria Nº 750A/2009 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Sr^a. ELAINE APARECIDA FRANCISCO, que exerce a função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 01 de março de 2011 a 04 01 março de 2013.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3198 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga, a Portaria Nº 3037/2011 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. MARIA JANDIRA DE OLIVEIRA, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 23 de setembro de 2013 a 23 de setembro de 2015.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013

Portaria de Retorno Pra Tratar de Assuntos Particulares

PORTARIA Nº 2988 DE 03 DE AGOSTO DE 2013.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1282/2009 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. MARIA BENTA EMILIO, que exerce a função de Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de Língua Inglesa, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 06 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 06 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013 .
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013

Portaria Dmte

PORTARIA Nº. 2985 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALICE DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 29 de julho de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 2986 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:
I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DALVA MARIA FLORES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 31 de julho de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3048 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:
I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MIRIAN CRISTINA DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3049 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CRISTINA NASCIMENTO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3050 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARLUCI CARDOZO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com

a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3051 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3052 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUELEN MONSINI DE OLIVEIRA, para exercer a função de Instrutor de Informática, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3053 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA MEDEIROS DA SILVA MANGRICH, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3058 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TATIANA NERI SIMÕES, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3071 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARCELO HENRIQUE MACHADO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3072 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CAROLINA RAMOS ACETA, para exercer a função de Professora de Língua Portuguesa, MAG nh 001, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3075 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROANA REBELLO LEITE, para exercer a função de Professora de Educação Física, MAG 02/01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3074 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROANA REBELLO LEITE, para exercer a função de Professora de Educação Física, MAG 02/01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3080 DE 16 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES, para exercer a função de Professora de educação

infantil, MAG NH 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 16 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3083 DE 16 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARCIA BORBA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

**PORTARIA Nº. 3084 DE 16 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIANA MABA DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

**PORTARIA Nº. 3085 DE 16 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MONICA HELEN BARACY GAUTO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

**PORTARIA Nº. 3090 DE 19 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PAMELA CRISTINA INÁCIO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 16 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2013.

**PORTARIA Nº. 3093 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARILDA PEREIRA, para exercer a função de Professora Educação Infantil, MAG 02-01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3094 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. IONE GOMES RABITTO FERREIRA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3118 DE 27 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FRANCIANE LUAR SARAMENTO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3119 DE 27 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. WILSON DE JESUS GUICHABEIRA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de Artes, MAG 01-01, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3120 DE 27 DE AGOSTO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CRISTIANE VICENTE, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com

a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 29 de agosto de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3152 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CAROLINE BENITES FERREIRA VARGAS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3153 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUELI DA APARECIDA SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3154 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ZAIRA IRIAS DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3155 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. **CAROLINE MARONE ADAMCZYK**, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 04 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3196 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. **HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS**, para exercer a função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Ciências, MAG 02-01 com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3197 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. **MARIA GISELE DA SILVA VEIRA**, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 04 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

Portaria Exonera

PORTARIA Nº. 2903 DE 19 DE JULHO DE 2013.
"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, por termino de contrato, a Srª. **ALESSANDRO GUERRA D'AVILA**, matrícula nº. 18989/08, da função de Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de julho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 19 de julho de 2013

PORTARIA Nº. 2966 DE 02 AGOSTO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a Srª. MARDELI MOHR COUTO, matrícula nº. 2257/03, da função de Orientadora escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2967 DE 02 AGOSTO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a Srª. MIRELA CRISTINA LEITE, matrícula nº. 19855/11, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2968 DE 02 AGOSTO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a Srª. CINTIA SOARES, matrícula nº. 3832/21, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2969 DE 02 AGOSTO DE 2013.
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a Srª. LIDIANE BILK, matrícula nº. 62178/04, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2970 DE 02 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera, a pedido, a Srª. JOCEA TOLISANO DUARTE, matrícula nº. 61880/05, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2971 DE 02 AGOSTO DE 2013.
DEMITE POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Demite , por abandono de emprego, a Srª. TANIA MARA ANGELINA CUNHA, matrícula nº. 2428/03, da função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2972 DE 02 AGOSTO DE 2013.
DEMITE POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Demite , por abandono de emprego, a Srª. GABRIELA OTTO IZING, matrícula nº. 4121/02, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2973 DE 02 AGOSTO DE 2013.
DEMITE POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Demite , por abandono de emprego, a Srª. FERNANDO DANIEL, matrícula nº. 18843/03, da função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2974 DE 02 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. CACIARA MEDEIROS CORREA, matrícula nº. 62000/04, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2975 DE 02 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. JOSIANE GONÇALVES, matrícula nº. 19805/01, da função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2996 DE 03 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. MIRIAM VIEIRA, matrícula nº. 2050/13, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2997 DE 03 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. MONICK NICOLETTI PEREIRA, matrícula nº. 62620/03, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 05/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 2999 DE 03 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. KETILI DOS SANTOS, matrícula nº. 20053/03, da função de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3000 DE 03 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. KETILI DOS SANTOS, matrícula nº. 20053/04, da função de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 03 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3008 DE 06 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. LILIAN CRISTINA DA SILVA, matrícula nº. 62208/03, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 02/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3009 DE 06 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. MAYARA CRISTIANE CARDOSO, matrícula nº. 17820/05, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 06/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3010 DE 06 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. CAMILA RUBIA RUDOLFO, matrícula nº. 62768/01, da função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 06/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3011 DE 06 AGOSTO DE 2013.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonera , a pedido, a Srª. ELIDA RIBEIRO SEARA, matrícula nº. 3513/01, da função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 06/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 06 de agosto de 2013

PORTARIA Nº. 3014 DE 06 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a pedido a Srª. SIRLEI RODRIGUES, matrícula N°62281/04 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3015 DE 06 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a pedido a Srª. DEISE CONCEIÇÃO PASSOS ROSA, matrícula N°17065/08 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3033 DE 07 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a pedido a Srª. MARIA LUIZA FERREIRA, matrícula Nº6273002 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 07 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3041 DE 12 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDINEIA WACHHOLZ BORGES, matrícula Nº62587/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com

carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3042 DE 12 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ZAIRA IRIAS DA SILVA, matrícula Nº.62604/01 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3045 DE 12 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LUANA CRISTINA FONSECA, matrícula N°.2440/21 do cargo de Professora, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3056 DE 13 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SERGIO JOSE CARDOSO , matrícula N°.61902/01 do cargo de Professor, com carga Horária de 10 (DEZ) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3081 DE 15 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. RUTH HINZE PASA , matrícula N°.14939/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3191 DE 16 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA POR APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR, por aposentadoria, junto ao Navegantesprev, a Srª. SONIR MARIA DELFINO , matrícula N°.507/01, efetiva como Professora MAG 03, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3092 DE 19 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a pedido a Srª. SIRLEI RODRIGUES, matrícula Nº62281/05 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3107 DE 22 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a pedido o Sr. MARCELO HENRIQUE MACHADO, matrícula Nº6311401 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 22 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3109 DE 22 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. GIOVANI LUIZ DUNZER, matrícula Nº17120/09 do cargo de Professor, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3121 DE 27 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CRISTIANE VALIN MACHADO, matrícula Nº62893/01 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3122 DE 27 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ANA CRISTINA MARCHESAN DA SILVA, matrícula Nº62544/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3133 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. JOSÉ ARNO DO CARMO, matrícula Nº1815/01 do cargo de Professor Mag 02, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3134 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI, matrícula Nº4200/13 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3135 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI, matrícula Nº4200/14 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3137 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - **EXONERAR** a Srª. **PRISCILA ANGIOLETTI**, matrícula Nº19830/09 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3138 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - **EXONERAR** a Srª. **GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI**, matrícula Nº61865/02 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3146 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - **EXONERAR** a Srª. **CAROLINA MARONE ADAMACZYK**, matrícula Nº62613/03 do cargo de Professora, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3147 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - **EXONERAR** a Srª. **BIANCA ALCANTARA BALDO**, matrícula Nº4953/13 do cargo de Professora, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3147 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. BIANCA ALCANTARA BALDO, matrícula Nº4953/13 do cargo de Professora, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3148 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LISIANE CARTELL PATRICIO, matrícula Nº62906/01 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3149 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. ARMANDO CARMO DA SILVA JUNIOR, matrícula Nº2957/17 do cargo de Professor, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3150 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. TUANNY ROBERTA DOS PASSOS DA SILVA, matrícula Nº62238/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3182 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS, matrícula Nº.61959/02 do cargo de Professora, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3183 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ADRIANA STEFAN ARNDT, matrícula Nº.4256/37 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3191 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA POR APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR, por aposentadoria, junto ao Navegantesprev, a Srª. DARLENE COUTO, matrícula Nº.571/01, efetiva como Professora MAG 03, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Benefício nº. 2013.04.00031.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3193 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. TATIANA NERI SIMÕES, matrícula Nº.2998/04

do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3194 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CRISTIANE DOS SANTOS ZUCHETTI, matrícula Nº.62605/01 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3195 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CRISTIANE DOS SANTOS ZUCHETTI, matrícula Nº.62605/02 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

Portaria Licença Gestação

PORTARIA Nº. 2980 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JOSIMARI ROMÃO, matrícula nº. 62118/02, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 29/07/2013 a 24/01/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29/07/2013 a 24/01/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 2981 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SUELEN CRISTINE CAMACHO, matrícula nº. 62734/02, que exerce a função Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01/08/2013 a 27/01/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01/08/2013 a 27/01/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 2982 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. VANESSA DE ASSUNÇÃO NERI, matrícula nº. 62534/01, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 29/07/2013 a 24/01/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29/07/2013 a 24/01/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3013 DE 06 DE AGOSTO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. VANESSA CAROLINE FRANCO, matrícula nº. 4465/04, que exerce a função Professor, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 05/08/2013 a 31/01/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05/08/2013 a 31/01/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE AGOSTO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 3169 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. GISLAINE FERNANDA ANTUNES, matrícula nº. 63007/01, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 03/09/2013 a 01/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/09/2013 a 01/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 05 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2013.

Portaria Para Acompanhamento de Conjuge
PORTARIA Nº. 3136 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.
"RETORNA DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I. Retorna a pedido da portaria nº 1492/2012 que Concede Licença Para Acompanhamento de Cônjuge, a servidora Srª. FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA DE ALMEIDA, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de setembro de 2013.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria inicia-se em 03 de setembro de 2013 por tempo indeterminado.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Substitui Membros No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 3205 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

SUBSTITUI MEMBROS GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR os Representantes da Secretaria da Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

a) TITULAR: Fabrícia Gisele Pereira em lugar de Luiza Ramos de Lima Couto.

SUPLENTE: Patrícia Duarte Cidral em lugar de Silvana Maria Mendes Francisco.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Substitui Membros No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 3205 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

SUBSTITUI MEMBROS GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR os Representantes da Secretaria da Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

a) TITULAR: Fabrícia Gisele Pereira em lugar de Luiza Ramos de Lima Couto.

SUPLENTE: Patrícia Duarte Cidral em lugar de Silvana Maria Mendes Francisco.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Substitui Membros No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3205 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

SUBSTITUI MEMBROS GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR os Representantes da Secretaria da Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

a) TITULAR: Fabrícia Gisele Pereira em lugar de Luiza Ramos de Lima Couto.

SUPLENTE: Patrícia Duarte Cidral em lugar de Silvana Maria Mendes Francisco.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Substitui Membros No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3205 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

SUBSTITUI MEMBROS GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR os Representantes da Secretaria da Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

a) TITULAR: Fabrícia Gisele Pereira em lugar de Luiza Ramos de Lima Couto.

SUPLENTE: Patrícia Duarte Cidral em lugar de Silvana Maria Mendes Francisco.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial N° 060/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 060/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2013

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves da frota do Município de Nova Trento, fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, exceto mangueira hidráulica e seus componentes, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

MÁRCIO LUIZ FELLER - ME (CNPJ N° 01.901.550/0001-44) - Valor Total: R\$ 41.450,00 (Quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

MÁRCIO LUIZ FELLER - ME (CNPJ N° 01.901.550/0001-44) - Valor Total: R\$ 53.100,00 (Cinquenta e três mil e cem reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 11 de setembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Ata Chamamento Público**ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e treze, às 17:30 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do Chamamento Público, publicado no DOM/SC de 09/09/2013, para contratação de 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstraram interesse as seguintes candidatas:

- ELIANE RIBEIRO DE MORAES
- VIVIAN CRISTINA RONCAGLIO BRANDL

Das candidatas que se apresentaram, foi aprovada a seguinte candidata:

- VIVIAN CRISTINA RONCAGLIO BRANDL

A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.

Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços N° 020/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2013

PROCESSO N° 087/2013 – PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2013

Aos quatro dias do mês de setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, n° 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 04/09/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Relógio Ponto Biométrico, com software, instalação e treinamento, e Aquisição/Confecção de Crachás e cordões para Identificação Funcional, para uso da Prefeitura, suas Secretarias, inclusive o Fundo Municipal de Saúde. As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

PREFEITURA MUNICIPAL

TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME (CNPJ N° 10.707.063/0001-36)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	Relógio de Ponto Biométrico com Guilhotina, homologado pela Portaria n° 1.510 de 21/08/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.	Unid.	16	HENRY	R\$ 1.340,00	R\$ 21.440,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 21.440,00

ART CARD LTDA – EPP (CNPJ N° 05.449.347/0001-30)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
02	Crachás com cordão para Identificação Funcional + Arte.	Unid.	580	ARTCARD	R\$ 6,50	R\$ 3.770,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 3.770,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME (CNPJ N° 10.707.063/0001-36)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	Relógio de Ponto Biométrico com Guilhotina, homologado pela Portaria n° 1.510 de 21/08/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.	Unid.	08	HENRY	R\$ 1.340,00	R\$ 10.720,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 10.720,00

ART CARD LTDA – EPP (CNPJ N° 05.449.347/0001-30)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
02	Crachás com cordão para Identificação Funcional + Arte.	Unid.	400	ARTCARD	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 2.600,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME (CNPJ N° 10.707.063/0001-36)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	Relógio de Ponto Biométrico com Guilhotina, homologado pela Portaria n° 1.510 de 21/08/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.	Unid.	01	HENRY	R\$ 1.340,00	R\$ 1.340,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 1.340,00

ART CARD LTDA – EPP (CNPJ Nº 05.449.347/0001-30)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total
02	Crachás com cordão para Identificação Funcional + Arte.	Unid.	20	ARTCARD	R\$ 6,50	R\$ 130,00

Valor Total Homologado ao Licitante: R\$ 130,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (dez) dias corridos, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 04 de setembro de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Orleans

PREFEITURA

2.511 Institui o Plano Municipal de Cultura

LEI N.º 2.511 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura, na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Cultura é estruturado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - fortalecer a função do Estado na institucionalização das políticas culturais;

II - intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural;

III - consolidar a execução de políticas públicas para a cultura;

IV - reconhecer e valorizar a diversidade;

V - proteger e promover as artes e expressões culturais;

VI - universalizar o acesso dos orleanenses à arte e à cultura;

VII - qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público;

VIII - permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;

IX - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico;

X - promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura;

XI - induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;

XII - estimular a organização de instâncias consultivas;

XIII - construir mecanismos de participação da sociedade civil; e,

XIV - ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.

Art. 3º Cabe ao Conselho Municipal de Cultura, o acompanhamento e o monitoramento da execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, SC, 10 de setembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito do Município de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOI MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração.

2.512- Incorpora ao Patrimônio Bem Recebido por Doação (Retroescavadora)

LEI Nº 2.512 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A RECEBER E A INCORPORAR AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL BEM RECEBIDO POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incorporar ao Patrimônio Público Municipal o bem recebido por doação, conforme nota fiscal nº 00000000662, de 26/07/2013, no valor de R\$ 144.559,00 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e nove reais).

Art.2.º O bem de que trata o art. 1º desta Lei é uma retroescavadeira recebida por doação, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Programa PAC2, Portaria MDA nº 43, de 15 de junho de 2012.

Parágrafo Único - O Termo de Doação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado de Santa Catarina e o Município de Orleans, passa a ser parte integrante desta LEI.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 10 de setembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOI MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

2.513 - Re ´Passe Financeiro Ctg Orleanense

LEI N.º 2.513 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ORLEANS A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO AO CTG ORLEANENSE E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS"



MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder repasse financeiro ao CTG Orleanense, inscrito no CNPJ n. 79.314.696/0001-80, destinados a participação do Município nas festividades do XIV Rodeio Crioulo Nacional, que faz parte do Calendário de Eventos do Centenário de Orleans, realizado no período 22 a 25 de agosto de 2013.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o Art. 1º desta Lei corresponde ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que serão repassados em parcela única pelo tesouro municipal.

Art.3º A Entidade beneficiada com a presente Lei fica obrigada a apresentar até o dia 31 de dezembro de 2013, respectiva prestação de contas, que deverá conter:

- Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- Comprovante de despesas;
- Extrato bancário;
- Conciliação bancária;
- Outras informações pertinentes.

Art.4º As despesas decorrentes com implantação da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária n.º 02.01.2.002.3.3.50.01 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 10 de setembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito do Município de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOI MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração.

2.514 - Institui o Hino Oficial do Centenário de Orleans

LEI Nº 2.514 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

INTITUI COMO HINO OFICIAL DO CENTENÁRIO DE ORLEANS, A COMPOSIÇÃO DE PE. CORNÉLIO DALL'ALBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1.º Fica instituído, como Hino Oficial do Centenário de Orleans, a composição de Pe. Cornélio Dall'Alba, "Viva Viva Orleans Centenária", com música de Osvaldo Jung Filho e interprete Lismael Crozetta Ferrareis, conforme letra em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 10 de setembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOI MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração.

2.515 - Autoriza o Poder Executivo a Ceder o Uso de Bem Imóvel Que Especifica

LEI Nº 2.515 DE 10 SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER O USO DE BEM IMÓVEL QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1.º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, de forma não onerosa, ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio de Termo de Cessão de Uso, pelo prazo de vinte anos, o imóvel com a seguinte identificação:

Imóvel urbano, localizado na Rua Professora Otília Mendes Mazzuco, 284, Bairro Rio Belo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o numero 6.749, com área total de 4.111,90m2, onde será desmembrada uma área de 17x30, 510,00m2, com testada para a Rua Gregória Nogueira em 17,00m.

Art. 2º. A Cessão de Uso autorizada por esta lei tem por objeto a construção de um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, por parte do Governo do Estado/Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Parágrafo Único - O prazo para execução da referida obra é de 02 (dois), sendo que o não cumprimento do prazo, ou uso do imóvel para outro fim, o bem ora cedido retornará ao patrimônio municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 10 de setembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOI MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração.

Anexo da Lei 2.511 - Plano Municipal de Cultura

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE ORLEANS
PREFEITURA MUNICIPAL
CONSELHO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Orleans - 2012

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

Construído a partir dos documentos retirados da II Conferência Intermunicipal de Cultura e da 1ª Temporada Intermunicipal de Fóruns da Região de Criciúma, O Plano Municipal de Cultura de Orleans é o resultado de um encontro entre a sociedade civil e o poder público.

O Plano Municipal de Cultura de Orleans tem por objetivo instituir as políticas de cultura necessárias ao município de Orleans. Políticas estas, centradas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional. Daí faz-se necessário à elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento. Entendendo-se cultura em todas as suas dimensões.

- Cultura como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação sustentável;
- Cultura como eixo construtor das identidades;
- Cultura como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e
- Cultura como fator econômico gerador de riquezas.

O Município de Orleans, por meio da Prefeitura Municipal de Orleans, em conjunto com a sociedade civil e o Conselho Municipal de Políticas Culturais define sua atuação a partir de estratégias norteadoras das Políticas Culturais nas áreas subsequentes:

1. Museus, Arquivos e Patrimônio Cultural;
2. Livro, Leitura e Literatura;
3. Música, Teatro e Dança;
4. Artes Visuais e Cultura Digital.

DIAGNÓSTICO GERAL DO MUNICÍPIO

HISTÓRIA:

A história da cidade de Orleans está ligada à vinda do Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, filha de D. Pedro II, à esta região em 1884. As terras que hoje fazem parte do município eram parte do dote de casamento da princesa, concedidas por ato oficial em 1870, e possuíam grande valor devido às jazidas de carvão encontradas em seu subsolo em fins do século XVIII, por tropeiros que subiam e desciam a serra, ligando Lages ao litoral sul cararinense. Essas terras faziam parte do município de Tubarão, e eram habitadas por grupos indígenas. Há relatos, que antes mesmo de 1850 já existiam casas de brasileiros na região de Pindotiba (ex-Raposa) através das concessões de sesmarias à Miranda e Rabello.

Em 1861 o Visconde de Barbacena adquiriu duas léguas de terras nas cabeceiras do Rio Tubarão e obteve, por decreto, permissão para organizar uma companhia de exploração do carvão. Logo obteve financiamento junto a duas companhias inglesas, para extração do carvão e para a construção de uma estrada de ferro que ligasse as minas ao porto de Laguna e Imbituba, tendo a obra iniciado no ano de 1881 e concluída em 1884.

A escolha do local para ser a sede da nova cidade foi determinado pelo próprio Conde D'Eu, aconselhado pelos engenheiros, por estar localizada junto a estrada de ferro, em local pouco sujeito a sofrer os danos de possíveis enchentes. O Conde deu à nova localidade o nome de Orleans, referência à sua família da nobreza da França. A extração do carvão enfrentou grandes problemas e nunca se consolidou na cidade; o trem ficou destinado ao escoamento de produtos agrícolas da região e transporte de passageiros.

A colonização da região se dá a partir de 1882, com a implantação da colônia de Grão-Pará, e a vinda de imigrantes europeus para a região. Em 1885 iniciam-se os trabalhos de demarcação de ruas, lotes e construção de casas de comércio e de moradia da nova vila. Os primeiros moradores começaram a chegar, trabalhadores

da estrada ferro, comerciantes, profissionais, funcionários, na sua grande maioria de origem nacional, provenientes da região de Laguna e Tubarão. Neste mesmo ano a sede da Empresa Colonizadora é transferida para a vila de Orleans. Cada grupo de imigrantes que chegava, ocupava um determinado local da colônia: para o Rio Pinheiros foi encaminhada a maioria dos italianos, Rio Novo, os letos, Braço Esquerdo os poloneses, Grão-Pará os Alemães.

Pela Lei Provincial nº 1218, de 2 de outubro de 1888, foi criado o Distrito de Orleans do Sul, distrito do Município de Tubarão. Como resultado de um trabalho das lideranças locais, os políticos de Tubarão, liderados pelo Deputado Acácio Moreira criaram o município pela Lei Estadual nº. 981, de 30 de agosto de 1913, ocorrendo a instalação a 20 de outubro desse ano. Era composto dos distritos da Sede, Lauro Müller, Grão-Pará e Palmeiras com 1124 km². Na divisão territorial fixada pelo Decreto Lei 941, de 31 de dezembro de 1943, a grafia do nome do município passou para Orleães e Distrito de Palmeiras para Pindotiba. Em 1970, voltou a grafia original de Orleans, a pedido do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, quando de sua visita o Município. O Distrito de Lauro Müller foi emancipado em 5/10/56, o distrito de Grão-Pará em 21/6/58 e, finalmente uma parte de São Ludgero transformada em município em 14/6/63. Segundo o IBGE, Orleans tem hoje 21.393 habitantes e uma área de 550 km2.

DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS

O município conta com um órgão específico para a cultura, a Secretaria Municipal de Cultura, criada em 2008, que ao longo dos anos vem estruturando o setor. Nos anos de 2009 e 2010, Orleans participa efetivamente de todos os eventos realizados pelo Governo do Estado e Governo Federal para ajuste ao Sistema Nacional de Cultura e entra, em 2011, com a finalização do Sistema Municipal de Cultura - SMC (Conselho Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura).

Entretanto, para que a composição do Sistema Municipal de Cultura esteja completa, há que se manter, de forma constante, a coleta de dados para a alimentação do Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais - SMIIC, inserido no Sistema Nacional. A partir dele, será possível delinear o setor cultural em Orleans. O diagnóstico aqui apresentado é uma avaliação bastante superficial, o que dificulta a tomada de decisões para o desenvolvimento de cada setor.

Os Fóruns Setoriais realizados entre junho e outubro de 2012, embora a frequência tenha sido relativamente baixa em relação ao número populacional do município, o que demonstra a falta de organização dos trabalhadores da cultura, foram espaços nos quais se pode realizar significativos levantamentos, conforme segue:

MUSEUS, ARQUIVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Museu ao Ar Livre de Orleans, constitui hoje um referencial da cultura orleanense e da região Sul do Estado, pela importância de seu acervo que resgata todas as fases da colonização. Idealizado em 1974 pelo Pe. João Leonir Dall'Alba, do Seminário São José, por ocasião da catastrófica enchente de 23 de março daquele ano ter inviabilizado a maior parte das indústrias rurais que ainda funcionavam movidas à força hidráulica e animal. A reconstrução daquelas unidades, engenhos, atafonas e serrarias, ocorreria com base em recursos de um outro estágio tecnológico - a energia elétrica. Pouco sobraría, como na verdade ocorreu, daquelas unidades tradicionais movidas a boi, ou por rodas d'água alimentadas pelos açudes. Todavia a necessidade de uma ação imediata e de certa envergadura para garantir a preservação deste rico patrimônio histórico da época foi assegurada com a inauguração a 30 de agosto de 1980 deste valoroso empreendimento.

As Esculturas do Paredão, também contam com a participação do Pe. João Leonir Dall'Alba na sua concretização. Foram feitas no paredão de passagem da estrada de ferro margeando o Rio Tubarão, no centro da cidade, com recursos provenientes de

áreas governamentais para o pagamento dos trabalhos profissionais ali executados pelo escultor orleanense José Fernandes, o "Zé Diabo". Foram gravados naquela encosta belíssimos painéis representativos de passagens bíblicas. Trata-se de um conjunto de muita beleza e arte, com visitação permanente de bom número de viajantes, estudantes e turistas. É alvo também de excelentes reportagens nos jornais, revistas e veículos televisivos. É uma interessante obra que projeta Orleans no cenário cultural e turístico nacional e sul americano.

O Instituto Cultural Padre Vittorio Pozzo, foi fundado em 06 de fevereiro de 2001, com sede na comunidade de Rio Pinheiros Alto, município de Orleans, tendo como objetivo resgatar e manter tradições culturais e cívicas, sobre a colonização da Região, notadamente da etnia Italiana. No local de sua sede se encontra o Mausoléu de seu patrono, morto em trágico acidente de afogamento num Rio quando se deslocava pelo interior da colônia em pregação. No local, encontram-se as vestes e peças sacras usadas pelo santo Padre. No átrio da Capela, uma bela estátua rende homenagem ao grande sacerdote.

Numa homenagem singela, também há monumentos dedicados a um grupo de imigrantes que chegara no ano de 1884, enquanto o segundo chegou em 1885. A sede do Instituto está na localidade de Rio Pinheiros Alto, haja vista tudo ter iniciado a partir da chegada, naquela comunidade, dos principais grupos de imigrantes que hoje formam o maior contingente de famílias descendentes no município e na Região.

Em 1896, a população de Rio Pinheiros Alto era maior que a população urbana da cidade de Orleans. Tendo em vista a grandiosidade de seus projetos a partir da comunidade do Rio Pinheiros Alto, onde, além do Museu Padre Pozzo, temos uma série de monumentos históricos e culturais tais como: Estátua do Padre Pozzo, Monumento aos imigrantes italianos, Primeira Atafona de Orleans e Placa comemorativa à visita da comitiva Italiana de Ala -Trento.

O Centro de Documentação Histórica Plínio Benício é dotado de documentos referentes a Empresa de Terras e Colonização, que se localizava na rua XV de Novembro, mais precisamente no Largo da Prefeitura Municipal, onde hoje localiza-se o Banco do Brasil e a Agência de Correios de Orleans. Além destes documentos da Empresa também fazem parte do acervo, documentos históricos do Poder Legislativo e Executivo, documentos do Poder Judiciário e documentos do Setor Eclesiástico (da paróquia de Orleans).

O município tem, em esfera estadual, os seguintes Patrimônios Tombados: P.T. nº: 083/96 Oito terrenos de Mata Atlântica 245.685m²; 245.685m²; 245.685m²; 1.212.088,76m²; 176.720m²; 176.720m²; 249.100m²; 245.685m² - Morro da Palha; Decreto nº 2.133, de 21 de agosto de 1997. P.T. nº: 174/2000 Museu ao Ar Livre - Rua Projetada, s/n - Bairro Murialdo, Decreto nº 5.726, de 30 de setembro de 2002 e P.T. nº: 175/2000 Sobrado da Família Barzan - SC 446, Km 4 - Palmeira do Meio, Decreto nº 5.921, de 21 de novembro de 2002.

LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Em Orleans há um grande número de escritores, alguns com diversos livros publicados, outros desejando fazê-lo. A maioria deles pertence à Academia Orleanense de Letras, a segunda mais antiga do estado de Santa Catarina. Os temas são diversificados, mas a geografia e a história influenciam, principalmente a paisagem e as etnias. Os problemas sociais também são contemplados. Os gêneros poema, conto, crônica e teatro, ao lado da pesquisa documental, são preponderantes, e está para ser lançado o romance (o primeiro do município e, no gênero, pensa-se que seja o primeiro do Estado). Inúmeras peças de teatro foram produzidas aqui, com textos próprios, de autores locais e/ou adaptados.

A Academia Orleanense de Letras congrega quinze amantes das letras. Alguns autores orleanenses não mais residem aqui. O autor orleanense não recebe o apoio financeiro necessário para editar seus livros. Aquele que puder, assume a despesa com a edição de seu livro e, às vezes, consegue alguma parceria. O livro da

Academia editado anualmente há quase vinte anos, é a oportunidade que o autor orleanense tem de mostrar seu trabalho. Geralmente esse livro tem a participação dos poderes constituídos e/ou do empresariado para ser editado. Os autores locais deparam-se com diversas situações que dificultam o reconhecimento do trabalho que realizam: a falta de divulgação e valorização de seu trabalho por parte das escolas, não há espaços para que mostrem seu trabalho (bibliotecas que façam promoções específicas, concursos e recitais que os contemplem, etc.).

O município abriga biblioteca escolares de expressão, uma na Escola de Educação Básica Toneza Cascaes e outra, menor, na Escola de Educação Básica Samuel Sandrini; uma biblioteca pública no Centreventos Galliano Zomer e uma biblioteca universitária, além de aglomerados de livros em outras escolas, porém sem pessoal capacitado para trabalhar. O acervo deixa a desejar, assim como o espaço das bibliotecas, que geralmente não é de fácil acesso e está localizado em local não tão público, onde o livro possa ser oferecido ao leitor. Não há disponibilidade financeira nem iniciativas expressivas por parte dos responsáveis por esses espaços, no sentido de dinamizar/melhorias. Faltam livros, principalmente os lançamentos; falta organizar o espaço do autor local/regional, etc.; faltam estratégias especiais que façam com que a biblioteca seja realmente um espaço para o livro e seu leitor, que pode ser desde a criança até o idoso. Não há estratégias para atrair o idoso à leitura, bem como não há espaço adequado, nem uma seleção de livros para eles Assim como não há para as crianças.

ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR

O Centro Sociocultural ProArt, desde 2006, oportuniza aos municípios atividades socioculturais de qualidade, distribuídas nos seguintes cursos: Música, Informática, Dança, Aeróbica, Kung Fu, Artesanato, Capoeira, Cinema, Teatro de Fantoches e acesso a Biblioteca Pública Municipal. A marca "ProArt" com o símbolo da mão significa a manifestação multicultural étnica dos cidadãos em prol da arte, de perceber a beleza na diversidade que une este mosaico de pessoas, raça, cor e credo.

A riqueza da humanidade está nas diferenças encontradas no seu modo de ser, agir e se expressar. É a união de parcerias que garantem o oferecimento gratuito de atividades socioculturais no Centro Sociocultural ProArt de Orleans, onde são beneficiadas mais de quinhentas e cinquenta famílias Orleanenses, com o objetivo de operar na prevenção da Saúde, Segurança e no Desenvolvimento Educativo do ser humano, integrando-o e valorizando-o na comunidade.

Todos os anos, por ocasião do aniversário do Município, Orleans realiza sua Semana Cultural, oportunidade na qual as manifestações artísticas da população são mostradas, valorizando sempre a história e a cultura. Orleans é conhecida como a "Capital da Cultura", denominação advinda da sua grande importância cultural no cenário estadual.

MÚSICA, TEATRO e DANÇA

Orleans tem uma tradição de gosto por essa forma de expressão artística. Anualmente são trazidos grupos de outras cidades que se apresentam no Orleans Tênis Clube, no entanto atualmente não oferece mais disponibilidade, dado o grande número de formaturas e outras atividades sociais. O município vem desenvolvendo um projeto cultural denominado Semana Cultural de Orleans que iniciou na década de 60, mas ainda não conseguiu a sua casa de espetáculos. Nas escolas, principalmente na E. E. Básica Toneza Cascaes, são desenvolvidos projetos de teatro, porém estão restritos aos muros da mesma. Falta apoio financeiro para os figurinos, a tessitura do texto, oficinas, cenário, sonorização e iluminação, deslocamento para outros locais, maquiagem, capacitação de pessoal. A juventude se dispõe com facilidade para esse tipo de ocupação, mas há que se ter credibilidade, os projetos não podem sofrer solução de continuidade de ano para ano. Novamente

citam-se os jovens em área de risco, que podem ser ocupados com essa atividade. Também podem ser inseridos os idosos falta e as crianças nessa atividade. Aqui, já foram produzidas algumas centenas de peças teatrais, muitas delas com textos produzidos de autores locais. Destacam-se peças infantis e diversas mini-peças em italiano. Existem dois grupos de teatro: um que se ocupa em resgatar a italianidade, denominado Ppovverrotti Global, e outro denominado Agora, vai! do projeto Teatro: Vida, Paixão e Vida!, que iniciou na E. E. Básica Toneza Cascaes. Outras escolas e entidades também desenvolvem projetos de teatro: Idosos, APAE, dentre outros.

No município existe um número expressivo de associações de corais e grupos de cantores. Os motivos que os levam a se agregar vão desde o prazer de cantar, de tocar algum instrumento, ao de estar em grupo, de apresentar-se em público, e coroar-se de valor ao conseguir realizar eventos (encontros) e deles participar. Os grupos ligados à igreja (Coral Shalon - com CNPJ, Nossa Senhora da Glória, Pastoral Vocacional, Pastoral da Juventude, São José, Barracão, dentre outros) têm o espaço adequado, que é a Igreja Matriz ou a Sede João XXIII ou ainda as dependências da igreja do Seminário São José, mas são carentes de regentes e precisam também de instrumentos, de material (textos, partituras) e de trajes.

Os grupos ditos profanos são diversos: Bandas que necessitam de instrumentos e de pessoal capacitado, além de local adequado para os ensaios. O grupo Seresteiros da Colina (tem CNPJ) possui uma história de participação em inúmeros eventos, principalmente missas e eventos sociais, e é bastante antigo, sendo uma referência musical na região. Seus componentes não possuem apoio algum para as demandas do grupo: material em geral, pesquisa, maestro, trajes, deslocamento, gravação de cd. O coral Hermelina Pfützenreuter (tem CNPJ) existe há 32 anos, gravou seu primeiro cd em 2010 e luta para manter-se em atividade. Sua maestrina desloca-se, uma vez por semana, de Criciúma, o coral faz um bom trabalho, seu repertório é bastante diversificado. O coral tem participado dos eventos para os quais é convidado, e tem promovido alguns eventos no município. Sua maior dificuldade é o pagamento da maestrina, mas também necessita de trajes, deslocamento, oficinas de regência, canto e leitura de partituras (teoria musical), pesquisa, composição de material em geral, instrumentos, possibilidade de realizar concursos, festivais, festas em geral, local para ensaios. O coral Stelle Alpine (tem CNPJ) existe há 17 anos, seu objetivo é resgatar o cancionário folclórico italiano de Orleans e região, já coletou uma centena de canções, muitas já estão em cd (4 cds) e dois cds estão prontos para serem gravados. O maior problema do coral é o pagamento do maestro, que se desloca de Urussanga, e os custos com pesquisa, composição de partituras, estúdio de gravação e realização de festivais da canção italiana (que realizou diversos). Também tem carência de instrumentos, local para ensaios, trajes, condições de deslocamento. Pretende publicar um álbum contendo uma mídia em MP3 com as canções resgatadas, com letra e partitura, versão em Português e notas de rodapé contando a história resumida de cada canção. A pesquisa do significado de muitas canções encontra resposta na região, entre os descendentes mais antigos; mas muitas delas impõem que se faça a pesquisa na Itália (Trento, Vêneto, Friuli), para entender o que cada uma quer dizer. Há muito tempo solicita-se o treinamento de regentes de corais, mas até o momento não houve atenção. No presente momento o coral sobrevive com encontros semanais, pois não tem como pagar o seu maestro. O coral é insistentemente convidado a participar dos encontros regionais, e é requisitado pela sua dinâmica alegre e diversificada.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE À CULTURA

- LEI Nº 2473 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013.

"DECLARA COMO UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC".

- LEI Nº 2459 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

"CRIA O CORAL MUNICIPAL DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 2449 DE 22 DE AGOSTO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 2418 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS A LITORCA - LIGA ORLEANESE DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 2408 DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011.

(Vide Decreto nº 3395/2012)

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE ORLEANS - CMPC, SUAS ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 2255, DE 18 DE MAIO DE 2009.

(Regulamentada pelo Decreto nº 3165/2010)

(Vide Decreto nº 3394/2012)

"INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA CULTURA DA PAZ, ADOTA A BANDEIRA DA PAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

- LEI Nº 2345 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- LEI Nº 2255, DE 18 DE MAIO DE 2009.

"INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA CULTURA DA PAZ, ADOTA A BANDEIRA DA PAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CAPÍTULO I - DO ESTADO

FORTALECER A FUNÇÃO DO ESTADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS;

INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADAS AO CAMPO CULTURAL CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA.

Compete ao Estado:

FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e inserção geopolítica, respeitando os diferentes agentes culturais e sociais.

QUALIFICAR A GESTÃO CULTURAL, otimizando a alocação dos recursos públicos e buscando a complementaridade com o investimento privado, garantindo a eficácia e a eficiência, bem como o atendimento dos direitos e a cobrança dos deveres, aumentando a racionalização dos processos e dos sistemas de governabilidade, permitindo maior profissionalização e melhorando o atendimento das demandas sociais.

FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos de financiamento por fundos públicos, patrocínios e disponibilização de meios e recursos. PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.

AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.

PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos

do passado.

AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS, criando espaços, dispositivos e condições para iniciativas compartilhadas, o intercâmbio e a cooperação, aprofundando o processo de integração municipal, absorvendo os recursos tecnológicos, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneos e centros culturais nacionais e internacionais. **DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES** oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais, assim como promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais.

ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

São fundamentais para o exercício da função do Estado:

- o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação com o Estado de Santa Catarina e Governo Federal;
- a criação de instâncias de participação da sociedade civil;
- a cooperação com os agentes privados e as instituições culturais;
- a relação com instituições universitárias e de pesquisa;
- a disponibilização de informações e dados qualificados;
- a territorialização das políticas culturais;
- a atualização dos mecanismos de fomento, incentivo e financiamento à atividade cultural;
- a construção de estratégias culturais de nacionalização e internacionalização em mercados globais.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

1.1 Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas do poder público, o estabelecimento de redes institucionais com outras esferas de governo (estadual e federal) e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.

1.1.1 Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura - SMC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com a participação e controle da sociedade civil em conformidade com o governo estadual e federal. A implementação do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, fóruns, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio da Conferência Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura de Orleans, composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, eleitos democraticamente. A Secretaria de Cultura de Orleans, como órgão gestor, deverá apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

1.1.2 Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social.

1.1.3 Ampliar o atendimento da Secretaria de Cultura no município, sistematizar as ações de suas unidades vinculadas e fortalecer seus quadros institucionais e carreiras, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências.

1.1.4 Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura - SMC, como instrumento de articulação para a gestão e profissionalização de agentes executores de políticas públicas de cultura, juntamente com o Estado, a União e sociedade civil.

1.1.5 Estimular a constituição ou fortalecimento de conselhos consultivos, conferências, fóruns e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação do Plano e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.

1.1.6 Estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais e fomentar suas atividades e planos anuais, desenvolvendo metas qualitativas de aprimoramento e atualização de seus modelos institucionais, de financiamento, de gestão e de atendimento ao público e elaborando programas para cada um dos seus focos setoriais de política pública.

1.1.7 Aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicas e organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis.

1.1.8 Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura.

1.2 Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, em consonância com o Estado e a União.

1.2.1 Acompanhar e avaliar este Plano Municipal de acordo com os indicadores estabelecidos pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC;

1.2.2 Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais.

1.3 Promover o investimento para a pesquisa de inovação e a produção cultural independente.

1.4 Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando ao equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das desigualdades sociais.

1.4.1 Estabelecer critérios transparentes para o financiamento público de atividades que fortaleçam a diversidade, o bem-estar social e a integração de esforços pelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

1.4.2 Aprimorar os instrumentos legais de forma a dar transparência e garantir o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos públicos.

1.4.3 Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos públicos;

1.4.4 Ampliar e aprimorar a divulgação dos programas, ações e editais públicos de apoio à cultura.

1.4.5 Ampliar o uso de editais e comissões de seleção pública com a participação de representantes da sociedade na escolha de projetos para destinação de recursos públicos provenientes do orçamento e da renúncia fiscal, garantindo regras transparentes e ampla divulgação.

1.4.6 Incentivar o uso de editais pelas entidades financiadoras privadas, bem como por organizações não governamentais e outras instituições que ofereçam recursos para a cultura.

1.4.7 Ampliar o fomento à produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias, com vistas na democratização dos meios de comunicação e na valorização da diversidade cultural.

1.5 Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura como mecanismo central de fomento.

1.5.1 Aderir aos programas de financiamento conjunto entre as três esferas da federação, por meio da manutenção do Fundo Municipal de Cultura;

1.5.2 Estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus, diversidade cultural e cultura digital, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais.

1.5.3 Ampliar as fontes de recursos do Fundo Municipal de Cultura, buscando fontes em doações e outros montantes para além dos oriundos do caixa do Município.

1.6 Criar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido de sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.

1.6.1 Estimular a construção de diretrizes para o incentivo fiscal, de modo a permitir uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, gerando maior distribuição entre as diferentes atividades culturais.

1.7 Sistematizar instrumentos jurídicos e normativos com o objetivo de fortalecer as leis e regimentos que ordenam o setor cultural.

1.7.1 Fortalecer as comissões de cultura no Poder Legislativo Municipal, estimulando a participação de mandatos e bancadas parlamentares no constante aprimoramento e na revisão ocasional das leis, garantindo os interesses públicos e os direitos dos cidadãos.

1.7.2 Estabelecer instrumentos normativos relacionados ao patrimônio cultural para o desenvolvimento de políticas territoriais urbanas e rurais, de arqueologia pré-histórica e de história da arte.

1.7.3 Garantir a participação efetiva dos órgãos executivos e comissão legislativa de cultura nos processos de elaboração, revisão e execução da Lei Orgânica e do Plano Diretor do Município de Orleans.

1.7.4 Estimular a participação dos trabalhadores da cultura de Orleans nas definições das políticas públicas municipal, estadual e nacional de cultura, no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios impressos, eletrônicos e de internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais.

1.7.5 Fortalecer e aprimorar os mecanismos regulatórios e legislativos de proteção e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico e dos museus e locais de memória.

1.8. Revisar a legislação tributária aplicada às empresas da cultura.

1.8.1 Instituir instrumentos tributários diferenciados para beneficiar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais.

1.8.2 Contribuir para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

1.8.3 Estabelecer o direito de preferência do Município sobre as instituições estrangeiras em ocasiões de comercialização de quaisquer patrimônios históricos de interesse público.

1.9. Acompanhar a legislação autoral com representantes dos diversos agentes envolvidos com o tema, incentivando a participação da produção artística e cultural independente.

1.9.1 Acompanhar os debates sobre revisão e atualização das regras internacionais de propriedade intelectual, com vistas em compensar as condições de desigualdade dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos.

1.10 Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.

1.10.1 Construir um sistema de gestão compartilhada e em rede para as políticas de cultura intersetoriais de modo a ampliar a participação social no monitoramento, avaliação e revisão de programas, projetos e ações.

1.10.2 Articular a Secretaria de Cultura Municipal com órgãos federais e estaduais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo, estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede.

1.10.3 Construir instrumentos integrados de preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio em todas as suas vertentes e dimensões, incluindo desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico e planejamento estratégico, entre outras.

1.10.4 Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho.

1.10.5 Atuar em conjunto com o órgão de educação no desenvolvimento de atividades que insiram as artes no ensino regular como

instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante.

1.10.6 Realizar programas em parceria com o órgão de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade.

1.10.7 Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial.

1.10.8 Estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e adolescência, com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial.

1.10.9 Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, relações de gênero e LGBT, com fomento e gestão transversais e compartilhados.

1.11 Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura orleanense no Estado de Santa Catarina, no país e no exterior, em parceria com embaixadas e representações diplomáticas, a fim de afirmar a presença da arte e da cultura orleanense e seus valores distintivos no cenário global, potencializando os intercâmbios econômicos e técnicos.

1.11.1 Fomentar projetos e ações de promoção da arte e da diversidade cultural orleanense no território nacional e em todo o mundo, por meio da valorização de suas diferentes contribuições, seus potenciais de inovação e de experimentação diante da cultura global.

1.11.2 Fortalecer a participação Orleanense nas redes, fóruns, reuniões de especialistas e nos organismos estaduais e nacionais, ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às suas discussões, afirmando princípios, conceitos, objetivos e diretrizes estratégicas de nossa política cultural.

1.11.3 Articular políticas de cultura e intercâmbio para aprofundar temas e experiências culturais com os países que participaram dos fluxos migratórios que contribuíram para a formação da população orleanense.

1.11.4 Estimular a tradução e a publicação de obras literárias orleanense em diversas mídias.

CAPÍTULO II - DA DIVERSIDADE

RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE

PROTEGER E PROMOVER AS ARTES E EXPRESSÕES CULTURAIS

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

2.1 Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade orleanense, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os afro-brasileiros, outros povos e comunidades tradicionais, e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental.

2.1.1 Estabelecer abordagens intersetoriais e transdisciplinares para a execução de políticas dedicadas às culturas populares, incluindo seus detentores na formulação de programas, projetos e ações.

2.1.2 Criar políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como o reconhecimento formal dos mestres populares, leis específicas, bolsas de auxílio, integração com o sistema de ensino formal, criação de oficinas itinerantes, estudos e sistematização de pedagogias e dinamização e circulação dos seus saberes no contexto em que atuam.

2.1.3 Realizar campanhas de valorização das culturas locais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros.

2.1.4 Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas locais.

2.1.5 Apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico.

2.1.6 Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das culturas locais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa.

2.1.7 Promover o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes segmentos da população, grupos de identidade e expressões culturais.

2.1.8 Fomentar a difusão no país e no exterior da gastronomia das diferentes etnias, valorizando o modo de fazer tradicional, os hábitos de alimentação saudável e a produção sustentável de alimentos.

2.1.9 Fomentar projetos que visem a preservar e a difundir as brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contações de histórias, adivinhações e expressões culturais similares.

2.1.10 Promover a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas.

2.1.11 Integrar as políticas públicas de cultura destinadas ao segmento LGBT, sobretudo no que diz respeito à valorização da temática do combate à homofobia, promoção da cidadania e afirmação de direitos.

2.1.12 Incentivar projetos de moda e vestuário que promovam conceitos estéticos baseados na diversidade e na aceitação social dos diferentes tipos físicos e de suas formas de expressão.

2.1.1 Fomentar políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres e sua valorização, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero.

2.2 Ampliar o reconhecimento e apropriação social da diversidade da produção artística orleanense, por meio de políticas de capacitação e profissionalização, pesquisa e difusão, apoio à inovação de linguagem, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios e promoção do desenvolvimento das atividades econômicas correspondentes.

2.2.1 Formular e implementar planos setoriais de linguagens artísticas e expressões culturais, que incluam objetivos, metas e sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social.

2.3 Disseminar o conhecimento e ampliar a apropriação social do patrimônio cultural orleanense, por meio de editais de seleção de pesquisa, premiações, fomento a estudos sobre o tema e incentivo para publicações voltadas às instituições de ensino e pesquisa e a pesquisadores autônomos.

2.3.1 Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural.

2.3.2 Incentivar a inserção do patrimônio cultural na pauta do ensino formal, apropriando-se dos bens culturais nos processos de formação para a cidadania, estimulando novas vivências e práticas educativas.

2.3.3 Fomentar a apropriação dos instrumentos de pesquisa, documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam, estimulando a autogestão de sua memória.

2.3.4 Participar das redes de cooperação com instituições públicas federais e estaduais, instituições privadas, meios de comunicação e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre o patrimônio cultural, por meio da realização de mapeamentos, inventários e ações de difusão.

2.3.5 Mapear o patrimônio cultural orleanense guardado por instituições privadas e organizações sociais, com o objetivo de formação de um banco de registros da memória municipal.

2.4 Desenvolver e implementar, em conjunto com as instâncias locais, planos de preservação para os núcleos urbanos históricos ou

de referência cultural, abordando a cultura e o patrimônio como eixos de planejamento e desenvolvimento urbano.

2.4.1 Incentivar e promover a qualificação da produção do design, da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, melhorando o ambiente material, os aspectos estéticos e as condições de habitabilidade, respeitando o patrimônio preexistente e proporcionando a criação do patrimônio material do futuro.

2.4.2 Priorizar ações integradas de reabilitação de áreas urbanas centrais, aliando preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano com inclusão social, fortalecendo instâncias locais de planejamento e gestão.

2.4.3 Fortalecer a política de pesquisa, documentação e preservação de sítios arqueológicos e geológicos, promovendo ações de compartilhamento de responsabilidades com a sociedade na gestão e o fomento à sua socialização.

2.4.4 Promover política para o reconhecimento, pesquisa, preservação e difusão do patrimônio paleontológico, em conjunto com demais órgãos, instituições e entidades correlacionadas.

2.4.5 Estimular a compreensão dos museus, centros culturais e espaços de memória como articuladores do ambiente urbano, da história da cidade e de seus estabelecimentos humanos como fenômeno cultural.

2.5 Estabelecer um sistema municipal dedicado à documentação, preservação, restauração, pesquisa, formação, aquisição e difusão de acervos de interesse público e promover redes de instituições dedicadas à memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade orleanense.

2.5.1 Promover o uso dinâmico de arquivos públicos, conectados em rede, assegurando amplo acesso da população e disponibilizando conteúdos multimídia.

2.5.2 Fomentar a instalação de acervos mínimos em instituições de ensino, pesquisa, equipamentos culturais e comunitários, que contemplem a diversidade e as características da cultura orleanense.

2.5.3 Garantir controle e segurança de acervos e coleções de bens móveis públicos de valor cultural, envolvendo a rede de agentes responsáveis, de modo a resguardá-los e garantir-lhes acesso.

2.5.4 Estimular a implantação e modernização de sistemas de segurança, de forma a resguardar acervos de reconhecido valor cultural.

2.5.5 Estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do potencial pedagógico dos acervos dos museus e locais de memória de Orleans, contribuindo para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas.

2.5.6 Promover redes de instituições dedicadas à documentação, pesquisa, preservação, restauro e difusão da memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade orleanense.

2.5.7 Fomentar e articular, em rede, os museus comunitários, eco-museus, museus de território, museus locais, casas do patrimônio cultural e outros centros de preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo o direito de memória aos diferentes grupos e movimentos sociais.

2.5.8 Estimular a criação de centros integrados da memória (museus, arquivos e bibliotecas) no município de Orleans, com a função de registro, pesquisa, preservação e difusão do conhecimento.

2.5.9 Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos direcionados às diversas linguagens artísticas e expressões culturais em instituições de ensino, bibliotecas e equipamentos culturais.

2.5.10 Atualizar e aprimorar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão dos acervos de fotografia. Promover o intercâmbio de conservadores e técnicos dedicados a esse suporte.

2.5.11 Mapear e preservar o patrimônio fonográfico orleanense com o objetivo de formar

um banco de registros sonoros e dispô-los em portal eletrônico para difusão gratuita, respeitando a legislação autoral e levando em consideração as novas modalidades de licenciamento.

2.5.12 Realizar um programa contínuo de digitalização de acervos sonoros e de microfilmagem de partituras.

2.5.13 Promover e fomentar iniciativas de preservação da memória da moda, do vestuário e do design, contribuindo para a valorização das práticas artesanais e industriais, rurais e urbanas.

2.5.14 Fomentar e apoiar instituições privadas que realizem programas de preservação e difusão de acervos audiovisuais.

2.6 Mapear, registrar, salvaguardar e difundir as diversas expressões da diversidade orleanense, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a sociedade.

2.6.1 Instituir a paisagem cultural como ferramenta de reconhecimento da diversidade cultural orleanense, ampliando a noção de patrimônio para o contexto territorial e abarcando as manifestações materiais e imateriais das áreas.

2.6.2 Fortalecer as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio material e imaterial orleanense, bem como o registro, a preservação e a difusão de suas práticas.

2.7 Fortalecer e preservar a autonomia do campo de reflexão sobre a cultura, assegurando sua articulação indispensável com as dinâmicas de produção e fruição simbólica das expressões culturais e linguagens artísticas.

2.7.1 Estabelecer programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade.

2.7.2 Estabelecer programas contínuos de premiação para pesquisas e publicações editoriais na área de crítica, teoria e história da arte, patrimônio cultural e projetos experimentais.

2.7.3 Fomentar, por intermédio de seleção e editais públicos, iniciativas de pesquisa e formação de acervos documentais e históricos sobre a crítica e reflexão cultural realizada no Município.

2.7.4 Fomentar o emprego das tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, para a expansão dos espaços de discussão na área de crítica e reflexão cultural.

2.7.5 Estabelecer programas na rede de equipamentos culturais voltados a atividades de formação de profissionais para a crítica e a reflexão cultural.

2.7.6 Elaborar, em parceria com os órgãos de educação e pesquisa, uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações culturais das comunidades tradicionais nas instituições de ensino superior.

2.7.7 Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação, as atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e da sociedade civil que abordem questões relativas à cultura, às artes e à diversidade cultural.

2.7.8 Incentivar programas que facilitem o diálogo entre os centros de estudos, comunidades artísticas e movimentos culturais.

2.7.9 Estimular e fomentar a realização de projetos e estudos sobre a diversidade e memória cultural orleanense.

2.7.10 Promover o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais.

2.7.11 Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico e cultural das inovações tecnológicas e da economia global sobre as atividades produtivas da cultura e seu valor simbólico.

2.7.12 Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa no campo dos museus, coleções, memória e patrimônio e na área de arquitetura dos museus.

2.7.13 Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial.

CAPÍTULO III - DO ACESSO

UNIVERSALIZAR O ACESSO DOS ORLEANENSES À ARTE E À CULTURA

QUALIFICAR AMBIENTES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO E FRUIÇÃO DO PÚBLICO

PERMITIR AOS CRIADORES O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E MEIOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3.1 Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, a fim de qualificar o contato e a fruição das artes e das culturas locais, no Estado, no país e no exterior e aproximar as esferas de recepção pública e social das criações artísticas e expressões culturais.

3.1.1 Promover o financiamento de políticas de formação de público, para permitir a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência, incentivando projetos e ações.

3.1.2 Estimular as associações de amigos, clubes, associações, sociedades e outras formas comunitárias que potencializem o acesso a bens e serviços em equipamentos culturais.

3.1.3 Identificar e divulgar, por meio de seleções, prêmios e outras formas de incentivo, iniciativas de formação, desenvolvimento de arte educação e qualificação da fruição cultural.

3.1.4 Ampliar o acesso à fruição cultural, por meio de programas voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais.

3.1.5 Implantar, em parceria com o setor empresarial, programas de acesso à cultura para o trabalhador, que permitam a expansão do acesso e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais.

3.1.6 Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e culturais, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude.

3.1.7 Estimular e fomentar a instalação, a manutenção e a atualização de equipamentos culturais em espaços de livre acesso, dotando-os de ambientes atrativos e de dispositivos técnicos e tecnológicos adequados à produção, difusão, preservação e intercâmbio artístico e cultural, especialmente em áreas ainda desatendidas e com problemas de sustentação econômica.

3.1.8 Garantir que os equipamentos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com necessidades especiais.

3.1.9 Estabelecer e fomentar programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade.

3.1.10 Incentivar a instalação de espaços de exibição audiovisual nos centros culturais, educativos e comunitários, especialmente aqueles localizados em áreas de vulnerabilidade social ou de baixos índices de acesso à cultura.

3.1.11 Reabilitar, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes e cinemas de bairros, criando e aderindo a programas estaduais e nacionais de circulação de produtos, circuitos de exibição cinematográfica, eventos culturais e demais programações.

3.1.12 Mapear espaços ociosos do patrimônio público e imóveis do Município e criar programas para apoiar e estimular o seu uso para a realização de manifestações artísticas e culturais, espaços de ateliês, plataformas criativas e núcleos de produção independente.

3.1.13 Fomentar unidades móveis com infraestrutura adequada à criação e à apresentação artística, oferta de bens e produtos culturais, atendendo às comunidades, especialmente de locais distantes do centro.

3.1.14 Obedecer critérios técnicos para a construção e reforma

de equipamentos culturais, bibliotecas, praças, assim como outros espaços públicos culturais, dando ênfase à criação arquitetônica e ao design, estimulando a criação de profissionais orleanense e catarinenses.

3.1.15 Implantar, ampliar e atualizar espaços multimídia em instituições e equipamentos culturais, conectando-os em rede para ampliar a experimentação, criação, fruição e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando as capacidades técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção das obras e trabalhos, principalmente aqueles desenvolvidos em suportes digitais.

3.1.16 Aderir à política nacional de digitalização, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos.

3.1.17 Garantir a manutenção de biblioteca pública e implantação de outros locais de acesso ao livro e à leitura como espaços de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural, expandindo, atualizando e diversificando a rede e abastecendo-a com os acervos bibliográficos, acréscidos de integração digital e disponibilização de sites de referência.

3.1.18 Estimular a criação de centros de referência e comunitários voltados às culturas populares, ao artesanato, às técnicas e aos saberes tradicionais com a finalidade de registro e transmissão da memória, desenvolvimento de pesquisas e valorização das tradições locais.

3.1.19 Estabelecer parcerias entre o poder público, escritórios de arquitetura e design, técnicos e especialistas, artistas, críticos e curadores, produtores e empresários para a manutenção de equipamentos culturais que abriguem a produção contemporânea e reflitam sobre ela, motivando a pesquisa contínua de linguagens e interações destas com outros campos das expressões culturais brasileiras.

3.1.20 Fomentar a implantação, manutenção e qualificação dos espaços de memória, com o intuito de preservar e difundir o patrimônio cultural, promover a fruição artística e democratizar o acesso, dando destaque à memória das comunidades e localidades.

3.2 Estabelecer redes de equipamentos culturais geridos pelo poder público, pela iniciativa privada, pelas comunidades ou por artistas e grupos culturais, de forma a propiciar maior acesso e o compartilhamento de programações, experiências, informações e acervos.

3.2.1 Estimular a formação de redes de equipamentos públicos e privados conforme os perfis culturais e vocações institucionais, promovendo programações diferenciadas para gerações distintas, principalmente as dedicadas às crianças e aos jovens.

3.3 Organizar em rede a infraestrutura de arquivos, bibliotecas, museus e outros centros de documentação, atualizando os conceitos e os modelos de promoção cultural, gestão técnica profissional e atendimento ao público, reciclando a formação e a estrutura institucional, ampliando o emprego de recursos humanos inovadores, de tecnologias e de modelos de sustentabilidade econômica, efetivando a constituição de uma rede municipal que dinamize esses equipamentos públicos e privados.

3.3.1 Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais e abertura de canais de prospecção e visibilidade para a produção jovem e independente.

3.4 Fomentar a produção artística e cultural, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões.

3.4.1 Criar bolsas, programas e editais específicos que diversifiquem as ações de fomento às artes, estimulando sua presença nos espaços cotidianos de experiência cultural dos diferentes grupos da população e a promoção de novos artistas.

3.4.2 Fomentar e incentivar modelos de gestão eficientes que promovam o acesso às artes, ao aprimoramento e à pesquisa estética e que permitam o estabelecimento de grupos sustentáveis e

autônomos de produção.

3.4.3 Fomentar o desenvolvimento das artes e expressões experimentais ou de caráter amador.

3.4.4 Promover o uso de tecnologias que facilitem a produção e a fruição artística e cultural das pessoas com deficiência.

3.4.5 Estimular a participação de artistas, produtores e professores em programas educativos de acesso à produção cultural.

3.4.6 Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades com maior dificuldade de acesso à produção e fruição da cultura.

3.4.7 Instituir programas de aquisição governamental de bens culturais em diversas mídias que contemplem o desenvolvimento das pequenas editoras, produtoras, autores e artistas independentes ou consorciados.

3.4.8 Fomentar os processos criativos dos segmentos de audiovisual, arte digital, jogos eletrônicos, videoarte, documentários, animações, internet e outros conteúdos para as novas mídias.

3.4.9 Promover ações de incremento da sustentabilidade sociocultural nos programas e ações que tiverem impacto nas comunidades locais.

3.5 Ampliar a circulação da produção artística e cultural, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio com outras localidades, com constante troca de referências e conceitos, promovendo calendários de eventos regulares e de apreciação crítica e debate público.

3.5.1 Incentivar, divulgar e fomentar a realização de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural.

3.5.2 Estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, valorizando as manifestações e a economia da cultura local e regional, estimulando sua interação com referências estaduais, nacionais e internacionais.

3.5.3 Apoiar a criação de espaços de circulação de produtos culturais para o consumo doméstico, criando oferta de qualidade e distribuição que permitam a diversificação do mercado e a absorção das produções locais.

3.5.4 Estimular a existência de livrarias e lojas de produtos culturais junto aos equipamentos culturais, dando destaque à produção das comunidades e permitindo aos consumidores locais obter produtos de qualidade.

3.5.5 Fomentar e estimular a construção de sítios eletrônicos e dispositivos alternativos de distribuição e circulação comercial de produtos, permitindo a integração dos diversos contextos e setores a uma circulação global.

3.5.6 Apoiar a implementação e qualificação de portais de internet para a difusão das artes e manifestações culturais Orleanense, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento livre de informações em redes sociais virtuais.

3.5.7 Apoiar iniciativas de sistematização de agenda de atividades artísticas e culturais locais e regionais, de forma a otimizar oportunidades e evitar a proliferação de eventos coincidentes e redundantes.

3.5.8 Apoiar e estimular a criação de programas municipais e aderir a programas estaduais e nacionais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos comerciais e alternativos de exibição, cineclubes em escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus.

3.6 Estimular o acesso dos agentes da cultura aos meios de comunicação.

3.6.1 Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com a arte e as referências culturais orleanense.

3.6.2 Criar as políticas públicas para o acesso gratuito de alta velocidade à internet.

3.6.3 Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações

independentes, voltadas à crítica e à reflexão em torno da arte e da cultura, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando os equipamentos culturais como pontos de acesso, estimulando a gratuidade ou o preço acessível desses produtos.

CAPÍTULO IV - DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO PROMOVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA INDUZIR ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS CULTURAIS

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4.1 Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais.

4.1.1 Realizar programas de desenvolvimento sustentável que respeitem as características, necessidades e interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

4.1.2 Identificar e reconhecer contextos de vida de povos e comunidades tradicionais, valorizando a diversidade das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental, especialmente aquelas traduzidas pelas paisagens culturais de Orleans.

4.1.3 Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais em parceria com organizações sociais, instituições de ensino, agências internacionais e iniciativa privada, entre outros.

4.1.4 Estimular pequenos e médios empreendedores culturais e a implantação de Arranjos Produtivos Locais para a produção cultural.

4.1.5 Estimular estudos para a adoção de mecanismos de compensação ambiental para as atividades culturais.

4.1.6 Fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentáveis de matérias-primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais.

4.1.7 Identificar e catalogar matérias-primas que servem de base para os produtos culturais e criar selo de reconhecimento dos produtos culturais que associem valores sociais, econômicos e ecológicos.

4.1.8 Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do ecodesign.

4.1.9 Inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento sustentável.

4.1.10 Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.

4.1.11 Promover ações de incremento e qualificação cultural dos produtos turísticos, valorizando a diversidade, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

4.2 Apoiar as ações de formalização do mercado de trabalho, de modo a valorizar o trabalhador e fortalecer o ciclo econômico dos setores culturais.

4.2.1 Apoiar propostas de adequação da legislação trabalhista, dos órgãos e poderes competentes, visando à redução da informalidade do trabalho artístico, dos técnicos, produtores e demais agentes culturais, estimulando o reconhecimento das profissões e o registro formal desses trabalhadores e ampliando o acesso aos benefícios sociais e previdenciários.

4.2.2 Difundir, entre os empregadores e contratantes dos setores público e privado, informações sobre os direitos e obrigações legais existentes nas relações formais de trabalho na cultura.

4.2.3 Estimular a organização formal dos setores culturais em sindicatos, associações, federações e outras entidades representativas.

4.2.4 Estimular a adesão de artistas, autores, técnicos, produtores e demais trabalhadores da cultura a programas que ofereçam

planos de previdência pública.

4.3 Estimular a ampliação do alcance das indústrias e atividades culturais, por meio da expansão e diversificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda e o fortalecimento da economia.

4.3.1 Mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura.

4.3.2 Realizar zoneamento cultural-econômico com o objetivo de identificar as vocações culturais locais.

4.3.3 Estimular o uso da diversidade como fator de diferenciação e incremento do valor agregado dos bens, produtos e serviços culturais, promovendo e facilitando a sua circulação nos mercados local, estadual, nacional e internacional

4.4 Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes e trabalhadores da cultura, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.

4.4.1 Estabelecer parcerias com agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos, de pesquisa e atualização profissional.

4.4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.

4.4.3 Realizar seleções públicas para especialização e profissionalização das pessoas empregadas no campo artístico e cultural, atendendo especialmente os núcleos populacionais marginalizados e organizações sociais.

4.4.4 Promover a informação e capacitação de gestores e trabalhadores da cultura sobre instrumentos de propriedade intelectual do setor cultural, a exemplo de marcas coletivas e de certificação, indicações geográficas, propriedade coletiva, patentes, domínio público e direito autoral.

4.4.5 Instituir programas para a formação de agentes culturais aptos ao atendimento de crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico.

4.4.6 Promover atividades de capacitação aos agentes e organizações culturais proponentes ao financiamento estatal para a elaboração, proposição e execução de projetos culturais, bem como capacitação e suporte jurídico e contábil, a fim de facilitar a elaboração de prestação de contas e relatórios de atividades.

4.4.7 Fomentar programas de aperfeiçoamento técnico de agentes locais para a formulação e implementação de planos de preservação e difusão do patrimônio cultural, utilizando esses bens de forma a geração sustentável de economias locais.

4.4.8 Estimular, com suporte técnico-metodológico, a oferta de oficinas de especialização artísticas e culturais.

4.4.9 Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários.

4.4.10 Fomentar atividades de intercâmbio inter-regional, internacional e residências artísticas de estudantes e profissionais da cultura em instituições nacionais e estrangeiras do campo da cultura.

4.4.11 Estimular e promover o desenvolvimento técnico e profissional de arquitetos, designers, gestores e programadores de equipamentos culturais, para sua constante atualização, de modo a gerar maior atratividade para esses espaços.

4.4.12 Estimular e formar agentes para a finalização de produtos culturais, design de embalagens e de apresentação dos bens, conteúdos e serviços culturais, ampliando sua capacidade de circulação e qualificando as informações para o consumo ampliado.

4.5 Promover a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição.

4.5.1 Aderir a programas estaduais e nacionais de prospecção e disseminação de modelos de negócios para o cenário de convergência digital, com destaque para os segmentos da música, livro, jogos eletrônicos, festas eletrônicas, webdesign, animação, audiovisual, fotografia, videoarte e arte digital

4.5.2 Fomentar e estimular iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais de registro, produção, pós-produção, design e difusão cultural.

4.5.3 Apoiar políticas de inclusão digital e de criação, desenvolvimento, capacitação e utilização de softwares livres pelos agentes e instituições ligados à cultura.

4.5.4 Identificar e fomentar as cadeias de formação e produção das artes digitais, para desenvolver profissões e iniciativas compreendidas nesse campo, bem como as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústrias criativas e instituições culturais.

4.6 Incentivar e apoiar a inovação e pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre instituições de ensino superior, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.

4.6.1 Integrar os órgãos de cultura aos processos de incentivo à inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento de técnicas associadas à produção cultural.

4.6.2 Fomentar parcerias para o desenvolvimento, absorção e apropriação de materiais e tecnologias de inovação cultural.

4.6.3 Incentivar as inovações tecnológicas da área cultural que compreendam e dialoguem com os contextos e problemas socioeconômicos locais.

4.7 Aprofundar a inter-relação entre cultura e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.

4.7.1 Instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais.

4.7.2 Envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos.

4.7.3 Qualificar os ambientes turísticos com mobiliário urbano e design de espaços públicos que projetem os elementos simbólicos locais de forma competitiva com os padrões internacionais, dando destaque aos potenciais criativos dos contextos visitados.

4.7.4 Fomentar e fortalecer as modalidades de negócios praticadas pelas comunidades locais e pelos residentes em áreas de turismo, fortalecendo os empreendedores tradicionais em sua inserção nas dinâmicas comerciais estabelecidas pelo turismo.

4.7.5 Realizar campanhas e desenvolver programas com foco na formação, informação e educação do turista para difundir adequadamente a importância do patrimônio cultural existente, estimulando a comunicação dos valores, o respeito e o zelo pelos locais visitados.

4.7.6 Fomentar programas integrados de formação e capacitação sobre arte, arquitetura, patrimônio histórico, patrimônio imaterial, antropologia e diversidade cultural para os profissionais que atuam no turismo.

4.7.7 Inserir os produtores culturais, os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo, assegurando a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos.

4.7.8 Desenvolver metodologias de mensuração dos impactos do turismo na cultura, no contexto do Município.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DE INSTÂNCIAS CONSULTIVAS

CONSTRUIR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

AMPLIAR O DIÁLOGO COM OS AGENTES CULTURAIS E CRIADORES

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5.1 Aprimorar mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura.

5.1.1 Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública.

5.1.2 Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais.

5.1.3 Potencializar os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos.

5.1.4 Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura orleanense.

5.1.5 Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas.

5.2 Ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais.

5.2.1 Disponibilizar informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no Município, no Estado e no País e a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos.

5.2.2 Promover o monitoramento da eficácia dos modelos de gestão das políticas culturais e setoriais por meio do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, em conjunto com indicadores estaduais e nacionais de acesso e consumo, mensurando resultados das políticas públicas de cultura no desenvolvimento econômico, na geração de sustentabilidade, assim como na garantia da preservação e promoção do patrimônio e da diversidade cultural.

5.2.3 Criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com os órgãos públicos e instituições culturais, adotando processos de consulta pública e de atendimento individual dos cidadãos que buscam apoio.

5.3 Consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias.

5.3.1 Realizar a Conferência Municipal de Cultura, pelo menos, a cada 2(dois) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais.

5.3.2 Apoiar a realização e a participação do Município nas conferências Estadual e nacional como instrumentos de controle social nas diversas esferas, com articulação com os encontros nacionais.

5.3.3 Estimular a realização de conferências setoriais abrindo espaço para a participação e controle social dos meios artísticos e culturais.

5.3.4 Apoiar a realização de fóruns e seminários que debatam e avaliem questões específicas relativas aos setores artísticos e culturais, estimulando a inserção de elementos críticos nas questões e o desenho de estratégias para a política cultural do Município, do Estado e do País.

5.4 Estimular a criação de conselhos paritários, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre poder público, iniciativa privada e a sociedade civil.

5.4.1 Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Cultura, como instância de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura.

5.4.2 Estimular a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade, nas instâncias consultivas de discussão, proposição e controle social.

5.4.3 Promover a articulação do Conselho Municipal de Cultura com outros da mesma natureza voltados às políticas públicas das áreas afins à cultural.

5.4.4 Aumentar a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais no Conselho Municipal de Cultura e demais fóruns dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais, assim como de especialistas, pesquisadores e técnicos que qualifiquem a discussão dessas instâncias consultivas.

5.5 Estimular a abertura de espaços permanentes de diálogo e fóruns de debate sobre a cultura, abertos à população e aos segmentos culturais, na Câmara Municipal, bem como apoiar e participar de espaços de discussão na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional.

PLANOS SETORIAIS

“Os planos de cultura têm por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Com horizonte de dez anos, os Planos darão consistência ao Sistema Nacional de Cultura e constituem-se num instrumento fundamental no processo de institucionalização das políticas públicas de cultura no país. Com a aprovação dos Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Nacional pelo Poder Legislativo, nas respectivas esferas, esse processo avança politicamente, ganhando estabilidade jurídica e assegurando a sua continuidade enquanto política de Estado”. (www.cultura.gov.br)

As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar promover e proteger a diversidade cultural. Pensar a cultura como fator de desenvolvimento, significa valorizar identidades individuais e coletivas.

Para as propostas do Plano Municipal de Cultura de Orleans, foram realizados fóruns consultivos, sendo que a base das diretrizes foi apresentada de acordo com as diretrizes do Ministério da Cultura. E, a partir do relatório dos Fóruns no ano de 2012, os Fóruns setoriais têm por objetivo a construção do planejamento de cada área.

ARTES VISUAIS			
PRIORIDA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Produção simbólica e diversidade: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fomentar a experimentação em artes visuais, envolvendo todas as linguagens; <input type="checkbox"/> Construção do banco de dados da produção de artistas e práticas artísticas; <input type="checkbox"/> Criar rede de trocas de informações e realizações artísticas no âmbito municipal e regional. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Edital <input type="checkbox"/> Em construção <input type="checkbox"/> Em andamento 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Conselho/FCC <input type="checkbox"/> FCC <input type="checkbox"/> FCC 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Agosto <input type="checkbox"/> Junho <input type="checkbox"/> Permanente
Cultura, cidade e cidadania: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Consolidar o fórum setorial e a participação nos conselhos municipais de cultura 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fórum anual/Disponibilizar 	FCC	Permanente
Cultura e desenvolvimento sustentável: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Criar cursos de capacitação para artistas, produtores, pesquisadores e promotores das artes visuais contemplando a diversidade individual 	Programa de orientação de pesquisa teórico/prático	FCC/ASCAV	Agosto
Cultura e economia criativa: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Criar espaços para produção (ateliers livres); <input type="checkbox"/> Requalificar espaços culturais públicos e fomentar a criação de novos espaços para difusão e comercialização da produção artística local. 	propor parcerias com UNESCO e outras entidades Em andamento	ASCAV/Conselho Cultura FCC Conselho/ASCAV	Julho Permanente agosto
Gestão e institucionalidade da cultura: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Incentivar a formação de associações e/ou cooperativas de artes visuais; <input type="checkbox"/> Alimentar o sistema municipal de informações; <input type="checkbox"/> Garantir a participação dos grupos nas discussões 	EDITAL Capacitar o setor para a organização social; Cadastramento;	FC C FC C FCC	Permanente

MÚSICA			
PRIORID	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE: <input type="checkbox"/> Incentivar a formação musical junto à rede pública de ensino;	Em andamento (+capacitação)	FCC/ Conselho	permanente
CULTURA, CIDADE E CIDADANIA: <input type="checkbox"/> Estimular a distribuição, circulação e difusão nos meios de comunicação públicos e privados, da	Buscar parcerias com meios de comunicação	FCC "Associação"	agosto
CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: <input type="checkbox"/> Criar ações de circulação, por meio da participação em festivais, feiras, eventos coletivos, casas de espetáculo, fortalecendo a formação de redes associativas.	EDITAL: Criar evento "Circuito Musical" (FCC fornece estrutura e edital seleciona apresentações com	FCC e "associação" FCC buscar parceria	2011 Dez 2011
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: <input type="checkbox"/> Fortalecer os debates em torno da profissionalização do músico;	Campanha institucional para que os produtores invistam no músico local nos eventos promovidos no município, priorizando músicos autônomos	FCC	2011

GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA: <input type="checkbox"/> Fortalecer fóruns de discussão; <input type="checkbox"/> Apoiar a organização dos músicos como sociedade civil; <input type="checkbox"/> Incentivar a criação da lei do couvert;	Em andamento Em andamento Elaborar projeto de lei Participação na Conferencia Criar	FCC/ Conselho FCC FCC Consel ho	Agosto/20 11 outubro 18, 19 e 20/10 (a princípio)
---	---	---	---

TEATRO			
PRIORIDA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Produção simbólica e diversidade: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Incentivar a prática teatral na rede pública de ensino; <input type="checkbox"/> Fomentar a realização de projetos para a formação de atores e platéia 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Oficinas nas escolas <input type="checkbox"/> Ampliar a mostra Regional com oficinas 	FCC /Conselho	agosto/2011
Cultura, cidade e cidadania: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Mapear espaços disponíveis para apresentações artísticas; <input type="checkbox"/> Promover a transformação e utilização de espaços públicos em equipamentos culturais, requalificando áreas urbanas para apresentações artísticas; 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Instalar piso tipo tablado no Coleção 	FCC	2012
Cultura e desenvolvimento sustentável: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fomentar a produção teatral por meio de editais e leis de incentivo; <input type="checkbox"/> Promover a capacitação na área de teatro; <input type="checkbox"/> Apoiar movimentos nacionais como o programa Teatro Mais Cultura (kit básico de equipamentos de iluminação 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> EDITAL (circulação local) <input type="checkbox"/> Mostra com oficinas 	FCC/CONSE LHO FCC/ Grupos FCC/ Governo de Orleans	Agosto 2011 A cada ano
Cultura e economia criativa: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estimular a distribuição, circulação e difusão nos meios de comunicação públicos e privados, do teatro produzido no município e região e em todos os seus segmentos e 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Contemplado no edital 	FCC/ Grupos	Permanente
Gestão e institucionalidade da cultura: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Realizar o mapeamento do setor de teatro para a criação do sistema municipal de informações, criando uma plataforma virtual para registro e divulgação da produção teatral. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fortalecer banco de dados 	FCC	Permanente

DANÇA			
PRIORIDA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Produção simbólica e diversidade: <input type="checkbox"/> Incentivar a prática referente à dança na rede pública de	<input type="checkbox"/> Oficinas nas escolas	FCC/Sist. Educação	agost
Cultura, cidade e cidadania: <input type="checkbox"/> Promover a transformação e utilização de espaços públicos em equipamentos culturais, requalificando áreas urbanas e garantindo a permanência e continuidade destes equipamentos para apresentações artísticas.	<input type="checkbox"/> Instalar piso tipo tablado no	FCC	2012
Cultura e desenvolvimento sustentável: <input type="checkbox"/> Fomentar a produção da dança por meio de editais;	<input type="checkbox"/> Edital circulação local	FCC/Conselho	2011
Cultura e economia criativa: <input type="checkbox"/> Estimular a distribuição, circulação e difusão nos meios de comunicação públicos e privados, das atividades referentes à dança na região, em todos os seus segmentos e gêneros; <input type="checkbox"/> Apoiar a formação de grupos e instituições.	<input type="checkbox"/> EDITAL circulação local <input type="checkbox"/> Promover pelo	FCC/ Conselho FCC	2011 2011/2012
Gestão e institucionalidade da cultura: <input type="checkbox"/> Realizar o mapeamento do setor para a criação do sistema municipal de informações, criando uma plataforma virtual para registro e divulgação da produção local. <input type="checkbox"/> Garantir a participação nos conselhos municipais de cultura.	<input type="checkbox"/> Fortalecer banco de dados	FCC FCC/Conse lho	Permanente Permanente

PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

PRIORIDA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Afirmar instituições e acervos, públicos ou privados como expressão da diversidade simbólica e cultural e como patamar para a educação patrimonial; <input type="checkbox"/> Assegurar o registro e a valorização da memória dos diferentes grupos sociais; <input type="checkbox"/> Criar programas de educação patrimonial vinculados às produções simbólicas locais com produção de material 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Assegurar linhas de acervos – existentes e propostas a ser produzida; <input type="checkbox"/> Mapeamento de grupos étnicos e religiosos para 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> FCC /Coord Patrimônio <input type="checkbox"/> FCC /Coord Patrimônio 	2012/2013 2011/2012
CULTURA, CIDADE E CIDADANIA: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Mapear os bens a serem tombados e garantir seu tombamento e preservação; <input type="checkbox"/> Criar instrumentos para ampliação de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Retomada do Projeto Circulando pela cidade, entrelaçando lugares de memória, (UNESC e FCC,2001), 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Universidade do Extremo Sul Catarinense: Cursos de Arquitetura, Geografia e História 	2012

CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: <input type="checkbox"/> Fortalecer a preservação do patrimônio como legado para as futuras gerações;	<input type="checkbox"/> Incentivar a criação da disciplina de Patrimônio Cultural e Natural na rede pública de ensino com projetos de educação patrimonial permanente envolvendo espaços de memória (museu, arquivos, memoriais entre outros) <input type="checkbox"/> Mapear monumentos e praças	<input type="checkbox"/> FCC/Secretaria Municipal de Educação. <input type="checkbox"/> FCC /Coord Patrimônio e	2011/2012
--	---	--	-----------

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: <input type="checkbox"/> Fomentar a relação patrimônio-comunidade considerando a função social das instituições (museus e arquivos), produzindo novas perspectivas de geração de renda, aproveitando as potencialidades locais; <input type="checkbox"/> Ampliar e qualificar os profissionais da área; <input type="checkbox"/> Promover articulação entre as políticas públicas, a fim de	<input type="checkbox"/> Sensibilização e mobilização da comunidade para participação nas ações: <input type="checkbox"/> Capacitação; <input type="checkbox"/> Unir ações entre as Secretarias (Educação,	<input type="checkbox"/> FCC <input type="checkbox"/> FCC <input type="checkbox"/> FCC/	permanente
GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA: <input type="checkbox"/> Criar legislação específica; <input type="checkbox"/> Implementar gestão compartilhada de preservação e valorização do patrimônio histórico, entre as diversas	<input type="checkbox"/> Atualizar Lei 3.700 <input type="checkbox"/> Unir ações entre as Secretarias (Educação,	<input type="checkbox"/> FCC	<input type="checkbox"/> Set 2011 <input type="checkbox"/>
CULTURA POPULAR			
PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE: <input type="checkbox"/> Inserir nos currículos escolares os saberes e as práticas das culturas populares em todas as suas	<input type="checkbox"/> Capacitação professores de artes	<input type="checkbox"/> Oficinas; FCC	<input type="checkbox"/> Mai-dez/2011
CULTURA, CIDADE E CIDADANIA: <input type="checkbox"/> Difusão patrimônio culturas indígenas e afro-brasileiras; <input type="checkbox"/> Comercialização da produção de artesanato; <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Apoio ao Sist. Mun. Educação <input type="checkbox"/> Intensificar feiras e brics <input type="checkbox"/> Verificar junto à rede Educação	<input type="checkbox"/> FCC/ Coord Patrimônio <input type="checkbox"/> FCC/ Diretoria	<input type="checkbox"/> Permanente
CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: <input type="checkbox"/> Mapeamento e registro das manifestações; <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Verificar informações já levantadas e propor pesquisa ensino e	<input type="checkbox"/> FCC <input type="checkbox"/> FCC	<input type="checkbox"/> Dez/2011 <input type="checkbox"/> 0011/0010

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: <input type="checkbox"/> Assegurar recursos por meio de editais para o fomento à produção das culturas populares.	EDITAL <input type="checkbox"/> fortalecimento dos grupos e equipamentos	<input type="checkbox"/> FCC/ Cons. Cultura	<input type="checkbox"/> Ago 2011
GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA: <input type="checkbox"/> Garantir a participação nos conselhos municipais de cultura.	<input type="checkbox"/> Dividir cadeira entre duas instituições	<input type="checkbox"/> Conselho de Cultura	<input type="checkbox"/> Julho 2011

CULTURA DIGITAL			
PRIORIDA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE: <input type="checkbox"/> Promover a formação para a utilização eficiente da cultura digital			
CULTURA, CIDADE E CIDADANIA: <input type="checkbox"/> Formular uma estratégia municipal para conectividade (em banda larga) de todas as cidades	Incentivo a telecentros (opção: liberação horas lan house e/ou ter)	Educação e cultura (município)	2014
<input type="checkbox"/> Afirmar e garantir os direitos digitais e consolidar a esfera do comum	Acesso à banda larga; Acesso liberado para e-mails		
<input type="checkbox"/> Garantir meios e instrumentos para a plena expressão digital da diversidade cultural no município	Incentivar a utilização de mídias livres	Fundação Cultural	2014
<input type="checkbox"/> Formular uma ampla política de digitalização da memória e da história em suas diversas expressões linguísticas orais	Digitalização acervo patrimônio	Convênio UNESCO	2014

PLANO DO LIVRO E DA LEITURA

EIXO 1 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

- Revitalização da(s) biblioteca(s) pública(s) instalada(s).
- Implantação de novas bibliotecas (ramais, comunitárias, escolares, universitárias, temáticas etc.).
- Articulação e fortalecimento de redes de bibliotecas.
- Conquista de novos espaços de leitura.
- Distribuição de livros gratuitos.
- Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura.
- Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.

Objetivo Geral	Objetivo	Meta	Ação	Responsável	Prazo
Desenvolver o hábito da leitura por meio da ampliação do acesso à leitura.	1.Criação de pontos de leitura.	1.1 Abrir 3 pontos de leitura nos terminais urbanos de ônibus. 1.2. Abrir 3 pontos de leitura em áreas rurais.	1.1 1Aprovação da ASTC. 1.1.2 Parceria com empresas locais. 1.1.3 Orçamento estadual/federal para instalação.	FCC Buscar parecerias: ACIC e CDL	2 anos.
	2.Fortalecer as bibliotecas escolares	2.1 Reformar as bibliotecas escolares já existentes. (43) 2.2 Construir bibliotecas escolares nas escolas e CEIMs que não possuem. (42)	2.1.1 Estabelecer cronograma de reforma c/PMC. 2.1.2 Estabelecer cronograma de construção junto a PMC.	FCC SME Obras AFA	9 anos.

	3.Incentivar a distribuição de livros gratuitos.	3.1 Distribuir uma média de 1000 livros gratuitamente por ano.	3.1.1 Instituir campanhas de doação de livros. 3.1.2 Implementar programa de distribuição de livros a famílias	FCC	5 anos.
	4.Fortalecer a biblioteca pública municipal	4.1 Restruturar e modernizar a biblioteca pública municipal.	4.1.1 Instituir campanhas de doação de livros. 4.1.2 Participar de projetos federais.	FCC	2 anos.
	5.Criação de uma biblioteca	5.1 Adquirir uma biblioteca móvel que percorra os bairros da cidade.	5.1.1 Conseguir a doação de um veículo (ônibus).	FCC PF	3 anos.

Objetivo Geral	Objetivo	Meta	Ação	Responsável	Prazo
	itinerante.		5.1.2 Orçamento federal/estadual para equipamentos. 5.1.3 Orçamento municipal para		
	6.Realização de feiras de livros e oficinas de contação de histórias.	6.1 Realizar 6 feiras de livros em bairros de Orleans e anualmente. 6.2 Incrementar a feira do livro anual na praça Nereu	6.1.1 Aproveitar os eventos já existentes da FCC. 6.1.2 Conseguir o apoio e participação das escolas, associações de moradores e escritores. 6.1.3 Envolver os livreiros locais. 6.2.1 Planejar a feira do livro com	FCC Parcerias: Livrarias; Escritores; Associação de Moradores.	2 ano.

12.2 EIXO 2 – FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES

- Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura.
- Projetos sociais para fomentar a prática social da leitura.
- Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura.
- Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.
- Sistemas de informações nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial.
- Apoio e estímulo para participação em prêmios regionais, nacionais

Objetivo	Objetivo	Meta	Ação	Respons	Prazo
----------	----------	------	------	---------	-------

Estimular o hábito de leitura através da formação de mediadores	1. Formação de agentes de leitura.	1.1 Capacitar agentes de leitura voluntários em todos os bairros da cidade. 1.2 Capacitar professores em todas as escolas e creches do município. 1.3 Ampliar o grupo de contadores de história	1.1.1 Curso de formação de agentes de leitura 1.1.2 Estágios de alunos dos cursos de graduação em letras e pedagogia das faculdades locais em escolas e	FCC, Sec.Mun.Ed Buscar parcerias: Faculdades Locais; Associações de moradores;	5 anos.
	2. Contratação de bibliotecários	2.1 Que todas as bibliotecas da cidade possuam bibliotecário formado ou cursando	2.1.1 Sugerir às faculdades locais a abertura do curso de	FFC, Sec.Mun.Ed Parcerias: Faculdades locais	9 anos.

			e contratação por parte da SSE.		
	3. Criação de projetos sociais	3.1 Criar e manter quatro clubes de leitura por ano na cidade.	3.1.1 Estimular a criação de clubes de leitura, círculos literários, contação de histórias em todos os bairros.	FCC, Sec.Mun.Ed Parcerias: Sec Est Ed, Livrerias	Indefinido.

12.3 EIXO 3 – VALORIZAÇÃO DA LEITURA E DA COMUNICAÇÃO

- ☐ Campanhas na imprensa local e em lugares de acesso público para desenvolver maior consciência sobre o valor social do livro e da leitura.
- ☐ Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em políticas de estado no âmbito local.
- ☐ Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Objetivo Geral	Objetivo	Meta	Ação	Respons	Prazo
Estimular o hábito de leitura através dos meios de comunicação	1. Campanhas permanentes na mídia local para	1.1 Realizar campanhas periódicas junto a mídia	1.1.1 Criar, junto ao setor de comunicação social da prefeitura, canal aberto com os meios de comunicação social. 1.1.2 Levar ao conhecimento do cidadão todas as ações envolvendo o assunto livro e leitura. 1.1.3 Aproveitar personalidades locais: atletas,	FCC Parcerias: Comunicação social; Mídia local;	Imediato
	2. Levar aos bairros e escolas palestras de valorização do	2.1 Realizar palestras em associações de todas as escolas e associações	2.1.1 Criar roteiro de palestras em escolas e associações de moradores. 2.1.2 Participar das SIPAT em empresas locais. 2.1.3 Envolver a Academia Criciumense de Letras e	FCC Faculdades locais; Sec.Mun.Ed Parcerias:	2 anos.

12.4 EIXO 4 – APOIO À CRIAÇÃO E AO CONSUMO DE BENS DE LEITURA

- Apoio aos autores locais (edições independentes, contatos com editoras, oficinas de formação).
- Apoio para o desenvolvimento de cadeias locais de produção do livro (editoras, livrarias, distribuidoras, bancas, gráficas-editoras e outros pontos de venda).
- Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura.

Objetivo Geral	Objetivo	Meta	Ação	Responsável	Prazo
Incentivar o hábito de ler e escrever, através do incentivo à criação	1. Apoio aos autores locais.	1.1 Tornar mais dinâmica a interação dos escritores locais com a comunidade.	1.1.1 Participação dos autores locais nas feiras de livro. 1.1.2 Análise e compra dos livros de autores locais aprovados para bibliotecas municipais e adoções para leitura extra-classe, com visita dos autores nas escolas. 1.1.3 Cadastro geral de escritores locais. 1.1.4 Cursos de produção literária.	SMC Academia Cric Letras. Parcerias: Faculdades locais; Escolas locais;	2 anos.

Aviso de Licitação - N° 115.2013 Merenda Escolar

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N° 115/2013

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR

Recebimento dos Envelopes: até o dia 24/09/2013 às 13h45min.

Abertura das Propostas: dia 24/09/2013 às 14h00min.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0100, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 11 de Setembro de 2013.

TATIANA VERAN BUSSOLO

Pregoeira

Editais de Chamamento de Processo Seletivo N°010/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO N°010/2012, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, da candidata aprovada no Processo Seletivo n° 010/2012, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h30min às 17h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo n°010/2012 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item 12, do Edital de Processo Seletivo n° 010/2012, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
Maria Aparecida Redivo Boger	Auxiliar de Ensino da Educação Infantil	30 hs

Orleans, 11 de setembro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Palhoça**PREFEITURA****Decreto N° 1.549, de 29 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 1.549, DE 29 DE AGOSTO DE 2013.

PRODUTIVIDADE. Dispõe sobre o pagamento da gratificação do inciso IV do artigo 113 e art. 122, todos da Lei Complementar n. 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º A gratificação atribuída nos termos do artigo 122 da Lei Complementar n. 096, de 15 de dezembro de 2010, será destinada aos técnicos efetivos do CREAS, CRAS e Abri-go Institucional, estando limitada ao valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por servidor.

Art. 2º A gratificação prevista no caput não será devida nos dias em que o servidor:

I - não comparecer ao trabalho, espontânea ou compulsoriamente;

II - não cumprir integralmente o expediente; e

III - estiver em afastamento remunerado;

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput:

I - o período de usufruto regulamentar de:

a) Férias;

b) Licença Prêmio;

c) Tratamento de Saúde.

II - as faltas, devidamente comprovadas, decorrentes de:

a) óbito dos pais ou irmãos, limitadas a 3 (três) dias;

b) óbito do cônjuge ou filhos, limitadas a 8 (oito) dias;

c) casamento do servidor, limitadas a 8 (oito) dias;

d) doação de sangue, limitado ao respectivo dia;

e) submissão à cirurgia médica ou odontológica, pelo prazo recomendado pelo médico ou odontólogo responsável pela intervenção cirúrgica;

f) consulta médica ou odontológica, limitado ao respectivo dia;

g) participação em júri, por convocação judicial;

h) participação de eleições oficiais, quando convocado pela Justiça Eleitoral;

§ 2º Considerar-se-á como dia trabalhado a participação do servidor em congressos, conferências, cursos e outros eventos cuja finalidade seja a capacitação profissional.



Art. 3º O desconto referente aos dias considerados como não trabalhados serão calculados a razão de 1/20 (um vigésimo) do valor atribuído ao servidor.

Art. 4º A produtividade será paga por número de famílias atendidas, sendo que para usufruírem do benefício na totalidade deverão comprovar os seguintes requisitos concomitantes:

I - Atenderem no mínimo 20(vinte) famílias mensais;

II - Atenderem até o limite mensal de 35(trinta e cinco) famílias.

Art. 5º Mensalmente a Secretária de Assistência deverá encaminhar e convalidar, até o dia 10 de cada mês, à Superintendência de Recursos Humanos, relatório constando o nome do técnico e a respectiva lista total de famílias atendidas no mês anterior.

Parágrafo Único: Cada nova família atendida, além das 20 (vinte) famílias que já são atendidas, somará 34 (trinta e quatro) pontos, sendo que cada ponto corresponderá a R\$ 1,00 (um real).

Art. 6º Aos servidores efetivos do CRAS e dos Abrigos Institucionais não se aplica os dispositivos constantes do art. 4º e do parágrafo único do art. 5º deste Decreto.

Art. 7º Fica vedado o pagamento do benefício a técnicos que não estejam atuando no CREAS, CRAS e Abrigo Institucional.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 1.341, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 29 de agosto de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.551, de 29 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 1.551, DE 29 DE AGOSTO DE 2013.
REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3798, de 28 de dezembro de 2012.

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 60.000,00, (sessenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

14 - SECRET.INFRAEST.TRANS.DEFESA CIVIL, ENERG.
14.01 - SECRET.INFRAEST.TRANS.DEFESA CIVIL.ENERG.
2.030 - Manutenção e Functo dos Cemitérios Municipais R\$ 60.000,00

SUPLEMENTA

4.4.90.00.00.00.00.00.01.00000.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

ANULA

3.3.90.00.00.00.00.00.01.00000.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de agosto de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.554, de 06 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº. 1.554, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

AUXÍLIO FUNERAL. Regulamenta a Lei nº 3.055, de 16 de julho de 2009.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, observado o disposto no art. 11 da Lei nº 3.055, de 16 de julho de 2009,

Considerando a revogação da Lei nº 1.257, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a revogação da Lei nº 2.255, de 16 de janeiro de 2006;

Considerando a revogação do Decreto nº 387, de 05 de julho de 2006;

Considerando a necessidade de implantar o auxílio funeral no Município, visando dar aplicabilidade à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS nº 9.724/1993);

Considerando a natureza de benefício eventual do auxílio funeral, e a necessidade de prestar auxílio às famílias necessitadas, em momento de óbito; e

Considerando a necessidade de instituir valores e regras para a concessão do referido auxílio funeral, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O valor do Auxílio Funeral a ser concedido conforme comprovação dos requisitos da Lei nº 3.055, de 16 de julho de 2009, fica limitado ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 06 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2526/2013.

PORTARIA Nº. 2526/2013.

ALEX HELENO SANTORE, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO de TONIA MARLY MACHADO LOSI, matrícula nº. 800188, titular do cargo de Super-visor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 146 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2013.
ALEX HELENO SANTORE
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2527/2013.
PORTARIA N°. 2527/2013.

ALEX HELENO SANTORE, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1034 de 20 de março de 2013, que Concedeu Licença Premio da servidora FABRICIA EROTILDES VIEIRA SOARES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período de usu-fruto que deverá ser 09/04/2013 a 04/10/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2013.
ALEX HELENO SANTORE
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Ata Pregão 147-2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

147/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de publicação e divulgação de atos e fatos oficiais em jornal de circulação no Estado, para a Secretaria de Administração, neste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Palhoça, 10 de setembro de 2013.

Pregão Presencial 157/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 24 de setembro de 2013, às 08:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial

Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Impressora, para a Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 10 de setembro de 2013. A PREGOEIRA.

Pregão Presencial 156-2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 156/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 156/2013, no dia 24 de setembro de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de kit lanche para comemoração do dia Internacional da Pessoa Idosa que ocorrerá no dia 01 de outubro de 2013, para o Fundo Municipal de Assistência Social, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 10 de setembro de 2013. PREGOEIRO (A).

Pregão Presencial 158/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 25 de setembro de 2013, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição, mediante a entrega parcelada gêneros alimentícios, para os servidores que desenvolvem atividades em grupo, oficinas, conferências, cursos de capacitação, treinamento ou similares, promovidos pela Secretaria de Assistência Social em especial ao CREAS e PRONATEC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 10 de setembro de 2013. A PREGOEIRA.

Contrato N°122/2013
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º122/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROJEVIAS - PROJETOS, ARQUITETURA, URBANISMO E CONSULTORIA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA. OBJETO elaboração de projeto de sinalização turística viária e para pedestres na área de perímetros urbanos do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 30.240,00 (trinta mil duzentos e quarenta reais). DATA: 18/07/2013.

Contrato N°134/2013
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º134/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO contratação de serviços de jardinagem com fornecimento de materiais para as Unidades de Ensino. VALOR: R\$ 56.492,00 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais). DATA: 28/08/2013.

Contrato N°135/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º135/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização para os eventos culturais (Desfile Cívico e formatura do PROERD 2013) para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. VALOR: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais). DATA: 28/08/2013.

Contrato N°136/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º136/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOM LIVRE SONORIZAÇÃO SOM PALCO LUZ LTDA ME. OBJETO contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização para os eventos culturais (Desfile Cívico e formatura do PROERD 2013) para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). DATA: 28/08/2013.

Contrato N°137/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º137/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CO-MÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETO locação por quilometragem de ônibus de turismo com no mínimo 40 lugares e com motorista para o transporte de atletas para competições Regionais e Estaduais organizadas pela Fesporte através da Secretaria de Planejamento, Projetos, Esporte e Lazer. VALOR: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). DATA: 29/08/2013.

Contrato N°137/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º137/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CO-MÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETO locação por quilometragem de ônibus de turismo com no mínimo 40 lugares e com motorista para o transporte de atletas para competições Regionais e Estaduais organizadas pela Fesporte através da Secretaria de Planejamento, Projetos, Esporte e Lazer. VALOR: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). DATA: 29/08/2013.

Errata - Termo Aditivo N°119/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA:

ONDE SE LÊ:

TERMO ADITIVO N°119/2013 AO CONTRATO N.º131/2010

- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JG - CÓPIAS E IMPRESSÕES LTDA - ME. OBJETO: Fica prorrogado até 15/07//2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Uso Onerosa n.º 131/2010. Vigência a partir de 15/07/2013. DATA: 12/07/2013.

O CORRETO É:

TERMO ADITIVO N°119/2013 AO CONTRATO N.º131/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JG - CÓPIAS E IMPRESSÕES LTDA - ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2013 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Uso Onerosa n.º 131/2010. Vigência a partir de 15/07/2013. DATA: 12/07/2013.

Extrato Contrato de Locação N° 054/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 054/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ARLINDO MACEDO

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 511,62m², em um terreno com 1.806,75m², contendo 03 (três) pavimentos, com as seguintes especificações, 02 (duas) salas de espera, 01 (uma) cozinha, 14 (quatorze) salas sociais, 02 (duas) dispensas, 08 (oito) banheiros, com muro em concreto e portão de ferro, localizado na Av. Caetano Silveira de Matos, nº 473 - Área Industrial - Brejaru - Palhoça/SC, destinado ao funcionamento provisório do Grupo Escolar Frei Damião,.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais.

VIGÊNCIA: 02/09/2013 a 31/12/2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"125" -11.01.12.365.0010.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/09/2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

Extrato Contrato Locação N° 052/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 052/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ZUETE LIMA DA ROSA

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria com área construída de 245,00 m², contendo os seguintes cômodos: 04 (quatro) dormitórios, sendo 02 (duas) suítes, 01 (uma) sala de visita, 01 (um) la-vado, 01 (uma) sala de jantar, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de tv, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço com 01 (um) banheiro, 01 (uma) dispensa, 01 (uma) edícula, 02 (duas) garagens; em um terreno com área de 778,40m². O imóvel é todo murado, possuindo grades de ferro, localizado na Rua José Cosme Pamplo-na nº 76 - bairro Bela Vista - Palhoça/SC, destinado ao funcionamento da Extensão do Centro de Educação Infantil Voo Livre.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mensais.

VIGÊNCIA: 30/08/2013 A 31/12/2013

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
175" - 13.01.2.022.3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 28/08/2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

Extrato Termo Aditivo N° 130/2013

TERMO ADITIVO N° 130/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 254/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA SC TEC-NOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 254/2012,

DATA: 19/08/2013

RENI ANTONIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Termo Aditivo N° 131/2013

TERMO ADITIVO N° 131/2013 - (NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N° 192/2009).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA EMPREI-TEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Devido ao reajuste estabelecido no item 15.1 do edital convocatório, fica reajustado no percentual de 7,183% o saldo re-manescente ao contrato de execução de obras nº 192/2009, tendo como base o INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente do presente termo aditivo, correrá por conta da Secretaria de Habitação, através da rubrica orçamentária: "22" 06.01.16.482.0022.2087/.4.4.9 0.51.91.00.00.

DATA: 27/08/2013

FÁBIO FLÁVIO MARTINS
Secretário de Habitação

JOSÉ TADEU CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA - SC 5847-2

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Termo Aditivo N° 133/2013

TERMO ADITIVO N° 133/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N° 091/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 091/2012.

DATA: 28/08/2013

JOSE VIRGILIO DA SILVA JÚNIOR
Secretário de Planejamento, Projetos, Lazer e Esporte

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Termo Aditivo N° 138/2013

TERMO ADITIVO N° 138/2013 - (QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 098/2010).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O FUNDO MUNICI-PAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE PALHOÇA E EMPRESA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: O valor unitário mencionado na Autorização de fornecimento nº 27/2013, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2010, passa a ser de R\$ 5.860,09 (cinco mil, oitocentos e sessenta reais e nove centavos), correspondente ao reajuste/equilíbrio econômico-financeiro, relativo a Convenção Coletiva de Trabalho 2013, firmada pelo Sindicato das Empresas de Asseio Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá por conta do orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento Bombeiros de Palhoça, através do elemento: "4" - 21.01.2.018.3.3.90.34.01.

DATA: 03/09/2013.

FERNANDO IRENO VIEIRA
Tenente Corpo de Bombeiros

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Termo Aditivo N° 139/2013

TERMO ADITIVO N° 139/2013 - (QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N° 132/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EM-PREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO - Fica suprimido o valor de R\$ 80.978,81 (oitenta mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos), no per-centual de 3,1926%, do valor do contrato nº 132/2012, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a reade-quação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Jus-tificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumen-to.

- Fica acrescido o valor de R\$ 341.633,68 (trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos),

sendo R\$ 293.788,76 (duzentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 47.844,92 (quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 13,469% do valor do contrato n° 132/2012 conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demons-trado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Cus-tos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente do pre-sente termo aditivo correrá por conta do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, Defesa Civil, Energia e Telecomunicações, através do elemento: "215" - 14.14.01.15.451.0019.4.4.90.51.91.

DATA: 05/09/2013.

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Rescisão Contrato N°132/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESCISÃO DO CONTRATO N.º132/2011 - Pregão n°169/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: o motivo da rescisão contratual ocorre devido à duplicidade de contrato com o mesmo objeto, assim ficará em vigência o Contrato de Prestação de Serviços n°075/2013 do Pregão n°056/2013. DATA: 14/08/2013.

Termo Aditivo N°132/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO ADITIVO N°132/2013 AO CONTRATO N.º131/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 084/2012, o veículo UNO MILLE ECONOMY, Placa MKF 0245, chassi n.º9BD15822AD6862250, Código Renavam n.º558500005, de uso exclusivo do Fundo Municipal de Assistência Social. DATA: 27/08/2013.

Comunicado Fcam

Palhoça, 03/09/2013

O Superintendente da FCAM – Fundação Cambirela de Meio Ambiente, no município de Palhoça/SC, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que em atendimento ao disposto no artigo 122 do Decreto Federal n° 6.514/2008, fica a parte interessada notificada do final da fase de instrução do processo administrativo instaurado, devendo

manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

PROCESSO	REQUERENTE
17911-2013 18965-2013	ROSEMERI DOS SANTOS RODRIGUES
12502-2010	FELIPPE PEREIRA CORREA - ME
12100-2009	RONALDO DE ANDRADE
19015-2011 20305-2011	PAULO LARY DA SILVA
10256-2012 4011732-2012	LUCIO MANOEL DA SILVEIRA
21207-2010	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA RIO GRANDE
14258-2011 4012616-2012	JOÃO VALDOMIRO GOULART / LUIZ CARLOS FERNANDES
17465-2010 19199-2010	ALEXANDRE DIAS FRANCISCO
7544-2013	COMERCIAL DE CARNES SILVA LTDA.
3124-2011	MAYARA MENDES VIEIRA ME
17062-2010	VILSON MANOEL DA SILVA
4019281-2012	ADRIANA DE OLIVEIRA
19718-2009	VICTOR DA SILVA FACCIOLI
4023376-2012	VIAN EMPREITEIRA LTDA
5855-2010 3262-2010	SAULO MEURER
22865-2011	TENDAS CATARINENSE LOCAÇÕES E VENDAS LTDA ME
21187-2011	ROBERTO JORCELINO MARTINS
19790-2011 4013023-2012	CLÉSIO MEDEIROS
4020483-2012	ALDAIR JOSÉ BAUNGRATZ
17763-2010 20120-2010	ADELINO IZALTINO DA ROSA
4017949-2012	PATRICK BARRETO ISABEL
4025376-2012 4026286-2012	LISSANDRO MAIA
12328-2011 14235-2011	RICARDO JOSÉ SELL
1501-2011	INÁCIO JOSÉ FILIPPUS
16728-2011 23509-2011 23283-2011	MARCELO MORTARI ME
12035-2010 13713-2010	DORACI PADILHA
13829-2009 15140-2011	SIDNEY FRANCISCO FERREIRA
12290-2010	CLÁUDIO JOÃO BION
4016585-2012 4027715-2012	ZULMAR ERNESTO ALVES
4017940-2012 4022815-2012	ADRIANO PETEFFE

10787-2010 6393-2009	MARMORARIA GILMAR LTDA
16367-2011 4017426-2012 19558-2011	SINGULAR BOATS FIBRAS LTDA ME
7814-2009 4022353-2012	LUIZ FERNANDO TIMÓTEO
4012403-2012 4013805-2012	ELISABETE MARIA GARCIA
17558-2010 8962-2009	IVONETE TORRES DE OLIVEIRA
15745-2010	ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS RIET
4023089-2012	FRANGOS MORGANA ABATE DE AVES LTDA
20927-2010	JOÃO DA SILVA
20715-2010 21952-2010	JOÃO BATISTA DA SILVA
8409-2010	ÁLVARO ROBERTO TRELLES BRUM
11037-2011	GABRIEL VALDEMIRO CORREA
13634-2011 14636-2011	MANOEL PAULO DE CAMPOS

JACKSON LEE SIMAS
Análise – FCAM
Matrícula 100350

Ata de Registro de Preços N°088/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°088/2013 do PREGÃO N°135/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP. OBJETO: execução de serviços e manutenção corretiva e preventiva de mecânica, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, serviços de torno e solda, borracharia, balanceamento e geometria. VALOR: R\$ 21.480,00 (vinte e um mil quatrocentos e oitenta reais). DATA: 05/09/2013 A 04/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
01	Mão de obra para veículo leve.	Hs	222	90,00
04	Fornecimento de peças para veículos leve	Un	1.500	1,00
				R\$ 21.480,00

Ata de Registro de Preços N°089/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°089/2013 do PREGÃO N°135/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME. OBJETO: execução de serviços e manutenção corretiva e preventiva de mecânica, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, serviços de torno e solda, borracharia, balanceamento e geometria. VALOR: R\$ 59.290,00 (cinquenta e nove mil duzentos e noventa reais). DATA: 05/09/2013 A 04/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
02	Mão de obra para veículo pesado	Hs	631	90,00
03	Fornecimento de peças para veículos pesado	Un	2.500	1,00
				R\$ 59.290,00

Ata de Registro de Preços N°090/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N°090/2013 do PREGÃO N°143/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de suprimentos e equipamentos de informática para o Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 29.229,00 (vinte e nove mil duzentos e vinte e nove reais). DATA: 09/09/2013 A 08/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
01	Computador com processador 2,90 GHZ 3MB, placa mãe compatível, memória DDR3 de 4GB, rede de 10/100 integrada, teclado multimídia, mouse óptico, gabinete ATX com fonte de 450W, slot de expansão, HD de 500 SATA 7200rpm, drive de DRDFW com sistema Win Pro 7.	Un	2	1.035,00
03	Microcomputador: processador 3,30 GHZ, placa mãe compatível com processador HD de 500GB Sata II, memória 4GB DDR3, DVD – RW, gabinete ATX com fonte, teclado ABNT II, mouse óptico com scrool, caixas de som USB, monitor de 18,5", estabilizador 500VA. Win Pro 7	Un	11	1.655,00
04	Teclado ABNT II com conexão USB	Un	13	18,00
05	Mouse óptico 800DPI com scrool conexão USB	Un	4	10,00
11	Microcomputador HD 500GB memória, 4GB DDR3 1333Mhz, gabinete ATX 4 baías preto, gravador de DVD 22x preto, placa mãe compatível com processador, teclado USB preto, mouse USB óptico com scrool, monitor Led 18,5" widescreen e estabilizador de 500VA. Com licença de sistema operacional Win Pro 7.	Un	6	1.380,00
20	Mouse óptico com scrool USB preto	Un	10	20,00
21	Pen drive conexão USB 8GB	Un	10	20,00
				R\$ 29.229,00

Ata de Registro de Preços N°091/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N°091/2013 do PREGÃO N°143/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MJG TECNOLOGIA E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de suprimentos e equipamentos de informática para o Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 50.386,00 (cinquenta mil trezentos e noventa e seis reais). DATA: 09/09/2013 A 08/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
02	Impressora multifuncional jato de tinta, wireless, função de impressora, copiadora, scanner, fax com conexão de rede, velocidade acima de 18PPM, velocidade de página colorida acima de 13 PPM, voltagem de 220V, ciclo mensal de 25.000 páginas. Garantia 12 meses.	Un	4	676,00
06	Toner HP 100% novo compatível, preto	Un	20	195,7635
07	Toner para impressão Brother DCP 7055 modelo TN410 original	Un	5	90,89
08	Cartucho preto para impressora HP 1660, modelo CC640WB	Un	11	48,9408
09	Cartucho colorido para impressora HP 1660 modelo CC643WB	Un	5	51,9371
10	Scanner de mão USB 2.0, LCD: display de informação integrado, formato de arquivo JPG, capacidade baseada em cartão micro SD de no mínimo 2GB resolução baixa de 300x300dpi alta 600x600dpi, digitalização de documentos A4.	Un	1	468,00
12	Modem ADSL + Roteador Wireless + HUBcom 4 portas, função modem em alta velocidade, 24MPS, Dowsream e 3.5 MBPS.	Un	1	114,00
13	Cartucho colorido C9352AB HP 22 original	Un	15	69,9154
14	Cartucho colorido CC656AB original	Un	25	79,9033
15	Cartucho colorido modelo Canon CL41 original	Un	10	103,8743
16	Cartucho preto C9351AB HP 21 original	Un	30	54,9335
17	Cartucho preto CC640WB HP 60 original	Un	15	49,9396
18	Cartucho preto CC653AB HP 901 original	Un	50	81,801
19	Cartucho preto modelo Canon PG 40 original	Un	20	81,801
22	Toner preto HP CE285A original	Un	30	237,7123
23	Toner preto HP Q2612A original	Un	30	288,6507
24	Toner preto modelo HP CE 278ª original	Un	20	259,6857
25	Toner preto modelo HP Q5949A original	Un	25	349,5769
				R\$ 50.386,00

Ata de Registro de Preços N°092/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°092/2013 do PREGÃO N°141/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO AUTO PEÇAS BADU LTDA EPP. OBJETO: fornecimento de peças e acessórios para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do 16º Batalhão de Polícia Militar. VALOR: R\$ 79.440,00 (sete e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais). DATA: 10/09/2013 A 09/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
01	Fornecimento de peças para veículos leves e médios	Un	55.000	1,00
02	Fornecimento de peças para motocicletas	Un	5.000	1,00
03	Mão de obra de serviço de mecânica geral para veículos leves e médios	Hs	1.800	10,00
04	Mão de obra de serviço de mecânica geral para motocicletas	Hs	40	36,00
				R\$ 79.440,00

Ata Re Registro de Preços N°087/2013

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°087/2013 do PREGÃO N°139/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARIA LUIZA TRANSPORTE ESCOLAR E TURISMO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa de turismo para prestar serviço ao projeto da 3ª Idade da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, com a finalidade de promover autonomia, integração, lazer e socialização aos idosos. VALOR: R\$ 21.560,00 (vinte e um mil quinhentos e sessenta reais). DATA: 02/09/2013 A 01/09/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
01	Contratação de empresa de turismo para prestar serviço ao projeto referente ao Programa da 3º Idade com as seguintes especificações mínimas: Ônibus de turismo com capacidade para 45 lugares, equipado com ar condicionado e banheiro, atenda as exigências de segurança do CONTRAN para transporte de passageiros. O uso do ônibus deverá ser feito em benefício dos idosos do município de Palhoça que serão cadastrados no Programa da Terceira Idade.	Km/rd	11.000	1,96
				R\$ 21.560,00



CÂMARA MUNICIPAL**Emenda À Lei Orgânica do Município N° 03/2013**

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO N° 003/2013.

ALTERA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º O inciso XII do artigo 39 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 ()

XII. denominação e alteração de vias e logradouros públicos aprovados por maioria absoluta dos membros da Câmara.”

Art. 2º O parágrafo 4º do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58 ()

§ 4º O veto será apreciado pela Câmara dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.”

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei N° 107/2013

PROJETO DE LEI N° 107/2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação dos Moradores do Loteamento Schutz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Loteamento Schutz, inscrita sob o CNPJ 18.010.570/0001-28, localizada no Bairro Ariú, na Rua Ialene Schutz Horstmann, nº 251, CEP 88135221, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei N° 131/2013

PROJETO DE LEI N° 131/2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação Anjos Voluntários.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública ASSOCIAÇÃO ANJOS VOLUNTÁRIOS, inscrita sob o CNPJ 16.713.214/0001-45, com sede e foro na Servidão Hermundino Aniceto de Oliveira nº 47, Bairro Bela Vista, Palhoça - Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei N° 139/2013

PROJETO DE LEI N° 139/2013.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder direito de uso à Associação Pró-Crep.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder o direito de uso à Associação PRÓ-CREP (Criar, Reciclar, Educar e Preservar), entidade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.071.917/0001-63, com sede na Rua João Fedoca, s/n, Praia da Pinheira, Palhoça/SC, CEP 88.130-970, uma área de terra localizada no terreno de matrícula nº 27.636, no cartório de registro imóveis do Município de Palhoça, com as seguintes medidas de confrontações: área de 2.374,64m², frente (norte) na extensão de 41,37 metros, em cinco lances, o primeiro medindo 4,22 metros, o segundo medindo 12,31 metros, o terceiro medindo 13,83 metros, o quarto medindo 6,98 metros e quinto medindo 4,03 metros, ambos confrontando com a Rua João Fedoca; Fundos (sul) na extensão de 42,37 metros em dois lances: o primeiro medindo 9,95 metros e o segundo medindo 32,42 metros ambos confrontando com Área Verde do Loteamento Parque Evandro Luiz; Lateral Direita (leste) na extensão 84,56 metros em quatro lances: o primeiro medindo 44,44 metros, o segundo medindo 8,86 metros, o terceiro medindo 7,75 metros, o quarto medindo 23,51 metros, ambos confrontando com Área Verde do Loteamento Parque Evandro Luiz; Lateral Esquerda (oeste) na extensão de 70,71 metros confrontando área de lazer da Área Verde do Loteamento Parque Evandro Luiz, com a finalidade específica e exclusiva para o Centro de Triagem de Resíduos Sólidos, situado na Pinheira, visando manter a coleta de materiais recicláveis e de óleo de cozinha saturado, produção de biodiesel e sabão, realizando trabalhos comunitários.

Art. 2º A concessão real de uso será por prazo de 20 (vinte) anos, nos termos de ato específico pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Resolução N° 15/2013

RESOLUÇÃO Nº 15/2013.

Altera regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 04/93).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O inciso I do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 ()

I - No dia da sessão para a eleição da Mesa Diretora, os vereadores interessados apresentarão suas chapas, mediante requerimento ao Presidente, que deverão ser compostas de 04 (quatro) membros, especificando claramente o Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, sendo considerada eleita a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos.”

Art. 2º Fica suprimido o inciso V do artigo 19 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 3º Fica suprimido o artigo 24 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 4º Fica suprimida a alínea “b” do inciso VIII do artigo 37 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 5º O parágrafo 1º do artigo 42 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 ()

§1º A constituição das comissões será feita por designação do Presidente da Mesa Diretora, quando houver acordo entre os líderes de bancada, caso contrário, preceder-se-á a escolha através de eleição, votando-se em um único nome para cada comissão, considerando-se eleito o vereador mais idoso, em caso de empate;

Art. 6º O artigo 90 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90 As votações serão realizadas de forma nominal e simbólica.”

Art. 7º Fica suprimido o artigo 91 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 8º O artigo 94 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94 Nas votações nominais e simbólicas se houve empate, a igualdade será resolvida pelo Presidente da Mesa Diretora”.

Art. 9º O parágrafo 3º do artigo 97 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 97 ()

§ 3º Comunicado o veto, a Câmara Municipal apreciará no prazo de quarenta e cinco (45) dias, deliberado pelos votos da maioria absoluta dos vereadores.”

Art. 10 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Decreto Legislativo 275/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275/2013.

APROVA MINUTA DE CONCESSÃO REAL DE USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP (Criar, Reciclar, Educar e Preservar).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Concessão Real de Uso, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação PRÓ-CREP, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 040/2013

Errata N°003/2013

ERRATA Nº 03/2013

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAREM DA CARTA CONVITE Nº005/2013

A Câmara Municipal de Palhoça comunica a alteração na Ata de Recebimento e Abertura da Licitação Modalidade Carta Convite obedecendo a legislação vigente no artigo 109, § 6º da lei 8666/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA GERENCIAMENTO, ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS ABRANGENDO OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS, SISTEMA E-SFINGE PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO TCE-SC E SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL DA CÂMARA DE PALHOÇA ” na qual participaram as empresas Info Publis Informática e Processamentos de Dados Ltda, Instituto Catarinense de Modernização Municipal e Digital Tecnologia Serviço Ltda, informamos que ficou desabilitada a empresa Instituto Catarinense de Modernização Municipal por não apresentar os documentos referidos no item 4.1 B conforme foi solicitado no edital deste certame, e a Empresa Info Publis Informática e Processamento de Dados Ltda Me por não apresentar a documentação 4.1 N, na versão original ou cópia autenticada, conforme determina no Edital no item 3.2, em virtude disso o certame foi suspenso dando o prazo de dois dias para recurso.”

DIA: 17/09/2013.

HORA: 14h00min.(abertura do processo licitatório)

Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br

Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 10 de setembro de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente CPL

Palmitos

PREFEITURA

Processo N° 100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 100/2013. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2013. Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO. Data da entrega dos envelopes: 26/09/2013 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/09/2013 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 11 de setembro de 2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO

EDITAL DE CONCURSO N° 01/2013

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

A Presidente da Câmara Municipal de Passo de Torres/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO sob regime estatutário - Lei n° 118, de 13 de outubro de 1994 e Resolução n° 07, de 01 de novembro de 1996 e alterações – Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passo De Torre/SC, para provimento de vaga legal, do cargo de Servente, com a execução técnico-administrativa da empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA., conforme segue:

Tabela de Cargo:

Cargo	Vaga Legal	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na posse	Carga Horária Semanal	Vencimento setembro/13 R\$	Valor de inscrição R\$
Servente	01	Portador de certificado de conclusão da 4ª (série) do Ensino Fundamental.	40 horas	746,88	20,00

DA INSCRIÇÃO PELA INTERNET:

PERÍODO: 05/09/2013 a 16/09/2013.

As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 9h do dia 05 de setembro de 2013 até às 23h59min, do dia 16 de

setembro de 2013, pelo site www.objetivas.com.br.

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 17 de setembro de 2013, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

A OBJETIVA, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 17 de setembro de 2013. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

Edital completo e maiores informações podem ser obtidas junto à Objetiva Concursos Ltda., pelo Tel.51-3335-3370 ou em caráter meramente informativo, pela internet, pelo site www.objetivas.com.br, a partir da data de abertura das inscrições.

Passo de Torres/SC, 05 de setembro de 2013.

MARLENE DUTRA VIDOR

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e publique-se

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO n°. 0048/2013

PREGÃO PRESENCIAL n°. 0034/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n°. 0034/2013. A presente licitação tem por objeto a aquisição de calcário dolomítico. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 10:00 horas do dia 24 de setembro de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 11 de setembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO n°. 0049/2013

PREGÃO PRESENCIAL n°. 0035/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n°. 0035/2013. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de ginecologia e obstetrícia e consultas médicas para avaliação de

cirurgias gerais; (estando incluídos nestes serviços a realização de exames de ultrassonografia, radiografia e coloscopia que forem necessários). Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 24 de setembro de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 11 de setembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto N° 44/2013

DECRETO N° 44/2013

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.540/2012 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 447.550,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 50.000,00

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 10.000,00

04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 215.000,00

12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 90.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0018.2013 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0018.2015 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.365.0018.2012 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0018.2014 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 5.000,00

08.244.0028.2.024 - Manutenção de Assistência Social R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 149.550,00

15.452.0031.2.026 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública R\$ 57.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

15.452.0031.2.027 - Manutenção da Limpeza Pública R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

26.782.0031.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 42.550,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 42.550,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 10.000,00

20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura. Ind. E Comércio R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.000,00

10.301.0025.2.058 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde R\$ 8.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 447.550,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 800,00

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 800,00

3.2.71.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 250,00

3.3.71.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50,00

4.4.71.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 333.000,00

12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental R\$ 55.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Infantil R\$ 65.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 208.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 145.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00

12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 5.000,00
27.812.0021.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 2.000,00
08.2430027.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 35.000,00
08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
08.244.0028.2.023 - Integração dos Idosos R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 14.750,00
26.782.0031.1.069 - Construção de Galpão R\$ 3.750,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.750,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 11.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 9.000,00
16.482.0040.1.038 - Construção de Casas Populares R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
17.512.0040.1.039 - Construção de Banheiros R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1101 - SEC. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 8.000,00
13.391.0051.1.047 - Restauração do Prédio da Prefeitura R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
13.392.0051.2.049 - Manutenção da Sec. de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 7.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 40.000,00
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 33.000,00
3.1.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
10.301.0025.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.057 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 12 de setembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Aviso de Leilão LI46/2013 LEILÃO Nº 46/2013

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Leilão, do tipo maior lance ou oferta por item, para alienação de bens moveis declarados inservíveis para a administração, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2013. O edital encontra-se à disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 11 de setembro de 2013.
EVANDRO JOAO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção-Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho - Agosto

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	100,00	62,25	5.649.047,38
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	113.802,91	477.877,34	113.802,91	477.877,34	5,13	43,44	622.122,66
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	113.802,91	477.877,34	113.802,91	477.877,34	5,13	43,44	622.122,66
Administração	1.661.000,00	2.163.924,23	419.957,76	1.785.493,25	457.019,09	1.723.158,54	18,50	79,63	440.765,69
Administração Geral	1.346.000,00	1.848.924,23	360.548,07	1.543.433,63	391.876,05	1.495.204,38	16,05	80,87	353.719,85
Administração Financeira	315.000,00	315.000,00	59.409,69	242.059,62	65.143,04	227.954,16	2,45	72,37	87.045,84
Assistência Social	337.000,00	338.000,00	44.766,65	133.740,14	40.042,29	125.663,60	1,35	37,18	212.336,40
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	92.000,00	92.000,00	9.340,36	48.061,39	9.059,87	45.602,07	0,49	49,57	46.397,93
Assistência Comunitária	215.000,00	216.000,00	35.426,29	85.678,75	30.982,42	80.061,53	0,86	37,07	135.938,47
Saúde	3.561.000,00	3.798.191,71	572.688,07	2.348.901,66	589.669,72	2.248.544,02	24,14	59,20	1.549.647,69
Atenção Básica	3.561.000,00	3.798.191,71	572.688,07	2.348.901,66	589.669,72	2.248.544,02	24,14	59,20	1.549.647,69
Educação	3.922.000,00	4.024.669,43	443.630,90	2.434.271,45	527.320,63	2.340.675,52	25,13	58,16	1.683.993,91
Ensino Fundamental	3.374.000,00	3.476.669,43	390.800,83	2.060.747,77	460.882,11	2.006.951,74	21,54	57,73	1.469.717,69
Educação Infantil	489.000,00	489.000,00	52.341,09	316.812,06	53.819,24	310.993,06	3,34	63,60	178.006,94
Educação Especial	59.000,00	59.000,00	488,98	56.711,62	12.619,28	22.730,72	0,24	38,53	36.269,28
Cultura	67.000,00	67.000,00	10.664,23	32.366,32	10.126,82	31.828,91	0,34	47,51	35.171,09
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	66.000,00	66.000,00	10.664,23	32.366,32	10.126,82	31.828,91	0,34	48,23	34.171,09
Urbanismo	701.000,00	701.000,00	118.672,38	700.000,00	125.125,60	618.499,10	6,64	88,23	82.500,90
Serviços Urbanos	700.000,00	700.000,00	118.672,38	700.000,00	125.125,60	618.499,10	6,64	88,36	81.500,90
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,01	7,36	17.138,37
Habitação Urbana	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,01	7,36	17.138,37
Saneamento	94.000,00	94.000,00	10.966,89	47.290,10	11.712,59	47.290,10	0,51	50,31	46.709,90
Saneamento Básico Rural	92.000,00	92.000,00	10.966,89	47.290,10	11.712,59	47.290,10	0,51	51,40	44.709,90
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	253.000,00	253.000,00	39.935,16	191.118,44	38.670,60	187.518,21	2,01	74,12	65.481,79
Extensão Rural	253.000,00	253.000,00	39.935,16	191.118,44	38.670,60	187.518,21	2,01	74,12	65.481,79
Transporte	1.279.000,00	1.860.580,00	564.226,12	1.555.848,70	340.735,05	1.066.439,32	11,45	57,32	794.140,68
Transporte Rodoviário	1.279.000,00	1.860.580,00	564.226,12	1.555.848,70	340.735,05	1.066.439,32	11,45	57,32	794.140,68

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	100,00	62,25	5.649.047,38
Desporto e Lazer	62.000,00	62.000,00	10.434,20	35.079,08	12.965,38	32.722,64	0,35	52,78	29.277,36
Desporto Comunitário	62.000,00	62.000,00	10.434,20	35.079,08	12.965,38	32.722,64	0,35	52,78	29.277,36
Encargos Especiais	477.000,00	477.000,00	165.166,99	449.245,41	158.502,82	414.239,06	4,45	86,84	62.760,94
Serviço da Dívida Interna	332.000,00	332.000,00	125.166,99	309.245,41	125.166,99	309.245,41	3,32	93,15	22.754,59
Outras Transferências	145.000,00	145.000,00	40.000,00	140.000,00	33.335,83	104.993,65	1,13	72,41	40.006,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.585.000,00	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	100,00	62,25	5.649.047,38

FONTE:

PAULO LOPES, 10/09/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS	GILDO ARCELINO DE SOUZA	ALMERY ALCIDES VIEIRA
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças	Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE-Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho - Agosto

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.459.000,00	1.459.000,00	151.088,72	705.398,98	48,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.000,00	253.000,00	14.477,41	190.224,17	75,19
1.1.1- IPTU	164.000,00	164.000,00	6.740,33	153.897,72	93,84
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	243,61	1.076,59	107,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	4.730,45	24.024,04	34,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	18.000,00	18.000,00	2.763,02	11.225,82	62,37
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	24.816,70	86.009,00	172,02
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	24.816,70	86.009,00	172,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.016.000,00	1.016.000,00	80.671,55	299.749,99	29,50
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	79.360,21	294.445,26	29,44
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	421,34	575,83	57,58
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	648,50	3.676,21	36,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	241,50	1.052,69	21,05
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	31.123,06	129.415,82	92,44
1.4.1- IRRF	140.000,00	140.000,00	31.123,06	129.415,82	92,44
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.376.677,28	5.940.374,97	66,00
2.1- Cota-Parte FPM	5.400.000,00	5.400.000,00	752.045,59	3.572.889,27	66,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.400.000,00	5.400.000,00	752.045,59	3.572.889,27	66,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.005.000,00	3.005.000,00	496.196,76	1.955.207,88	65,07
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.384,92	9.539,70	47,70
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	8.049,89	29.699,20	59,40
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	398,53	3.278,63	65,57
2.6- Cota-Parte IPVA	520.000,00	520.000,00	117.601,59	369.760,29	71,11
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.459.000,00	10.459.000,00	1.527.766,00	6.645.773,95	63,54
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	300.000,00	300.000,00	76.301,36	234.691,06	78,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	39.016,82	161.769,61	80,88
5.2- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	37.284,54	72.921,45	72,92
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	185.000,00	185.000,00	74.099,54	219.740,60	118,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	485.000,00	485.000,00	150.400,90	454.431,66	93,70

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	275.335,05	1.189.722,98	66,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.080.000,00	1.080.000,00	150.409,06	714.576,96	66,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	601.000,00	601.000,00	99.239,15	392.691,49	65,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	476,98	1.907,93	47,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.609,99	5.939,87	59,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	79,69	655,67	65,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	23.520,18	73.951,06	71,11
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	363.468,19	1.471.013,32	75,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	363.468,19	1.471.013,32	75,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	150.000,00	150.000,00	88.133,14	281.290,34	187,53
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.690.000,00	1.690.000,00	233.912,27	905.808,73	53,60
13.1- Com Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	34.934,75	156.596,99	68,09
13.2- Com Ensino Fundamental	1.460.000,00	1.460.000,00	198.977,52	749.211,74	51,32
14- OUTRAS DESPESAS	260.000,00	297.689,43	13.810,19	251.774,23	84,58
14.1- Com Educação Infantil	15.000,00	15.000,00	0,00	10.000,00	66,67
14.2- Com Ensino Fundamental	245.000,00	282.689,43	13.810,19	241.774,23	85,53
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.950.000,00	1.987.689,43	247.722,46	1.157.582,96	58,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					61,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				37.689,43	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				37.689,43	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.614.750,00	2.614.750,00	381.941,50	1.661.443,49	63,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	401.000,00	401.000,00	40.468,91	240.190,25	59,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	245.000,00	245.000,00	34.934,75	166.596,99	68,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	156.000,00	156.000,00	5.534,16	73.593,26	47,18
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.850.000,00	2.887.689,43	345.661,73	1.609.744,47	55,75
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.705.000,00	1.742.689,43	212.787,71	990.985,97	56,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.145.000,00	1.145.000,00	132.874,02	618.758,50	54,04
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.251.000,00	3.288.689,43	386.130,64	1.849.934,72	56,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					281.290,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					281.290,34
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.568.644,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					23,6

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.000,00	200.000,00	21.925,31	78.499,11	39,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	299.980,00	70.859,86	269.948,06	89,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	485.000,00	499.980,00	92.785,17	348.447,17	69,69
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.736.000,00	3.788.669,43	478.915,81	2.198.381,89	58,03
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	43.748,69	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.471.013,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.155.794,31	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	358.967,70	0,00

PAULO LOPES, 10/09/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho - Agosto

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	13.585.000,00	2.469.554,42	18,18	10.475.344,32	77,11	3.109.655,68
RECEITAS CORRENTES	13.585.000,00	13.585.000,00	1.703.723,70	12,54	9.357.772,45	68,88	4.227.227,55
RECEITA TRIBUTARIA	1.584.000,00	1.584.000,00	153.847,27	9,71	811.745,21	51,25	772.254,79
IMPOSTOS	1.354.000,00	1.354.000,00	142.040,30	10,49	663.767,80	49,02	690.232,20
TAXAS	230.000,00	230.000,00	11.806,97	5,13	147.977,41	64,34	82.022,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.000,00	350.000,00	61.712,05	17,63	249.703,75	71,34	100.296,25
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	350.000,00	350.000,00	61.712,05	17,63	249.703,75	71,34	100.296,25
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	15.342,02	0,00	39.331,04	0,00	-39.331,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	15.342,02	0,00	39.331,04	0,00	-39.331,04
RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	3.104,40	15,52	14.400,90	72,00	5.599,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.887.000,00	10.887.000,00	1.788.257,67	16,43	7.601.838,23	69,82	3.285.161,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.887.000,00	10.887.000,00	1.788.257,67	16,43	7.601.838,23	69,82	3.285.161,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	744.000,00	744.000,00	-318.539,71	0,00	640.753,32	86,12	103.246,68
Multas e Juros de Mora	52.000,00	52.000,00	15.621,46	30,04	47.835,05	91,99	4.164,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	147.191,46	0,00	538.218,47	0,00	-538.218,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	110.000,00	110.000,00	12.130,59	11,03	48.370,75	43,97	61.629,25
RECEITAS DIVERSAS	582.000,00	582.000,00	-493.483,22	0,00	6.329,05	1,09	575.670,95
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	765.830,72	0,00	1.117.571,87	0,00	-1.117.571,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	493.483,22	0,00	716.739,72	0,00	-716.739,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	493.483,22	0,00	716.739,72	0,00	-716.739,72
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,45	0,00	-60.000,45
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,45	0,00	-60.000,45
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	272.347,50	0,00	340.831,70	0,00	-340.831,70
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	272.347,50	0,00	340.831,70	0,00	-340.831,70
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.585.000,00	13.585.000,00	2.469.554,42	18,18	10.475.344,32	77,11	3.109.655,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.585.000,00	13.585.000,00	2.469.554,42	18,18	10.475.344,32	77,11	3.109.655,68
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.585.000,00	13.585.000,00	2.469.554,42	18,18	10.475.344,32	77,11	3.109.655,68
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	549.014,16	—	—	446.705,86	—	—
Superávit Financeiro	—	549.014,16	—	—	446.705,86	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.585.000,00	1.379.865,37	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	62,25	5.649.047,38
DESPESAS CORRENTES	12.525.500,00	403.987,04	12.929.487,04	1.821.413,77	8.800.053,19	1.942.786,24	8.425.641,73	65,17	4.503.845,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.075.000,00	26.585,00	8.101.585,00	1.144.639,09	4.802.818,10	1.160.720,90	4.802.102,40	59,27	3.299.482,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	288,87	767,04	288,87	767,04	38,35	1.232,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.448.500,00	377.402,04	4.825.902,04	676.485,81	3.996.468,05	781.776,47	3.622.772,29	75,07	1.203.129,75
DESPESAS DE CAPITAL	1.052.500,00	975.878,33	2.028.378,33	693.498,49	1.392.540,33	482.907,26	890.176,26	43,89	1.138.202,07
INVESTIMENTOS	722.500,00	975.878,33	1.698.378,33	568.620,37	1.084.061,96	358.029,14	581.697,89	34,25	1.116.680,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	124.878,12	308.478,37	124.878,12	308.478,37	93,48	21.521,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.585.000,00	1.379.865,37	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	62,25	5.649.047,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.585.000,00	1.379.865,37	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	9.315.817,99	62,25	5.649.047,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.159.526,33	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.585.000,00	1.379.865,37	14.964.865,37	2.514.912,26	10.192.593,52	2.425.693,50	10.475.344,32	62,25	5.649.047,38

FONTE:

PAULO LOPES, 10/09/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

Edital N° 03-2013

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei N° 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 24 de setembro do corrente ano, audiência pública do 2º quadrimestre do ano de 2013.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 19h30min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de setembro de 2013.

MARINO MALTAURO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei N° 1.700, de 06 de Setembro de 2013.

LEI N° 1.700, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

Altera a Lei n° 1.132, de 15 de junho de 2004, que "Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano (zoneamento) da sede do Município de Pinheiro Preto".

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 16 da Lei n° 1.132, de 15 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Ao longo das Rodovias Estaduais, principalmente da SC 135 (antiga SC 303), nos trechos localizados dentro do perímetro urbano, é permitido edificar (construir), respeitado recuo frontal de 15 (quinze) metros, contados do eixo médio da Rodovia, podendo ser realizadas construções/edificações na faixa tida como faixa "non aedificandi". (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de setembro de 2013.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto N° 3.867, de 30 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 3.867, DE 30 DE AGOSTO DE 2013.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE SETEMBRO/2013.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal n° 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar N° 132, de 05 de dezembro de 2006.

DECRETA

Art. 1.º Fica fixado em 0,15% (quinze centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos até agosto/2013, para pagamento no mês de Setembro/2013.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGP M Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Agosto/2013.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto, em 30 de Agosto de 2013.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA

Secretário de Administração

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 049/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2013

Processo Administrativo n.º 095/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO PICKUP E TIPO HATCH, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2013/2014, EM LINHA DE PRODUÇÃO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO NR. 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 25/09/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/

SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 25/09/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode SC, 11 de Setembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto União

PREFEITURA

Decreto N° 283/2013

DECRETO N° 283, de 09 de setembro de 2013.

Dispõe sobre a ESCALA DE PLANTÃO FUNERÁRIO no Município de Porto União, em cumprimento à Lei Municipal n° 3.427, de 20 de março de 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Municipal n° 3.427, de 20 de março de 2008,

CONSIDERANDO que em 23 de setembro de 2013 registra-se o encerramento do Plantão Funerário no Município, constante do Decreto n° 146, de 20 de março de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 1º da Lei Municipal n° 3.427, de 20 de março de 2008;

CONSIDERANDO que através do Processo Administrativo n° 520 – 2013, o Setor de Fiscalização do Município constatou o funcionamento de 04 (quatro) funerárias devidamente registradas e em funcionamento no Município;

CONSIDERANDO que para o Plantão Funerário, as empresas deverão estar cadastradas perante o Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de plantão para as empresas funerárias sediadas e autorizadas a funcionarem no Município de Porto União, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. O plantão deverá iniciar-se em 23/09/2013, às 9 horas de uma segunda-feira, e findar às 9 horas da segunda-feira seguinte.

Art. 2º A escala de plantão será exercida e cumprida pelas empresas:

IRMÃOS BINDEMANN LTDA, Inscrição Municipal n° 348;

MÁRCIA LUCIANE STRELESKI – F. IND. ME, Inscrição Municipal n° 1557;

JUAREZ JACOB MULLER CIA LTDA, Inscrição Municipal n° 679; e VILMAR MARCOS MINSKI – F. IND. ME, Inscrição Municipal n° 2062.

Art. 3º O plantão será exercido em caráter precário, de acordo com o ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de 23 de setembro de 2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N° 283, de 09 de setembro de 2013

I - As empresas devidamente inscritas junto ao Município de Porto União e que farão o plantão funerário em forma de escala são:

Empresa	CNPJ	Início plantão	Término plantão
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	23/09/2013	30/09/2013
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	30/09/2013	07/10/2013
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	07/10/2013	14/10/2013
MARCIA LUCIANE STRELESKI- F.I.	01.813.232/0001-21	14/10/2013	21/10/2013
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	21/10/2013	28/10/2013
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	28/10/2013	04/11/2013
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	04/11/2013	11/11/2013
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	11/11/2013	18/11/2013
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	18/11/2013	25/11/2013
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	25/11/2013	02/12/2013
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	02/12/2013	09/12/2013
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	09/12/2013	16/12/2013
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	16/12/2013	23/12/2013
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	23/12/2013	30/12/2013
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	30/12/2013	06/01/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	06/01/2014	13/01/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	13/01/2014	20/01/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	20/01/2014	27/01/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	27/01/2014	03/02/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	03/02/2014	10/02/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	10/02/2014	17/02/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	17/02/2014	24/02/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	24/02/2014	03/03/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	03/03/2014	10/03/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	10/03/2014	17/03/2014

VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	17/03/2014	24/03/2014
----------------------------------	--------------------	------------	------------

II - Do horário:

O horário de início do Plantão para a funerária entrante será sempre às 9 horas de segunda-feira;

O horário de encerramento do Plantão para a funerária que sai será sempre às 9 horas de segunda-feira.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 008/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 100/2013

Extrato de Edital de Tomada de Preços 008/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, do tipo presencial, para a execução da obra de ampliação de rede de iluminação pública, incluindo material e mão de obra, que deverá ser executada na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, bairro Habitacional Vila Verde, município de Porto União / SC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 27 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de Setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 009/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 101/2013

Extrato de Edital de Tomada de Preços 009/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, do tipo presencial, para a execução de remonte no aterro sanitário municipal de Porto União, com a confecção de 200 m corridos de talude, com 2,10 m de altura x 2,00 m de largura, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 30 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de Setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato Edital de Licitação 027/2013 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde

Processo Licitatório 027/2013 - Pregão Presencial Nº 010/2013 - SMS

SMS

Objeto: Aquisição de oito relógios de ponto com leitor biométrico. Forma de Pregão: Presencial - Tipo Menor preço por item; Recebimento das Propostas: até as 14:00 horas do dia 24/09/2013; Início da Sessão: as 14:10 horas do dia 24/09/2013, na sala de

reuniões da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União.

Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Secretaria Municipal de Saúde - Fone 42-3522-1496 - ramal 210, e-mail compras.suspu@sincronet.com.br.

Porto União, 11 de setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 139/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 139/2013

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 020/2013

Partes: Município de Porto União e Decisão Propaganda Ltda EPP.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Adita-se o valor de 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 28 de agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 148/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 148/2013

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 124/2010

Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

CLAUSULA SEGUNDA - Valor Contratual

O valor a ser pago pela Contratante passa a ser de R\$ 114.985,42 (cento e quatorze mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

CLAUSULA QUINTA - Reajuste

Reajusta-se o contrato superior em 6,37 % (seis vírgula trinta e sete por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 04 de setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato da Primeira Alteração ao Contrato N° 89/2013



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – SC
SECRETARIA MUN. DE ADM. PLANEJAMENTO. E FINANÇAS

EXTRATO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO
CONTRATO N° 89/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC							
CONTRATADO:	BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL							
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem o objetivo de suprimir o valor contratado com os seguintes valores, nos itens 241 e 242:							
	Item	Und	Qtidade	Descrição	Valor Unitário Contratado	Valor Contratado Total	Valor Unitário Promocional	Valor Promocional Total
	241	Und	300	PSA Livre	20,00	6.000,00	8,50	2.550,00
	242	Und	300	PSA Total	20,00	6.000,00	8,50	2.550,00
	Total Contratado					12.000,00	Total Promocional Ofertado	5.100,00
VALOR:	Em razão da supressão nos valores contratados, o valor do contrato ora alterado passa de R\$ 36.558,00 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais) , para R\$ 29.658,00 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) .							
VIGÊNCIA:	07/08/2013 a 31/12/2013.							

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Rua Alberto Ernesto Lang, 29 – Fone 0xx49.34571122
CNPJ: 82.777.244/0001-40 – e-mail contabilidade@castellobranco.sc.gov.br

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei 5.401

LEI Nº 5.401, de 10 de setembro de 2013.

"ESTABELECE ATRIBUIÇÕES E REGULAMENTA O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será regido nos termos da Lei Complementar nº 267, de 05 de setembro de 2013, e pelos termos da presente LEI.

Art. 2º- O Conselho será composto por 13 (treze) membros representantes das seguintes entidades públicas e privadas, respeitando a proporção de um quarto das vagas aos representantes de movimentos populares:

I - Representantes do Poder Público:

a) representante do Departamento de Habitação;
b) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;

c) representante da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

II - representantes da Sociedade Civil

a) representante da Associação dos Engenheiros do Alto Vale do Itajaí - AEAUI;

b) representante da Associação dos Bombeiros Comunitários;

c) 03 (três) representantes da União das Associação de Bairros do Município de Rio do Sul (UABRS);

d) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

e) representante da Associação para o Desenvolvimento Social e Aperfeiçoamento do Cidadão - PRÓ MOVER;

f) 03 (três) vagas para representantes de movimentos populares.

Art. 3º- São atribuições do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a Política e o Plano Municipal de Habitação;

II - aprovar orçamentos, planos de aplicação, metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III - deliberar sobre as contas do FMHIS;

IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

Art. 4º- O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social estabelecerá Regimento Interno, o qual será proposto e deliberado no prazo de 60 (sessenta) dias e homologado pelo Prefeito do Município de Rio do Sul.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

10 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.402

LEI Nº 5.402, de 10 de setembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 1.151.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.151.000,00
	TOTAL	R\$	1.151.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 1.151.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.151.000,00
	TOTAL	R\$	1.151.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

10 de Setembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3596

DECRETO Nº 3596, de 06 de setembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 700,00 (setecentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção Depto. De Serviços Urbanos		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	700,00
	TOTAL	R\$	700,00

Art. 2º – Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção Depto. De Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	700,00
	TOTAL	R\$	700,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

06 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3600

DECRETO N° 3600, de 09 de setembro de 2013.

“DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DOS CADASTROS NACIONAIS DE PESSOAS JURÍDICAS QUE NÃO INTEGRAM A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 4º da Instrução Normativa Conjunta RFB/STN nº 1.257/2012.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam extintos os seguintes Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ), por não integrarem a estrutura da Administração Pública:

Secretaria Vinculada	Ano	CPNJ
Secretaria Municipal de Administração	1975	83.108.456/0001-05
Secretaria Municipal de Educação	1975	83.108.472/0001-90
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	1975	83.108.480/0001-36
Serviço Aut. Mun. Água e Esgoto	1969	85.786.515/0001-11

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

09 de Setembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3602

DECRETO N° 3602, de 10 de setembro de 2013.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 32, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e o art. 2º da Lei nº 5.401, de 10/09/2013.

DECRETA:

Art. 1º-

Ficam nomeados para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, os seguintes membros

devidamente indicados por suas entidades:

a) Representantes do Poder Público:

I - Representantes do Departamento de Habitação:

Juracy Maria Sachetti dos Santos - titular

Ruti Mara Cardozo - suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Franciane Geise Xavier de Liz - titular

Thomas Henry Grandberg - suplente

III - Representantes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil:

Elígio Luis Pessoa - titular

Dalton Alecxandro Dolzan - suplente

b) Representantes da Sociedade Civil:

I - Representantes da Associação dos Engenheiros do Alto Vale do Itajaí - AEA VI:

Carolina Fernanda Kuhl - titular

Valdemiro Avi Filho - suplente

II - Representantes da Associação dos Bombeiros Comunitários:

Niocete Laurentino Ferrari - titular

Leonardo Graciano - suplente

III - Representantes da União das Associações de Bairros do Município de Rio do Sul:

Associação de Moradores do Bairro Santana

Charles Cavilha Cimardi - titular

Célio Lunardeli - suplente

Associação de Moradores do Bairro Jardim Alexsandro

Adilson Schmitz - titular

Shanna Wolff Sieves - suplente

Associação de Moradores do Bairro Bela Aliança

Juliano Evandro dos Santos - titular

Claudia Müller Sangaletti - suplente

IV - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Walmour Cenzi - titular

Ângelo Dolzani - suplente

V - Representantes da Associação para o Desenvolvimento Social e Aperfeiçoamento do Cidadão - PRÓ MOVER

Tarcísio Kock - titular

Irimar José da Silva - suplente

Art. 2º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º-

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

10 de Setembro de 2013

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3603

DECRETO N° 3603, 10 de setembro de 2013.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/2012 e Lei nº

5.402 de 10/09/2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 1.151.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.151.000,00
	TOTAL	R\$	1.151.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 1.151.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.151.000,00
	TOTAL	R\$	1.151.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

10 de Setembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Aditivo de Ines Fornara Dall Oglio

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 30/08/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Torna sem efeito a publicação no dia 06/07/2013 do 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013 firmado em 04/02/2013, que inicia a prorrogação em 01/10/2013 e encerrando-se em 01/11/2013.

Cláusula Segunda - Do Prazo de Vigência

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2013, iniciando-se a prorrogação em 31/08/2013 e encerrando-se em 30/09/2013.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/08/2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

Contrato Administrativo Nº 293/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA GRACIELA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 054.813.639-41 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Água Doce, nº 2403, Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/09/2013 e encerrando-se em 02/10/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Rio do Sul (SC), 03 de setembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ADRIANA GRACIELA DA SILVA
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 1.313

DECRETO LEGISLATIVO N° 1.313, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013
Homologa Termo de acordo de cooperação técnica que entre si celebram o município de Rio do Sul/SC e Instituto de fiscalização e controle, com o objetivo de desenvolver e aprimorar o controle da administração pública municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECRETA, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de acordo de cooperação técnica que entre si celebram o município de Rio do Sul/SC e Instituto de fiscalização e controle visando orientar agentes públicos, técnicos e servidores quanto às normas constitucionais, infraconstitucionais e regulamentares relativas ao controle da administração pública municipal bem como desenvolver atividades de controle no município.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 09 de setembro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

Resolução N° 706/2013

RESOLUÇÃO No 706 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013
Autoriza pagamento de 04 (quatro) diárias e indenização de transporte a servidor.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 04 (quatro) diárias ao servidor Luis Fernando Schweder, no valor de R\$ 1.693,92 (hum mil seiscentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), para participar do VI Encontro Nacional do GITEC, a ser realizado entre os dias 25 e 27 de setembro do corrente ano, tendo como local o Auditório Antônio Carlos Magalhães, sede do Programa Interlegis - Anexo E do Senado Federal - Brasília - DF

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Navegantes, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL
Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO
2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei N° 1.492

LEI N° 1492, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIVIDADES CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 130.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.051 - MANUT. DO PROGR. DA MERENDA ESCOLAR

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 01.01.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.007 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.009 - MANUT. DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 01.00.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MNT. DA ATIV. ADM. E FINANÇAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.030 - EDUCAÇÃO DE JPVENS A ADULTOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 26.000,00

Fonte: 01.01.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.040 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.036 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SECRET. DE OBRAS E URBANISMO

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 34.000,00

Fonte: 01.00.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei N° 1.493

LEI N. 1.493, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E A ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito deste Município, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo Único. Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NF-E o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, conforme definido em Decreto do Poder Executivo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 2º. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da

presente lei o Poder Executivo regulamentará mediante Decreto as normas relativas ao uso e emissão da NF-E em todos os aspectos pertinentes, fixando cronograma para inicialização do seu uso, podendo estipular prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica.

Parágrafo Primeiro. Após 31 de dezembro de 2013 estará vedado o controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Parágrafo Segundo. Caso expressamente previsto em regulamento do Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-E, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º. Fica instituído o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do Município.

Parágrafo Primeiro. Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado ao público pelo Município para escrituração fiscal e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados, e que sejam de interesse tributário e fiscalizatório do Município.

Parágrafo Segundo. As obrigações derivadas desta lei poderão se estender a terceiros, ainda que não ostentem a condição de tomador ou prestador de serviços, substituto tributário ou responsável pelo recolhimento de tributo.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará, mediante Decreto no prazo de trinta dias, as normas relativas ao uso do Livro Eletrônico, com todos os aspectos a ele pertinentes.

Parágrafo Único. Sem prejuízo das sanções elencadas nesta lei, o prestador ou tomador de serviços, ainda que imune ou isento, o substituto, responsável ou terceiro a que o regulamento imponha obrigações, ficará obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas no Decreto regulamentador e na legislação tributária em vigor, sob pena de incidir nas sanções previstas na legislação vigente, notadamente quando:

I - deixar de remeter à Secretaria de Finanças do Município o Livro Eletrônico no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

II - Escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 11 de setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei N° 1.494

LEI N° 1.494, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECONHECER, EMPENHAR E PAGAR AS DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer, empenhar e pagar as despesas liquidadas e não empenhadas, relativas ao exercício de 2011 e 2012, do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 50.722,00 (cinquenta mil, setecentos e vinte e dois reais), mais atualização monetária, com a seguinte classificação orçamentária:

02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
05 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.244 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.244.0801 - Assistência Social
05.244.0801.4007 - Manutenção da Assistência Social
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Art. 2º. O empenhamento e o consequente pagamento da despesa ora reconhecida dar-se-á somente mediante disponibilidade financeira do Município, sem comprometimento da execução orçamentária do exercício vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 11 de setembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Resultado Classificação Final - Cargo Advogado
CONCURSO PÚBLICO - CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO EDITAL 001/2013
Resultado da Classificação Final - Cargo Advogado

Classificação	Nome
1º Lugar	Fernanda Cristina Vitali de Bortoli
2º Lugar	Tiago Grando
3º Lugar	Veronica Sommer da Silva
4º Lugar	Henrique Favaretto
5º Lugar	Laís Camila de Medeiros
6º Lugar	Neriane Ognibene
7º Lugar	Leila dos Santos Guerra
8º Lugar	Marina Letycia Mendes
9º Lugar	Suellen Toccolini Mendes

SILVANO TINELLI
PRESIDENTE

Resultado Classificação Final - Cargo Contador
CONCURSO PÚBLICO - CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO EDITAL 001/2013
Resultado da Classificação Final - Cargo Contador

Classificação	Nome
1º Lugar	Jussara Getassi,
2º Lugar	Dreone Felski Mendes
3º Lugar	Sergio André Dambrós

SILVANO TINELLI
PRESIDENTE

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 54/2013 - PR Nº 54/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para prestação de Serviços de Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futebol de Campo edição 2013, com recebimento da documentação e proposta até às 13:45Hs do dia 23/09/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, e-mail licitacao@santa-rosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº. 316/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 316/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, MARIO SÉRGIO MONTEIRO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, nos dias 12, 23 e 25/09/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11/09/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 317/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 317/2013

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária das seguradas Nadia Aparecida Sturmer e Ana Marcia Moroscko Rohrbacher, e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à

segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;
Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dr. CLAUDIO JOSÉ TREZUB, médico perito, CRM/PR 4095, CPF. 171.080.639-72, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica nas seguradas, Nadia Aparecida Sturmer e Ana Marcia Moroscko Rohrbacher,

Art. 2º. A perícia será realizada dia 12/09/2013, no consultório do profissional nomeado, sito na Rua Jacob Macanham, nº 83, Centro - Pinhais - Estado do Paraná, sendo para tanto disponibilizado às seguradas, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), como remuneração aos serviços profissionais do perito.

São Bento do Sul, 11/09/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Domingos

PREFEITURA

Not Rec Federais 01 a 10 09 2013 - Em Anexo

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 10/09/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	201.568,41
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	236.550,55
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	174.910,78
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	174.223,07
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - Ordinário	104.533,84
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - Educação	43.555,77
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - Saúde	26.133,46
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	687,71
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte IPTR - Ordinário	412,62
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte IPTR - Educação	171,93
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte IPTR - Saúde	103,16
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	44.145,37
4.1.7.2.1.33.10.00.00 Média e Alta Complexidade - MAC	32.145,37
4.1.7.2.1.33.15.00.00 Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00 Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	10.720,40
4.1.7.2.1.34.01.00.00 PBVII - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00 PBF - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00 PVMC - PETI	3.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00 IGDBF - IGD	2.220,40
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	6.774,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	6.774,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução de Receita	-34.982,14
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-34.982,14
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-34.844,60
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-137,54

SAO DOMINGOS, 11/09/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 116 de 05 de Setembro de 2013

DECRETO N° 116 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

Reabre prazo para requerer devolução da taxa de inscrição do Concurso Público lançado pelo Edital n° 001/2012, destinado ao provimento de vagas nos cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 55, V, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica reaberto o prazo para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Concurso Público lançado pelo Edital de Concurso n° 001/2012, da Prefeitura Municipal de São João do Sul, para provimento de cargos no seu quadro de pessoal, cancelado pelo Decreto n° 11 de 25 de janeiro de 2013, por 360 (trezentos e sessenta) dias a contar do dia 16 de setembro de 2013, sob pena de perdimento dos valores aos cofres públicos.

Art. 2º - O procedimento para requerimento de devolução da taxa de inscrição estará disponível no site oficial do Município: www.saojoaodosul.sc.gov.br

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto N° 117 de 05 de Setembro de 2013

DECRETO N° 117 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

"Limita empenho e movimentação financeira e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000, Lei Municipal n° 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual) e com a Lei Municipal n° 1641 de 31 de outubro de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias); considerando que o comportamento da receita realizado até o 4º bimestre/2013, nas fontes de recursos mencionadas abaixo, está indicando o comprometimento das metas de resultado nominal e primário, e considerando os critérios de limitação de empenho, estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam limitados os gastos e investimentos programados abaixo identificados:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FONTE RECURSOS: 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

0201 - Gabinete do Prefeito

04.122.0102.1002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200,00
0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 17.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

15.452.0112.2037 - COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

15.451.0111.2035 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total desta fonte de recurso R\$ 100.000,00 Total Geral das Limitações R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto N° 118 de 05 de Setembro de 2013

DECRETO N° 118 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

Reabre prazo para requerer devolução da taxa de inscrição do Processo Seletivo n.º 002/2012, destinado a classificação de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Edital de Abertura 001/2012, publicado em 12 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 55, V, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica reaberto o prazo para requerimento de devolução da taxa de inscrição do Processo Seletivo n.º 002/2012, aberto pelo Edital 001/2012, de 12/12/2012, destinado à classificação de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cancelado pelo Decreto n° 12 de 25 de janeiro de 2013, por 360 (trezentos e sessenta) dias a contar do dia 16 de setembro de 2013, sob pena de perdimento dos valores aos cofres públicos.

Art. 2º - O procedimento para requerimento de devolução da taxa de inscrição estará disponível no site oficial do Município: www.saojoaodosul.sc.gov.br

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de

setembro do ano de dois mil e treze.
MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria N°. 144 de 06 de Agosto de 2013.

PORTARIA N°. 144 DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-8, ao Servidor ELISANDRO DE SOUZA MACIEL, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, para exercer atividade de Encarregado de Serviço I, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 06 de agosto de 2013.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José**PREFEITURA****Edital de Abertura da Concorrência N° 003/2013**

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA N° 003/2013 - Processo nº 205/2013 Objeto: Contratação de empresa para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, das reclamações emergenciais através da Ouvidoria Geral e Secretaria de Infraestrutura, para realização de pequenos reparos e manutenção de rede viária, no Município de São José. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 14 de Outubro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 14 de Outubro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Edital de Abertura da Tomada de Preços N° 003/2013

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 003/2013 - Processo nº 116/2013 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para construção de unidade de saúde em atenção básica no bairro de Areias, Distrito de Barreiros, Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 30 de Setembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 30 de Setembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Edital de Abertura da Tomada de Preços N° 006/2013

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 006/2013 - Processo nº 148/2013 Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços, com fornecimento dos materiais, destinados a construção da quadra coberta

Floresta-FNDE. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 01 de Outubro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 01 de Outubro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Edital de Abertura da Tomada de Preços N° 011/2013

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 011/2013 - Processo nº 225/2013 Objeto: Contratação de empresa para realização de demolição de edificações em área invadida (área verde) e de risco, incluindo limpeza posterior e na ocorrência de possíveis sinistros, calamidade pública e situações de emergência. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 02 de Outubro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 02 de Outubro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Edital de Abertura da Tomada de Preços N° 013/2013

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 013/2013 - Processo nº 238/2013 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para reforma da Antiga Guarda Municipal de Areias. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 03 de Outubro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 03 de Outubro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Errata ao Edital de Abertura do Pregão Eletônico 036/2013

ERRATA AO EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETÔNICO 036/2013 - Processo 244/2013 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras e equipe de apoio, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 10/09/2013, ONDE SE LÊ: "Data e período do recebimento das propostas: de 10/09/2013 às 18h00min até dia 20/09/2013 às 17h00min." LEIA-SE: "Data e período do recebimento das propostas: de 10/09/2013 às 18h00min até dia 20/09/2013 às 16h00min."

Resultado de Inexigibilidade N° 009/2013

RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE N° 009/2013 - Processo nº 183/2013. Objeto: Inexigibilidade para aquisição de 36 (trinta e seis) assinaturas anuais do Jornal Notícias do Dia. Contratado: Editora Notícias do Dia Ltda. Valor: R\$ 14.400,00. Data da Assinatura: 09 de setembro de 2013.

Resultado do Pregão Presencial N° 072/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 072/2013 - Processo nº 145/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, nos veículos que compõe a frota municipal da 1ª CIA de Bombeiros de São José/SC. Contratados: Domingos Martins Auto Center Peças e Mecânica Ltda ME (Lote 01 e 02); e Martins Philippi Peças e Serviços Ltda (Lote 03 e 04). Valor Máximo por Lote (para peças / para mão de obra): Lote 01 - 46.000,00 / 54.000,00; Lote 02 - 100.000,00 / 80.000,00; Lote 03 - 32.000,00 / 20.000,00; e Lote 04 - 8.000,00 / 6.000,00. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 10/09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 10/09/2013 até 10/09/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		278.756,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	348.446,15
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	348.446,15
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	348.446,15
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	209.067,69
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	87.111,54
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	52.266,92
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-69.689,22
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-69.689,22
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-69.689,22

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei N° 779, de 09 de Setembro de 2013

LEI N° 779, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Func e Manutenção da Coord. Da Saúde R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art.2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

11.01.10.301.12.3.04 - Aquisição de Mobiliário - Saúde R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei N° 780, de 09 de Setembro de 2013

LEI N° 780, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

07.01.13.392.6.2.014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na

dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.27.812.7.1.005 - Reforma de Ginásio de Esporte R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

07.02.23.695.19.2.015 - Func e Manutenção do Turismo R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto N°95/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO N°95/2013

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 779/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Func. e Manutenção da Coord. Da Saúde R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

11.01.10.301.12.2.034 - Aquisição de Mobiliário - Saúde R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº96/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº96/2013

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO OÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 780/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

07.01.13.392.6.2.014 - Func. e Manutenção da Cultura

R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.27.812.7.1.005 - Reforma de Ginásio de Esporte

R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

07.02.23.695.19.2.015 - Func. e Manutenção do Turismo

R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Processo Nº 74/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 74/2013 MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: A Sinalização nas Vias Municipais com Pintura, Fornecimento e colocação de tachas, mini tachões e placas, conforme Anexo do Edital

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL .

DATA DE ABERTURA: 20/09/2013 às 14:00h.

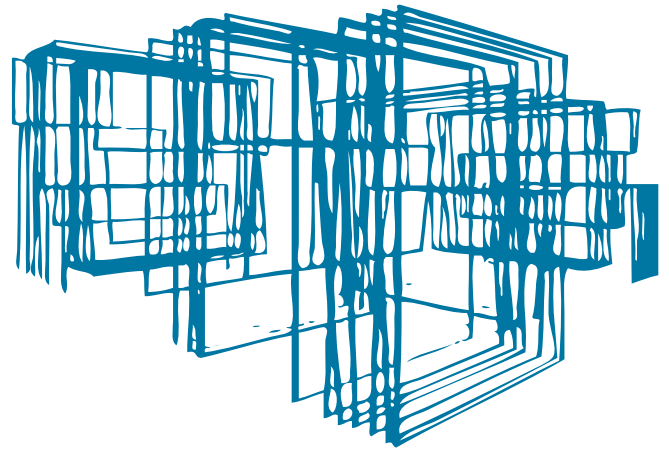
RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 11/09/2013

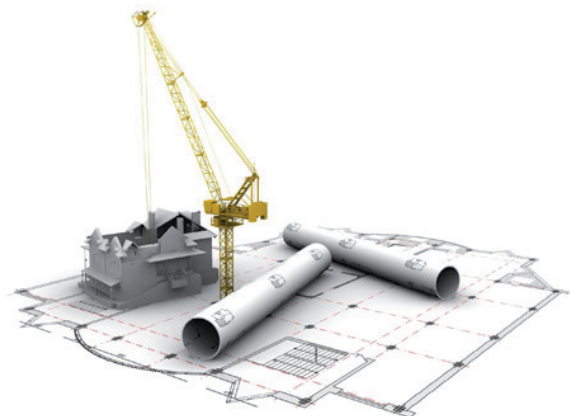
JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Balanço Orçamentário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.362.130,16	12.362.130,16	1.714.620,74	13,87	7.447.089,53	60,24	4.915.040,63
RECEITAS CORRENTES	11.562.130,16	11.562.130,16	1.714.620,74	14,83	7.447.089,53	64,41	4.115.040,63
RECEITA TRIBUTARIA	799.831,76	799.831,76	149.184,12	18,65	741.982,73	92,77	57.849,03
IMPOSTOS	759.325,60	759.325,60	132.367,79	17,43	673.057,80	88,64	86.267,80
TAXAS	40.506,16	40.506,16	16.816,33	41,52	68.924,93	170,16	-28.418,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	599.841,00	599.841,00	83.246,58	13,88	342.710,17	57,13	257.130,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	330.591,00	330.591,00	51.351,57	15,53	213.699,96	64,64	116.891,04
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	269.250,00	269.250,00	31.895,01	11,85	129.010,21	47,91	140.239,79
RECEITA PATRIMONIAL	675.030,00	675.030,00	83.118,35	12,31	177.533,00	26,30	497.497,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	675.030,00	675.030,00	83.118,35	12,31	177.533,00	26,30	497.497,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.550,00	5.550,00	2.400,00	43,24	9.800,00	176,58	-4.250,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.460.570,40	8.460.570,40	1.370.050,76	16,19	6.047.961,75	71,48	2.412.608,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.307.800,40	8.307.800,40	1.339.375,31	16,12	5.959.488,69	71,73	2.348.311,71
Transf. de Conv.	152.770,00	152.770,00	30.675,45	20,08	88.473,06	57,91	64.296,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.021.307,00	1.021.307,00	26.620,93	2,61	127.101,88	12,45	894.205,12
Multas e Juros de Mora	577.480,00	577.480,00	37,75	0,01	1.637,90	0,28	575.842,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.264,00	7.264,00	0,00	0,00	3.862,23	53,17	3.401,77
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	349.563,00	349.563,00	11.007,65	3,15	41.344,70	11,83	308.218,30
RECEITAS DIVERSAS	87.000,00	87.000,00	15.575,53	17,90	80.257,05	92,25	6.742,95
RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	608.096,00	608.096,00	74.845,44	12,31	358.279,78	58,92	249.816,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	608.096,00	608.096,00	74.845,44	12,31	358.279,78	58,92	249.816,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	484.614,00	484.614,00	74.845,44	15,44	300.535,09	62,02	184.078,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	484.614,00	484.614,00	74.845,44	15,44	300.535,09	62,02	184.078,91
OUTRA RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	123.482,00	123.482,00	0,00	0,00	57.744,69	46,76	65.737,31
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	123.482,00	123.482,00	0,00	0,00	57.744,69	46,76	65.737,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.970.226,16	12.970.226,16	1.789.466,18	13,80	7.805.369,31	60,18	5.164.856,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.970.226,16	12.970.226,16	1.789.466,18	13,80	7.805.369,31	60,18	5.164.856,85
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.970.226,16	12.970.226,16	1.789.466,18	13,80	7.805.369,31	60,18	5.164.856,85
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	332.421,17	—	—	113.037,56	—	—
Superávit Financeiro	—	332.421,17	—	—	113.037,56	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.420.856,16	567.248,25	12.988.104,41	1.609.802,06	6.830.981,53	1.789.845,71	5.822.826,47	44,83	7.165.277,94
DESPESAS CORRENTES	9.631.796,16	261.964,03	9.893.760,19	1.403.805,29	6.320.362,67	1.526.047,07	5.430.843,46	54,89	4.462.916,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.993.916,16	-267.602,51	4.726.313,65	828.726,29	3.325.782,42	830.569,32	3.321.595,45	70,28	1.404.718,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.627.880,00	529.566,54	5.157.446,54	575.079,00	2.994.580,25	695.477,75	2.109.248,01	40,90	3.048.198,53
DESPESAS DE CAPITAL	2.676.060,00	305.284,22	2.981.344,22	205.996,77	510.618,86	263.798,64	391.983,01	13,15	2.589.361,21
INVESTIMENTOS	2.520.060,00	305.284,22	2.825.344,22	197.366,15	443.702,59	255.168,02	325.066,74	11,51	2.500.277,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	156.000,00	0,00	156.000,00	8.630,62	66.916,27	8.630,62	66.916,27	42,90	89.083,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	549.370,00	-24.669,08	524.700,92	73.784,60	301.951,19	73.784,60	301.951,19	57,55	222.749,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	549.370,00	-24.669,08	524.700,92	73.784,60	301.951,19	73.784,60	301.951,19	57,55	222.749,73
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.970.226,16	542.579,17	13.512.805,33	1.683.586,66	7.132.932,72	1.863.630,31	6.124.777,66	45,33	7.388.027,67

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.970.226,16	542.579,17	13.512.805,33	1.683.586,66	7.132.932,72	1.863.630,31	6.124.777,66	45,33	7.388.027,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.680.591,65	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.970.226,16	542.579,17	13.512.805,33	1.683.586,66	7.132.932,72	1.863.630,31	7.805.369,31	45,33	7.388.027,67

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 539.298,65

FONTE:

Controle da Origem e dos Investimentos com Ensino
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO
4º BIMESTRE DE 2013

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês		
1.1- IPTU	269.424,03		
1.2- ITBI	58.558,17		
1.3- ISS	243.516,75		
1.4- FPM	3.572.889,27		
1.5- IRRF	101.558,85		
1.6- ITR	1.374,99		
1.7- ICMS EXPOR-TAÇÃO	7.768,54		
1.8- ICMS	1.601.752,70		
1.9- IPVA	240.029,63		
1.10- IPI EXPOR-TAÇÃO	24.184,98		
1.11- Dívida Ativa de Impostos	41.344,70		
1.12 – Multas e Juros de Mora	1.637,90		
TOTAL:	6.164.040,51		
2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO			
Especificação	Acumulado até o mês		
2.1- 25 %das Receitas Oriundas de Impostos	1.541.010,13		
2.2- Cota Parte do FUNDEF	879.938,05		
2.3- Convênios	185.364,25		
2.4 – Superávit Financeiro de Convênios Vinculados à Educação	93.999,26		
2.5 – Rendimen-to de Aplicação Financeira	7.380,17		
TOTAL:	2.707.691,86		
3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1- Contribuição ao Fundef	1.089.600,02	1.089.696,37	96,35
3.2- Professor em Efet. Exerc.	527.962,83	888.840,53	360.877,70
3.3- Ensino Fun-damental	803.385,33	897.198,38	93.813,05
3.4 - Convênio	286.743,68	113.059,98	(173.683,70)
TOTAL	2.707.691,86	2.988.795,26	281.103,40

OBS: 1- Este formulário deverá ser publicado bimestralmente Art. 72 da Lei de diretrizes e Bases.

2- O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art.69 da lei de Diretrizes e Bases.

32,31 % APLICADO

São Pedro de Alcântara, 09 de setembro de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

Controle da Origem e dos Investimentos com Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE
4º BIMESTRE DE 2013

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês		
1.1- IPTU	269.424,03		
1.2- ITBI	58.558,17		
1.3- ISS	243.516,75		
1.4- FPM	3.572.889,27		
1.5- IRRF	101.558,85		
1.6- ITR	1.374,99		
1.7- ICMS EXPOR-TAÇÃO	7.768,54		
1.8- ICMS	1.601.752,70		
1.9- IPVA	240.029,63		
1.10- IPI EXPOR-TAÇÃO	24.184,98		
1.11- Dívida Ativa de Impostos	41.344,70		
1.12 – Multas e Juros de Mora	1.637,90		
TOTAL:	6.164.040,51		
2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAUDE			
Especificação	Acumulado até o mês		
2.1- 15% das Receitas Oriundas de Impostos	924.606,07		
2.2-Recursos do PAB, PSF, PACS etc.	537.187,02		
2.3- Convênios da Saúde	0,00		
2.4 – Superávit Financeiro de Convênios Vin-culados a Saúde PAB, PSF, etc.	316.262,28		
2.5 – Rendimen-to de Aplicação Financeira PAB, PSF, PACS etc.	15.341,76		
TOTAL:	1.793.397,13		
3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1- Ações Básicas de Saúde - Próprios	924.606,07	873.919,22	(50.686,85)
3.2- Ações Bá-sicas de Saúde, PAB, PSF, PACS etc.	868.791,06	494.595,58	(374.195,48)
3.3- Ações Básicas de Saúde - Convênios	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	1.793.397,13	1.368.514,80	(424.882,33)

São Pedro de Alcântara ,09 de setembro de 2013.

14,18% APLICADO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. M. DE SAÚDE

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.420.856,16	12.988.104,41	1.609.802,06	6.830.981,53	1.789.845,71	5.822.826,47	95,07	44,83	7.165.277,94
Legislativa	380.000,00	380.000,00	69.122,11	283.829,69	71.249,11	278.059,69	4,54	73,17	101.940,31
Ação Legislativa	380.000,00	380.000,00	69.122,11	283.829,69	71.249,11	278.059,69	4,54	73,17	101.940,31
Administração	1.251.736,46	1.263.736,46	162.047,55	948.929,68	222.232,48	772.611,59	12,61	61,14	491.124,87
Administração Geral	1.251.736,46	1.263.736,46	162.047,55	948.929,68	222.232,48	772.611,59	12,61	61,14	491.124,87
Defesa Nacional	10.000,00	10.000,00	0,00	132,30	0,00	132,30	0,00	1,32	9.867,70
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	132,30	0,00	132,30	0,00	1,32	9.867,70
Segurança Pública	17.000,00	125.322,50	1.856,92	6.914,93	1.558,72	5.021,43	0,08	4,01	120.301,07
Policiamento	0,00	108.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.322,50
Defesa Civil	17.000,00	17.000,00	1.856,92	6.914,93	1.558,72	5.021,43	0,08	29,54	11.978,57
Assistência Social	201.050,00	209.050,00	18.111,80	79.282,67	18.488,14	70.583,95	1,15	33,76	138.466,05
Assistência ao Idoso	18.500,00	26.500,00	2.048,36	7.061,98	2.026,36	6.985,98	0,11	26,36	19.514,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	132.550,00	132.550,00	16.063,44	72.220,69	16.461,78	63.597,97	1,04	47,98	68.952,03
Assistência Comunitária	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Previdência Social	1.432.951,00	1.432.951,00	41.451,85	170.389,55	42.412,97	165.341,41	2,70	11,54	1.267.609,59
Previdência do Regime Estatutário	1.432.951,00	1.432.951,00	41.451,85	170.389,55	42.412,97	165.341,41	2,70	11,54	1.267.609,59
Saúde	2.275.877,84	2.476.854,89	321.370,68	1.493.501,37	348.494,86	1.297.538,24	21,19	52,39	1.179.316,65
Atenção Básica	2.275.877,84	2.476.854,89	321.370,68	1.493.501,37	348.494,86	1.297.538,24	21,19	52,39	1.179.316,65
Educação	2.571.990,86	2.635.882,06	487.166,73	2.041.336,38	624.165,34	1.795.987,29	29,32	68,14	839.894,77
Alimentação e Nutrição	75.620,00	79.373,93	10.179,38	52.503,65	15.987,76	51.945,02	0,85	65,44	27.428,91
Ensino Fundamental	1.700.370,86	1.648.178,69	295.400,89	1.285.980,58	434.244,03	1.133.246,86	18,50	68,76	514.931,83
Educação Infantil	781.000,00	893.329,44	181.363,71	694.359,15	171.955,80	606.592,41	9,90	67,90	286.737,03
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	222,75	8.493,00	1.977,75	4.203,00	0,07	28,02	10.797,00
Cultura	310.000,00	210.000,00	25.999,36	138.905,63	23.229,31	104.191,99	1,70	49,62	105.808,01
Difusão Cultural	310.000,00	210.000,00	25.999,36	138.905,63	23.229,31	104.191,99	1,70	49,62	105.808,01
Urbanismo	1.045.450,00	1.203.403,00	228.939,54	477.054,90	156.043,87	344.619,19	5,63	28,64	858.783,81
Infra-Estrutura Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Serviços Urbanos	795.450,00	953.403,00	228.939,54	477.054,90	156.043,87	344.619,19	5,63	36,15	608.783,81
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.420.856,16	12.988.104,41	1.609.802,06	6.830.981,53	1.789.845,71	5.822.826,47	95,07	44,83	7.165.277,94
Gestão Ambiental	436.000,00	406.000,00	1.868,10	85.168,10	17.854,57	57.616,81	0,94	14,19	348.383,19
Preservação e Conservação Ambiental	436.000,00	406.000,00	1.868,10	85.168,10	17.854,57	57.616,81	0,94	14,19	348.383,19
Agricultura	271.000,00	496.000,00	34.586,66	163.589,05	55.360,74	135.645,27	2,21	27,35	360.354,73
Extensão Rural	271.000,00	496.000,00	34.586,66	163.589,05	55.360,74	135.645,27	2,21	27,35	360.354,73
Comércio e Serviços	75.000,00	35.797,00	1.336,00	2.226,10	1.336,00	2.226,10	0,04	6,22	33.570,90
Turismo	75.000,00	35.797,00	1.336,00	2.226,10	1.336,00	2.226,10	0,04	6,22	33.570,90
Transporte	1.467.800,00	1.428.477,50	122.411,02	657.599,80	143.442,25	567.505,48	9,27	39,73	860.972,02
Transporte Rodoviário	1.467.800,00	1.428.477,50	122.411,02	657.599,80	143.442,25	567.505,48	9,27	39,73	860.972,02
Desporto e Lazer	246.000,00	245.630,00	65.333,40	134.945,05	35.777,01	78.569,40	1,28	31,99	167.060,60
Desporto Comunitário	246.000,00	245.630,00	65.333,40	134.945,05	35.777,01	78.569,40	1,28	31,99	167.060,60
Encargos Especiais	296.000,00	296.000,00	28.200,34	147.176,33	28.200,34	147.176,33	2,40	49,72	148.823,67
Serviço da Dívida Interna	166.000,00	166.000,00	8.630,62	66.916,27	8.630,62	66.916,27	1,09	40,31	99.083,73
Outras Transferências	130.000,00	130.000,00	19.569,72	80.260,06	19.569,72	80.260,06	1,31	61,74	49.739,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA DO RPPS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	524.700,92	73.784,60	301.951,19	73.784,60	301.951,19	4,93	57,55	222.749,73
Administração	55.000,00	55.000,00	9.220,57	36.998,20	9.220,57	36.998,20	0,60	67,27	18.001,80
Administração Geral	55.000,00	55.000,00	9.220,57	36.998,20	9.220,57	36.998,20	0,60	67,27	18.001,80
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	1.063,40	4.297,49	1.063,40	4.297,49	0,07	53,72	3.702,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	1.063,40	4.297,49	1.063,40	4.297,49	0,07	53,72	3.702,51
Saúde	183.370,00	167.750,92	16.744,88	70.976,56	16.744,88	70.976,56	1,16	42,31	96.774,36
Atenção Básica	183.370,00	167.750,92	16.744,88	70.976,56	16.744,88	70.976,56	1,16	42,31	96.774,36
Educação	235.000,00	237.700,00	39.225,77	159.259,62	39.225,77	159.259,62	2,60	67,00	78.440,38
Ensino Fundamental	125.000,00	128.000,00	24.309,73	100.319,94	24.309,73	100.319,94	1,64	78,37	27.680,06
Educação Infantil	110.000,00	109.700,00	14.916,04	58.939,68	14.916,04	58.939,68	0,96	53,73	50.760,32
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,01	14,78	3.408,73
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,01	14,78	3.408,73
Urbanismo	25.000,00	16.250,00	2.326,78	9.302,41	2.326,78	9.302,41	0,15	57,25	6.947,59
Serviços Urbanos	25.000,00	16.250,00	2.326,78	9.302,41	2.326,78	9.302,41	0,15	57,25	6.947,59

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	524.700,92	73.784,60	301.951,19	73.784,60	301.951,19	4,93	57,55	222.749,73
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	14.000,00	14.000,00	2.288,59	8.402,46	2.288,59	8.402,46	0,14	60,02	5.597,54
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	2.288,59	8.402,46	2.288,59	8.402,46	0,14	60,02	5.597,54
Comércio e Serviços	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	17.000,00	17.000,00	2.914,61	12.123,18	2.914,61	12.123,18	0,20	71,31	4.876,82
Transporte Rodoviário	17.000,00	17.000,00	2.914,61	12.123,18	2.914,61	12.123,18	0,20	71,31	4.876,82
TOTAL (III) = (I + II)	12.970.226,16	13.512.805,33	1.683.586,66	7.132.932,72	1.863.630,31	6.124.777,66	100,00	45,33	7.388.027,67

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.959/2013

LEI Nº 1.959/2013

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$209.300,00 (DUZENTOS E NOVE MIL TREZENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza abertura crédito adicional especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2013, no valor de até R\$209.300,00 (duzentos e nove mil trezentos reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

04.123.0003.2005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	3.000,00	

06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0003.2003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	5.000,00	

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0018.2057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	5.900,00	

03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

10.301.0016.2046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.94.00	00.01.0002	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	82.000,00	

10.301.0017.2051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.94.00	00.01.0002	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	62.000,00	

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0007.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	2.000,00	

04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

12.361.0005.2008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.94.00	00.01.0001	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	6.000,00	

12.361.0005.2009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.94.00	00.01.0018	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	12.500,00	

12.365.0005.2014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.94.00	00.01.0001	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	2.100,00	

12.365.0005.2022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

3.1.90.94.00	00.01.0018	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	12.000,00	

12.365.0005.2023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAL - FUNDEB

3.1.90.94.00	00.01.0018	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	5.800,00	

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

03 - ASSESSORIA DE OBRAS

15.451.0008.2031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	3.000,00	

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02 - SETOR DE AGRICULTURA

20.606.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	3.000,00	

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 - SETOR DAS ÁGUAS DE SCHROEDER

17.512.0013.2042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.1.90.94.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições
Trabalhistas	5.000,00	

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será cancelamento de dotações parcial do orçamento vigente, como segue:

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

04.123.0003.2005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.1.90.11.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.000,00
--------------	------------	--

06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0003.2003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.11.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 5.000,00
--------------	------------	--

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0018.2057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.11.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 5.900,00
--------------	------------	--

03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

10.301.0016.2046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.11.00	00.01.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 82.000,00
--------------	------------	---

10.301.0017.2051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.11.00	00.01.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 62.000,00
--------------	------------	---

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

01 - DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0007.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

3.1.90.11.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 2.000,00
--------------	------------	--

04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

12.361.0005.2008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 6.000,00
--------------	------------	--

12.361.0005.2009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.11.00	00.01.0018	Vencimentos e Vantagens
--------------	------------	-------------------------



Fixas - Pessoal Civil 12.500,00
12.365.0005.2014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11.00 00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 2.100,00
12.365.0005.2022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB
3.1.90.11.00 00.01.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 12.000,00
12.365.0005.2023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAL - FUNDEB
3.1.90.11.00 00.01.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 5.800,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
03 - ASSESSORIA DE OBRAS
15.451.0008.2031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS
3.1.90.11.00 00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.000,00

02 - SETOR DE AGRICULTURA
20.606.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
3.1.90.11.00 00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
02 - SETOR DAS ÁGUAS DE SCHROEDER
17.512.0013.2042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
3.1.90.11.00 00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 5.000,00

Art. 3º O Poder Executivo está autorizado nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº1.909/2012 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta LEI.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.715/2013 de 9 de Setembro de 2013.
DECRETO N° 2.715/2013 de 9 de setembro de 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.957/2013 de 4 de setembro de 2013,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"
08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE

SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações
R\$ 100.000,00 .

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
08.01.17.512.0013.1.007 - REDE DE ESGOTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações
R\$ 100.000,00 .

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.716/2013 de 9 de Setembro de 2013.
DECRETO N° 2.716/2013 de 9 de setembro de 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 413,10 (quatrocentos e treze reais e dez centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 413,10

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0043
R\$ 413,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.247/2013, de 10 de Setembro de 2013.
PORTARIA N° 5.247/2013, de 10 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Cristina Alves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.248/2013, de 11 de Setembro de 2013.
PORTARIA N° 5.248/2013, de 11 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Carolina Tomaschitz Marghotti em 07 de agosto de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pético e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Liliane Ilidia do Nascimento Silva, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, percebendo o nível salarial nº 05 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.249/2013, de 11 de Setembro de 2013.
PORTARIA N° 5.249/2013, de 11 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Janete Aparecida Bertotti em 07 de agosto de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pético e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Zildete Santos Chaves, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, percebendo o nível salarial nº 05 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço N° 03/2013-PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N° 03/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2013-PMS, PROCESSO Nº. 141/2013-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de empresa para projeto, fornecimento e instalação de filtro rápido descendente aberto não pressurizado, para aumentar a produção de água potável a fim de atender a demanda do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: MULTIAGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.693.229/0001-59.

Valor da proposta vencedora: R\$ 216.500,00 (duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 11/09/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 110/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 110/2013-FMS

Processo de licitação nº. 72/2013-FMS - Dispensa de Licitação nº. 45/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: na aquisição de medicamento fornecido pelo Município de Schroeder/SC através de Ação Judicial nº 026.13.001215-2, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ESCITALOPRAM 10MG..	60	Comp.	1,62	97,20
02	PREGABALINA (Lyrica) 75MG..	120	Comp.	2,86	343,20
03	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG..	60	Comp.	1,60	96,00
04	CELECOXIBE 200MG..	60	Comp.	3,29	197,40
VALOR R\$ TOTAL					733,80

Valor do contrato: R\$ 733,80 (setecentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 11/09/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 186/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 186/2013 - PMS

Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2013-PMS - Processo nº. 141/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: MULTIAGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.693.229/0001-59, estabelecida na Rua Joinville, nº. 308, sala 404, Vila Nova, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.035-200.

Objeto: Contratação de empresa para projeto, fornecimento e instalação de filtro rápido descendente aberto não pressurizado, para aumentar a produção de água potável a fim de atender a demanda do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 216.500,00 (duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 11/09/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 04/2013-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/09/2013****Válido até: 11/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,0000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,4300	2
2	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,4000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,4000	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,4900	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	4,9700	4
3	Creme dental composição: 1500ppm de Flúor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrassódico, Silicato de Sódio, Polietilenoglicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monoflourfosfato de Sódio, peso líquido 90g	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,1000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,1200	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,4000	3
4	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não perecível, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 10cm.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,7800	2
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	1,9800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	1,9800	4
5	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	0,8700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 11/09/2013

Válido até: 11/09/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,8800	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,9900	3
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,4800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,4900	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,5600	3
7	Arroz parborizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,6400	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,6500	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8600	3
8	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2800	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,2900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,8000	3
9	Café torrado e moído, tradicional, com dupla proteção na embalagem, peso líquido 500g, validade de 1 ano	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,9000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	6,3100	2
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	7,9000	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	7,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 3/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 11/09/2013

Válido até: 11/09/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN, embalagem lata, peso líquido 350g, validade 18 meses.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,0800	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,0900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8300	3
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Polipropileno aluminizado, tipo de envase: Embalagem sachê, enriquecido com vitaminas A, C e D, peso líquido 400g, validade embalagem fechada 180 dias.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	8,3500	1
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	8,6500	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	8,6500	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	9,0800	4
12	Caixa de leite UHT integral líquido, estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio). Não contém glúten contendo 12 unidades EM EMBALAGEM LONGA VIDA (tetra park) COM 01 LITRO. Validade embalagem fechada 120 dias.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	30,9000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	30,9500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	32,4800	3
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	32,5000	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	32,5000	5
13	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, não contém gorduras trans, sem colesterol. Embalagem de Transporte: Pet - 20 x 900 ml (18 L), validade 360 dias.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,8300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 11/09/2013

Válido até: 11/09/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,8400	3
14	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,0100	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,0200	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,0300	3
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	1,3600	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	1,3600	5
15	Farina de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,9700	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,9800	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,0000	3
			MARA TEREZINHA MOREIRA ME (12073)		0	2,3200	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)		0	2,3200	5
16	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,3400	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,3500	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,9900	3
17	Feijão preto, tipo 1, embalagem com 1Kg, validade de 1 ano	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/09/2013****Válido até: 11/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,4300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 2/2013**Data do Registro: 11/09/2013****Válido até: 11/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,4600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 2/2013 **Data do Registro:** 11/09/2013 **Válido até:** 11/09/2014
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013
PROCESSO Nº 13/2013

- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
(11930) - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA
(12049) - TAF DISTRIBUIDORA LTDA
(12073) - MARA TEREZINHA MOREIRA ME
(12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
(12686) - NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Schroeder, 11 de Setembro de 2013.

Notificação - J. M. B. Aresta Me**NOTIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 142/2012

Fica a empresa J. M. B. Aresta ME, CNPJ 14.579.435/0001-47, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 212/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 1463/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado. Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
142/2012	212/2012	1463/13	Bloco de Receituário 2x50 c/50 jogos, 2 vias nas medidas: 15cm larg. X 21cm de alt. 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr com 1x0 cor, impresso em off-set, acabamentos: corte serviços intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 53gr;com 1x0 cor impresso em off-set, acabamento: corte, serviço colar.	02/09/13	10/09/13.
			Bloco de autorização de viagem com 50 jogos, 2 vias nas medidas 15 cm lar x 8 cm .		

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas no parágrafo primeiro, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis.

Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções previstas em lei. Atenciosamente,

Schroeder, 11 de setembro de 2013.

HALINA TEMOTHIO

Secretária da Saúde e Assistência Social

A

SR. FABIANO AUGUSTO NUNES

CNPJ 14.579.435/0001-47

Siderópolis**PREFEITURA****Lei N° 2059/2013**

LEI Nº 2.059, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) NO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS NO EXERCÍCIO DE 2013, PELA ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores, autorizada pela presente Lei a suplementar, mediante anulação e transposição de dotações, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em seu orçamento, através do seguinte elemento de despesa corrente, conforme abaixo discriminado:

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

3.3.90.36.00.00.00.00 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física
R\$ 10.000,00

Total R\$10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 26 de Agosto de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 26 de Agosto de 2013.

Lei N° 2060/2013

LEI Nº 2.060, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono

a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no § 1º, do Artigo 165, da Constituição Federal e c/c o Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma do Anexo I (Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais) e Anexo II (Relação Detalhada das Receitas Planejadas).

Parágrafo único. O dispositivo nesta Lei compreende todos os órgãos da administração direta, indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações subseqüentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as metas fiscais estabelecidas, afim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada para cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 26 de Agosto de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA
Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 26 de Agosto de 2013.

Lei Nº 2061/2013

LEI Nº 2.061, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
ALTERA DENOMINAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES 19 DE DEZEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a denominação do Ginásio de Esportes 19 de Dezembro, localizado na esquina das Ruas Diomício Freitas e Osvaldo Pinto da Veiga para "GINÁSIO DE ESPORTES ANTÔNIO ESPÍNDOLA RAMIRO (DICO)".

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 04 de Setembro de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA
Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 04 de Setembro de 2013.

Lei Nº 2062/2013

LEI Nº 2.062, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CÂMERAS DE VIDEO NO MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no Município de Siderópolis - SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do elemento de despesa a seguir especificado:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria de Administração e Planejamento
Proj./Ativ. 2.005 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
10 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Transfe-
rências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 3º - A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma Legislação vigente.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 04 de Setembro de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA
Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 04 de Setembro de 2013.

Lei Nº 2063/2013

LEI Nº 2.063, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013
Autoriza o município de Siderópolis a firmar TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL com a Empresa JOÃO CREPALDI TRANSPORTES LTDA.

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL com a Empresa João Crepaldi Transportes LTDA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 05 de Setembro de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 05 de Setembro de 2013.

Lei N° 2064/2013

LEI N° 2.064, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.809/2009 E 1.892/2010 QUE DEFINEM A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O órgão denominado Procuradoria Geral do Município passa a ser denominado de Assessoria Jurídica Municipal (AJM).

Parágrafo Único: A Assessoria Jurídica Municipal passa a substituir a Procuradoria Geral do Município em todos os efeitos.

Art. 2º - O cargo de Procurador Geral do Município passa a ser substituído pelo cargo de Assessor Jurídico, permanecendo inalterados na estrutura da Assessoria Jurídica os cargos anteriormente criados por lei para compor a extinta Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único: O cargo de Assessor Jurídico, que é composto por uma única vaga, de recrutamento amplo e vencimento mensal fixado correspondente ao valor do subsídio devido aos secretários municipais;

Art. 3º São atribuições do cargo descrito no art. 2º:

I - Assessor Jurídico: Exercer a advocacia judicial e administrativa nos processos e procedimentos como mandatário do Município de Siderópolis, responsabilizando-se por prazos, peças processuais e comparecimento em audiências, podendo sua execução ser delegada, com reservas, por subestabelecimento ao Advogado do Município; emitir pareceres técnico-jurídicos em processos licitatórios, processos administrativos, bem como em demandas solicitadas pelas diversas Secretarias; analisar minutas de contratos, convênios e instrumentos congêneres; analisar proposições, de leis, de atos administrativos diversos e de vetos a projetos de lei; dar suporte jurídico às decisões administrativas, dentre outras atribuições afins;

Art. 4º A Assessoria Jurídica é subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, sendo suas despesas empenhadas mediante determinação daquele órgão.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de setembro de 2013.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 05 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 05 de Setembro de 2013.

Decreto N° 138/2013

DECRETO N.º 138, DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão	07	Secretaria de Obras
Unidade	01	Departamento de Obras Cíveis
Recurso	0.2.0094	Recursos de Convênios Federais
Projeto Atividade	1.014	Pavimentação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios
Modalidade	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido	102	
Valor	245.850,00	(duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados, referente a Emenda Individual nº 22530005, Ministério das Cidades - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, totalizando o valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 06 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Agosto de 2013.

Decreto N° 139/2013

DECRETO N.º 139, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "OLÍRIO CESA"

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "OLÍRIO CESA", o Centro de Educação Infantil - PRO-INFÂNCIA - edificado no Loteamento Dona Sebastiana, neste Município, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/03/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 06 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Agosto de 2013.

Decreto N° 140/2013

DECRETO N.º 140, DE 09 DE AGOSTO DE 2013

NOMEIA CASSIANO FREITAS PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado(a) CASSIANO FREITAS, brasileiro, CPF/MF sob nº. 043.642.569-60, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 12/08/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 09 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Agosto de 2013.

Decreto N° 141/2013

DECRETO N.º 141, DE 09 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 08	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade 01	Departamento de Agricultura Pecuária e Veterinária
Recurso 0.2.0094	Recursos de Convênios Federais
Projeto Atividade 1.019	Aquisição de Maquinas e Equipamentos Agrícolas
Modalidade 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas

Código Reduzido 115

Valor 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados, referente à Emenda nº2857 0001, Código do Programa: 2200020130026, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando o Fomento ao Setor Agropecuário, totalizando o valor de R\$ 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 09 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Agosto de 2013.

Decreto N° 142/2013

DECRETO N.º 142, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 12	Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Unidade 01	Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Projeto Atividade 2.016	Manutenção Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Modalidade 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido 131	
Valor R\$11.000,00	(onze mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 12	Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Unidade 01	Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Projeto Atividade 2.016	Manutenção Sec. Desenvolvimento Urbano e Habitação
Modalidade 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas



Código Reduzido 130
Valor R\$11.000,00 (onze mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 09 de Agosto de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Agosto de 2013.

Decreto Nº 143/2013

DECRETO Nº 143, DE 12 DE AGOSTO DE 2013

REGULAMENTA A LEI NO 2.054, DE 16 DE JULHO DE 2013, QUE INSTITUIU O SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:
CAPÍTULO I
DO REGISTRO

Art. 1º - O Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos de origem animal, produzidos no âmbito do Município de Siderópolis, rege-se-á pela Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013 e, por este Decreto.

Art. 2º - Ficam sujeitos ao registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) todos os estabelecimentos que abatem animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem e industrializem a carne, o leite e seus produtos derivados, mel e seus derivados, pescado e afins, ovos e outros produtos de origem animal, conforme a classificação constante deste Decreto, limitados ao volume de Produção em conformidade com o disposto nas normas técnicas a serem instituídas pelo grupo consultivo do SIM.

Art. 3º - Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a realização das inspeções e a emissão do certificado de registro dos estabelecimentos do SIM, que será expedido após o atendimento das normas constantes da Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e deste Decreto.

Art. 4º - O certificado de registro pelo SIM isenta os estabelecimentos de produtos de origem animal da obrigatoriedade do registro na esfera estadual e/ou federal, quando comercializados no Município de Siderópolis.

Art. 5º - Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeitos deste Decreto, toda e qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, o leite e seus derivados, mel, pescado, ovos e outros produtos de origem animal.

Art. 6º - A simples designação "produto", "subproduto", "mercadoria" ou "gênero" significa, para efeito do presente Decreto, que se trata de "produto de origem animal e suas matérias-primas".

Art. 7º - Além do certificado de registro, todo o estabelecimento deverá atender as exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM.

Art. 8º - O certificado será requerido à coordenação do SIM,

instruindo o processo com os seguintes documentos:

- a) fotocópia do CPF e RG;
- b) laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM);
- c) plantas, croquis ou projetos do estabelecimento e anexos compreendendo:
 - c.1 - as plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada;
 - c.2 - memorial descritivo das instalações;
 - c.3 - memorial econômico - sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;
- d) licença ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente;
- e) laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento, salvo naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água e/ou a critério do SIM;
- f) cadastro do estabelecimento detalhando atividades, formulações, origem da matéria-prima, processamento, conservação, validade e meio de transporte;
- g) fluxograma de processamento.

Art. 9º - As plantas, croquis ou projetos deverão conter:

- a) posicionamento da construção em relação às vias públicas e alinhamento do terreno;
- b) orientação quanto aos pontos cardeais;
- c) localização da captação e armazenamento de água do abastecimento;
- d) localização dos equipamentos e utensílios a serem usados no estabelecimento;
- e) localização dos pontos de escoamento da água;
- f) localização das demais dependências como currais, pocilgas, casas e outros;
- g) localização das lagoas de tratamento de águas residuais quando exigidas;
- h) localização do(s) curso(s) de água, quando for o caso.

Art. 10 - Eventual ampliação, reforma ou construção que interfira na área industrial dos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências como instalações, só poderão ser feitas após prévia liberação do SIM.

Art. 11 - Não será objeto de registro o estabelecimento destinado à produção de alimentos localizado nas proximidades de outro que, por sua natureza, possa prejudicá-lo, em razão dos aspectos higiênico-sanitários.

Art. 12 - Autorizados os registros, afora os documentos que instruíram o processo, ficarão retidas nos autos cópias reprográficas dos rótulos e embalagens que originaram o certificado de registro.

Art. 13 - Satisfeitas as exigências constantes deste Decreto, será emitido o "Certificado de Registro", constando do mesmo o seu número, denominação social, classificação do estabelecimento e outras especificações que se fizerem necessárias.

Art. 14 - O certificado será válido pelo período de doze meses, devendo ser renovado a cada novo período, ocasião em que o SIM fará uma vistoria no estabelecimento.

Parágrafo único - O Certificado de Registro de que trata o "caput" deste artigo, terá validade enquanto não se modificarem quaisquer um dos seus requisitos.

Art. 15 - O estabelecimento que vier a interromper as suas atividades somente poderá reiniciá-las após a realização de vistoria prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos pelo SIM.

DA INSPEÇÃO

Art. 16 - A critério do SIM, poderá ser autorizada a entrada de carcaças oriundas de matadouros inspecionados nos estabelecimentos com inspeção municipal, quando as mesmas forem destinadas a manipulação, beneficiamento, preparo, embalagem, transformação, envase, acondicionamento, depósito e industrialização.

Art. 17 - Todo estabelecimento detentor do certificado de registro, possuirá inspeção industrial e sanitária realizada por profissional

habilitado na área de medicina veterinária.

Art. 18 - A inspeção industrial e sanitária poderá ser permanente ou periódica:

1) será permanente em estabelecimentos que abatam animais de açougue;

2) nos demais estabelecimentos, poderá ser permanente ou periódica a critério do SIM.

Parágrafo único - Entende-se por animais de açougue: bovinos, suínos, bubalinos, caprinos, ovinos, eqüinos, aves e coelhos.

Art. 19 - Por ocasião do registro inicial ou da renovação do registro dos estabelecimentos, poderá ser exigido, sempre que necessário, de acordo com o Volume de Produção, que a requerente apresente um responsável técnico de nível superior, legalmente habilitado.

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 20 - Os estabelecimentos sujeitos a aplicação da Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e deste Decreto, classificam-se em:

§ 1º - estabelecimentos de carnes e derivados:

a) matadouros frigoríficos - são aqueles estabelecimentos destinados ao abate de animais de açougue, dotados de equipamentos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados a transformação de matéria-prima para a elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano ou animal. Aqui se inclui também as charqueadas, fábricas de produtos gordurosos, fábrica de produtos não comestíveis, etc;

c) entrepostos de carne e derivados: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, guarda, e conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougues e outros animais.

§ 2º - estabelecimentos de leite e derivados:

a) propriedades rurais: são aqueles estabelecimentos localizados geralmente em zona rural, destinados a produção de leite obedecendo as normas especificadas para cada tipo;

b) entrepostos de leite e derivados: são aqueles estabelecimentos, destinados ao recebimento, resfriamento, transvase, concentração, acidificado, desnatado ou coagulação do leite, do creme, e outras matérias primas para depósito por curto tempo e posterior transporte para a indústria;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluídas as usinas de beneficiamento e/ou fábricas de laticínios.

§ 3º - estabelecimentos de pescado, derivados e afins que podem ser:

a) propriedade piscicultura: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao abate, escamação, eviscação do pescado fresco ou resfriado;

b) entrepostos de pescados e derivados: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

§ 4º - estabelecimento de ovos e derivados, que podem ser:

a) granjas avícolas: são aqueles estabelecimentos destinados à produção de ovos que fazem a comercialização direta ou indireta de seus produtos;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento e industrialização de ovos;

c) entrepostos de ovos: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza.

§ 5º - estabelecimentos de mel e cera de abelhas, que podem ser:

a) apiário: é o conjunto de colméias, materiais e equipamentos,

destinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, pólen, geléia real, etc.);

b) casas do mel: são aqueles estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinada aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, envase e estocagem;

c) entrepostos de mel e cera de abelhas: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização do mel e seus derivados.

DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E REINSPEÇÃO

Art. 21 - O Serviço de Inspeção Municipal para os Produtos de Origem Animal serão compostos respectivamente por Médicos Veterinários e agentes de inspeção, com a coordenação daqueles primeiros.

Art. 22 - O processo de registro dos estabelecimentos de que trata a Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto, será encaminhado à Coordenação referida no artigo anterior e analisado por um "GRUPO CONSULTIVO", cuja composição é parte integrante do anexo IX deste Decreto.

Parágrafo único - O Grupo Consultivo de que trata o "caput" deste artigo, reunir-se-á periodicamente na sede da Coordenação do SIM localizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 23 - Caberá ao Grupo Consultivo emitir pareceres sobre todos os processos de estabelecimentos de produtos de origem animal, localizados no âmbito do Município de Siderópolis, que serão remetidos com a assinatura de no mínimo 02 (dois) membros ao Coordenador para apreciação final.

Art. 24 - A liberação para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção dar-se-á após a realização de vistoria final, com a ratificação do Coordenador do SIM.

Art. 25 - A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal, somente após o registro do mesmo no SIM, cabendo a este serviço determinar o número de inspetores necessários para realização das atividades.

Art. 26 - Serão inspecionados todos os produtos de origem animal nos estabelecimentos com registro no SIM.

Parágrafo único - Naqueles casos em que se tratar de produtos condenados na forma do disposto na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e neste Decreto, os estabelecimentos deverão atender as determinações da inspeção sanitária na destinação dos mesmos.

Art. 27 - A Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal, será fiscalizada pela coordenação do SIM, que poderá ter apoio na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, junto à Vigilância Sanitária, para efetuar as análises de rotina, dos produtos inspecionados, realizadas periodicamente nos estabelecimentos, antes do produto ir para o comércio.

Art. 28 - Os produtos e matérias-primas serão reinspecionados tantas vezes quanto forem necessárias, antes de serem expedidos para consumo.

§ 1º - Naqueles casos em que a reinspeção verificar que os produtos e/ou matérias-primas forem julgados impróprios para o consumo, poderão a critério do SIM serem destinados para aproveitamento como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal, depois de retiradas as marcas oficiais e forem submetidos à desnaturação, quando for o caso.

§ 2º - Quando permitirem o aproveitamento condicional ou beneficiamento, poderão ser autorizados (liberados) pelo SIM, desde que submetidos aos processos apropriados.

Art. 29º - Nenhum produto de origem animal que já tenha sido processado poderá dar entrada em estabelecimento sob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento com inspeção municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único - É vedado o retorno ao estabelecimento de origem do produto processado que, na reinspeção, tenha sido

considerado impróprio para o consumo, sendo obrigatória a sua transformação ou inutilização.

Art. 30 - Nos estabelecimentos em que se encontrarem depositados produtos processados procedentes de estabelecimento sob inspeção municipal, estadual ou federal, bem como nos demais locais, a reinspeção terá por objeto principal:

I - identificar os rótulos com a composição e as marcas oficiais do produto, bem como a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informações sobre a conservação do produto;

II - verificar as condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;

III - verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras conforme o caso;

IV - coletar amostras para exame físico-químico, organoléptico e microbiológico.

Art. 31 - Compete ao SIM a fiscalização das condições higiênicas e instalações dos veículos, vagões e de todos os meios de transporte utilizados.

Art. 32 - A critério do SIM os estabelecimentos de origem das matérias-primas e/ou produtos apreendidos, poderão ser autorizados a aproveitarem seus produtos a título de rebeneficiamento ou utilização para fins não comestíveis.

Art. 33 - No caso de suspeita de contaminação dos produtos e matérias-primas, será coletada amostra para exame laboratorial dos mesmos com a imediata suspensão da sua comercialização, ficando o responsável legal do estabelecimento ou seu preposto como fiel depositário dos mesmos até o resultado dos exames.

Art. 34 - A mercadoria contaminada ou alterada, que não for passível de aproveitamento para consumo humano na forma do estabelecido na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e neste Decreto, será destruída por processo de incineração ou agente físico/químico.

Art. 35 - Os carimbos de inspeção serão autorizados pela Coordenação do SIM, mediante requerimento firmado pelo médico veterinário, quando se tratar de produtos de origem animal, responsável pela inspeção no estabelecimento, atendida as exigências da Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e deste Decreto.

§ 1º - Os diversos modelos de carimbos do SIM serão criados e padronizados pelo Grupo Consultivo, para serem usados em carcaças, rótulos e embalagens dentro das normas previstas.

§ 2º - A matéria-prima e/ou produto industrializado oriundo de outro estabelecimento com inspeção sanitária federal, estadual e municipal, deverão ser submetidos a reinspeção sanitária sempre que tal procedimento se fizer necessário.

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 36 - Os estabelecimentos que processarem produtos de origem animal deverão atender as seguintes condições:

I - estar localizado distante de fontes produtoras de odores desagradáveis ou de poluição de qualquer natureza, que possam vir a comprometer as características do produto;

II - dispor de área suficiente para a construção de todas as instalações necessárias ao seu funcionamento;

III - dispor de luz natural e/ou artificial abundante e com ventilação suficiente em todas as dependências do estabelecimento;

IV - possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado para esse fim;

V - ter paredes e/ou separações revestidas e impermeabilizadas, na altura compatível com a atividade exercida;

VI - possuir forro adequado em todas as suas dependências;

VII - dispor de dependências e instalações mínimas, que sejam adequadas para a industrialização, conservação, embalagem, e depósitos de produtos comestíveis;

VIII - dispor de mesas construídas de material adequado, que facilitem a higienização e a execução dos trabalhos;

IX - dispor de recipientes adequados para o acondicionamento de matéria-prima e/ou produtos de origem animal;

X - dispor de recipientes identificados pela cor vermelha para a

colocação dos produtos não comestíveis;

XI - dispor de redes de abastecimento de água que atenda às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando for o caso, de instalações de tratamento de água;

XII - manter sistemas de cloração de água de abastecimento, sempre que necessário;

XIII - dispor de água fria e quente suficiente para manter higienizado o estabelecimento e, quando for o caso, de instalações de vapor, em todas as dependências de manipulação e preparo de produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis;

XIV - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, bem como de sistema de tratamento de água servida, conforme normas estabelecidas pelo órgão competente;

XV - possuir janelas e portas de fácil abertura, dotadas de tela à prova de insetos;

XVI - possuir instalações de frio, quando necessário, de tamanho e capacidade adequadas;

XVII - possuir "jiraus", quando permitidos, com pé direito mínimo a juízo do SIM;

XVIII - dispor de equipamentos adequados e necessários à execução da atividade do estabelecimento e quando for o caso, inclusive para aproveitamento de subprodutos;

XIX - só possuir telhados de meia água quando mantido o pé direito à altura mínima exigida da dependência correspondente;

XX - dispor de local e tratamento com água em abundância para higienização dos veículos utilizados no transporte dos produtos;

XXI - os estabelecimentos deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos ou animais;

XXII - não possuir e/ou manter no local cães, gatos e outros animais de qualquer espécie no recinto do estabelecimento, locais de coleta da matéria-prima e adjacências;

XXIII - possuírem em conformidade com a legislação aplicável a matéria, vestiários e instalações sanitárias adequadamente funcionais, cujas dimensões sejam em número proporcional ao pessoal, com acesso indireto às dependências industriais quando localizadas no mesmo espaço físico;

XXIV - as alturas, distâncias e outras medidas serão estipuladas com base em normas específicas para cada espécie e/ou produto de origem animal, regularmente aprovadas pelo grupo consultivo do SIM;

XXV - os estabelecimentos de produtos de origem animal localizados em propriedades rurais deverão estar afastados das instalações de criação, como estábulos, apriscos, caprís, pocilgas, coelheiras e aviários, com base em critérios estabelecidos pelo SIM.

DO PESSOAL

Art. 37 - Ficam os funcionários do estabelecimento obrigados a fazer anualmente pelo menos um exame de saúde, que deverá ser remetido ao Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único - Mencionado exame médico poderá ser exigido sempre que necessário para qualquer funcionário, inclusive os seus proprietários, que também exerçam atividades no estabelecimento (industriais).

Art. 38 - Os funcionários deverão utilizar uniforme completo, trocados diariamente, na cor clara e limpos, sendo compostos de calça, botas, avental e gorro.

§ 1º - os funcionários que exercem funções nas oficinas, setores de manutenção e outros, deverão utilizar uniformes com cores diferenciadas, ficando vedado o acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis;

§ 2º - os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do Serviço de Inspeção.

Art. 39 - A existência de dermatoses, doenças infecto-contagiosas

ou repugnantes e de portadores de salmonela, em qualquer pessoa que exerça atividade industrial no estabelecimento, implicará no seu afastamento do local de trabalho.

Parágrafo único - O Serviço de Inspeção Municipal deverá de ser comunicado da ocorrência do exposto no "caput" deste artigo, que por sua vez cientificará as autoridades de saúde pública do fato.

Art. 40 - Fica vedado aos funcionários:

I - ter adornos nas mãos, pulsos ou pescoço;

II - apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas;

III - cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar o alimento.

DA ROTULAGEM

Art. 41 - Todos os produtos de origem animal encaminhados para comercialização deverão estar identificados por meio de rótulo.

Parágrafo único - Fica a critério do SIM a utilização em determinados produtos de rótulo sob a forma de etiqueta ou uso exclusivo do carimbo da inspeção.

Art. 42 - Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada a fogo sobre a matéria-prima e/ou na embalagem.

Art. 43º - Para fins de identificação na rotulagem da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal, fica determinada a seguinte nomenclatura:

I. A - matadouros ou matadouros frigoríficos de aves;

II. C - matadouros ou matadouros frigoríficos de coelhos;

III. E - estabelecimentos industriais de produtos cárneos;

IV. L - estabelecimentos de leite ou derivados;

V. M - estabelecimentos de mel, cera de abelha e derivados;

VI. O - estabelecimentos de ovos e derivados;

VII. P - estabelecimentos de pescados, derivados e afins.

Art. 44 - O rótulo dos produtos de origem animal deverão conter as seguintes informações:

I- nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;

II - nome da firma responsável;

III - natureza do estabelecimento, conforme classificação prevista neste regulamento;

IV - carimbo oficial da Inspeção Sanitária Municipal;

V - endereço e telefone do estabelecimento;

VI - marca comercial do produto;

VII - data de fabricação do produto;

VIII - "Prazo de validade" do produto ou "consumido até";

IX - Peso líquido;

X - composição e forma(s) de conservação do produto;

XI - indústria brasileira;

XII - demais disposições legais aplicáveis à matéria.

Parágrafo único - No caso da utilização de carne eqüídea ou produtos com ela elaborados parcial ou totalmente, exigir-se-á ainda, a declaração do rótulo "Carne de Eqüídeo" ou "Preparada com Carne de Eqüídeo" ou "Contém Carne de Eqüídeo".

Art. 45 - Os produtos destinados à alimentação animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "ALIMENTAÇÃO ANIMAL".

Art. 46 - Os produtos que não forem destinados à alimentação humana ou animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "NÃO COMESTÍVEL".

Art. 47 - As embalagens e películas destinadas aos produtos de origem animal deverão ser regularmente aprovadas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 48 - Quando se tratarem de produtos que por sua dimensão não comportem no rótulo todos os dizeres determinados pela legislação vigente, as informações poderão estar inscritas em embalagens coletivas devidamente higienizadas e adequadas ao produto, como caixas, latas, etc.

Art. 49 - É vedada a reutilização de embalagens, salvo àquelas que permitam completa higienização e desinfecção, com prévia autorização do SIM.

DO TRANSPORTE E TRÂNSITO

Art. 50 - Os produtos e matérias-primas de origem animal, oriundos de estabelecimentos com inspeção municipal que atendam a Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto, poderão ser expostos ao consumo e constituir objeto de comercialização no Município de Siderópolis.

Art. 51 - As autoridades públicas responsáveis pela vigilância sanitária de alimentos no centro de consumo, deverão comunicar ao SIM os resultados das ações fiscais e análises de rotina por elas realizadas, se dos mesmos resultar apreensão ou condenação dos produtos, subprodutos ou matérias-primas de origem animal.

Parágrafo único - Na hipótese de se apresentar 3 análise fiscal (análise físico-química e microbiológica) consecutivas em desacordo com a legislação vigente, o estabelecimento será punido com a suspensão das atividades por tempo determinado à critério do SIM.

Art. 52 - Todos os produtos de origem animal em trânsito no Município de Siderópolis deverão estar devidamente embalados, acondicionados e rotulados em conformidade com o disposto na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto, ficando sujeitos a reinspeção pelos técnicos do SIM nos postos fiscais fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

Art. 53 - Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção permanente que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar obrigatoriamente do "CERTIFICADO SANITÁRIO", com o visto do Médico Veterinário responsável pela sua inspeção com exceção do leite a granel.

Art. 54 - Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção periódica que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar da "GUIA DE TRÂNSITO" com o visto do responsável técnico pela empresa nos estabelecimentos em que for exigido.

Art. 55 - O transporte de produtos de origem animal deverá ser feito em veículo apropriado para este fim e que o mantenha em perfeito estado de conservação.

§ 1º - Não poderão ser transportados produtos ou mercadorias de outra natureza com os produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

§ 2º - Para que possam ser transportados deverão estar acondicionados higienicamente em recipientes adequados independentes de sua embalagem (individual ou coletiva).

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 56 - Os estabelecimentos de que trata a Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto, deverão dispor de material adequado e em quantidade suficiente para realização do trabalho de inspeção, bem como colocarem à disposição do SIM responsável técnico e pessoal auxiliar devidamente habilitado sempre que necessário.

Art. 57 - Ter registros diários em livros e mapas próprios com base em modelos fornecidos pelo SIM, as entradas e saídas de matérias-primas e produtos, com a especificação da quantidade, qualidade e sua destinação.

§ 1º - Em se tratando de matéria-prima procedente de outros estabelecimentos sob inspeção, deverá ser feito o registro nos livros e mapas indicados, da data de entrada, número do certificado sanitário e o registro do estabelecimento fornecedor.

§ 2º - Na hipótese de cancelamento do certificado de registro, o estabelecimento deverá devolver ao SIM o material pertencente ao Município, incluídos aqueles de natureza científica, arquivos, carimbos oficiais do SIM, bem como as embalagens com o carimbo do SIM.

Art. 58 - Fornecer, sempre que necessário, aos empregados e funcionários da inspeção uniformes completos e adequados aos diversos serviços, em conformidade com as recomendações do SIM.

Art. 59 - Encaminhar ao SIM até o 10º dia útil de cada mês os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção,

industrialização, transporte e comercialização de produtos de origem animal.

Art. 60 - Fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequadas para guarda, conservação e transporte de materiais e produtos normais e/ou peças fitopatológicas, a serem remetidos ao laboratório, bem como para os trabalhos de limpeza, desinfecção, esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações.

Art. 61 - Ter local apropriado, a juízo da inspeção municipal, para recebimento e guarda de matérias-primas procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção ou de retorno de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para seqüestro de matérias-primas e produtos suspeitos.

Art. 62 - Possuir substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação.

Art. 63 - Manter atualizado o registro do recebimento de matérias-primas, especificando procedência e qualidade dos produtos fabricados, saída e destino dos mesmos.

Art. 64 - São ainda obrigações dos estabelecimentos que trata a Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto:

I - realizar o tratamento adequado das águas servidas;

II - dar o destino adequado ao lixo proveniente do estabelecimento;

III - apresentar a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;

IV - apresentar a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitado;

V - acondicionar e/ou depositar de forma adequada os produtos e/ou matérias primas, em câmaras-frias e outras dependências, conforme o caso;

VI - transportar os produtos e/ou matérias-primas em condições de higiene e/ou temperaturas adequadas;

VII - remover da área suja ou recepção as impurezas, detritos e restos de vegetais, após o recebimento, pesagem, seleção e pré-lavagem, de modo a evitar a formação de focos de contaminação e/ ou fermentação;

VIII - marcar o maquinário, carros, tanques, vagonetes, caixas, mesas, equipamentos e demais utensílios, para o fim de evitar equívocos entre os destinos de produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis, ou ainda utilizados na alimentação de animais, com o uso da terminologia "comestíveis" e "não comestíveis";

IX - lavar antes e após o processamento dos produtos com o emprego substâncias registradas nos órgãos competentes, os pisos, paredes, equipamentos e utensílios utilizados na Agroindústria, deixando-os devidamente desinfetados.

CAPITULO II

INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL

Art. 65 - A regulamentação da inspeção sanitária e industrial nos estabelecimentos mencionados no art. 2º deste Decreto será estabelecida por ato do representante do grupo consultivo do SIM, específico para cada espécie e/ou produto de origem animal.

CAPITULO III

DAS INFRAÇÕES

Art. 66 - É proibido aos estabelecimentos de que trata a Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto:

I - operar sem a utilização de equipamentos e instalações adequadas que assegurem a manutenção higiênica das diversas atividades;

II - utilizar água contaminada dentro do estabelecimento;

III - fazer uso de equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;

IV - permitir a livre circulação de pessoal estranho à atividade dentro das dependências do estabelecimento;

V - permitir o acesso ao interior do estabelecimento de funcionários ou visitantes que não estejam devidamente uniformizados;

VI - utilizar matérias-primas de origem animal ou não, em desacordo com disposto na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto;

VII - sonegar, dificultar ou alterar as informações do abate;

VIII - promoverem atos que dificultem, burlem, embarcem ou impeçam a ação da inspeção;

IX - utilizar matérias(s)-prima(s), sem inspeção ou inadequada(s) para fabricação de produtos de origem animal;

X - transportar produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sem a documentação sanitária exigida;

XI - adulterar, fraudar ou falsificar produtos e/ou matéria(s)-prima(s) de origem animal ou não;

XII - abater animais sem a presença do Médico Veterinário responsável pela inspeção, ou seu inspetor previamente treinado para a função;

XIII - transportar ou comercializar carcaça(s) sem o carimbo oficial da Inspeção Municipal;

XIV - utilizar o carimbo ou rótulo registrado sem a devida autorização do Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

XV - ceder embalagens rotuladas à terceiros, visando facilitar o comércio de produtos não inspecionados;

XVI - acondicionar matérias-primas e outros produtos destinados à alimentação humana em carros e recipientes que tenham servido para produtos não comestíveis.

Art. 67 - Para efeitos de apreensão e/ou condenação, afora os casos previstos na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e este Decreto, são considerados impróprios para o consumo, os produtos de origem animal que:

I - estiverem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - conterem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

III - forem adulterados, fraudados ou falsificados;

IV - forem transportados fora das condições exigidas;

V - estiverem com a validade vencida.

§ 1º - nos casos de apreensão poderá ser autorizado o aproveitamento condicional para alimentação humana ou animal, o critério da inspeção municipal, desde que seja possível o rebeneficiamento do produto ou matéria-prima;

§ 2º - não sendo possível o encaminhamento constante do parágrafo anterior, o produto ou matéria-prima será condenado;

§ 3º - aqueles produtos ou matérias-primas que forem condenados ou apreendidos poderão ser encaminhados, a juízo da inspeção municipal, para estabelecimentos que possuam condições de rebeneficiá-los ou destruí-los.

Art. 68 - Afora os demais casos previstos na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e neste Decreto, entendem-se como adulterações, fraudes ou falsificações, as seguintes definições;

§ 1º - adulteração:

I - quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas pela legislação vigente;

II - emprego de matéria-prima alterada ou impura no preparo dos produtos;

III - uso de substâncias de qualidade, tipo e espécie diferentes da composição normal do produto sem prévia autorização da inspeção municipal;

IV - quando os produtos contenham corantes ou aromatizantes sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;

V - tenha havido o mascaramento da data de fabricação.

§ 2º - fraude:

I - quando houver supressão de um ou mais elementos e substituição por outro visando aumento de volume ou de peso, em detrimento de sua composição natural ou valor nutritivo;

II - quando as especificações, total ou parcial, não coincidam com

o contido dentro da embalagem;

III - quando for constatada intenção em simular ou mascarar a data de fabricação;

IV - uso de substâncias proibidas na conservação de produtos.

§ 3º - falsificação:

I - quando os produtos elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituam processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

II - quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste regulamento ou em fórmulas aprovadas.

DAS PENALIDADES

Art. 69 - O descumprimento aos dispositivos da Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e neste Decreto, implica na cominação das seguintes penalidades:

I - multa inicial no valor de 100 UFIRs;

II - multa em dobro, no caso de reincidência;

III - suspensão da inspeção sanitária da atividade pelo prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, no caso de Segunda reincidência;

IV - cancelamento do certificado de registro de inspeção no caso de reincidência verificada no estabelecimento já punido com a pena de suspensão;

V - apreensão e inutilização, sem prejuízo da combinação das demais penalidades, das matérias-primas, produtos e subprodutos derivados de origem animal, que não apresentem condições higiênicas-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou estiverem adulterados.

Art. 70 - Naqueles casos em que for cominada a pena de multa, cabe recurso ao Coordenador do SIM.

Art. 71 - Sem prejuízo da cominação das demais penalidades previstas na legislação federal e estadual aplicável a matéria, aplicar-se-á a pena de suspensão da inspeção e cancelamento do certificado, quando restar constatado que o estabelecimento:

I - cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária;

II - tenha adulterado ou falsificado o produto;

III - fique comprovado mediante laudo do SIM, à partir da inspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade do estabelecimento permanecer em atividade.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72 - Compete aos servidores do SIM a aplicação das penalidades previstas na Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e neste Decreto, sob a Coordenação do SIM.

Art. 73 - O serviço de Inspeção Municipal divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades e, conforme o caso, fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 74 - O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de obter o máximo de eficiência e praticidade na inspeção industrial e sanitária.

Art. 75 - Os rótulos e carimbos que estejam em desacordo com este regulamento só poderão ser utilizados mediante autorização expressa do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 76 - São parte integrante da Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e deste Decreto, os anexos nos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, que tem por objeto a regulamentação de cada ramo de inspeção e as respectivas normas gerais para manipuladores, matérias-primas, equipamentos e instalações para todos os tipos de Produtos de Origem Animal, bem como as normas técnicas a serem instituídas pelo Grupo Consultivo do SIM, o qual é também constituinte de um dos anexos em questão.

Art. 77 - Os estabelecimentos abrangidos pela Lei no 2.054, de 16 de julho de 2013, e por este Decreto, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para obtenção do certificado de registro.

Art. 78 - Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do

SIM.

Art. 79 - Revogam-se as disposições existentes, na atual regulamentação municipal, que contrariem ao que está disposto neste decreto.

Art. 80 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 81 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 09 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PARA LEITE E DERIVADOS

LEITE "IN NATURA"

1 - DA SANIDADE DOS ANIMAIS

Art. 1º - Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com finalidade de produzir leite, segundo sua espécie.

Art. 2º - O gado leiteiro será mantido sob Controle Sanitário nos estabelecimentos produtores de leite.

Art. 3º - O controle a que se refere o artigo anterior será exercido por Médico Veterinário credenciado pelo SIM.

Art. 4º - Só se permite o aproveitamento do leite de vaca, de cabra, de ovelha e de outras espécies, quando:

I - as fêmeas se apresentam clinicamente sãs em bom estado de nutrição;

II - não estejam no período final de gestação, nem na fase colostrai;

III - não reajam à prova de tuberculose (tuberculina) nem apresentem reação positiva às provas do diagnóstico da brucelose, obedecidos aos dispositivos da legislação em vigor.

§ 1º - Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e toda a qualidade a que tenha sido misturado. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

§ 2º - Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose serão sumariamente afastados da produção leiteira, incorrendo nas penas de lei, as pessoas físicas ou jurídicas e servidores ou não, que deixarem de dar cumprimento, ou embaraçarem os trabalhos.

Art. 5º - É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição, substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento na produção láctea com prejuízo da saúde do animal e humana.

Art. 6º - É obrigatório o afastamento da produção leiteira, as fêmeas que:

I - se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;

II - sejam suspeitas ou atacadas de doenças infecto-contagiosas;

III - se apresentem febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária;

IV. estejam recebendo tratamento quimioterápico, com drogas cuja excreção seja possível pelo leite e que possam provocar danos a saúde ou prejuízos tecnológicos.

Parágrafo único - O animal afastado da produção só pode voltar à

ordenha após exame procedido por veterinário credenciado.

Art. 7º - São obrigatórias as provas biológicas para diagnósticos de tuberculose e brucelose, praticadas tantas vezes quantas necessárias nos estabelecimentos de produção de leite.

Art. 8º - Será interditada a propriedade rural, a que se refere o Art. 20 § 2º alínea "a", do Decreto n.º 2.927/03, para efeito de aproveitamento do leite destinado à alimentação humana, quando se verifique surto de doenças infecto-contagiosas que justifique a medida.

§ 1º - Durante a interdição da propriedade, poderá o leite ser empregado na alimentação de animais, depois de submetido à fervura.

§ 2º - A suspensão da interdição será determinada pelo SIM ou por órgão estadual de Defesa Sanitária Animal, depois do restabelecimento completo do gado.

2 - DA ORDENHA

Art. 9º - A ordenha deverá ser feita com regularidade e diariamente, conforme o registro de duas ou três ordenhas por dia.

§ 1º - A ordenha deve ser feita observando-se:

I - horário que permita a entrada de leite no estabelecimento de destino, dentro dos prazos previstos neste regulamento;

II - vacas limpas, descansadas, com tetas higienizadas;

III - ordenhador asseado, com mãos e braços lavados e unhas cortadas, de roupas/macacão e gorro limpos e de uso exclusivo para esta finalidade;

IV - rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo a ordenha total e ininterrupta com esgotamento das 04 (quatro) tetas.

§ 2º - É permitido a ordenha mecânica, e em tal caso é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenhadeira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

§ 3º - Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes previamente higienizados.

Art. 10 - A ordenha deve ser feita em salas ou dependências apropriadas, podem ser simples, mas devem ser higiênicas.

3 - DOS VASILHAMES

Art. 11 - Logo após a ordenha o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado através da tela apropriada convenientemente limpa no próprio estabelecimento, momento antes do uso.

Art. 12 - O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água fria corrente ou preferentemente quando houver condições, a menos de 10°C (dez graus centígrados).

Art. 13 - Todo vasilhame empregado no condicionamento de leite, na ordenha, na coleta ou para mantê-lo em depósito deve atender o seguinte:

I - ser de material com perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilita sua lavagem e esterilização, não devendo possuir, na parte interna ranhuras ou soldas que não permitam a boa higienização ou acumulem resíduos;

II - estar convenientemente limpo no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilizado;

III - Possuir tampa de modo a evitar vazamento ou contaminação;

IV - Ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podem ser utilizado no acondicionamento de soro ou de leite impróprio para o consumo;

V - Trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta, ou outro sistema devidamente aprovado;

Art. 14 - O Vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira dos raios solares e das chuvas.

4 - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 15 - São leites de consumo "in-natura": o leite pasteurizado tipo A integral, o leite pasteurizado tipo A semidesnatado e o leite

tipo A desnatado.

Parágrafo único - É proibido, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite destinado ao consumo.

Art. 16 - É permitida a produção e venda dos seguintes tipos de leite de consumo em espécie:

I - leite pasteurizado tipo A integral;

II - leite pasteurizado tipo A semidesnatado;

III - leite pasteurizado tipo A desnatado;

5 - DO BENEFICIAMENTO

Art. 17 - Entende-se por beneficiamento de leite, seu tratamento desde a seleção, por ocasião da entrada em qualquer estabelecimento até o acondicionamento final, compreendendo as seguintes operações obrigatórias: filtração, pasteurização, refrigeração, acondicionamento e outras práticas tecnicamente aceitáveis.

§ 1º - É proibido misturar o leite sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificada para fins de análise.

§ 2º - É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 18 - Entende-se por filtração a retirada por processo mecânico das impurezas do leite mediante centrifugação ou passagem em material filtrante próprio.

Art. 19 - Entende-se por pasteurização o emprego conveniente do calor seguido de resfriamento, com o fim de destruir totalmente a flora microbiana patogênica sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades organolépticas normais.

§ 1º - Permite-se os seguintes processos de pasteurização:

I - pasteurização lenta - consiste no aquecimento do leite entre 62º C (sessenta e dois graus centígrados) e 65º C (sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-o sob agitação lenta em aparelhagem apropriada seguido de rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) a 5º C (cinco graus centígrados);

II - pasteurização rápida ou de curta duração - consiste no aquecimento do leite em camada laminar a uma temperatura entre 72º C (setenta e dois graus centígrados) a 75º C (setenta e cinco graus centígrados) por 15 (quinze) a 20 (vinte) segundos, seguido de um rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) e 5º C (cinco graus centígrados). Este processo será realizado em aparelhagem própria que atenda às especificações técnicas exigidas.

§ 2º - Logo após a pasteurização o leite deve ser distribuído envasado ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica a 5º C (cinco graus centígrados) no máximo.

§ 3º - Para leite de consumo (leite pasteurizado e envasado), os pasteurizadores deverão apresentar-se convenientemente instalados, em perfeito funcionamento, possuir controle de temperatura e apresentar eficiência comprovada por órgão competente aceito pelo SIM.

Art. 20 - Entende-se por refrigeração, a aplicação do frio industrial ao leite cru ou pasteurizado, baixando-se a temperatura a 4º C ou menos, temperatura esta que inibe o crescimento microbiano.

Parágrafo único - Para diversos tipos de leite são fixados os seguintes limites superiores de temperatura:

I - refrigeração no posto, para ser transportado à usina ou entreposto - usina a 4º C (quatro graus centígrados);

II - conservação no entreposto - usina antes da pasteurização, em tanques com agitador mecânico 4º C (quatro graus centígrados);

III - refrigeração após a pasteurização a 5º C (cinco graus centígrados);

IV - conservação envasado, em câmara frigorífica, que deve ser mantida a 5º C (cinco graus centígrados);

V - entrega ao consumo, leite envasado a no máximo 10º C (dez graus centígrados);

VI - entrega ao consumo, leite esterilizado a temperatura ambiente.

Art. 21 - Entende-se por congelação a aplicação intensa do frio ao leite, de modo a solidificá-lo periférica e parcialmente.

Parágrafo único - A congelação só pode ser realizada mediante as seguintes condições:

- I - ser reconhecida pelo SIM a necessidade de sua aplicação;
- II - ser aplicadas apenas ao leite que for comprovado cientificamente que não irá alterar o valor alimentício e suas propriedades ou por fim industriais;
- III - estar o leite devidamente filtrado, pré-aquecido ou não e refrigerado a 5°C (cinco graus centígrados);
- IV - A temperatura de congelação deve ser de -8°C (oito graus centígrados negativos);
- V - de mais situações a critério do SIM.

Art. 22 - Entende-se por envasamento, a operação pela qual é embalado higienicamente, de modo a evitar a contaminação, facilitar sua distribuição e excluir a possibilidade de fraude.

§ 1º - O envasamento só pode ser realizado em propriedades leiteiras, estábulos, usinas de beneficiamento de leite, entrepostos-usinas e ainda nos casos previstos neste regulamento.

§ 2º - O envase do leite deverá ser feito mecanicamente em embalagens invioláveis de material estéril e eficiente de acordo com as normas deste regulamento, obedecido os critérios para cada tipo de leite.

Art. 23 - Para estabelecimentos que beneficiem o leite "in natura" e que não comportem a instalação de equipamentos automáticos e/ou semi-automáticos poderá ser permitido a juízo do SIM, o seu envase manual.

Parágrafo único - Quando o envase do leite for manual, os fechos, tampos ou lacres e/ou a impressão dos rótulos seguirão a mesma padronização determinada para o leite envasado mecanicamente.

6 - DA ROTULAGEM

Art. 24 - A impressão dos rótulos nas embalagens do leite deve seguir a seguinte padronização quanto "tipo" e ser de fácil visualização:

- I - Leite Pasteurizado tipo A Integral;
- II - Leite Pasteurizado tipo A Semidesnatado;
- III - Leite Pasteurizado tipo A Desnatado;

7 - DO TRANSPORTE AO CONSUMO

Art. 25 - O transporte do leite envasado deve ser feito em veículos higiênicos e adequados, que permitam sua entrega ao consumo com temperatura máxima de 10º C (dez graus centígrados).

QUEIJOS

Art. 26 - Entende-se por "queijo", o produto obtido do leite integral, semidesnatado ou desnatado, pasteurizado, coagulado, natural ou artificialmente, adicionado ou não de substâncias permitidas na legislação vigente e submetido às manipulações necessárias para a formação de características próprias.

Art. 27 - Para fins de padronização os queijos devem ser classificados em 3(três) categorias tendo por base:

- a) consistência;
- b) porcentagem de gordura no extrato seco total;
- c) qualidade e processo de fabricação.

Art. 28 - Quanto a consistência, os queijos podem ser classificados em moles, semiduros e duros.

§ 1º - Os queijos moles e semiduros, podem ser:

- I - "frescos" quando não sofrem processo de cura, inclusive os de massa filada;
- II - "maturados" quando forem submetidos a processos de cura, segundo a técnica própria do tipo.

§ 2º - Só é permitida a fabricação de queijos frescos a partir do leite pasteurizado.

Art. 29 - Quanto a porcentagem de gordura no extrato seco total, os queijos se classificam em:

- I - gordo: quando alcança no mínimo 40% (quarenta por cento);
- II - meio gordo: quando esta porcentagem é superior a 25%(vinte cinco por cento);
- III - magro: quando esta porcentagem é igual ou superior a 15%(quinze por cento);
- IV - desnatado: quando esta porcentagem não atinge 15% (quinze por cento).

Art. 30 - A classificação quanto a qualidade e processo de fabricação, e a nomenclatura de acordo com a consistência, para efeito de padronização dos queijos, obedecerão aos critérios estabelecidos em normas oficiais.

Art. 31 - A classificação dos queijos será realizada pelas indústrias, nos próprios estabelecimentos, pelo SIM.

Art. 32 - É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite de 0,05 g (cinco centésimo de gramas) por cento de leite, de cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de mofo próprios, bem como de especiarias e de substâncias vegetais inócuas, que tenham sido aprovadas pela legislação vigente.

§ 1º - Os sais e suas soluções devem estar devidamente esterilizados ao serem aplicados ao leite

§ 2º - Todos os preparados químicos expostos à venda para fabricação de queijo de procedência nacional ou estrangeira, só podem ser aplicados na indústria queijeira depois de aprovados pela legislação vigente.

Art. 33 - São corantes permitidos, além de outros aprovados pela legislação vigente:

- I - urucum (Bixa orellana) e cúrcuma (cúrcuma longa L.) para massa;
- II - Carmin (coccus cacti L.) em solução amoniacal, tornassol e nova cocina e outras para crosta.

Art. 34 - As águas utilizadas na fabricação nos diversos tipos de queijos devem atender os padrões de potabilidade.

Art. 35 - As instalações equipamentos e utensílios utilizados nas diversas etapas ou elaboração dos queijos devem ser de materiais higiênicos e apropriados para a finalidade.

Art. 36 - Os queijos frescos devem ser mantidos e estocados à uma temperatura máxima de 5°C(cinco graus centígrados).

Art. 37 - Os queijos duros, já maturados, devem ser estocados e mantidos à uma temperatura não superior à 15°C (quinze graus centígrados).

Art. 38 - Os queijos devem ser embalados em materiais apropriados, higiênicos e impermeáveis.

Parágrafo único - Os queijos que apresentem a crosta plenamente revestida podem ser comercializados sem embalagens desde que devidamente rotulados.

Art. 39 - Todos os queijos independentemente do tipo, devem ser identificados através do rótulo com todas as informações exigidas na legislação vigente.

§ 1º - Para os queijos que utilizam embalagem, a rotulagem pode ser impressa na própria embalagem.

§ 2º - Para os queijos que possuam crosta, a identificação pode ser feita através do rótulo fixado diretamente no produto.

Art. 40 - Considera-se "data de fabricação" dos queijos "frescos", "fundidos" e "requeijões" o dia de sua elaboração; para "queijos maturados" o dia do término da maturação.

Art. 41 - Os queijos, de um modo geral, serão transportados em veículos isotérmicos e/ou frigoríficos quando for o caso, acondicionados em recipiente que ofereçam proteção contra deformação e contaminação do produto.

Art. 42 - É considerado impróprio para o consumo o queijo que:

- I - contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas à saúde;
- II - apresente, disseminados na massa e na crosta, parasitas, detritos ou sujidade;
- III - esteja contaminado por germes patogênicos;
- IV - apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer

natureza que torne desagradável;

V - contenha substâncias não aprovadas pela legislação vigente.

Art. 43 - Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos constarem marcas dizes, desenhos ou outras informações que possam induzir o consumidor ao uma falsa indicação de origem e qualidade.

Art. 44 - O queijo é considerado falsificado quando:

I - apresentar substâncias estranhas a sua composição normal, mesmo de valor alimentício;

II - as características próprias do tipo constantes do rótulo e sua composição química não correspondam aos exigidos para o padrão respectivo.

Art. 45 - Os queijos defeituosos são considerados impróprios para consumo, podem ser aproveitados condicionalmente a juízo do SIM.

Parágrafo único - Considera-se aproveitamento condicional a filagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa filada e a fusão de queijos maturados para o preparo de queijo fundido.

Art. 46 - Os queijos impróprios para o consumo podem ser aproveitados no preparo de alimentos para animais, depois de convenientemente tratados, de acordo com instrução da Inspeção Municipal.

ANEXO II

REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE AVES E COELHOS

AVES E COELHOS

1. - MATANÇA NORMAL

Art. 1º - O processo de matança deve ser: insensibilização, seguindo de imediata sangria, a critério do SIM.

Parágrafo único - A insensibilização não deve promover, em nenhuma hipótese, a morte dos animais, e deve ser seguida de sangria no prazo máximo de 12 segundos, a critério do SIM.

Art. 2º - A sangria será realizada em instalação própria e exclusiva voltada para a plataforma de recepção, totalmente impermeabilizada em suas paredes e teto.

§ 1º - A sangria poderá ser feita por qualquer dos seguintes processos:

I - incisão das jugulares, através da boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenação a seco;

II - incisão das jugulares, externamente;

III - Provocando-se uma ferida de sangria de cada lado do pescoço, pela inserção de instrumento perfurocortante nessa região.

§ 2º - O emprego de qualquer outro processo de matança depende da autorização do SIM.

Art. 3º - A sangria deve ser completa e realizada com o animal suspenso, com o tempo de sangria mínimo de 3 minutos.

Parágrafo único - Nenhuma operação pode ser iniciada antes que o sangue se tenha escoado ao máximo possível.

Art. 4º - O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada, denominada "calha de sangria". O fundo ou piso da calha deverá apresentar declividade acentuada em direção aos pontos coletores, onde serão instalados 2 (ralos) de drenagem: 1 (um) destinado ao sangue ou recipiente para coleta (balde) e outro à água de lavagem.

Art. 5º - A partir da sangria, todas as operações deverão ser realizadas continuamente, não sendo permitido o retardamento ou acúmulo de animais em nenhuma de suas fases, até as entradas das carcaças nas câmaras frigoríficas.

Art. 6º - A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo ajustados às características das aves em processamento (frango, galinha, galo, peru e etc.), não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

§ 1º - As aves poderão ser escaldadas pelos seguintes processos:

I - pulverização de água quente e vapor de uma temperatura entre

50 a 60º C;

II - imerso em tanque com água aquecida a uma temperatura entre 50 a 60º C;

III - outro processo aprovado previamente pelo SIM.

§ 2º - Deverá ser previsto equipamento adequado e/ou área destinada a escaldagem de pés e cabeças e retirada da cutícula dos pés, quando se destinarem a fins comestíveis.

Art. 7º - A depenação deverá ser executada em tempo adequado a velocidade de matança sendo proibido o seu retardamento.

§ 1º - As aves podem ser depenadas a seco ou logo após escaldagem, ou por outros processos que possam vir a ser autorizados pelo SIM.

§ 2º - Não será permitido o acúmulo de penas no piso, devendo para tanto haver uma canaleta para o transporte contínuo das mesmas, ou serem recolhidas em caixas apropriadas e retiradas periodicamente para fora das dependências.

Art. 8º - A esfola dos coelhos deve ser realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores.

Parágrafo único - Permite-se a insuflação de coelhos a fim de facilitar a esfolagem, devendo-se utilizar o ar convenientemente filtrado, após ser autorizado pelo SIM.

Art. 9º - A evisceração deverá ser realizado sob as vistas do (s) funcionário (s) da inspeção oficial e compreende desde a operação de corte da pele do pescoço até a toaleta final das carcaças.

Parágrafo único - Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração.

Art. 10 - Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão dotados de água sob adequada pressão, clorada ou hipercolorada, com jatos orientados no sentido de que toda carcaça seja lavada, inclusive os pés. Esses chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração.

Art. 11 - A evisceração poderá ser feita nas mesas de material inoxidável, com chuveiro para lavagem interna da carcaça, próximo ao inspetor, ou realizada com os animais suspensos pelos pés em ganchos de material apropriados, presos a trilha aérea mecanizada ou não, sob o qual deverá ser instalada uma calha de material impermeável, não corrosível, de superfície lisa e de fácil higienização, de modo que as vísceras não comestíveis sejam captadas e carregadas para os coletores, ou conduzidas diretamente para seção de não comestíveis (graxaria).

Art. 12 - Todas as operações que compõem a evisceração e ainda "inspeção de linha" deverão ser executadas ao longo desta calha, cujo complemento deverá atender a normal execução do trabalho que nela se desenvolvem, a saber:

I - corte da pele do pescoço e traquéia;

II - extração de cloaca;

III - abertura do abdômen;

IV - eventração (exposição das vísceras);

V - inspeção;

VI - retirada das vísceras;

VII - extração dos pulmões;

VIII - "toilete" (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);

IX - lavagem final (externa e internamente).

Parágrafo único - Não será permitida a retirada dos órgãos e/ou partes da carcaça antes que seja realizada a inspeção "post-mortem".

Art. 13 - As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de sub produtos não comestíveis (graxaria). As comestíveis serão depositadas em recipientes de aço-inoxidável, material plástico ou similar, contendo água gelada ou preferencialmente gelo, após previamente preparadas e lavadas.

Art. 14 - Os pés e pescoço, com ou sem cabeça, quando retirados da linha de evisceração ou à entrada de tanques de pré-resfriados, deveram ser recolhidos em recipientes apropriados, contendo água gelada ou gelo, para pré-resfriamento.

Parágrafo único - Em matadouros de coelhos, as cabeças depois

de tiradas são destinadas a dependências apropriadas para extração do cérebro, quando houver aproveitamento deste.

Art. 15 - As Moelas deverão ser obrigatoriamente abertas, a fim de permitir perfeita lavagem interna e remoção da membrana visceral. Essas operações serão realizadas fora da calha de evisceração ou quando muito, num apêndice da mesma.

Art. 16 - A gordura, cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins cosméticos quando retirado durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

2 - INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

Art. 17 - É efetuada rotineiramente nos animais abatidos, através de exame visual macroscópico de carcaças e vísceras e conforme o caso, palpação e cortes.

Art. 18 - Os locais ou pontos da seção de matança onde se realizam esses exames são denominados LINHAS DE INSPEÇÃO e deve se localizar ao longo da calha de evisceração e dispor de condições de iluminação adequada.

Art. 19 - Somente após o término da inspeção "post-mortem" haverá retirada e/ou processamento da cabeça e/ou partes e miúdos.

Art. 20 - Permite-se a instalação de outros pontos da inspeção das carcaças fora da calha de evisceração.

Parágrafo único - Neste caso, deverá existir sistema de identificação dos animais que apresentarem problema de ordem sanitária e que necessitem de exames complementares a serem realizados na seção de inspeção final ou que, conforme o caso, poderá ser realizado imediatamente na linha de abate.

Art. 21 - A inspeção de linha é realizada por pessoal auxiliar treinado especialmente para tal função, mas o juízo final sobre a comestibilidade das carnes e vísceras cabe única e exclusivamente ao Veterinário Oficial.

Art. 22 - Os exames realizados na linha de inspeção procedidos por uma fase dita preparatória, que tem por finalidade apresentar à inspeção, carcaças e vísceras em condições de serem eficientemente examinadas, facilitando a visualização interna e externa e, ainda, de preservar, sob os pontos de vista higiênicos, as porções comestíveis.

Art. 23 - A inspeção "post-mortem" dos animais se realiza em três etapas, a saber:

I - Exame interno:

a) realiza-se através da visualização da cavidade torácica e abdominal (pulmões, sacos aéreos, rins, órgãos sexuais).

II - exame de vísceras:

a) visa o exame do coração, fígado, moela, baço, intestinos, ovários e ovidutos nas poedeiras;

b) realiza-se através da visualização, palpação, conforme o caso, verificação de odores e ainda incisão;

c) nos exames dos órgãos verifica-se se o aspecto (cor, forma, tamanho), a consistência e em certas ocasiões, o odor.

III - Exame externo:

a) realiza-se através da visualização das superfícies externas (pele, articulações, etc.). Nesta linha efetua-se a remoção de contusões, membros fraturados, abscessos superficiais e localizados, calosidade, etc.

Art. 24 - Todas as aves que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Tifo Aviário, Cólera, Varíola, Pulorose, Paratifose, Leucoses, Pestes e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenados.

Art. 25 - Todos os coelhos que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Pasteurelose, Pioemia, Pseudo-Tuberculose, Caquexia, Mixomatose, Pneumonia, Tuberculose, Salmonelose, Necrobacilose, Linfadenite, Hepatite, má sangria, aspecto repugnante, contaminação (fezes), devem ser condenados.

Art. 26 - Enfermidades tais como: Coccidiose, Entero-hepatite, Esperiquetose, Coriza infecciosa, Epitelioma contagioso,

Laringotraqueite, Aspergilose, doença crônica respiratória, determinam rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza profunda.

Art. 27 - Os animais caquéticos devem ser rejeitados, sejam quais forem as causas que estejam ligadas ao processo de desnutrição.

Art. 28 - Em coelhos, a contaminação, abscessos, fraturas, contusões, nefrite, nefrose, cirrose, provocam condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 29 - As endo e ecto-parasitoses, quando não acompanhadas de magreza, determinam a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 30 - Os abscessos e lesões supuradas ou de caráter septicêmico, ocasionarão rejeição total.

Art. 31 - A presença de neoplasias acarretará rejeição total exceto no caso de melanomas, que determinará a retirada da parte lesada.

Art. 32 - Quando os animais forem submetidos à ação de frio industrial a Inspeção Municipal controlará cuidadosamente o estado, tempo de permanência e funcionamento das câmaras a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rancificação.
Parágrafo único - Após serem submetidas ao frio industrial, as carcaças deverão ter atingido no máximo, 7° C nas massas musculares mais espessas (conforme exigido pelo MAPA).

ANEXO III

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE DERIVADOS CÁRNEOS

DERIVADOS CÁRNEOS

Art. 1º - Entende-se por Indústria de carnes e derivados, os estabelecimentos destinados à transformação da carne e derivados para a elaboração de produtos de origem animal destinados ao consumo humano ou animal, adicionados ou não com substâncias aprovadas para tal fim pelo órgão competente.

1 - REGISTRO DE INSPEÇÃO

Art. 2º - Todas as Indústrias de carnes e derivados somente poderão funcionar se estiverem devidamente registradas no SIM, bem como os rótulos e embalagens utilizadas nos produtos.

Art. 3º - Todos os estabelecimentos a que se refere este regulamento, deverão receber inspeção sanitária de forma rotineira e em caráter emergencial (sempre que se fizer necessário).

Art. 4º - Todos os produtos das Indústrias de carnes e derivados deverão ser registrados no SIM. As formulações dos produtos devem obedecer às legislações vigentes.

Art. 5º - Somente serão registrados produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos que sejam previamente registrados no órgão competente, para fiscalização de sua atividade.

2 - MATÉRIA-PRIMA

Art. 6º - As matérias-primas a serem utilizadas pelas indústrias de carnes e derivados deverão ser oriundas de estabelecimentos com Inspeção sanitária oficial.

Art. 7º - Só poderão ser adicionados aos produtos cárneos, os aditivos, coadjuvantes ou outras substâncias permitidas na legislação vigente.

Parágrafo único - Os aditivos coadjuvantes utilizados na tecnologia de produção deverão possuir registro no órgão competente e formulados até as proporções máximas permitidas pela legislação vigente.

Art. 8º - No preparo de embutidos não submetidos ao cozimento é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculado sobre o total dos componentes, com a finalidade de facilitar a trituração e a homogeneização da massa.

§ 1º - No caso de embutidos cozidos (salsichas tipo Viena e outras) a porcentagem da água ou gelo não deve ultrapassar 10% (dez por cento).

§ 2º - Só é permitido o emprego de gelo quando produzido com água potável.

Art. 9º - É permitida a adição de fécula ou amido na fabricação de embutidos, a fim de dar melhor liga a massa, nas seguintes proporções máximas:

I - Em salsichas até 2% (dois por cento)

II - Em pasta até 10% (dez por cento)

III - Em outros embutidos até 5% (cinco por cento), "com exceção dos embutidos frescos".

Art. 10 - As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas, conservadas salgadas se não forem imediatamente utilizadas e sofrer outra lavagem imediatamente antes do uso, com água clorada ou contendo ácido acético a 1%.

Parágrafo único - É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutido desde que aprovados pelo órgão competente.

Art. 11 - O preparo de embutidos de sangue será permitido quando a matéria-prima for colhida isoladamente de cada animal com equipamentos apropriados e recipientes separados, rejeitando-se o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para consumo.

3. - DEPENDÊNCIAS

3.1 - RECEPÇÃO DE CARNE:

Art. 12 - Deve ser destinada exclusivamente ao recebimento da matéria-prima a ser industrializada e estar localizada em posições de fácil acesso.

Art. 13 - Quando existir trilha aérea nesta dependência, bem como na câmara fria, a altura da mesma deverá ser compatível com a matéria-prima recebida (meias carcaças ou quarto de carcaças) de modo a que os cortes fiquem a uma altura mínima de 0,30 m (trinta centímetros) do piso.

3.2 - SALA DE DESOSSA E FABRICAÇÃO:

Art. 14 - Na área de desossa deverá dispor das seguintes características:

I - gancheira, mantendo os cortes a 0,30 m (trinta centímetros) do chão e a 0,60 m (sessenta centímetros) das paredes;

II - água quente e fria em abundância para higienização dos equipamentos e dependências, bem como esterilização para os utensílios usados na desossa;

III - pia para lavagem de utensílios e higiene de manipuladores, com toalhas descartáveis;

IV - recipiente ou dependência apropriados para coleta de ossos.

Art. 15 - Na área de fabricação deve dispor de superfície mínima que abrigue os equipamentos e materiais necessários, além dos equipamentos e utensílios adequados às operações, e a sala de manipulação deverá possuir lavatório e água corrente, escovas para as unhas e toalha de papel.

3.3 - SALA DE DEFUMAÇÃO

Art. 16 - As paredes poderão ser de alvenaria rebocada ou de outro material impermeável e de fácil limpeza.

3.4 - SEÇÃO DE VAREJO

Art. 17 - Quando o estabelecimento possuir dependências para o varejo, estas devem estar localizadas de forma a facilitar o atendimento público e que não possibilite o livre acesso ao interior da seção industrial.

4 - TRANSPORTE DE PRODUTOS

Art. 18 - O transporte de produtos acabados deve ser feito de forma adequada e em veículos apropriados para tal fim, conforme regulamento do SIM.

5 - CONTROLE DE QUALIDADE

Art. 19 - É recomendável que cada estabelecimento ou empresa, mantenha o controle de qualidade de suas operações e produtos, mediante a realização da análise de perigos e pontos críticos de controle, assegurando a inocuidade dos alimentos por ela produzidos, além dos exames de rotina efetuados pelos órgãos de fiscalização.

ANEXO IV

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE ABATE DE BOVÍDEOS, SUÍDEOS, EQUÍDEOS, OVINOS E CAPRINOS

BOVÍDEOS, SUÍDEOS, EQUÍDEOS, OVINOS E CAPRINOS

Art. 1º - Permitir o sacrifício dos animais somente após a insensibilização, seguida de imediata sangria. O espaço de tempo para a sangria nunca deve ser inferior a 3 (três) minutos e esta deve ser sempre realizada com os animais suspensos por no mínimo um dos membros posteriores. A esfolação só poderá ser iniciada após o término da operação de sangria.

Parágrafo único - É obrigatória a maturação das carcaças, em resfriamento, após o abate.

Art. 2º - Em suínos, depilar e raspar, logo após o esaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, providenciando também a lavagem da carcaça antes da evisceração. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente, a ser autorizado pelo SIM.

Art. 3º - Eviscerar a carcaça e proceder a colocação das vísceras passíveis de inspeção sobre uma mesa impermeável, preferencialmente inoxidável, à disposição do inspetor sanitário, que realizará a inspeção "Post-Mortem", com identificação destas com a carcaça e cabeça respectivas.

Parágrafo único - Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração, e para tanto não devem ficar animais suspensos, nos intervalos de trabalho, sendo que o tempo máximo de intervalo, entre a sangria e a evisceração deve ser de 30 minutos para animais de grande porte e 20 minutos para animais de porte menor.

Art. 4º - Executar os trabalhos de evisceração com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças, provocada por operações imperfeitas, devendo o Serviço de Inspeção Sanitária, em casos de contaminação por fezes, conteúdo ruminal, abscessos e/ou quaisquer outros resíduos contaminantes, aplicar as medidas higiênicas preconizadas.

INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM" E "POST-MORTEM" E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Art. 5º - Com relação a Inspeção "Ante-Mortem", cumprir no que couber o disposto nos artigos 106 a 109 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA) aprovado pelo Decreto nº 30.691/52 de 29.03.52, alterado pelo decreto nº 1.255, de 25.06.62.

Art. 6º - Cumprir no que se refere à Inspeção "Post-Mortem" o disposto nos artigos 147 a 226 do retrorreferido regulamento.

Art. 7º - Cumprir no que se refere à Matança de Emergência, o disposto nos artigos 130 a 134 do RIISPOA.

Art. 8º - Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras previstas nos artigos 5º, 6º e 7º, deste anexo, as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas nos casos em que houver condições para tal.

ANEXO V

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PEIXES E AFINS**PEIXES E AFINS**

Art. 1º - A denominação genérica "Peixe" compreende todos os peixes de água doce e salgada.

Art. 2º - A denominação genérica "Afins" compreende a todos os animais aquáticos de sangue frio como rãs, escargot, camarão, mexilhão, siri, ostra e etc.

Art. 3º - O peixe em natureza pode ser:

I - fresco;

II - resfriado;

III - congelado.

§ 1º - Entende-se por "fresco", o peixe dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

§ 2º - Entende-se por "resfriado", o peixe devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5°C (cinco décimos de grau centígrado negativo) a -2°C (dois graus negativos).

§ 3º - Entende-se por "congelado", o peixe tratado por processo adequado de congelamento, em temperatura compatível a este processo, a critério do SIM.

§ 4º - O peixe "fresco" e "resfriado" deverá ser transportado de permeio a gelo em quantidade suficiente, a critério do SIM.

Art. 4º - Depois de submetido à congelação, o peixe deve ser mantido sob frio a -15°C (quinze graus centígrados negativo).

Parágrafo único - O peixe uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas.

Art. 5º - A juízo do SIM, poderá ser obrigatória a evisceração do peixe e afins, qualquer que seja a forma de sua apresentação no consumo.

Art. 6º - O peixe fresco, próprio para consumo, deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

I - superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

II - olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

III - guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural, próprio e suave;

IV - ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

V - escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

VI - carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

VII - vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas,

VIII - ânus fechado.

Art. 7º - Os peixes de água doce, também poderão ser comercializados, filetados, desde que conservados e acondicionados em embalagens apropriadas, trazendo a identificação completa.

Art. 8º - Os estabelecimentos de Pescados, Derivados e Afins, devem satisfazer as seguintes condições:

I - Nos estabelecimentos que recebam, manipulem e comercializem pescado e afins, resfriado e congelado e/ou se dediquem à industrialização para consumo humano, sob qualquer forma:

a) dispor de dependências, instalações e equipamentos para recepção, seleção, inspeção, industrialização, armazenagem e expedição do pescado e afins, compatíveis com suas finalidades;

b) dispor de mesas e cubas (pias) de aço inoxidável, assim como utensílios de fácil higienização, como superfícies de corte em PVC e facas e bacias de materiais aprovados pelo SIM;

c) dispor de tanque de armazenagem, provido de água, para depósito de peixes e afins vivos, enquanto não é realizado o seu abate;

d) dispor de equipamento adequado à lavagem e à higienização de caixas, recipientes, bandejas e outros utensílios usados para o acondicionamento, depósito de pescado, afins e seus subprodutos;

e) dispor, nos estabelecimentos que elaboram produtos congelados,

de instalações frigoríficas independentes para congelamento e estocagem do produto final;

f) dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender suficientemente às necessidades de trabalho do estabelecimento e das dependências sanitárias. Quando for o caso dispor de instalações para tratamento de água;

g) dispor de equipamentos de fabricação de gelo, ou adquirir o mesmo de empresas passíveis de fiscalização por parte dos órgãos públicos.

ANEXO VI**REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE OVOS E DERIVADOS****OVOS E DERIVADOS****1 - DISPOSIÇÕES E PRELIMINARES**

Art. 1º - Pela simples designação "OVOS" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único - Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedem.

Art. 2º - Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

2 - REGISTRO

Art. 3º - Estão obrigados a registro junto ao SIM os estabelecimentos produtores e as empresas (cooperativas, associações e entrepostos), que se enquadrem em um dos seguintes casos:

I - estabelecimentos produtores que possuem os processos de classificação e embalagem próprios e façam a entrega do produto diretamente ao comércio e a indústria;

II - estabelecimentos produtores que fazem a entrega do produto diretamente ao comércio ou à indústria em embalagens próprias ou não, mas não possuem o processo de classificação;

III - estabelecimentos que apenas prestam serviços de classificação aos produtores;

IV - estabelecimentos que recebem o produto das granjas e realizam a classificação, embalagem e comercialização.

3 - INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º - Os ovos para consumo devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares, denominados de entrepostos.

Parágrafo único: A produção de ovos destinada ao entreposto deverá ser oriunda apenas de granjas avícolas situadas no município de Siderópolis.

Art. 5º - Tratando-se de granjas comprovadamente sob controle sanitário, o SIM poderá permitir a inspeção e classificação de ovos na própria granja, desde que exista local apropriado para esse fim. Este local deve ser coberto; com paredes lisas e impermeáveis; com equipamentos necessários para a limpeza e manipulação dos ovos; com boa ventilação e, protegidos contra insetos e roedores.

Art. 6º - A Inspeção Municipal adotará de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a ser possível o reconhecimento da procedência, logo após a conclusão dos trabalhos de classificação.

Art. 7º - Os ovos destinados ao comércio municipal serão classificados obedecendo a critérios de normatização oficial.

§ 1º - Os ovos classificados somente poderão sair dos entrepostos ou granjas, identificados com rótulos com carimbo de inspeção, mencionando sua quantidade, classificação, origem e prazo de validade, além de outros dizeres de rotulagem obrigatórios, sendo aplicados por embalagem comercializada (bandejas, caixas, etc.), sendo que estas não podem ser fracionadas;

§ 2º - Os ovos comercializados, serão providos apenas de granjas livres de salmonelose.

Art. 8º - A Administração dos entrepostos comunicará

obrigatoriamente aos fornecedores ou proprietários dos ovos, a classificação obtida pelas partidas que remeterem ou fizerem examinar no estabelecimento.

Art. 9º - Os ovos enquadrados em uma classificação não podem ser vendidos em mistura com os de outra.

Art. 10 - A inspeção de ovos indicará sobre as seguintes características:

I - a embalagem utilizada para ovos deverá ser de primeiro uso;

II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto.

Art. 11 - Os ovos serão reinspecionados tantas vezes quanto o SIM julgar necessário.

Art. 12 - É permitido conservar ovos pelo frio industrial ou por processos aprovados pelo SIM.

Art. 13 - As câmaras, depósitos ou quaisquer veículos, que recebem ovos para comercialização devem estar completamente limpos, livres de quaisquer produtos que, por sua natureza, possam transmitir-lhes odor ou sabor estranhos.

Art. 14 - O ovo conservado pelo frio recebe em sua embalagem um carimbo com a palavra "FRIGORIFICADO". Quando for adotado outro processo de conservação, o SIM determinará o sistema de sua identificação.

Art. 15 - Os aviários, granjas e outras propriedades onde se faça avicultura e nas quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais a saúde humana, não poderão destinar ao consumo sua produção; ficam interditadas até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal de que cessou e está livre da zoonose que grassava.

Parágrafo único - Se forem muitos os estabelecimentos que se encontrem nessas condições, toda a região ficará interditada cabendo às autoridades sanitárias dar conhecimento aos entrepostos e fábricas de conservas de ovos da interdição determinada; os entrepostos e fábricas ficam proibidos de receber ovos dessa região enquanto não houver liberação definitiva.

Art. 16 - As conservas ou outros derivados de ovos, terão a sua inspeção, classificação, normas de construção de estabelecimentos e tecnologia de produção, regulamentadas segundo legislação específica.

ANEXO VII

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE MEL, CERA DE ABELHAS E SEUS DERIVADOS

MEL, CERA DE ABELHA E DERIVADOS

Art. 1º - Entende-se por "MEL" o produto natural, elaborado pelas abelhas domésticas com o néctar das flores e por elas acumulados em favos, extraído através de centrifugação.

Art. 2º - O mel deverá ser comercializado em embalagens de primeiro uso, devidamente rotulado, ou em favos desde que acondicionado em papel impermeável, de preferência celofane ou outro similar atóxico e devidamente identificado com rotulagem.

Art. 3º - O mel somente poderá ser comercializado se atender as especificações vigentes, quanto a sua qualidade.

Art. 4º - A cera de abelhas e derivados do mel, poderão ser comercializados desde que atendam as exigências quanto a sua qualidade, obedecendo rigorosa higiene, elaborado, manipulado e embalado em local adequado com materiais próprios.

ANEXO VIII

NORMAS GERAIS PARA MANIPULADORES, MATÉRIAS-PRIMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA TODOS OS TIPOS DE ALIMENTO DE ORIGEM ANIMAL.

1 - MANIPULADORES

- Asseio corporal;
- mão limpas, unhas curtas, sem esmalte;
- sem adornos nos dedos, pulsos ou outras partes (piercing no nariz, testa etc.);
- uniforme de trabalho completo;
- uniforme de tonalidade branca ou de cor clara;
- uniforme em bom estado e limpo;
- lavagem cuidadosa das mãos antes de manejar alimentos;
- lavagem cuidadosa das mãos depois de usar sanitário;
- não espirrar sobre alimentos;
- não falar ou tossir sobre os alimentos;
- não cuspir;
- não fumar;
- não manipular dinheiro;
- não executar durante o trabalho qualquer outro ato físico que possa contaminar os alimentos;
- ausência de afecções cutâneas, feridas, supurações;
- ausência de sintomas de afecções respiratórias (tosse).

2 - ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

- Com características organolépticas normais;
- provenientes de estabelecimentos autorizados;
- com embalagens, rótulos e explicação regulamentados do produto;
- proteção contra o pó, saliva, insetos, roedores, etc;
- perecíveis mantidos a temperatura de congelamento, refrigeração, ou acima de 70°C (setenta graus centígrados), de acordo com o tipo de produto;
- armazenamento de forma higiênica;
- exposição de forma higiênica;
- conservação de forma higiênica;
- operação manual de forma mínima e higiênica;
- uso de utensílios limpos;
- uso de utensílios em bom estado de conservação;
- eliminação imediata de sobras de alimentos;
- com embalagens intactas, sem amassados, furos ou ferrugem.

3 - MAQUINÁRIOS

- Com modelo e número adequado ao ramo;
- de material liso lavável e impermeável;
- superfície de contato com os alimentos lisa, lavável e impermeável;
- limpas e em bom estado de conservação e funcionamento.

MÓVEIS (estantes, mesas e vitrines):

- Com desenhos que permitam a fácil limpeza;
- superfícies de contato com os alimentos lisas, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado de conservação e limpos;

UTENSÍLIOS:

- Lisos de materiais não contaminantes;
- tamanho e forma que permita uma fácil limpeza;
- refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas, etc., adequados:
- ao ramo;
- aos tipos de alimentos;
- a capacidade de produção;
- a capacidade de expedição;
- superfície lisa, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado:
- de conservação;
- de funcionamento;
- de limpeza.

INSTALAÇÕES PARA A LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS:

- Dotadas de água:

- quente;
- fria;
- com detergentes e desinfetantes;
- panos limpos.

4 - LOCAL

- Ausência de focos de insalubridade;
- ausência de objetos em desuso;
- ausência de animais domésticos;
- ausência de moscas e/ou outros insetos ou roedores;
- acesso direto e independente;
- sem comunicação direta com a habitação.
- dependências:
 - em número adequado ao ramo;
 - com capacidade adequada ao ramo;
 - distribuída de acordo com o ramo;
 - pisos de:
 - material liso lavável e impermeável;
 - fácil limpeza;
 - com ralos protegidos da entrada de insetos e roedores;
 - em bom estado de conservação;
 - limpos;
 - pisos com declive de 2% para facilitar a limpeza;
 - paredes e revestimentos:
 - de tonalidade clara;
 - lisos e laváveis;
 - limpos;
 - forros:
 - lisos;
 - de tonalidade clara;
 - em bom estado;
 - limpos;
 - portas e janelas perfeitamente ajustadas em seus batentes;
 - portas providas de molas para seu fechamento automático;
 - janelas com vidros;
 - portas e janelas:
 - em bom estado;
 - limpas e teladas;
 - iluminação que permita boa visualização, sem zonas de sombras ou contrastes excessivos;
 - fontes luminosas limpas;
 - ventilados natural e artificialmente;
 - isentos de fungos, bolores, gases, fumaça e condensação de vapores;
 - eliminação de fumaças e vapores sem causar danos ou moléstias aos vizinhos;
 - equipamentos de ventilação em bom estado de funcionamento;
 - água potável ligada a rede pública ou poço profundo suficiente em volume e pressão;
 - caixa de água;
 - encanamento satisfatório;
 - ausência de infiltrações e interconexões;
 - presença de fossa ou ligação com rede de esgoto;
 - caixa gordura em bom estado de conservação e funcionamento.

5 - ACONDICIONAMENTO DO LIXO

- em recipiente lavável com tampa e devidamente identificado como recipiente para lixo;
- recipiente com fácil transporte;
- em local adequado;
- em número suficiente de acordo com a necessidade;
- destino adequado.

ANEXO IX GRUPO CONSULTIVO

ESTE REGULAMENTO FOI ELABORADO PELO GRUPO CONSULTIVO

DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS - S.I.M.

- a) Secretaria Municipal de Agricultura;
- b) Empresa de Pesquisa e Extensão Rural - EPAGRI;
- c) Secretaria Municipal de Saúde / Vigilância Sanitária;
- d) Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;
- e) Câmara de Dirigentes Logistas - CDL
- f) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR

Decreto N° 144/2013

DECRETO N.º 144, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

REGULAMENTA O INCISO IV DO ART. 330 DA LEI MUNICIPAL 1.255/98

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os parágrafos §1º E §2º, Art.28, da Lei Complementar nº1.486/2003, combinada com o inciso IV, Art.330 Lei Municipal nº. 1.255/1998 alterado pela Lei Complementar nº08/2013;

DECRETA:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, que incidirá sobre os itens 7.02 e 7.05, do Anexo I - Da Lista de Serviços, constante na Lei Complementar nº1.486/2003, será arrecadada da seguinte forma:

CONSTRUÇÕES EM ALVENARIA

CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR R\$ 13,50 P/M2

EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES R\$ 18,00 P/M2

CONSTRUÇÃO PARA FINS INDUSTRIAIS R\$ 17,00 P/M2

CONSTRUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS R\$ 16,00 P/M2

CONSTRUÇÕES MISTAS (TODAS) R\$ 12,00 P/M2

CONSTRUÇÕES EM MADEIRA

CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR/MULTIFAMILIAR

R\$ 11,50 P /M2

CONSTRUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS R\$ 13,00 P/M2

CONSTRUÇÕES EM MADEIRA OU ALVENARIA

CONSTRUÇÃO DE EDICULAS/ TELHEIROS/ DEPÓSITOS E SEMELHANTES

PARA FINS DE USO RESIDENCIAL R\$ 9,00 P/M2

PARA FINS INDUSTRIAIS E OU COMERCIAIS R\$ 12,00 P/M2

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 13 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Agosto de 2013.

Decreto N° 145/2013

DECRETO N.º 145, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

REGULAMENTA O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE REDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, de conformidade com o inciso V, art.51 da Lei Orgânica Municipal, Decreto 3.429/1998, Portaria n° 008/99, artigos 12,13,14 e 15 da Lei 9.394/96 e com o art. 206, VI da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º - As unidades Escolares de Educação Básica da rede pública municipal implementarão o Conselho Deliberativo Escolar, Órgão Colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo, avaliativo e mobilizador, que visa promover o fortalecimento da autonomia da gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade escolar.

Art. 2º - O Conselho Deliberativo Escolar, vinculado ao corpo diretivo da escola, será formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em agente de participação na construção da gestão democrática da escola. Parágrafo único. Nas suas ações de natureza avaliativa e deliberativa, o Conselho Deliberativo Escolar, se norteará pelos princípios constitucionais, normas legais vigentes, políticas educacionais e diretrizes emanadas dos órgãos do sistema.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo Escolar:

I- deliberar sobre as diretrizes e metas do Projeto Político Pedagógico da escola, seus mecanismos de elaboração, aprovação, supervisão e avaliação, que envolvem ações pedagógicas, administrativas e financeiras da Unidade Escolar;

II- propor alternativas de solução, prioridades e procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar, respeitando as normas legais vigentes;

III- coordenar e supervisionar com a Direção da Unidade Escolar, a elaboração do regimento escolar, calendário letivo, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e horas-aula, estabelecidos na respectiva grade curricular;

IV- apreciar e emitir parecer sobre os relatórios anuais da escola, analisando o seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico;

V- articular-se com os outros Conselhos Escolares, criando mecanismos de acompanhamento e execução das políticas educacionais e planos de desenvolvimento da escola;

VI- recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar apto a decidir e não previstas na legislação e no regimento escolar;

VII- elaborar o seu regimento interno de acordo com a legislação e normas vigentes;

VIII- promover a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo Escolar, deverá ser constituído por um número de no mínimo quatro (04) e no máximo vinte (20) Conselheiros de acordo com a realidade de cada escola, assegurando-se a proporcionalidade de cinquenta por cento (50%) ao segmento pais/alunos e cinquenta por cento (50%) ao segmento de magistério/servidores.

§ 1º Os componentes do Conselho serão escolhidos entre seus segmentos mediante voto secreto, por aclamação ou outro procedimento a ser decidido pelo próprio segmento, devendo para tanto, ser lavrada ata.

§ 2º A Direção da Escola integrará o Conselho representada pelo seu Diretor na qualidade de membro nato.

§ 3º o Conselho Deliberativo Escolar elegerá o seu Presidente dentre os membros que o compõe.

Art. 5º - O Conselho Deliberativo Escolar será constituído por representantes eleitos entre os seus pares:

I- pais e mães ou responsáveis legais por aluno regularmente matriculado e frequentando normalmente as aulas;

II- alunos cursando o 6º ano em diante, regularmente matriculados

e frequentando normalmente as aulas;

III- membros do magistério em efetivo exercício na Unidade Escolar.

IV- servidores em efetivo exercício na Unidade Escolar.

§ 1º A Unidade Escolar definirá o número de membros do Conselho Deliberativo Escolar de acordo com sua realidade, em conformidade com o Art. 4º deste decreto.

§ 2º No impedimento de participação do segmento de alunos, previsto neste decreto, o percentual de cinquenta por cento (50%) será integrado por representantes de pais ou responsáveis legais por aluno.

§ 3º No impedimento de participação do segmento servidores, o percentual de cinquenta por cento (50%) será integrado por representantes do magistério.

§ 4º Cada segmento pais/alunos e magistério/servidores elegerá um (01) suplente.

Art. 6º - O mandato do Conselho será de dois (02) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

Art. 7º - As deliberações do Conselho constarão em ata e serão tornadas públicas no âmbito da comunidade escolar.

Art. 8º - A função do membro conselheiro não será remunerada.

Art. 9º - Cabe ao Conselho Municipal de Educação junto com a Secretaria Municipal de Educação baixar as orientações complementares ao funcionamento do Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Agosto de 2013.

Decreto N° 147/2013

DECRETO N.º 147, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMCAD E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal N° 1021/94.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAD, conforme representações descritas a seguir:

I - REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Zaíra Bortoluzzi Donadel (Psicóloga CAPS)

Suplente: Renata Pereira da Silva (Assistente Social)

b) Um representante da Promoção Social:

Titular: Mariângela de Mattia (Psicóloga)

Suplente: Patrícia Maria Siqueira (Assistente Social)

c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marilene Machado

Suplente: Gisele Fontanella Rosso

d)Um representante do Esporte:

Sérgio Marcos Lopes

Suplente: Vinícius Zen Pereira

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Um representante do Conselho Comunitário:

Titular: José Rossi

Suplente: Andréia Ramiro de Souza

b) Um representante da Afabess (Associação Feminina de Assistência e Bem Estar Social de Siderópolis):

Titular: Fátima Raquel Cesa

Suplente: Maria Pedrinha Feltrin Fernandes

c)Um representante do Instituto São Pio X:

Titular: Jadna de Cássia Rodrigues Martins

Suplente: Rosa Valentina Adamante Brignoli

d)Um representante da Associação do Bairro Tereza Cristina:

Titular: Gilberto Pinto

Suplente: Israel Boa Ventura Mendes

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Agosto de 2013.

Decreto N° 148/2013

DECRETO N.º 148, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

NOMEIA DICIONEI SAVARIS PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado(a) DICIONEI SAVARIS, brasileiro, CPF/MF sob nº. 743.777.609-04, para ocupar o cargo de Chefe de Setor I - C3, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 05/08/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Agosto de 2013.

Decreto N° 149/2013

DECRETO N.º149, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

DEFINE PERCENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB)

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº2058/2013,

RESOLVE

Art. 1º - Fazendo o Município jus ao recebimento dos valores fixados no Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), conforme previsto no art. 8º da Portaria 1.654/2011 do Ministério da Saúde e Portaria nº 2.812, de 29 de novembro de 2011, o valor recebido, por equipe será assim aplicado:

§1º 50% (cinquenta por cento) em despesas de custeio para melhorar o acesso e qualidade dos serviços na atenção básica;

§2º 50% (cinquenta por cento) na forma de prêmio aos servidores lotados na Estratégia de Saúde da Família (ESF) que aderiram ao PMAQ, coordenação das ESFs, técnicos ligados diretamente com os programas da Atenção Básica e apoio institucional, conforme alcance de metas relativas aos indicadores de saúde.

Art.2º - A divisão do percentual previsto no §2º do artigo anterior, será de forma igualitária para os servidores que cumprirem 40 horas semanais, considerando o cumprimento das metas estabelecidas pela equipe e pelo PMAQ.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de agosto de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de agosto de 2013.

Decreto N° 150/2013

DECRETO N.º 150 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.675,00 (sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 05 Manutenção do Departamento de Esportes
Unidade 03 Manutenção do Departamento de Esportes
Projeto Atividade 2.015
Modalidade 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Recursos 01.0000 Recursos Ordinários
Código Reduzido 65
Valor R\$7.675,00 (sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 05 Manutenção do Departamento de Esportes
Unidade 03 Manutenção do Departamento de Esportes

Projeto Atividade 2.015
Modalidade 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Recursos 01.0000 Recursos Ordinários
Código Reduzido 65
Valor R\$7.675,00 (sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 23 de Agosto de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Agosto de 2013.

Decreto N° 151/2013

DECRETO N°151, DE 26 DE AGOSTO DE 2013
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.820/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

a) Dois representantes indicado pelo Poder Executivo Municipal, sendo um da Secretaria de Educação:

Titular: Samira Barg Fontanela - CPF: 037.209.839-86

Suplente: Marcelo Martins - CPF: 789.821.629-68

Titular: Adiles Lima - CPF: 587.471.099-04

Suplente: Suélen Da Silva Venturini - CPF: 039.233.319-83

b) Um representante dos Diretores de Escolas Básicas Públicas:

Titular: Rosângela Roussenq Cardoso - CPF: 016.448.389-66

Suplente: Loiva Bortoluzzi da Silva- CPF: 833.384.119-87

c) Um representante de Professores das Escolas Básicas Pública:

Titular: Rosimeri Anselmo - CPF: 660.917.729-53

Suplente: Gisele Fontanella Rosso - CPF: 670.827.269-53

d) Um representante dos servidores Técnico-Administrativo das Escolas Pública:

Titular: Luciana de Souza Bettiol - CPF: 789.824.219-04

Suplente: Jane Tramontin Pazzeto - CPF: 753.499.739-91

e) Dois representantes de pais e alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Gisele Elizabeth Tomé - CPF: 028.590.279-20

Suplente: Nair Possamai Della Cambruzzi - CPF: 769.240.259-00

Titular: Milene Frenhani - CPF: 854.923.709-44

Suplente: Celina Périco - CPF: 075.081.089-06

f) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica Pública de estudantes secundários:

Titular: Rosa Regina Rovaris doLivramento - CPF: 022.277.759-12

Suplente: Joice Ana Rovaris - CPF: 864.277.509-25

Titular: Luiza Ferrari - CPF: 618.830.859-34

Suplente: Jairo da Silva - CPF: 910.255.169-15

g)- Um representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Andreia Bez Fontana Rossa- CPF: 852.009.489-91
Suplente: Alessandra Ramiro - CPF: 899.223.959-91
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 26 de Agosto de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA
Secretário Adjunto de Administração e Finanças
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Agosto de 2013.

Decreto N° 152/2013

DECRETO N.º 152, DE 26 DE AGOSTO DE 2013
EXONERA A PEDIDO JADER FRITZEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, JADER FRITZEN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 049.331.879-83, do cargo de Chefe de Setor II - CC4, a contar de 19/08/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 26 de Agosto de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Agosto de 2013.

Decreto N° 154/2013

DECRETO N.º 154, DE 30 DE AGOSTO DE 2013
DESIGNA WILSON SCAINI REPRESENTANTE DO MUNICIPIO JUNTO À SDH

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado para representar o Município de Siderópolis junto a SDH (Secretaria dos Direitos Humanos) WILSON SCAINI, portador de CPF 181.159.509-04.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Agosto de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA
Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Agosto de 2013.

Decreto N° 155/2013

DECRETO N.º 155, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013
NOMEIA MAICON HENRIQUE ALÉSSIO PARA CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.064/2013;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado MAICON HENRIQUE ALESSIO, brasileiro, CPF/MF sob nº023.730.629-84, para ocupar o cargo de Assessor Jurídico - CC1, a contar de 02/09/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 05 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Setembro de 2013.

Portaria N° 329/2013

PORTARIA N° 329, DE 07 DE AGOSTO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N° 320/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº320/2013, considerando o retorno ao trabalho do servidor ADÃO ADELAR BOHN, CPF/MF nº 462.079.299-34, Operador Braçal - I/A, do Quadro Permanente do Município, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 07 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de Agosto de 2013.

Portaria N° 330/2013

PORTARIA N° 330, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

CONTRATA MATEUS DARIO VOLPATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MATEUS DARIO VOLPATO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 059.114.839-04, para ocupar a função de Médico Plantonista, no Plantão 24 horas São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 05/08/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Agosto de 2013.

Portaria N° 338/2013

PORTARIA N° 338, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA ROSANIA TEREZINHA BERNARDO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária ROSANIA TEREZINHA BERNARDO, CPF/MF nº437.490.389-53, Professora, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Agosto de 2013.

Portaria N° 340/2013

PORTARIA N° 340, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

COLOCA À DIPOSIÇÃO DO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA A SERVIDORA MUNICIPAL IVANA DE CESARO, LOTADA NA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição do Setor de Vigilância Sanitária a servidora IVANA DE CESARO, brasileira, CPF nº579.827.32-68, Auxiliar Administrativo, a partir de 26/08/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Agosto de 2013.

Portaria N° 342/2013

PORTARIA N° 342, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FG A SERVIDORA MANUELA SINFRÔNIO SERAFIM

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal n°1.808/2009 combinada com a n°1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Função Gratificada a servidora MANUELA SINFRÔNIO SERAFIM, CPF/MF n° 020.373.819-56, Fisioterapeuta do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$700,00, Responsabilidade do Setor de Fisioterapia na Secretaria Municipal de Saúde a partir de 01/09/2013.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Agosto de 2013.

Portaria N° 343/2013

PORTARIA N° 343, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO FUNCIONÁRIO JOÃO CARLOS IZAIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1° - Rescindir o contrato temporário do funcionário JOÃO CARLOS IZAIAS, brasileiro(a), Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 28/08/2013.

.Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Agosto de 2013.

Portaria N° 344/2013

PORTARIA N° 344, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA TEREZINHA BIZ URBANO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009,

RESOLVE

Art.1° - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à

funcionária TEREZINHA BIZ URBANO, CPF/MF n°899.222.719-15, Agente de Saúde, a contar de 24/08/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Agosto de 2013.

Portaria N° 345/2013

PORTARIA N° 345, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR FELIX DE MENECH

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal n°1.808/2009 combinada com a n°1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Função Gratificada ao servidor FELIX DE MENECH, CPF/MF n° 646.787.259-20, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsabilidade do Setor de Coleta de Lixo na Secretaria Municipal de Obras a contar de 01/08/2013.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Agosto de 2013.

Portaria N° 346/2013

PORTARIA N° 346, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N° 286/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1° - Cessar os efeitos da portaria n°286/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora ADAIR MARIA FERNANDES, CPF/MF n°715.646.919-34, Técnico de Enfermagem - ESF, do Quadro Permanente do Município, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a partir de 01/09/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 30 de Agosto de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças'

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Agosto de 2013.

Portaria N° 348/2013

PORTARIA N° 348, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA
MARINÊS CIPRIANO MARTINS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009,

RESOLVE

Art.1° - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária MARINÊS CIPRIANO MARTINS, CPF/MF n°021.818.999-08, Auxiliar de serviços gerais, a contar desta data.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 05 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Setembro de 2013.

Portaria N° 349/2013

PORTARIA N° 349, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA
GLÓRIA REGINA DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009,

RESOLVE

Art.1° - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária GLÓRIA REGINA DA SILVA, 924.100.739-72, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 05 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Setembro de 2013.

Sombrio

PREFEITURA

Portaria 220

PORTARIA N° 220 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei n° 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Designar a professora Katia Maria Coelho Santos, da E.E.B. municipal Nair A. Bratti, para Nilza Matos Pereira, para atuar em Educação Física, com carga Horária de 40 horas semanais, a contar de 01/09/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/09/2013.

Município de Sombrio-SC, 06 de Setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 221

PORTARIA N° 221 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei n° 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Colocar a disposição do Fórum da Comarca de Sombrio-SC, a contar de 16/09/2013, a servidora efetiva Cleusa Maria Claudino, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com regime de trabalho de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 06 de Setembro de 2013.

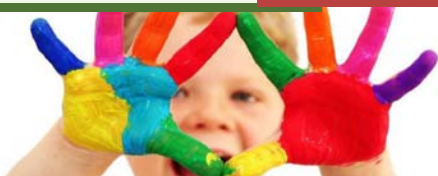
ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 519 de 02 de Agosto de 2013

PORTARIA No 519 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

Designa membros para compor a Comissão de Avaliação de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Parceria celebrado entre o Município de Timbó e o Instituto Ambiental Aracuaã

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e nos termos da Cláusula Terceira do Termo de Parceria firmado entre o Município de Timbó e o Instituto Ambiental Aracuaã,

RESOLVE:

Art. 1o. Designar membros para compor a Comissão de Avaliação dos resultados atingidos pelo Termo de Parceria firmado entre o Município de Timbó e o Instituto Ambiental Aracuaã, a contar desta data:

I - REPRESENTANTES DO PARCEIRO PÚBLICO

Sr. Nilton Theilacker

Sr. Ricardo Longo Orsi

II - REPRESENTANTES DO INSTITUTO

Sr. Vitor José Keller

Sr. Carlos de Andrade

III - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Srta Maria Carolina S. Berri

IV - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO

Sr. Jorge Revelino Ferreira

Art.2º. Caberá à Comissão de Avaliação monitorar a execução do Termo de Parceria, bem como elaborar relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com as orientações da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999 e do Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999 e respectivas alterações.

Parágrafo Único - O relatório de que trata o caput deverá ser encaminhado ao Parceiro Público a quem compete à fiscalização do Termo de Parceria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 511, de 1º de Agosto de 2013

PORTARIA No 511, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Paolo Piermarini, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e

pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal PAULO PIERMARINI, contratado temporariamente para o cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 512, de 1º de Agosto de 2013

PORTARIA No 512, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Sheila Priscila Hordina Torres, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal Sheila Priscila Hordina Torres, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 120, de 1º de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 513, de 1º de Agosto de 2013

PORTARIA No 513, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Monica Regina Ittner Cipriani, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal MONICA REGINA ITTNER CIPRIANI, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 120, de 1º de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1º de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 515, de 01 de Agosto de 2013

PORTARIA No 515, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Graziela Ropelato	45h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em01 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 517, de 1º de Agosto de 2013

PORTARIA No 517, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Danilo Abiorana Pordeus (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/ Proc.Seletivo)	04/01/81	924.056.571.04	20h	01/08/2013 a 02/09/2013

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Edemar Wille (Subst. Adriana N.Soures que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde)	01/05/64	382.814.499.34	40h	01/08/2013 a 18/09/2013

Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Davi da Maia (Atendimento ao Programa SAMU)	03/07/80	003.830.269.11	44h	02/08/2013 a 02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 518, de 1º de Agosto de 2013

PORTARIA No 518, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
João Dutra Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	02/10/62	458.416.679.04	44h	01/08/2013 a 31/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 520, de 02 de Agosto de 2013

PORTARIA No 520, DE 02 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição e concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Lourdes Ferrari.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR LOURDES FERRARI, brasileira, casada, nascida em 06 de outubro de 1952, portadora do CPF sob nº 806.924.869-68, RG nº 1.246.521-6, residente na rua Marília nº 280, Bairro Tiroleses, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-21, matrícula nº 5096, lotada na Secretaria Municipal de Educação:

1. A Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00021/13-3, expedida em 27/09/2013, totalizando 3.723 (três mil, setecentos e vinte e três) dias, ou seja, 10 (dez) anos, 02 (dois) meses e 13 (treze) dias, conforme Processo TIMBOPREV 017/2013;

2. Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, com supedâneo no art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e arts.17 e 20 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos equivalentes à integralidade da remuneração, no valor de R\$ 1.235,42 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 017/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 521, de 02 de Agosto de 2013

PORTARIA No 521, DE 02 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Vitória Batista Cordeiro (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	09/01/61	419.703.149.15	44h	01/08/2013 a 20/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 523, de 02 de Agosto de 2013

PORTARIA No 523, DE 02 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Lara Maria Giovanella, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal LARA MARIA GIOVANELLA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 042, de 15 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 524, de 05 de Agosto de 2013

PORTARIA No 524, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Eliana Aparecida Dalcastagne, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 525, de 05 de Agosto de 2013

PORTARIA No 525, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adilvo Feltrin (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Público / Proc. Seletivo)	14/10/64	614.296.949.04	44h	06/08/2013 a 06/09/2013

Iloa Dias Hilário Brandão (Aumento do número de crianças)	08/07/70	224741358-71	44h	05/08/2013 a 05/09/2013
Marildo Maurício Uler (Subst. Anita Osti que se aposentou)	26/05/65	400.193.659.34	44h	05/08/2013 a 05/09/2013
Rita Maria Cardoso (Aumento do número de crianças)	22/05/77	896.485.609.00	44h	05/08/2013 a 05/09/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 526, de 05 de Agosto de 2013

PORTARIA No 526, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Arnaldo Wolter (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	06/01/61	501.178.079.15	44h	05/08/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 527, de 05 de Agosto de 2013

PORTARIA No 527, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, ou seja, para o período de 05/08/2013 a 05/09/2013, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Analú Lenzi Kleinschmidt	20h/a	37h/a
Marcel Luis Agostini	20h/a	44h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 528, de 05 de Agosto de 2013

PORTARIA No 528, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, ou seja, a contar de 05 de agosto do corrente, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Adriane Cristina Carlini	20h/a	40h/a
Clara Beatriz Pinto Ramalho da Silva	20h/a	40h/a
Cleide Aparecida Nicoletti Pontes	19h/a	10h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 529, de 06 de Agosto de 2013

PORTARIA No 529, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Rosane Aparecida Cardoso, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ROSANE APARECIDA CARDOSO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 271, de 02 de abril de 2013, a contar de 1º de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 530, de 06 de Agosto de 2013

PORTARIA No 530, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Ana Paula Moreira Salvador de Almeida, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar de 07 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ANA PAULA MOREIRA SALVADOR DE ALMEIDA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 224, de 13 de maio de 2013, a contar de 07 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 531, de 06 de Agosto de 2013

PORTARIA No 531, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 477, de 15 de julho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e §1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Presidente da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 477, de 15 de julho do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 03/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em06 de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 532, de 06 de Agosto de 2013

PORTARIA No 532, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Concede Aposentadoria Por Invalidez à Servidora Pública Municipal Dietlind Duwe Westphal.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, decorrente de discopatia degenerativa, osteocondrose tipo II de modic, estreitamente foraminal CID 10-S M 51.4 e M 47.8", à Servidora Pública Municipal DIETLIND DUWE WESTPHAL, brasileira, viúva, nascida em 02 de julho de 1961, portadora do CPF nº 523.132.639-91, RG nº 2.619.407, residente na rua Araponguinhas nº 1154, Bairro Araponguinhas, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-19, matrícula nº 1500.8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base no inciso I do art. 17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos proporcionais, no valor de R\$ 703,14 (setecentos e três reais e quatorze centavos), nos termos do art.1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que acrescentou o art.6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, conforme Processo TIMBOPREV 021/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em06 de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 533, de 07 de Agosto de 2013

PORTARIA No 533, DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Luiz Henrique Koepsel, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal LUIZ HENRIQUE KOEPEL, contratado temporariamente para o cargo de Professor C, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 120, de 1º de fevereiro de 2013, a contar de 02 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em07 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 534, de 08 de Agosto de 2013

PORTARIA No 534, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, ou seja, a contar de 08 de agosto do corrente, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Jaqueline Silva de Brito	31h/a	39h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em08 de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 535, de 08 de Agosto de 2013

PORTARIA No 535, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Ana Maria Back, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ANA MARIA BACK, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº

461, de 1° de julho de 2013, a contar de 06 de agosto do corrente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em08 de agosto de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 536, de 08 de Agosto de 2013

PORTARIA No 536, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

Extingue o benefício de Pensão por Morte de Jean Augusto Junglos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990 e Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1° EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte de JEAN AUGUSTO JUNGLOS, nascido em 06 de agosto de 1995, concedido através da Portaria n° 353, de 10 de maio de 2013, em virtude de atingir a maioridade, conforme Certidão de Nascimento n° 7.324, Fls.50vrs. do Livro n° A-20, do Registro de Nascimento-Comarca de Itanhaém e Município de Mongaguá/SP.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em08 de agosto de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 537, de 08 de Agosto de 2013

PORTARIA No 537, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

Designa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto n° 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1° DESIGNAR profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionados:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Evandro César Sardagna	Técnico em Enfermagem	01/08/2013
Jorge Luis Espinosa Samaléa	Médico - 40h/s	Período: 08/08/2013 a 06/09/2013

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em08 de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° FME-012, de 19 de Agosto de 2013

PORTARIA N° FME-012, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Claudio Cipriani, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 16 de agosto do corrente.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 194 de 29/12/2000, e pelo art. 9° Inciso II, da Lei n° 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1° CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal CLAUDIO CIPRIANI, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, pela Portaria n° FME-004, de 18 de março de 2013, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Municipal de Esportes, a contar de 16 de agosto de 2013.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 19 de agosto de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria N° 510, de 1° de Agosto de 2013

PORTARIA N° 510, DE 1° DE AGOSTO DE 2013

Remove de Ofício Servidora Pública Municipal lotada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1° REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, a contar desta data:

NOME	DE	PARA
Bruna de Andrade	Procuradoria Geral do Município	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1° de agosto 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 514, de 1° de Agosto de 2013

PORTARIA N° 514, DE 1° DE AGOSTO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto n° 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1° ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
(Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Querem Hapuque Gomes Silva	471, de 08/07/2013	01/09/2013

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1° de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 516, de 1° de Agosto de 2013

PORTARIA N° 516, DE 1° DE AGOSTO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto n° 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1° ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ana Maria Back	461, de 01/07/2013	02/09/2013
Andréia Beatriz Fachini	434, de 21/06/2013	02/09/2013
Carla Kuhl	426, de 17/06/2013	01/10/2013
Cristina Amarante Padilha	448, de 01/07/2013	18/12/2013
Dolores Caimi Krauss	456, de 01/07/2013	09/08/2013
Eloize dos Santos	482, de 15/07/2013	17/12/2013
Jéssica Elloa Berri	482, de 15/07/2013	13/08/2013
Juliani Soares Marques	482, de 15/07/2013	02/09/2013
Jusceli Aparecida de Oliveira	482, de 15/07/2013	17/12/2013
Karla Girardi	496, de 08/07/2013	02/09/2013
Kátia Michele Jurk Avalos	456, de 01/07/2013	02/09/2013
Lucas Rafael Bertram	448, de 01/07/2013	01/10/2013
Márcia Aparecida Tamanini	456, de 01/07/2013	02/09/2013
Maria de Lourdes Vailatti	448, de 01/07/2013	01/10/2013
Odete Lucolli Schmitt	461, de 01/07/2013	09/08/2013

Rosângela Patrícia Pereira	472, de 08/07/2013	15/09/2013
Roselei Salete Frusini	461, de 01/07/2013	02/09/2013
Sandra Monika Ewers Mohr	432, de 20/06/2013	02/09/2013
Sirlei Garcia	425, de 14/06/2013	02/09/2013
Tamires Andréia Nardelli	448, de 01/07/2013	01/10/2013

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1° de agosto de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Ata Decisão Tomada de Preço N.º 10/2013 Fct - Habilitação

TOMADA DE PREÇO 10/2013- FCT

No dia 09/09/2013, a Comissão de Licitação reuniu-se no setor de licitações para avaliação do Parecer Técnico emitido pela engenheira Luciana Hartmann, para averiguação da habilitação das empresas participantes do certame.

Analizada toda documentação juntada aos autos aliados ao parecer técnico, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, decidimos pela habilitação das empresas nos itens assinalados:

Item 1: C.M. PONCIANO EPP e VERA LÚCIA ESPINDOLA MOREIRA EPP;

Item 2, 3 4: MANI SOM E LUZ LTDA., C.M. PONCIANO EPP e VERA LÚCIA ESPINDOLA MOREIRA, MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME e ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP; Lote 1: MANI SOM E LUZ LTDA, C.M. PONCIANO EPP e VERA LÚCIA ESPINDOLA MOREIRA e MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME;

Lote 2: C.M. PONCIANO EPP e ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

Ficam inabilitadas as empresa que não constam no rol acima para os itens correspondentes.

Intimem-se.

DEISE A. N. MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM

Secretário(a)

ALINEBUERGER

Membro



CÂMARA MUNICIPAL**Audiência Pública**
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Timbó convida a comunidade para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que se realizará no dia 13 de setembro de 2013, às 16h, no Plenário do Poder Legislativo de Timbó, Rua Germano Brandes Sênior nº711 - Sala 10, neste Município.

A audiência tem por objetivo discutir o Projeto de Lei Ordinária nº55/2013, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2014 e dá outras providências".

Timbó, 11 de setembro de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente da Mesa Diretora

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização

Tunápolis**PREFEITURA****Portaria N° 3.440/2013**

PORTARIA N° 3.440/2013
Em 02 de Setembro de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo LEONARDO MARX, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar social, neste Município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 02 de Setembro de 2013.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado na presente data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria N° 3.442/2013

PORTARIA N° 3.442/2013
Em 02 de Setembro de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora MARISTELA

SCHAPUIS WENDLING, Portaria de Nomeação nº. 481/1996, com o cargo efetivo de PROFESSORA.

Período de aquisição: 03.02.07 a 02.02.12

Fruição: 03/09 A 02/10/2013 (30 dias), sendo que os demais 30(trinta) dias serão fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 02 de Setembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria N° 3.443/2013.

PORTARIA N° 3.443/2013.
Em 03 de Setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.013, conforme Edital 007/2012 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e na lista não houve nenhum interessado na vaga, bem como a Licença prêmio das Professoras Maristela Schapuis Wendling e Angelita Teresinha Stulp Bourscheid;
- 2)Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013;
- 3)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 4)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) NEIDE KREISIG, com cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas aula, para o período de 03 de Setembro à 30 de Outubro de 2013, habilitada e com pós graduação em nível de especialização, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 03 de Setembro de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 03 de Setembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT
Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria N° 3.444/2.013

PORTARIA N° 3.444/2.013

Em 02 de Setembro de 2.013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal, baseado na Lei Complementar nº. 026/2011; bem como do Processo Seletivo nº. 006/2013; e,

01. Considerando a urgência na contratação de profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, atividades de caráter inadiável, como o atendimento básico a população de Tunápolis;

02. Considerando a Licença Tratamento de Saúde e posterior licença maternidade da Agente de Saúde Neusa Walter e que não existem profissionais disponíveis no quadro efetivo de Servidores Públicos Municipais, para o preenchimento da vaga em questão;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde, através de programas especiais como o ESF - Estratégia da Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar em Caráter Temporário, SILVANI DO NASCIMENTO, para o cargo de AGENTE DE SAÚDE - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível ATNM 02, pelo período máximo de 5(cinco) meses, em conformidade com o programa ESF (Estratégia da Saúde da Família), percebendo vencimentos e vantagens previstas em LEI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Setembro de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria N° 3.445/2.013

PORTARIA N° 3.445/2.013

Em 02 de Setembro de 2.013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal, baseado na Lei Complementar nº. 026/2011; bem como do Processo Seletivo nº. 006/2013; e,

01. Considerando a urgência na contratação de profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, atividades de caráter inadiável, como o atendimento básico a população de Tunápolis;

02. Considerando o pedido de exoneração de Marileni Sehn Oberger e a transferência de Neusa Walter para sua área de residência e que não existem profissionais disponíveis no quadro efetivo dos Servidores Públicos Municipais, para o preenchimento da vaga em questão;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde, através de programas especiais como o ESF - Estratégia da Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar em Caráter Temporário, MÔNICA BAUMGRATZ GENZ, com o cargo de AGENTE DE SAÚDE - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível ATNM 02, em conformidade com o programa ESF (Estratégia da Saúde da Família), percebendo vencimentos e vantagens previstas em LEI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Setembro de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria N° 3.446/2.013

PORTARIA N° 3.446/2.013

Em 05 de Setembro de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2011 de 21 de Dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, VERIDIANA SEHN WUITSCHICK, do cargo temporário de AGENTE DE SAÚDE - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 05 de Setembro de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Processo de Licitação N° 97/2013 Edital de Pregão Presencial N° 71/2013

Processo de Licitação nº 97/2013

Edital de Pregão Presencial nº 71/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, para entrega imediata referente aquisição de Caixa de Separação de Água, Aço, Caneletas, Tubo PVC, e Bocas de lobo, materiais que serão utilizados para adequações e tratamento de resíduos na Garagem do DMER.

Entrega dos envelopes será dia 24 de setembro de 2013 às 9h

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 10 de setembro de 2013

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº 956/2013, de 27 de Agosto de 2013.

LEI Nº 956/2013, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 679/2006, DE 12 DE JULHO DE 2006 QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO ADERIR AO SAMU E FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO COM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)”

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 679/2006 de 12 de julho de 2006, a seguir citados passam a ter a seguinte redação:

()

Art. 2º. Fica também autorizado o Município de Vargem Bonita(SC), firmar TERMO DE COMPROMISSO com o Município de Joaçaba(SC), PROMOTOR do SAMU, até 31 de dezembro de 2016 e repassar recursos financeiros como forma de contribuição para o custeio do serviço posto a disposição da população de Vargem Bonita(SC).

Art. 3º. O valor do repasse será de até R\$ 0,08 (oito centavos) per capita por mês.

()

Art. 2º. As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições da Lei nº 781/2009 de 05 de agosto de 2009.

Vargem Bonita, 27 de agosto de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 27/08/2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 957 de 10 de Setembro de 2013.

Lei nº 957 de 10 de setembro de 2013.

Autoriza Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a firmar termo de subrogação em processo de uso e concessão de bem público conforme especifica.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a firmar termo de subrogação e sucessão nos benefícios concedidos e obrigações assumidas pela Concessionária SAVI CASA DE CARNES LTDA ME CNPJ nº 08.823.678/0002-67, sendo esta a partir da subscrição do termo de subrogação, com a anuência do Poder Executivo, sucedida pela Empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES GROSELLI LTDA - ME CNPJ nº 18.345.471/0001-05 em todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato Administrativo nº 051/2009.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10/09/2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 958 de 10 de Setembro de 2013.

Lei nº 958 de 10 de setembro de 2013.

Autoriza Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a licitar concessão de bem público conforme especifica.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a conceder direito real de uso, na forma onerosa, mediante licitação na modalidade de Concorrência Pública, dos seguintes Espaços Públicos:

I - Área de Lanchonete, Bar e Cantina do Ginásio Municipal de Esportes Emilio Albanil Rodrigues de Vargem Bonita - SC;

II - Área de Lanchonete, Bar e Cantina do Ginásio Municipal de Esportes Mario Casara de Campina da Alegria, município de Vargem Bonita - SC.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10/09/2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 959 de 10 de Setembro de 2013.

Lei nº 959 de 10 de setembro de 2013.

Autoriza Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a firmar termo de subrogação em processo de uso e concessão de bem público conforme especifica.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a firmar termo de subrogação e sucessão nos benefícios concedidos e obrigações assumidas pela Concessionária Concrelar - Fernando Luiz da Cruz Balena - ME, CNPJ nº 11.214.894/0001-39, sendo esta a partir da subscrição do termo de subrogação, com a anuência do Poder Executivo, sucedida pela Empresa Thiago Cima da Fonseca ME, CNPJ nº 17.889.284/0001-11, em todos os direitos e obrigações decorrentes da Lei Autorizativa nº 794/2009 de 18 de novembro de 2009.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10/09/2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Decreto N° 10.583/13

DECRETO N° 10.583/13, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia Assessor do PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n° 2.100/09,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KAROLINE GRANDO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do PROCON, símbolo DAS-6, criado pela Lei n° 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2013.

Videira, 09 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.584/13

DECRETO N.º 10.584/13, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013.

Aprova Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO SIMONETTO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5681/11, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Simonetto, formulado por João Elias Simonetto e outros;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades

do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

Considerando que o Decreto Municipal nº 10.266/12, que Aprova Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO SIMONETTO, e dá outras providências; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14.225/13, tendo por objeto pedido de renovação do decreto de aprovação do Loteamento Simonetto, formulado por João Elias Simonetto e outros;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de loteamento de propriedade de João Elias Simonetto e Outros, denominado Loteamento Simonetto, com área total loteada de 27.014,334 m2 (vinte e sete mil, quatorze metros e trezentos e trinta e quatro decímetros quadrados), área em lotes de 15.352,19 m2 (quinze mil, trezentos e cinquenta e dois metros e dezenove decímetros quadrados), área total em ruas de 7.070,184 m2 (sete mil e setenta metros e cento e oitenta e quatro decímetros quadrados), área institucional de 1.707,57 m2 (um mil, setecentos e sete metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), área verde de 2.417,66 m2 (dois mil, quatrocentos e dezessete metros e sessenta e seis decímetros quadrados), área de Preservação Permanente de 466,73 (quatrocentos e sessenta e seis e setenta e três); conforme Processo Administrativo nº 5681/11, protocolado nesta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A aprovação do loteamento não exige o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 5681/11, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Resolução N° 016/13

RESOLUÇÃO N° 016/2013.

Dispõe sobre a aprovação de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Videira, referente ao segundo trimestre de ano de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 184 de 02 de setembro de 2013, a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao período de 01 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013.

CRIANÇA E ADOLESCENTE	
NOME	ABRIL À JUNHO 2013
Construção Casa Lar Nova	10.536,64
Gêneros Alimentícios	37.112,31
Despesas Bancárias	33,76
Material Higiene E Limpeza	1.313,17
Manutenção De Veículos	873,89
Vale Transporte	562,50
Folha De Pagamento E Encargos	371.389,13
Água/ Esgoto	5.053,79
Telecomunicação	6.521,19
Energia Elétrica	4.172,67
Adiantamento - FMAS	5.016,62
Aluguel De Sala	5.280,99
Cursos Profissionalizantes	2.319,36
Folha De Pagamento Casa Lar	31.402,52
Alimentos Casa Lar	1.893,44
Transferência Pastoral da Criança	4.300,00
Serviço De Vigilância	739,45
TOTAL	488.521,43
IDOSOS	
NOME	ABRIL À JUNHO 2013
Alimentação	7.842,09
Transporte Idosos –	7.500,68
Lar O Bom Samaritano – Municipal/Estadual	16.500,00
TOTAL	31.842,77
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	
NOME	ABRIL À JUNHO 2013
Transferência Municipal/ Federal	17.483,27
TOTAL	17.483,27
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
NOME	ABRIL À JUNHO 2013
Gêneros Alimentícios	8.908,52
Aluguel De Sistemas Informatizados	789,66
Despesas Bancárias	117,27
Urnas E Translado	21.450,75
Manutenção De Veículos	1.759,20
Folha De Pagamento E Encargos	33.542,14
Auxílio Passagem	287,49
Internet	57,00
Cestas Básicas	7.096,50
Material Permanente	3.268,37
Combustível/ Lubrificantes	7.014,25
Aluguel De Sala	2.918,31
Capacitação De Servidores	4.408,50
Serviço De Vigilância	1.956,00
TOTAL	93.573,96
RECEITAS ANO 2013	
MINISTERIO	2º TRIMESTRE
IGD-PBF	7.948,46
IGD-SUAS	1.547,02
PBF - CRAS	12.600,00
PBVII- IDOSOS	2.833,20

PFMC - CREAM E MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS	18.200,00
PROJovem - PBV I	6.281,25
PTMC - PESSOA COM DEFICIENCIA	8.718,20
PVMC - PETI	37.500,00
ESTADUAL	
ALTA COMPLEXIDADE	2.772,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
MUNICIPAL	778.000,00

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução N° 017/13

RESOLUÇÃO N° 017/2013.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro de 2012.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 184 de 02 de setembro de 2013, o demonstrativo físico financeiro de 2012 do município de Videira/SC.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução N° 018/13

CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO N° 018/2013.

Dispõe sobre aprovação do Relatório de Atividades do ano de 2012 e o Plano de Ação - 2013 das entidades apreciados pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº184 de 02 de setembro de 2013, o Relatório de Atividades do ano de 2012 e o Plano de Ação - 2013 das Entidades: ESCOLA DE PAIS DO BRASIL com CNPJ nº 00.551.146/0001-25, PASTORAL DA CRIANÇA com CNPJ nº 00.975.471/0001-15, LAR O BOM SAMARITANO com CNPJ nº 78.488.202/0001-11, ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA - ASCRI com CNPJ nº 07.754.011/0001-06, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE com CNPJ nº 82.829.284/0001-98, com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS



Resolução N° 019/13CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIALRua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 3566 - 2202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996**RESOLUÇÃO N° 019/2013.**

Dispõe as visitas do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social as entidades, programas e serviços.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº184 de 02 de setembro de 2013, as visitas realizadas pelas Comissões do Conselho Municipal de Assistência Social às entidades; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE com CNPJ nº 82.829.284/0001-98, ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA - ASCRI com CNPJ nº 07.754.011/0001-06, LAR O BOM SAMARITANO com CNPJ nº 78.488.202/0001-11, PASTORAL DA CRIANÇA com CNPJ nº 00.975.471/0001-15, ESCOLA DE PAIS DO BRASIL com CNPJ nº 00.551.146/0001-25, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com CNPJ nº 83.039.842/0001-84, Casa Lar Menino Jesus com o CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS**Resolução N° 020/13**CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIALRua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996**RESOLUÇÃO N° 020/2013.**

Dispõe sobre requerimento de inscrição das entidades apoiado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº184 de 02 de setembro de 2013, indeferimento ao requerimento de inscrição dos programas, projetos e serviços das entidades: Associação de Artesanato de Videira com CNPJ nº 18.025.690/0001-63, Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina com CNPJ nº 04.310.564/0001-81 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS**Portaria N° 0699/13**PORTARIA nº 0699/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº

12462/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CLELIA HELENA NODARI, Auxiliar de Serviços Gerais, de 1º de outubro de 2013 até 1º de janeiro de 2014, referente ao quinquênio de 13 de janeiro de 2008 até 12 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Videira, 09 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0700/13

PORTARIA nº 0700/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.782/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a HÉLIO ANTÔNIO DE MATTOS, Trabalhador Braçal, de 1º de novembro de 2013 até 1º de fevereiro de 2014, referente ao quinquênio de 1º de março de 2001 até 28 de fevereiro de 2006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2013.

Videira, 09 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Julgamento do Edital Tomada de Preços N° 05/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2013-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO FOCAL SEMAFÓRICO CONVENCIONAL, CONJUNTO ÓPTICO A LED VEICULAR, CONJUNTO ÓPTICO A LED PEDESTRE E PASSAGEM DE PEDESTRE COM BOTOEIRA NAS RUAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO

DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando habilitada a única empresa participante do certame, Sinacom Indústria e Comércio de Sinalização Viária Ltda e vencedora do com o valor de R\$ 89.542,64 (oitenta e nove mil e quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) por apresentar preço compatível.

Videira, 05 de setembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Ata N° 184/2013

Ata nº 184/2013 - Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e treze, reuniram-se em reunião ordinária os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, sito a Rua Lauro Muller, 288, Bairro Alvorada, cidade de Videira - Santa Catarina para deliberarem a seguinte ordem: 1) Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas do Segundo Trimestre de Dois Mil e Treze; 2) Demonstrativo Físico Financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social, Exercício Fiscal 2012 (Dois Mil e Doze); 3) Assuntos das Comissões; 4) Outros Assuntos; 5) Agradecimentos e encerramento. A Senhora Rosani Luiza Manenti Schneider presidente do Conselho no uso de suas atribuições deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Deu início a reunião levantando o primeiro assunto da pauta: 1) Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas do Segundo Trimestre de Dois Mil e Treze; (anexo 01). A Senhora Rosani passou a palavra para a Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social, que no uso de suas atribuições reguladas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, Art. 24, § 4º e Art. 29, em reunião realizada no dia 20 de agosto de 2013, apresentou seu Parecer relativo à Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao segundo trimestre de 2013. O Senhor Lídio Romanatto presidente da Comissão de Financiamento fez a leitura e apresentou o Parecer favorável desta Comissão, após terem sido esclarecidas todas as dúvidas, foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade por este conselho. Na sequência com segundo assunto de pauta: 2) Demonstrativo Físico Financeiro Municipal de Assistência Social, Exercício Fiscal 2012 (Dois Mil e Doze); (anexo 02). A presidente Rosani apresentou relatórios do Demonstrativo Físico Financeiro referente à competência de 2012, demonstrando planilhas da execução financeira, planilhas dos restos a pagar, da reprogramação de saldo, da execução física e planilha do ACESSUAS, IGD BF, IGD SUAS, PBF CRAS, PBVII IDOSOS, PPMC CREAS, PROJÓVEM, PTMC DEFICIENTES, PPMC PETI físico financeiro, após apreciação dos membros fez-se a aprovação do referido demonstrativo o qual foi aprovado por unanimidade. 3) Assuntos das Comissões; A senhora Rosani abriu espaço para apresentação dos assuntos das comissões. A Comissão de Normas e Regulamentos apresentou seu parecer em relação à documentação: Relatório da atividades do ano 2012 e o Plano de Ação de 2013 apresentada pelas entidades: Escola de pais do Brasil, Pastoral da Criança, Lar O Bom Samaritano, Associação Sorria Criança, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira (anexo 03) analisados em reunião no dia dezoito de agosto de dois mil e treze. Após leitura, avaliação e contextualização dos documentos foi colocado em votação para aprovação sendo aprovadas por unanimidade por este conselho. Também apresentou o parecer referente ao pedido de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social das entidades: Associação de Artesanato de Videira (anexo 04), Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina (anexo 05). Depois da leitura e avaliação de cada um dos itens da Resolução 016/2011 e a Resolução 109/2009, ficou evidente que as entidades não cumpriram com as deliberações desta resolução. Com base nos documentos apresentados e na legislação pertinente, este conselho foi unânime pelo indeferimento ao pedido de inscrição das entidades acima relacionadas, sendo que estas serão informadas quanto à necessidade de adequação

dos documentos apresentados, a fim de que tenham seu pedido deferido. Foram apresentados os relatórios das visitas realizadas as entidades: Pastoral da Criança, Sorria Criança, Centro de Referência de Assistência Social, Lar Bom Samaritano, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira, Casa Lar Menino Jesus. As comissões refizeram o cronograma de visitas às entidades sendo assim definido: Comissão de Financiamento; Escola de Pais do Brasil dia dez de outubro de dois mil e treze, Programa Juventude Ativa dia dezesseis de setembro de dois mil e treze; SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dia sete de setembro de dois mil e treze. Comissão de Normas e Regulamentos; RENAPSI - Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração e Departamento de Ação Social, dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze; CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social dia quatro de setembro de dois mil e treze. Comissão da Política de Assistência Social; PBF - Programa Bolsa Família e RVCC - Rede Videirense de Combate ao Câncer, dia vinte e sete de setembro de dois mil e treze e o Programa dos Idosos, dia nove de outubro de dois mil e treze. A Comissão de Normas e Regulamentos apresentou 4) Outros Assuntos: Rosani colocou que o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social comunicou que não fará mais parte do Conselho e a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador esta inativa, fazendo-se necessário rever Lei nº 162/1996 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, ficou definido que a Comissão de Normas e Regulamentos irá se reunir no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, para alteração desta. Rosani convidou os conselheiros para participar do III Fórum Regional pelo fim do Abuso e Exploração Sexual Infante-Juvenil, dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no CEVI - Centro de Eventos Vitória, na rua XV (quinze) de Novembro, 115 (cento e quinze) - Centro - Videira - Santa Catarina, inscrições no site da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. Também solicitou informações e sugestões para o Plano Municipal de Assistência Social, sendo que será encaminhado o Plano que está construído até então para análise deste. 5) Agradecimentos e encerramento. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Rosani agradeceu a presença de todos os conselheiros, e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Dejanira Antunes Cruz, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Videira 02 (dois) de setembro de dois mil e treze.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei N° 0857

LEI N° 0857, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROMOVER A CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL, POR TEMPO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar com a Associação de Mulheres Agricultoras de Vitor Meireles, Termo de Concessão de Uso de um imóvel de domínio municipal, a título gratuito, tratando-se do terreno urbano, situado na Estrada Geral, localidade de Palmito Baixo, linha Ribeirão Palmitos, município de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 1.225,00 m² (um mil, duzentos e vinte e cinco metros quadrados), confrontando ao NORTE, em

37,05 com a estrada geral; ao SUL, em 37,05 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira; ao LESTE, em 35,00 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira e a, OESTE, em 35,00 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira, edificado com uma sala de alvenaria medindo 10,85 X 6,35 metros, totalizando 68,90 m², com piso e reboco e pintura, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro n. 2-RG, sob n 4.068.

Art. 2º - A presente concessão de uso compartilhado terá vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, por interesse de ambas as partes.

Art. 3º - O imóvel ora concedido à Associação de Mulheres Agricultoras de Vitor Meireles - AMA destinar-se-á, para funcionamento da Padaria Municipal, não podendo ser utilizado pela entidade para outra finalidade.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade da Concessionária, a limpeza, a manutenção do imóvel, bem como o pagamento da energia elétrica e da tarifa de água.

Art. 4º É dispensada a concorrência pública para a concessão autorizada no art. 1º desta Lei, por tratar-se a concessionária de entidade comunitária e sem fins lucrativos.

Art. 5º - As condições e exigências para a Concessão estão expressas no Termo de Concessão de Uso de Imóvel anexo, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 11 de setembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS DE VITOR MEIRELES - AMA.

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, n. 1.122, centro da cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lourival Lunelli, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS DE VITOR MEIRELES - AMA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.616.994/0001-17, estabelecida à localidade de Estrada Geral Palmito Baixo, linha Ribeirão Palmitos, neste Município, representado por sua Presidente, Sra. Alzira Pereira Gruber, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, têm entre si, justo e acordado, o presente Termo de Concessão de Uso de Imóvel, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Através do presente termo, o Município ora CONCEDENTE, promove a concessão de uso do terreno urbano, situado na Estrada Geral, localidade de Palmito Baixo, linha Ribeirão Palmitos, município de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 1.225,00 m² (um mil, duzentos e vinte e cinco metros quadrados), confrontando ao NORTE, em 37,05 com a estrada geral; ao SUL, em 37,05 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira; ao LESTE, em 35,00 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira e a, OESTE, em 35,00 metros, com terras de Osnildo José de Oliveira, edificado com uma sala de alvenaria medindo 10,85 X 6,35 metros, totalizando 68,90 m², com piso e reboco e pintura, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro n. 2-RG, sob n 4.068, para a ora CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

A Concessão de Uso autorizada por este Termo terá como objetivo a instalação da Padaria Municipal, que será administrada pela

CONCESSIONÁRIA mediante fiscalização do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA
A CONCESSIONÁRIA se compromete a não dar uso diverso daquele referido na Cláusula anterior, não podendo outorgar poderes da presente Concessão de Uso, a qualquer título a quem quer que seja, sob pena de rescisão do presente contrato e imediata reversão do bem para uso exclusivo do Município, inclusive com as benfeitorias edificadas, sem qualquer espécie de indenização. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção, limpeza do imóvel, bem como pelo pagamento da energia elétrica e água, sendo que em caso de mau uso do bem, ocorrerá a rescisão do presente TERMO DE CONCESSÃO.

Todas as benfeitorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA ficarão automaticamente incorporadas no imóvel, não tendo, a CONCESSIONÁRIA, direito a qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo da presente Concessão é de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura deste Termo, podendo ser prorrogado no caso de interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente Termo.

E, por estarem justos e acertados, as partes firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, também abaixo firmadas.

Vitor Meireles, 11 de setembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES
AGRICULTORAS DE VITOR MEIRELES
Concessionário

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Xavantina

PREFEITURA

Pe 12/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2012 PMX

Objeto: Registro de Preços, para aquisição de livros e jogos para Departamento de Assistência Social, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 08:30 do dia 24/09/2013. Início da Sessão: 24/09/2013, às 09:00, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://cidadecompras.cnm.org.br> e www.xavantina.sc.gov.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 12 de setembro de 2013.

MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

TP 03/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2013 PMXV

Objeto: Contratação de empresa especializada para fabricação e instalação de equipamentos para escolas municipais, conforme descritivo constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global. Prazo para protocolo dos envelopes: 26/09/2013, às 16:00. Abertura da licitação: dia 02/10/2013, às 09:00. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, 12 de setembro de 2013.

MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

Consórcios

ARIS

Extrato Processo Licitatório - Dispensa 21 /2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 34/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 21/2013

OBJETO: revisão programada de 7.500 (sete mil e quinhentos) quilômetros, troca de óleo, filtro, balanceamento e alinhamentos de 2 veículos Palio de propriedade da ARIS, Placas: MLS6243 e MLI6073.

CONTRATADO: PHILIPPI AUTOMÓVEIS S/A - PHIPASA.

CNPJ nº 83.265.892/0001-80

VALOR: R\$ 438,24 (quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Florianópolis, 05 de setembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral

CIGA

Resolução N° 42/2013, de 10 de Setembro de 2013

Resolução nº 42/2013, de 10 de setembro de 2013
Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2013.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 36/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.9.0	0.2.00	R\$ 20.000,00
TOTAL					R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com a anulação de dotação pertencente ao Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.5.0	0.2.00	R\$ 20.000,00
TOTAL					R\$ 20.000,00

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 10 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

Extrato Contrato 220 - Pegaso - Bom Retiro

Extrato de Contrato nº 220/2013

Contrato de Rateio - Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social - Bom Retiro

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro

CNPJ: 13.490.343/0001-23

CONTRATO Nº: 100/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 26 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 221 - PGC - Águas de Chapecó

Extrato de Contrato nº 221/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Águas de Chapecó

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Águas de Chapecó

CNPJ: 00.539.883/0001-02

CONTRATO Nº: 07/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$160,00 (cento e sessenta reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de setembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 222 - Programa - Abdon Batista

Extrato de Contrato nº 222/2013

Contrato de Programa - Abdon Batista

CONTRATANTE: Município de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 79/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Abdon Batista e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Abdon Batista no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Abdon Batista, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 02 de setembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 223 - Rateio - Abdon Batista

Extrato de Contrato nº 223/2013

Contrato de Rateio - Abdon Batista

CONTRATANTE: Município de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 80/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Abdon Batista e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 79/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05,

a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de setembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 224 - PGT - São Pedro de Alcântara

Extrato de Contrato nº 224/2013

Programa de Gestão Tributária - São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Município de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 18/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 19 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMURES

Extratos de Contrato Nº 050/13

O CIS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO: 50/2013

CONTRATADA: DANIELLA STEFFEN ARAÚJO, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 339, Centro, Lages / SC.

Objeto: Prestação de Serviços de Consultas médicas especializadas e procedimentos na área da Dermatologia.

Fundamento Legal: Edital de Credenciamento nº 01/2013.

PRAZO: será de 12 meses a contar da assinatura.

VALOR: de acordo com a prestação dos serviços e tabela própria CIS/AMURES.

Lages, 10 de Setembro de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

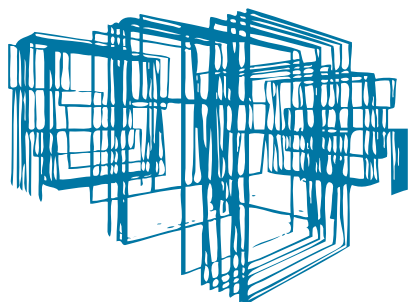
Presidente do CIS/AMURES

Homologação de Inscrições 2013
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS
Edital de credenciamento n° 01/2013
HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTOS NOVOS

Empresa
DANIELLA STEFFEN ARAÚJO

Lages, 10 de Setembro de 2013.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE